



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA - MESTRADO



MAIRA RIBEIRO DE SOUZA

ENTRE O GOVERNO E A RESISTÊNCIA:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO PROTAGONISMO JUVENIL

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Juliana Perucchi

JUIZ DE FORA

2017

MAIRA RIBEIRO DE SOUZA

**ENTRE O GOVERNO E A RESISTÊNCIA:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO PROTAGONISMO JUVENIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Área de concentração Processos Psicossociais em Saúde da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Perucchi.

JUIZ DE FORA

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza, Maira Ribeiro de.

Entre o governo e a resistência : uma análise do discurso do protagonismo juvenil / Maira Ribeiro de Souza. -- 2017.

325 f.

Orientador: Juliana Perucchi

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Psicologia, 2017.

1. Juventude pobre. 2. ONG. 3. Participação política. 4. Modos de governo. I. Perucchi, Juliana , orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

MAIRA RIBEIRO DE SOUZA

Dissertação defendida e aprovada, em 21 de fevereiro de 2017, pela banca constituída por:

Prof^ª. Dr^ª. Giselle Braga de Aquino

UNIFAMINAS

Prof^ª. Dr^ª. Claudia Helena Cerqueira Mármora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Juliana Perucchi

Universidade Federal de Juiz de Fora

JUIZ DE FORA

2017

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que o percurso realizado durante os dois anos de pesquisa fosse possível.

Por isso, com imensa alegria agradeço, primeiramente, aos meus pais que não mediram esforços para que eu chegasse até aqui e por me cercarem de amor.

Às minhas irmãs, Núbia e Cássia, pela torcida, parceria e amizade fraterna.

Ao “Di”, pelo companheirismo, disponibilidade e compreensão.

Aos professores, pelos conhecimentos construídos.

Às professoras Jaileila Menezes e Claudia Mármora, pelas importantes pontuações e sugestões realizadas no exame de qualificação.

Às professoras Claudia Mármora e Giselle Aquino, pelas contribuições e considerações realizadas na banca de defesa.

Aos companheiros e companheiras do Núcleo PPS, em especial à Brune, pelas inúmeras trocas realizadas ao longo destes dois anos e à Lara que me incentivou a seguir no percurso acadêmico.

Aos amigos e amigas da turma de mestrado 2015-2017 que fizeram desta jornada árdua um momento mais divertido, em especial à Maira Knupp, pelo acolhimento e à Glaucia David (“Glaucita”), amiga e confidente de todas as horas, com quem compartilhei sonhos e afetos. Sua presença proporcionou leveza aos dias de estudo e aconchego quando tudo parecia pesado demais para ser enfrentado sozinha. Seu “pé de coelho” jamais te esquecerá.

À Juliana, minha orientadora, por ter me acolhido no Núcleo PPS e por me fazer acreditar ainda mais na luta por uma Psicologia comprometida ética e politicamente com a justiça social.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

Por fim, e não menos importante, agradeço a todos/as os/as meus/minhas interlocutores/as, pela oportunidade de conhecer um pouco de suas vivências e lutas.

RESUMO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora que aborda as temáticas: juventude pobre e participação política no contexto de uma Organização Não Governamental. A pesquisa teve como objetivo geral analisar os discursos sobre o protagonismo juvenil que atravessam práticas socioculturais vivenciadas por jovens da Zona da Mata Mineira e seus desdobramentos para a participação política juvenil. Como delineamento metodológico optou-se pela abordagem qualitativa, exploratória de inspiração etnográfica, sob a forma de estudo de caso. A investigação teve como foco de análise dois projetos sociais desenvolvidos por uma ONG, que envolvem duas expressões culturais: a música (cuja modalidade é o *rap*) e a dança (que abarca as modalidades do *hip hop*, funk e axé). Os espaços territoriais nos quais os projetos se desenvolvem, são o centro da cidade e uma periferia, respectivamente. Para o desenvolvimento do estudo foi adotado como referencial teórico as obras de Michel Foucault e suas perspectivas metodológicas de Análise do Discurso. Para ampliar as possibilidades de interação e compreensão das dinâmicas sociais, foram utilizadas diferentes ferramentas, tais como: observação participante, entrevistas semiestruturadas e grupos focais. No recorte realizado para esta dissertação as análises construídas se concentraram em torno de três eixos analíticos, a saber: 1) Aspectos psicossociais e vulnerabilidades vivenciadas pelos/pelas jovens; 2) Análise das perspectivas dos colaboradores que atuam na ONG sobre o protagonismo juvenil; 3) Os efeitos de poder das práticas desenvolvidas pela ONG para a participação política dos/das jovens. Através do desenvolvimento do estudo pôde-se constatar que as vivências juvenis e as possibilidades da emergência dos/das jovens enquanto agentes da ação política estão atravessadas por hierarquias, tanto no contexto interno das práticas desenvolvidas quanto externas a elas, o que aponta para a necessidade de se considerar os atravessamentos dos marcadores sociais que ao mesmo tempo em que forjam a construção de identidades coletivas funcionam como eixos de subordinação. Por meio do olhar interseccional foi possível verificar que no âmbito das práticas socioculturais pesquisadas modos de governo e cooptação dos/das jovens se conflitam com possibilidades de agenciamentos e resistências frente a situações de subordinação e opressões.

Palavras-chave: Juventude pobre; ONG; participação política; modos de governo.

ABSTRACT

The present study is a master's degree research linked to the Psychology Postgraduate Program of the Federal University of Juiz de Fora that deals with the themes: poor youth and political participation in the context of a Non-Governmental Organization. The research had as general objective analyze the discourses about youth protagonism that crosses socio-cultural practices experienced by young people from Zona da Mata Mineira and its consequences for youth political participation. As a methodological delineation, was chosen the qualitative approach, exploratory of ethnographic inspiration in form of case study. The investigation had as analysis focus, two social projects developed by a NGO, involving two cultural expressions: music (whose modality is *rap*) and dance (including the modalities of *hip hop*, funk and axé). The territorial spaces in which the projects were developed, are the center of the city and one periphery, respectively. For the development of the study was adopted as a theoretical reference the works of Michel Foucault and his methodological perspectives of Discourse Analysis. To expand the possibilities of interaction and understanding of social dynamics, were used different tools such as: participant observation, semi-structured interviews and focus groups. In the delimitation for this dissertation, the constructed analyzes were focused around three analytical axes, namely: 1) Psychosocial aspects and vulnerabilities experienced by young people; 2) Analysis of the perspectives of the collaborators who works in the NGO about the youth protagonism; 3) The effects of power of practices developed by the NGO for the political participation of young people. Through the study development, it was possible to verify that the youth experiences and the emergence possibilities of young people as agents of political action are traversed by hierarchies, both in the internal context of the developed practices as the external of them, which points to the need to consider the crossings of social markers that at the same time forge the construction of collective identities, operate as subordination axes. Through the cross-sectional view, it was possible to verify that in the scope of the researched socio-cultural practices, the modes of government and co-optation of the youths conflict with the possibilities of assemblages and resistances in front of situations of subordination and oppression.

Keywords: Poor youth; NGO; political participation; modes of government

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CUFA – Central Única das Favelas
- DJ – *Disc-jóquei*
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IIDAC – Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MC – Mestre de Cerimônias
- MS – Ministério da Saúde
- NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PEC – Proposta de Emenda à Constituição
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PROUNI – Programa Universidade para Todos
- RAP – *Rhythm and Poetry*
- REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- SNJ - Secretaria Nacional de Juventude
- SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Perfil dos interlocutores do estudo - colaboradores da ONG.....	115
QUADRO 2 - Perfil dos interlocutores do estudo - jovens participantes da batalha de <i>rap</i>	120
QUADRO 3 - Perfil dos interlocutores do estudo - jovens participantes da aula de dança.....	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 ASPECTOS CONCEITUAIS: CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE(S) E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS PRÁTICAS SOCIAIS	19
1.1 Hierarquias sociais e produção de desigualdades: interpelações nas vivências juvenis.....	27
1.2 A constituição do corpo como alvo de investimento: instrumental analítico.....	30
1.3 Juventude pobre como alvo de investimento.....	37
2 A EMERGÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO CAMPO DE ATUAÇÃO COM JOVENS POBRES	49
2.1 Tecendo as articulações entre a juventude pobre, as ONG e a participação juvenil.....	57
2.1.1 O protagonismo juvenil.....	59
2.1.2 A arte-cultura.....	67
3 MÉTODO	77
3.1 Aspectos teórico-metodológicos.....	77
3.2 Procedimentos éticos da pesquisa.....	83
3.3 Compromisso ético-político da pesquisa: a devolutiva.....	84
3.4 Explorando o campo: aproximações do território de pesquisa.....	86
3.5 Caracterização do campo e histórico da ONG.....	86
3.6 Recursos Humanos e parcerias da ONG.....	88
3.7 Projetos desenvolvidos.....	90
3.8 Estratégias de ação e interlocutores/as da pesquisa.....	91
3.8.1 Observação participante no cotidiano dos projetos desenvolvidos pela ONG	92
3.8.1.1 A praça central e seu entorno.....	94
3.8.1.1.1 A Batalha de <i>Rap</i>	95
3.8.1.1.2 A inserção da pesquisadora (e os efeitos) na Batalha de <i>Rap</i> : “A garota com a câmera nas mãos”.....	102
3.8.1.2 Adentrando a periferia.....	105
3.8.1.2.1 A aula de dança.....	107
3.8.1.2.2 A inserção da pesquisadora (e os efeitos) na aula de dança: “Você não é negra”.....	110

3.8.2 Entrevistas semiestruturadas com os colaboradores da instituição.....	113
3.8.3 Grupos focais com os/as jovens participantes das atividades desenvolvidas pela ONG.....	115
3.8.4 Caracterização dos/das interlocutores.....	121
4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	124
4.1 Aspectos psicossociais e vulnerabilidades vivenciadas pelos/pelas jovens pobres.....	124
4.1.1 Percepção sobre o próprio bairro.....	125
4.1.2 Dificuldades vivenciadas e formas de enfrentamento.....	146
4.1.3 Relação centro-periferia: circulação dos/das jovens pela cidade.....	170
4.2 As perspectivas dos colaboradores sobre o protagonismo juvenil.....	196
4.2.1 De artistas a empreendedores sociais.....	197
4.2.2 Beneficiários das atividades.....	206
4.2.3 O que queremos: entre objetivos e metas.....	212
4.2.4 Como fazemos: metodologias adotadas.....	220
4.2.5 As relações sociais: parcerias e hierarquias.....	229
4.3 Desdobramentos das práticas e seus efeitos de poder para a participação política dos/das jovens....	262
4.3.1 Desdobramentos comportamentais.....	263
4.3.2 Desdobramentos simbólicos.....	264
4.3.3 Desdobramentos materiais.....	266
4.3.4 Reflexões acerca dos efeitos de poder das práticas para a participação política dos/das jovens.....	272
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	291
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	298
ANEXOS.....	314
Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	314
Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre Esclarecido para os responsáveis legais.....	316
Anexo 3 - Termo de Assentimento.....	318
Anexo 4 - Parecer do comitê de ética em pesquisa.....	320
APÊNDICES.....	323
Apêndice 1 - Roteiro para entrevista com os colaboradores da ONG.....	323
Apêndice 2 - Roteiro temático para os grupos focais com os/as jovens.....	324

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de um trabalho reflexivo e de um posicionamento ético-político que venho construindo ao longo da minha trajetória acadêmica. Para compreender como cheguei até aqui serão resgatadas algumas experiências realizadas no decorrer da graduação em psicologia que me impulsionaram a construir esta dissertação de mestrado.

Desde o primeiro período da graduação, vislumbrava a possibilidade de me aproximar de uma perspectiva de trabalho em psicologia social. Foi então, que tive acesso às disciplinas de Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária. Destes campos teóricos, o que mais me chamou a atenção foi a construção da psicologia voltada para a realidade latino-americana (Campos, 1998), a valorização da vida cotidiana como fonte de análise (Spink, 2007) e a “ideia da desnaturalização dos fenômenos sociais” (Bock, Ferreira, Gonçalves & Furtado, 2007, p. 51). Além disto, também me identificava com a construção de um percurso crítico da produção do conhecimento e da atuação prática pautada nas peculiaridades do contexto sócio-político dos países latino-americanos (Rey, 2004).

Embasada por estas perspectivas realizei estágios em diversos contextos sociais como: Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Por meio destes trabalhos acompanhei discussões e debates de temas ligados ao social. Neste sentido, duas diferentes experiências vivenciadas durante a graduação se destacaram para a minha trajetória e se tornaram um marco importante para meu envolvimento com a temática da juventude.

A primeira foi o projeto de extensão titulado: “Trabalhando a prevenção ao uso de drogas com adolescentes no contexto escolar”¹. O projeto foi desenvolvido por mim e mais duas estudantes de psicologia, no ano de 2013, em uma escola estadual, que atende diversas periferias de uma cidade de médio porte da Zona da Mata Mineira. As atividades foram realizadas com estudantes do 9º ano, por meio de rodas de conversas e oficinas temáticas. Nosso objetivo era trabalhar a prevenção primária, visando problematizar a temática do uso abusivo de álcool e outras drogas através da atuação pautada na perspectiva da redução de danos e dos direitos humanos (Souza, Souza, Daher & Calais, 2015).

A partir desta experiência, diversos questionamentos foram ganhando contornos. Chamava à atenção a repetição nas narrativas dos/as estudantes pobres, negros/as² e moradores/as de comunidades periféricas o fato de serem tratados e vistos pela sociedade de forma preconceituosa, quando o assunto era o uso de drogas. Os/as jovens também denunciavam em suas falas o estigma e o preconceito vividos em seu dia-a-dia por serem moradores/as de periferias, situações que, inclusive, foram reproduzidas nas suas relações escolares. Recordo-me da opinião da diretora para que escolhêssemos o que ela definiu como “a turma mais problemática”, sugerindo-a como um público propício para realizarmos a intervenção. Turma esta, formada por adolescentes e jovens moradores/as de periferias. Eram recorrentes também, os “conselhos” de professores/as e funcionários/as para que “tomássemos cuidado” com aqueles jovens por serem “problemáticos” e “difíceis de lidar”. Até mesmo nas próprias intervenções com turmas consideradas “exemplares” e formadas por jovens com melhores condições financeiras, ocorreram episódios de discriminação

¹ Souza, M. R. S., Souza, C. R., Daher, C. M. S., & Calais, L. B. (2015). Juventude e drogas: uma intervenção sob a perspectiva da Psicologia Social. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10 (1), 66-78.

² Conforme a classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negro é definida como indivíduos pretos e pardos (Cerqueira & Moura, 2013).

das meninas pobres frente ao uso de drogas e a associação dos meninos pobres ao tráfico e à violência.

Mas, estas situações não se restringiram a tal experiência. Muitas destas questões se repetiram também nas falas dos jovens que participaram da segunda intervenção realizada por mim e mais três estudantes de psicologia em uma comunidade periférica do mesmo município. Esta se refere ao estágio em Clínica Ampliada desenvolvido com jovens em contexto de vulnerabilidade social. O estágio foi resultado da parceria entre a faculdade e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude e teve como objetivo planejar e desenvolver ações em contexto comunitário pautadas nas diretrizes do Plano Juventude Viva, visando contribuir para a prevenção e enfrentamento à violência contra jovens negros além de fomentar a autonomia e a participação juvenil.

O território selecionado para a experiência piloto para a implementação do Plano Juventude Viva no município foi um condomínio residencial financiado pelo “Programa Minha Casa, Minha Vida”. Tal comunidade assumia características importantes para o trabalho sobre a violência contra jovens, já que se configurava como um território marcado por um movimento de exclusão social, altos índices de violência contra jovens, bem como a presença de outras vulnerabilidades sociais relevantes ocasionadas pelo abandono do Estado como a inexistência de aparatos públicos de saúde, educação, assistência entre outros, no território.

Por meio de oficinas realizadas na rua³, foram trabalhados temas como: a relação com o território, racismo, desigualdades sociais, violência física e simbólica, relações de gênero, entre outras. O estágio constituiu-se como um espaço de escuta dos jovens visando problematizar as

³ As ações pautaram-se nos pressupostos teóricos e metodológicos da Psicologia Social Comunitária (Martin-Baró, 1996; Montero, 2004, Freitas, 1998). Esta perspectiva pressupõe que as intervenções do/a psicólogo/a, em contexto comunitário, sejam norteadas pelas especificidades da população e de seu território. Por ser a rua um espaço de sociabilidade no qual os jovens passavam a maior parte do tempo, optou-se por realizar as atividades neste local.

questões trazidas pelos mesmos, a ressignificação sobre si e sobre sua realidade. Nesta experiência, os relatos de violação de direitos, racismo, estigmatização e preconceito foram ainda mais recorrentes e intensos. Para descrever alguns dos desafios enfrentados pelos jovens, podem-se citar as dificuldades dos mesmos de se inserirem no mercado de trabalho. Com baixa escolaridade, os jovens acabam ficando restritos a trabalhos informais e/ou de baixa remuneração. Muitos relataram que, ao buscar empregos nas cidades vizinhas, os empregadores se recusavam a oferecer vagas quando ficavam sabendo que eles residiam no condomínio.

A violência policial também emergiu nas falas dos jovens como um elemento cotidiano e que gerava grande revolta nos mesmos. Alguns deles disseram já ter levado tapa no rosto, chutes, empurrões e humilhações verbais em abordagens policiais. Os jovens relataram sentirem-se abandonados, pelo poder público e excluídos pela população das cidades vizinhas. A violência advinda pela disputa entre grupos rivais inseridos no tráfico de drogas também foi levantada como um problema cotidiano, sendo que o homicídio por arma de fogo era a principal causa de morte de amigos dos jovens participantes do projeto. Só durante aquele ano ocorreu no condomínio a execução de três jovens por homicídios causados por uso de arma de fogo. Os mesmos tinham dezessete, dezoito e dezenove anos, todos do gênero masculino e negros. Mais uma vez me deparava com desigualdades sociais, situações de violações de direitos, opressão vivida por jovens pobres e negros.

Finalmente, ao concluir a graduação e começar o mestrado em Psicologia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) na linha de pesquisa de Processos Psicossociais em Saúde, iniciei o processo de elaboração do projeto de pesquisa que resultou na presente dissertação de mestrado. Através das orientações, leituras e contribuições da banca avaliadora no processo de qualificação, os temas da juventude e política foram convergindo para um problema de pesquisa: o protagonismo juvenil. Foi então que comecei a questionar em que medida as ações desenvolvidas para/com

jovens pobres, sejam elas realizadas pelo Estado ou por organizações não governamentais (ONG), que enunciam a ideia do protagonismo juvenil, promovem efetivamente estratégias de autonomia destes/as jovens.

Ao acompanhar pelas redes sociais uma Organização Não Governamental (ONG) que realiza projetos culturais com jovens de periferias de uma cidade de médio porte da Zona da Mata Mineira, este questionamento sobre o protagonismo juvenil desencadeou outras indagações acerca dos desdobramentos destas ações sobre aspectos importantes das vidas destes/as jovens: a autonomia em relação a seus corpos, a participação social e também política. Por meio deste recorte, iniciou-se uma revisão de literatura⁴ que permite constatar que os estudos apontam para a articulação de dois discursos no campo das práticas sociais e das Políticas Públicas para a Juventude no Brasil: o do protagonismo juvenil e da utilização das expressões artístico-culturais como metodologia de trabalho ou forma de enfrentamento das vulnerabilidades sociais em que jovens pobres estão imersos (Malvasi, 2008, Tommasi 2004, 2010; Sento-Sé, 2003; Souza, 2006, 2009). Portanto, a cultura é enunciada como instrumento de intervenção com jovens pobres e o discurso do protagonismo juvenil operando amplamente nos trabalhos com jovens, sobretudo, nos trabalhos de ONG no Brasil.

Assim, alguns questionamentos iniciais nortearam a construção do problema: em que medida as práticas das ONG, que realizam atividades culturais, têm contribuído para visibilizar desigualdades e injustiças sociais a que jovens pobres estão inseridos? Elas têm fomentado

⁴ Optou-se pela busca de trabalhos científicos nacionais publicados em português e de diferentes áreas do conhecimento. A pesquisa foi realizada mediante a consulta de livros, no Portal periódicos da CAPES, na base de dados *Scielo (Scientific Electronic Library, online)*. Como descritores foram utilizados: “atividades artístico-culturais”; “protagonismo juvenil”; “juventude pobre” e “atividades artístico-culturais”; “juventude pobre” e “participação”. Não foi utilizado recorte temporal. Selecionou-se os trabalhos conforme a relevância e aqueles que mais se aproximavam da temática estudada. A busca foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2015. Os trabalhos compõem a discussão realizada nos tópicos: 2.1.1 O protagonismo juvenil e 2.1.2 A arte-cultura desta dissertação.

produções juvenis críticas, autônomas e plurais? Têm auxiliado na superação de vulnerabilidades através de desdobramentos que se efetivam nas condições materiais de vida da juventude pobre? E, sobretudo, têm levado os/as jovens a questionarem as estruturas de poder que os/as mantêm em uma situação de subordinação e opressão? (Malvasi, 2008; Malvasi & Adorno, 2014; Prado & Perucchi, 2011; Tommasi, 2010). Nesta direção, torna-se imprescindível problematizar os interesses dos governos, das ONG e demais instituições sociais, em investir em ações artístico-culturais envolvendo a juventude em situação de vulnerabilidade social, sobretudo, no que se refere às organizações não governamentais, uma vez que são elas as principais responsáveis pela (re)produção do discurso do protagonismo juvenil (Souza, 2009).

Em suma, pretende-se com tais questões analisar o discurso que compõe o que se tem enunciado como protagonismo juvenil, no sentido de constatar seus vetores de força no exercício de poder, por meio dos quais jovens podem falar, promovendo a emergência da autonomia dos sujeitos, bem como, no exercício de poder enunciar verdades “adultocêntricas” através das quais representantes adultos “agregam seus interesses específicos às lutas juvenis e em nome delas” (Castro, 2011, p. 316; Prado & Perucchi, 2011). Através da revisão de literatura, pôde-se constatar que as atividades artístico-culturais realizadas por/com jovens de camadas populares têm sido, desde os anos 1990, amplamente estudadas por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento e com variados enfoques teóricos e metodológicos.

Os estudos apontam para quatro principais dimensões assumidas por estas atividades: 1) Como instrumento de intervenção e governo da juventude (Tommasi, 2004; 2010; 2013; 2014; Sento-Sé, 2003; Malvasi, 2008; Souza, 2006; 2009); 2) Como promoção da sociabilidade (Sposito, 1993; Dayrell, 2001; 2002); 3) Como possibilidade de problematização da realidade e resistência política (Sposito, 1993; Mayorga, 2013; Mayorga & Pinto, 2013; Tommasi, 2012; 2013; Donato,

Junior, Cunha, Mayorga & Prado, 2012; Menezes & Costa, 2012; Lopes & Facina, 2012); 4) Como lógica empreendedora e de mercado (Tommasi, 2010; 2013; 2014).

Ao contrário de serem estanques, os estudos frisam que esses eixos se agregam e se conflitam no âmbito das práticas sociais. Tomando por base tais considerações, faz-se necessário identificar como acontece a formação destas tramas e quais dispositivos⁵ (Foucault, 2015) são ativados neste contexto. Portanto, interessa justamente saber como se forjam as contradições, regularidades e associações, principalmente no que diz respeito à relação estabelecida entre os discursos do Protagonismo Juvenil e as práticas artístico-culturais, dois campos enunciativos, que segundo Livia de Tommasi (2010), compõem a constituição da juventude pobre, enquanto um campo de intervenção.

Inserido neste contexto, a presente dissertação teve por objetivo geral: **analisar os discursos sobre o protagonismo juvenil que atravessam práticas socioculturais vivenciadas por jovens da Zona da Mata Mineira e seus desdobramentos para a participação política juvenil.**

Como objetivos específicos buscou-se:

- 1) Descrever as atividades e as ações desenvolvidas pela instituição;
- 2) Descrever os aspectos psicossociais e as vulnerabilidades que atravessam a vida dos/das jovens participantes das atividades realizadas pela ONG pesquisada;
- 3) Analisar os discursos dos colaboradores que atuam na ONG sobre o protagonismo juvenil;

⁵ Compreende-se como dispositivo um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2015 p. 364).

4) Identificar os efeitos de poder das práticas desenvolvidas pela ONG para a participação política dos/das jovens.

Para a análise das dinâmicas culturais urbanas, parte-se das contribuições propostas por Magnani (2002; 2003; 2005; 2013). Conforme o autor, na cidade, são desenvolvidas diversas manifestações populares, práticas culturais, de lazer, entretenimento e sociabilidade, imbuídas de sentidos e interesses, as quais estão interligadas às situações concretas da vida cotidiana. Tais manifestações e práticas constituem-se como um *loco* privilegiado para a compreensão dos valores sociais e para a análise das redes de relações estabelecidas por grupos e comunidades urbanas. É válido ressaltar que tais expressões são perpassadas por relações de poder, negociações simbólicas e materiais. A investigação realizada nesta dissertação teve como foco de análise dois projetos sociais desenvolvidos por uma ONG, que envolvem duas expressões culturais: a música (cuja modalidade é o *rap*) e a dança (que abarca as modalidades do *hip hop*, *funk* e *axé*). Os espaços territoriais nos quais os projetos se desenvolvem, são o centro da cidade e uma periferia, respectivamente.

Neste sentido, no que se pode pensar acerca da relação entre juventude e participação política, Pleyers (2012) resalta que as modalidades e concepções de participação, ou seja, as formas com que os jovens irão se engajar e as expectativas de sua participação são diversificadas considerando a pluralidade das juventudes e dos contextos nos quais os/as jovens estão inseridos/as. Nesta linha de raciocínio, Mayorga, Castro e Prado (2012) pontuam que as análises a serem realizadas sobre a participação política juvenil devem considerar os atravessamentos dos marcadores de gênero, classe social, etnia/raça, geração, sexualidade e território na constituição deste fenômeno. Nas palavras dos autores, “‘ser jovem’ constitui um projeto a ser construído, discursivamente e nas práticas sociais, a partir da inscrição da diferença – racial, sexual, de classe social – na luta política pela emancipação” (Mayorga, Castro, Prado, 2012, p. 17). Portanto, é

primordial que as análises considerem a articulação de determinantes macrossociais, que envolvem as condições econômicas, sociais, políticas, históricas e de determinantes microssociais, que abarcam “o estilo de vida dos jovens inscritos na materialidade de sua vida cotidiana” (Horta, 2011, p. 44).

O texto foi organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda algumas concepções cunhadas no campo sociológico e psicológico sobre a juventude. Isto, na medida em que o conhecimento científico tem ocupado lugar de verdade (Foucault, 2001) na produção da juventude enquanto um campo discursivo apropriado e (re)produzido pelas práticas sociais, forjando-a como um campo de intervenção social (Tommasi, 2010) pelos governos e pelas instituições sociais. Discorre-se também sobre a produção de hierarquias sociais, enquanto sistemas de poder, e como estas atravessam as vivências juvenis produzindo situações de opressões e subordinações. Posteriormente, é apresentado o instrumental analítico de Michel Foucault (2005; 2014; 2015) para pensar como o corpo se constituiu enquanto alvo de investimento seja por meio de práticas disciplinares ou biopolíticas e como tais pressupostos operam nos corpos dos jovens pobres tornando-os alvos de diversas governamentalidades (Batista, 2010).

No segundo capítulo, a discussão girou em torno da apresentação de um breve histórico sócio-político a fim de compreender as condições de possibilidades da emergência das ONG no Brasil bem como estas passaram a agir no campo de atuação com jovens pobres. Foram tecidas também algumas reflexões acerca da articulação entre a juventude pobre e as ONG e seus desdobramentos para pensar a participação juvenil. Isto culmina com a reflexão de dois discursos amplamente utilizados tanto de práticas sociais quanto das políticas públicas de juventude: o protagonismo juvenil e arte-cultura.

No terceiro capítulo, encontra-se a apresentação dos aportes teóricos-metodológicos que nortearam a realização do estudo de campo bem como a análise dos dados; procedimentos éticos

da pesquisa; o compromisso ético-político pactuado com os/as interlocutores/as (a devolutiva); as informações sobre a instituição na qual a pesquisa se desenvolveu; as estratégias de ação (observação participante; entrevistas e grupos focais) e a apresentação dos/das interlocutores da pesquisa.

No quarto capítulo são apresentadas as análises e discussão dos resultados que se encontram organizadas em três eixos analíticos: 1) Aspectos psicossociais e vulnerabilidades vivenciadas pelos/pelas jovens; 2) Análise das perspectivas dos colaboradores que atuam na ONG sobre o protagonismo juvenil; 3) Os desdobramentos e os efeitos de poder das práticas desenvolvidas pela ONG para a participação política dos/das jovens. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo, nas quais é realizado um apanhado dos principais resultados da pesquisa e algumas reflexões a fim de contribuir para futuras investigações.

1 ASPECTOS CONCEITUAIS: CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE(S) E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS PRÁTICAS SOCIAIS

Este tópico tem por objetivo problematizar a ‘vontade de verdade’ (Foucault, 2001) que fabrica a juventude enquanto um campo discursivo, alvo do escrutínio das ciências, das intervenções dos governos e das instituições sociais, como a família, a escola e a polícia, por exemplo. A ‘vontade de verdade’ constitui-se como um sistema que compõe a construção dos saberes. Através da análise das práticas discursivas, a produção de conhecimento é pensada, não como a busca de uma realidade dada *a priori*, em um processo no qual caberia descobrir a “essência” das coisas, mas sim, como processo de investigação e análise acerca de como os discursos operam o jogo de produção do verdadeiro-falso (Foucault, 2001).

Esse processo analítico, segundo Foucault (2001), se realiza pela historicização dos acontecimentos, ou seja, atentando para a análise das contingências que permitem com que certos discursos sejam reconhecidos como verdadeiros. No processo de produção de conhecimento que a presente dissertação se insere, torna-se primordial colocar o que é dado como “natural” e “verdadeiro” em suspenso. Assim, será possível identificar as possibilidades que estão sendo excluídas, as dispersões operadas, as articulações entre discursos, a descrição dos enunciados que deles emergem e os efeitos de poder produzidos pelos mesmos. Mas, é importante salientar que “o discurso não é algo abstrato, ele tem uma materialidade que [...] apoiada sobre um suporte institucional é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por um todo compacto conjunto de práticas [...]” (Foucault, 2001, p. 17). Tais práticas têm como efeito que seja praticamente impossível pensar fora delas, formando o que o autor denominou como sistemas de inteligibilidade. Para compreender como a juventude, e mais especificamente a juventude pobre, emerge como inteligível no cenário contemporâneo é necessário identificar as regras que fazem funcionar os

regimes de verdade que compõe este campo enunciativo (Foucault, 2015). Tal empreendimento torna-se primordial na medida em que os sistemas de inteligibilidade, ao prescreverem parâmetros normativos, ditam o que é considerado legítimo ou não em uma dada sociedade.

Partindo deste pressuposto, pode-se inferir que os discursos enunciados acerca da juventude forjam as formas de vivenciar a condição juvenil, através de suas lógicas de funcionamento, sendo que isto ocorre através de um conjunto prescritivo de normas que passam a orientar a produção da vida, separando as experiências normativas, consideradas socialmente como “verdadeiras” e “legítimas” daquelas consideradas como “anormais” ou “desviantes”. Por meio desta instituição da verdade pelo discurso, se fabricam concepções compartilhadas coletivamente acerca do que é juventude. Concepções que funcionam como crivo orientador e avaliativo das instituições sociais, e também das políticas públicas que operam sobre a condição juvenil e interpretam-na como inteligível (Dayrell, 2003).

Sem a intenção de esgotar o assunto, as linhas que seguem, neste tópico, discorrerão genericamente sobre as principais concepções cunhadas sobre a juventude já que, segundo Magnani (2012), existe uma vasta bibliografia clássica e contemporânea no que tange a este campo de estudo. Uma das importantes referências clássicas para pensar o início da juventude enquanto um problema a ser analisado é a obra do Historiador Philippe Ariès (1981) “História Social da Criança e da Família”. Nela, Ariès (1981) aponta que as categorias infância e juventude foram construídas no final do século XVII. Conforme o autor “[...] a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a ‘juventude’ é a idade privilegiada do século XVII, a infância do século XIX e a adolescência do século XX” (Ariès, 1981, p.38).

A partir do século XVII emergiu também a escola enquanto dispositivo responsável pela educação das crianças (Ariès, 1981, p.06). Nas palavras do autor “a despeito de muitas reticências

e retardamento a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo”. Desta forma, para Ariès “as etapas da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais” (Ariès, 1981, p.30). Magnani (2012) pontua que esta reflexão representa um marco importante para os estudos desenvolvidos posteriormente pelas diversas áreas das ciências sociais e humanas.

Pierre Bourdieu foi o primeiro teórico da sociologia a teorizar a juventude como uma categoria socialmente construída (Pais, 1990). Para Bourdieu (2003, p. 153) “a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de se falar dos jovens como de uma unidade social, de um grupo construído, dotado de interesses comuns, e de se referir esses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma evidente manipulação”.

Dentre os campos enunciativos que marcaram diferentes maneiras de dar visibilidade à juventude, Magnani (2012) destaca os estudos realizados pela Escola de Chicago no qual os jovens foram evocados como uma patologia social. Neste contexto, ganharam destaque os estudos sobre a delinquência juvenil.

Posteriormente, emergiram os estudos das subculturas juvenis desenvolvidos, especialmente pelo Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, da Universidade de Birmingham. Nestes, são articulados os aspectos etário e geracional e se contrapõem ao pressuposto da cultura juvenil universal (Groppo, 2015).

O Sociólogo Francês Michel Maffesoli (1998) cunhou a noção de tribos urbanas. As tribos são construídas a partir “do sentimento de pertença, em função de uma ética específica e no quadro de uma rede de comunicação” (Maffesoli, 1998, p. 194). Segundo Magnani (2012), a concepção de tribos urbanas juvenis teve grande repercussão não só no campo científico como também na grande mídia.

Na contemporaneidade surgiu uma nova expressão: “culturas juvenis”, que tem dentre os seus adeptos o Antropólogo Espanhol Carles Feixa. Conforme este autor:

o termo (culturas juvenis) é o mais utilizado na literatura acadêmica internacional (vinculada normalmente aos estudos culturais). Essa mudança terminológica implica também uma mudança na forma de encarar o problema, que transfere a ênfase da marginalidade para a identidade, das aparências para as estratégias, do espetacular para a vida cotidiana, da delinquência para o ócio, das imagens para os atores (Feixa, 2004 citado por Magnani, 2005, p. 176).

Por sua vez, o sociólogo Alberto Melluci (1997) traz à baila dos estudos da juventude a dimensão simbólica. Neste contexto, o autor afirma que “[...] a adolescência parece estender-se acima das definições em termos de idade e começa a coincidir com a suspensão de um compromisso estável, com um tipo de aproximação nômade em relação ao tempo, espaço e cultura” (Melluci, 1997, p. 9). Com a modernidade houve uma ampliação das “possibilidades sociais, a variedade de cenários nos quais as escolhas podem ser situadas” (Melluci, 1997, p. 9) o que “promove uma ampliação do limite do imaginário que cada um de nós é capaz de exercer” (Guimarães & Macedo, 2009, p. 5).

No que concerne aos campos “psi” (Groppo, 2015), apesar das peculiaridades existentes, uma noção muito recorrente nos estudos sobre a adolescência e juventude é a de transitoriedade. Esta constitui uma visão arraigada e propagada, principalmente por algumas leituras realizadas no campo da Psicologia do Desenvolvimento (Erikson, 1976; Aberastury & Knobel, 1989; Aberastury, 1989) articulada ao campo da Biologia. Concebida como uma fase natural e universal do desenvolvimento humano, esta concepção vincula adolescência/juventude a um período de passagem da infância para a vida adulta, no qual o jovem é considerado um ser incompleto. A partir desta visão, diversos recortes são realizados para compreendê-la, por exemplo, como uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categorial social ou uma geração sendo que:

todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade. Há, portanto, uma correspondência com a faixa de idade, mesmo que os limites etários não possam ser definidos rigidamente; é a partir dessa dimensão também que ganha sentido a proposição de um recorte de referências etárias no conjunto da população, para análises demográficas (Freitas, 2005, p. 6).

Neste sentido, apesar de enfocarem aspectos diferentes, estes recortes remetem à juventude como um período biológico e universal. Seja, por exemplo, compreendida como um período de confusão de papéis no qual a adolescência é institucionalizada por meio da noção de moratória (Erikson, 1976) ou como um conjunto de características negativas que comporiam a “Síndrome da Adolescência Normal” (Aberastury & Knobel, 1989). A sociedade, por sua vez, (re)produzindo estes conhecimentos, tornou a adolescência/juventude um período familiar e esperado. Junto com as transformações “corporais” e “biológicas” surgiram aspectos “comportamentais” e “psicológicos” como “as rebeldias, as insatisfações, a onipotência, as crises geracionais, enfim tudo aquilo que a psicologia, tão cuidadosamente, registrou e denominou de adolescência” (Bock, 2004, p. 37).

Neste mesmo campo de discussão, Betina Hillesheim e Neuza Guareschi (2007) afirmam que o projeto no qual o indivíduo se tornaria um sujeito autônomo, dentro dos moldes destas leituras no campo da Psicologia do Desenvolvimento, pressupõe alguns parâmetros. Dentre eles, encontram-se a racionalidade, a autorregulação e a consciência, que articuladas permitiriam a adequação do indivíduo à norma vigente, e esta perspectiva acaba por homogeneizar os percursos e modos de vida humanos. Portanto, ao estabelecer um conjunto de características que formariam um ideal de ser jovem, a psicologia, associada a outros saberes como a pedagogia e a medicina, forjam um sistema de inteligibilidade sobre a condição juvenil, patologizando tudo aquilo que foge à esta norma. Por se constituírem como campos de saber-poder autorizados a falar sobre a juventude, são responsáveis por elaborar parâmetros que vão “orientar”, “disciplinar” e “tratar” aqueles que não correspondem tal padrão de normalidade.

No Brasil, foi a partir da segunda metade da década de 1980 e, sobretudo, nos anos 1990 que a Juventude se tornou destaque nos diversos âmbitos: político, acadêmico e nos espaços que prestam serviços sociais (Abramo, 1997; 2005). A partir de então, o tema vem ganhando diferentes contornos quanto ao foco e questões abordadas, o que traz diversos desafios para aqueles que desenvolvem ações e estudos sobre tal temática. É importante considerar que não há consenso quanto à própria utilização do termo juventude, sendo que em muitos estudos vê-se a utilização do termo adolescência. Por vezes, adolescência e juventude surgem como categorias sobrepostas; outras como campos distintos, porém complementares. Há ainda a disputa quanto à utilização de ambos por diferentes abordagens (Freitas, 2005). No presente trabalho, o termo ‘juventude’ será adotado como categoria analítica.

Os estudos que se pautavam em perspectivas biologicistas passaram a ser alvos de críticas por naturalizar as vivências, bem como, por limitar as experiências ao se embasarem em “um tipo específico de jovem em nossa sociedade, mais especificamente ao jovem das classes médias, dos grandes centros urbanos, branco, heterossexual e quase sempre, do sexo masculino” (Mayorga & Pinto, 2013, p. 102). Partindo destas concepções, a análise se daria através de características que faltariam aos jovens atingirem para corresponder a um determinado modelo de "ser jovem", o que invisibilizaria a compreensão dos modos pelos quais jovens de outras realidades e contextos constroem suas experiências (Dayrell, 2003; Mayorga & Pinto, 2013). Através destas proposições, pode-se citar um número expressivo de jovens que não compõem tal parâmetro normativo descrito por Cláudia Mayorga e Geíse Pinto (2013) como rapazes e moças pobres, homossexuais, lésbicas, transgêneros, negros/as, moradores/as de comunidades periféricas e do campo, cujas vivências são patologizadas e/ou invisibilizadas no cenário social e político.

Com base nestas preocupações compartilha-se da concepção de juventude como uma produção da modernidade e, por isto, uma construção sócio-histórica atravessada, de diferentes

formas, por marcadores sociais, localizadas no tempo e no espaço, integrada e marcada por suas desigualdades e diferenças. Tal perspectiva exige que a juventude seja pensada através de uma visão plural das vivências, o que torna coerente a utilização do termo no plural, “juventudes” (Abramo, 1997). Partindo desta ótica, os cuidados analíticos que se deve ter ao pensar a juventude brasileira no contexto contemporâneo, são assim descritos:

se, por um lado, presenciamos um momento de pluralidade de posições e experiências, fruto também do processo de democratização que se instaurou no país a partir dos anos de 1980, por outro, os sistemas de poder que produzem desigualdades e subalternidades têm se reorganizado, se sofisticado e, para compreendê-los, tem sido necessária a des/construção das lentes analíticas para examinar tal complexidade (Mayorga & Pinto, 2013, p. 101).

Nesta direção, as autoras apontam para a necessidade da construção de novos parâmetros analíticos no qual a noção de interseccionalidade, cunhada dentro do movimento feminista negro, é avaliada pelas mesmas como um caminho importante. Tal conceito foi inaugurado sistematicamente por Kimberlé Williams Crenshaw, uma autora do feminismo negro, visando analisar a articulação entre os marcadores de raça, gênero e outros eixos de subordinação, na produção da opressão em que se encontram mulheres negras (Mayorga & Pinto, 2013). O conceito é explicado por Crenshaw (2002) por meio da metáfora do cruzamento entre avenidas. Assim, analogicamente aconteceria com a articulação e cruzamento entre diferentes categorias ou eixos de poder, que sustentam as dimensões sociais, políticas e econômicas. A interseccionalidade emerge, portanto, como possibilidade de complexificar as análises de situações de subordinação presentes nas dinâmicas sociais.

Nesta perspectiva de trabalho, a revisão da literatura propiciou ferramentas conceituais importantes para o desenvolvimento da presente pesquisa. Dentre as quais está o conceito de interseccionalidade que ganha diferentes contornos pelas autoras feministas e sua apropriação é, portanto, bastante variada nos diferentes campos de saber. Resguardado tal aspecto, “certas abordagens que trabalham com a interseccionalidade oferecem recursos relevantes para

compreender a produção de sujeitos na nova ordem global” (Pescitelli, 2008, p. 272). É importante salientar que a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica pressupõe que as desigualdades não sejam analisadas como somatória de categorias, mas sim, como eixos que se articulam e forjam certas lógicas de opressão e subordinação (Mayorga & Pinto, 2013). Nessa direção é importante estar atento para a análise dos dispositivos de saber-poder que são ativados para produzir, legitimar tais lógicas, tornando-as possíveis na reprodução e manutenção de hierarquias sociais (Prado & Perucchi, 2011).

Articulando a noção de interseccionalidade com o campo da juventude, apesar de haver hoje um consenso sobre a necessidade de compreender a juventude em sua diversidade, pouco se tem avançado quanto ao debate de como realizar as articulações entre estas diferentes dimensões, visando desnaturalizar as hierarquias e as situações de desigualdades sociais. Assim, os avanços podem ser encontrados em alguns trabalhos, porém o que se nota como panorama geral dos trabalhos científicos é que os marcadores sociais não chegam a ser adotados como categorias analíticas e sua utilização “acaba ficando mais no campo retórico do que na materialidade das pesquisas que têm sido realizadas” (Mayorga & Pinto 2013, p. 104). Tal situação pode ser observada nas análises em que as categorias se limitam apenas ao caráter descritivo. Este posicionamento acaba por neutralizar a tensão existente entre as experiências plurais juvenis, principalmente, quando se foca na tentativa de se delimitar uma noção de juventude como experiência comum a todos os indivíduos (Mayorga & Pinto, 2013).

1.1 Hierarquias sociais e produção de desigualdades: interpelações nas vivências juvenis

Para compreender a constituição das hierarquias sociais, parte-se da genealogia do poder proposta por Michel Foucault (1988, 1995, 2014). Conforme o autor o poder deve ser compreendido enquanto ação sobre ação, que envolve múltiplas relações de forças e se desenvolve na capilaridade das relações sociais. A partir desta compreensão, Foucault (1995) propõe que o poder é um exercício, que produz saberes e estes se desdobram em efeitos de poder. Dessa forma, “aquilo que se define como uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” (Foucault, 1995, p. 243).

As relações de poder produzem sistemas de poder e se constituem através da articulação entre diferentes instituições que compõe a estrutura social, que com seus dispositivos diversos, mantêm uma ligação funcional entre si e sua articulação mantêm uma inteligibilidade social. Assim, instituição é designada como “todo comportamento, mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser enunciado, ou seja, todo social não discursivo é uma instituição” (Foucault, 2015, p. 368). Mas como salienta Foucault (1995, p. 248) “é importante estar atento às possibilidades de subversão e questionamento das lógicas hegemônicas e legitimadas já que [...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual [...] uma estratégia de luta [...]”. Tendo em mente estas dimensões, surgem os seguintes questionamentos: como as hierarquias sociais, enquanto sistemas de poder atuam na reprodução de desigualdades sociais e interpelam as vivências juvenis? Como é possível forjar questionamentos e a subversão por parte dos jovens, frente a esta lógica, que sustenta tais hierarquias sociais?

Para entender este processo é preciso compreender como ocorre a construção de hierarquias sociais. Pode-se considerar que estas se estruturam por duas lógicas principais: a classificação social, amplamente difundida nas ações de Estado e das ciências, e a inferiorização social, materializada através de mecanismos ideológicos e cognitivos (Prado & Perucchi, 2011). Estas duas lógicas funcionam de forma distinta, mas é importante salientar que, apesar disso, elas se interpelam na produção e manutenção de desigualdades e exclusões de pessoas e grupos podendo assumir diferentes matrizes, indo do extermínio e violências simbólicas até formas subalternizadas de inclusão (Prado & Machado, 2008 citado por Prado & Perucchi, 2011).

A lógica que sustenta a classificação social é a condição de subordinação. Numa relação de subordinação existe uma funcionalidade entre os atores sociais forjada como uma condição naturalizada. Nesta, a experiência é dada como uma condição necessária, positiva e funcional o que faz com que ela não seja concebida enquanto uma situação de opressão. Uma forma de tomá-la como alvo de questionamento é através do processo de historicização. Pode-se inferir, então, que uma situação de subordinação é considerada “potencialmente uma situação de opressão ainda não politizada, isto é, ainda não reconhecida pelos sujeitos como uma forma de injustiça e inferiorização” (Prado & Perucchi, 2011, p. 349). No caso de situação de inferiorização social, a sustentação se realizará por meio da opressão. Quando a situação de opressão é politizada, indivíduos anteriormente subordinados, “reconhecem na inferiorização social uma injustiça historicamente construída” (Prado & Perucchi, 2011, p. 349). Assim, através do questionamento do instituído pelas normas sociais vigentes [...] os indivíduos “colocam em questão os limites da objetividade e inteligibilidade do social” realizando micro resistências, portanto, uma subversão da lógica hegemônica (Prado & Perucchi, 2011, p. 349).

Relacionando tais pressupostos com a temática da juventude, encontra-se a lógica hierárquica da classificação presente na noção da mesma como período de transitoriedade. Ao

classificar o jovem como um vir a ser, um sujeito em formação, justifica e legitima a tutela e a subordinação deste por adultos frente às diferentes instituições sociais (família, escola, organizações sociais), ou seja, forjam sua funcionalidade e inteligibilidade. Esta relação se torna uma situação de inferiorização quando, por exemplo, relega o privado como o lugar a ser ocupado pelo jovem. É válido ressaltar que esta concepção se pauta numa visão adultocêntrica na qual a fase adulta é tomada como o padrão a ser atingido pelos jovens e pela qual os mesmos alcançariam o estatuto de sujeitos de direitos e se tornariam “aptos a poder articular falas, ações e, portanto, interesses de domínio público” (Castro, 2011, p. 305). Por muito tempo, e ainda hoje, essa noção de juventude embasa práticas sociais e políticas públicas para jovens que, pautada na lógica tutelar, tem reservado o lugar destes como objeto, principalmente, se forem pobres e negros (Mayorga & Pinto, 2013; Castro, 2011), o que se configura como uma situação de opressão.

Outra noção que emerge neste contexto é a da moratória. Por meio desta o jovem tem o aval da sociedade para se preparar para a vida adulta e este processo se dá, principalmente, através de sua inserção no processo educacional formal. Porém, sabendo das contingências e desigualdades encontradas no Brasil, esta noção se limita à parcela de jovens que pertencem à classe média e alta. Mas por que tal maneira de designar a juventude tem sido destinada apenas a alguns segmentos sociais? “Por que o jovem pobre se encontra excluído desse quadro? Que outras articulações foram sendo produzidas e fortalecidas, ao longo do século XX, para a juventude pobre?” (Coimbra e Nascimento, 2005, s/p). A fim de melhor compreender estas questões, o próximo tópico abordará alguns pressupostos teóricos-chaves, elaborados por Michel Foucault que permitem compreender como a vida e o corpo se tornaram objeto de saber.

1.2 A constituição do corpo como investimento: instrumental analítico

Foucault representa uma referência fundamental através de seu instrumental analítico para pensar como o corpo se constituiu como investimento nos diferentes contextos sociais e históricos. Esta compreensão torna-se possível através da análise “das discontinuidades, dos regulamentos, da disciplina, dos métodos de análise, do exame, das formas de racionalidade e de uma retórica corporal construída com base no exercício, no controle e na resistência” (Nóbrega, 2008, p. 408).

Nesta direção, o foco principal deste tópico gira em torno da emergência do corpo como alvo de investimento, visando subsidiar, posteriormente, a discussão sobre os dispositivos que fazem ver e fazem falar sobre a constituição da juventude pobre, como alvo de discursos nos cenários políticos, acadêmicos e sociais. Para tanto, parte-se da utilização dos estudos de Michel Foucault (2005; 2014; 2015), principalmente no que diz respeito à noção de poder disciplinar e biopoder. Por meio destes, será possível compreender como o corpo – neste estudo especificamente o corpo do jovem pobre - se tornou um lugar em que se inscrevem regimes discursivos e de poder, ou seja, passou a ser alvo de investimento e controle (Fraga, 2000).

Com o advento do capitalismo industrial uma nova técnica de exercício de poder se instaurou: a disciplina, inaugurando o que Foucault denominou como sociedade disciplinar. Apesar da disciplina já existir em tempos anteriores foi a partir do século XVII e, sobretudo, no século XVIII que o poder disciplinar se aperfeiçoou e passou a ser utilizado enquanto técnica de gestão dos corpos. Conforme Foucault:

o momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’ que é também igualmente uma “mecânica dos outros, não simplesmente para que faça, o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez

e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (Foucault, 2014, p. 135).

Articulando tal questão à pobreza, no século XVIII o indivíduo pobre constituiu-se como um elemento fundamental da paisagem das cidades, não representando, portanto, um problema para sociedade. Isto porque tinham uma importância instrumental na vida urbana, pois ficavam incumbidos de serviços que iam desde o transporte de água até a eliminação de dejetos (Foucault, 2015).

Na segunda metade do século XVIII, emergiu uma nova tecnologia de poder: o biopoder. Este não excluía a tecnologia disciplinar, mas lhe serviu de suporte por outras vias, através de instrumentos diferentes. Ao invés do investimento no corpo individual como ocorria no poder disciplinar, o biopoder se ocupou do indivíduo-espécie, ou seja, o foco era a população. A essa tecnologia de poder Foucault (2005, p. 294) chamou de “regulamentação e que consiste em fazer viver ou deixar morrer”. Portanto, o biopoder habitou-se sobre questões próprias da vida como “nascimento, morte, produção, doença, etc” [...] fazendo surgir, no final do século XVIII, o que Foucault designou como Biopolítica (Foucault, 2005, p. 289).

Surge então, a Demografia como um novo campo de saber-poder. Através da predição e da Estatística, a Demografia ganhou destaque enquanto ciência em defesa da vida, na medida em que pôde melhor estimar o futuro, portanto, “fazer viver”. Neste contexto, passou a ser realizado um investimento maciço na criação de dispositivos para que a vida pudesse ser, cada vez mais, melhorada, aperfeiçoada e otimizada. Foucault apontou que nas sociedades ocidentais que passaram a se fundamentar no biopoder, foi a norma que viabilizou o exercício do poder, tanto sobre o corpo quanto sobre a população tornando possível a disciplina e a regulamentação. Nesta tecnologia de poder, a população passa a ser tomada como alvo de investimento por constituir-se

“como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...] (Foucault, 2005, p. 293).

Marco Aurélio Máximo Prado e Maria Juracy Filgueiras Toneli (2013) pontuam duas concepções, que nas análises de Michel Foucault sobre o poder, ganham destaque: a noção de governo e a governamentalidade, tanto em relação do indivíduo sobre si mesmo quanto sobre os outros. Conforme este autor, a governamentalidade se institui a partir de três pontos fundamentais:

1) um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança; 2) a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo sobre todos os outros – a soberania, a disciplina, etc – e levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes; 3) resultado do processo através do qual o Estado de Justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco governamentalizado (Foucault, 2015, p. 429).

Portanto, a noção de governo para Foucault não se restringe ao âmbito das decisões executivas e administrativas de origem estatal. Governo é utilizado pelo autor no sentido mais amplo, como um sistema composto por um conjunto de procedimentos e mecanismos que passa a conduzir a vida e as condutas do homem e grupos na estrutura social (Foucault, 2009).

É em meio a racionalidade capitalista e no contexto da Biopolítica, que no segundo terço do século XIX, o pobre emergiu enquanto perigo médico e “sanitário” e que portanto, deveria ser gerido pelo Estado. Conforme Foucault (2015) foram vários os motivos que levaram a esta relação. O primeiro deles foi de ordem política, relacionou-se, principalmente, à participação dos pobres em revoltas no período da Revolução Francesa. O segundo estava ligado à instalação de alguns serviços que antes eram exercidos por pobres, o que também gerou revoltas populares. E por fim, a cólera que assolou a França no ano de 1832 e se alastrou por toda Europa. Esta cristalizou-se na população proletária levando a divisão espacial entre pobres e ricos, medida esta tomada como

precaução, já que o pobre passou a ser considerado um problema sanitário e político e um perigo para a sociedade burguesa (Foucault, 2015).

As leituras feitas das produções de Michel Foucault, mais especificamente das obras ‘Em defesa da sociedade’ (2005); ‘Vigiar e punir: nascimento da prisão’ (2014); ‘Microfísica do poder’ (2015), levam à proposição de que em uma sociedade que se orienta pela biopolítica, diversas medidas são tomadas com o intuito de maximizar a vida. Neste sentido, instaura-se uma dúvida: todos terão o direito inalienável de viver incondicionalmente? Conforme Foucault, a Biopolítica, apesar de centrar-se na vida, também deixa morrer. Nesta direção o autor problematizou esta questão através da seguinte pergunta “ [...] nessa tecnologia de poder, que tem como objetivo a vida [...] como [...] é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, expor à morte não só seus inimigos mas seus próprios cidadãos?” (Foucault, 2005, p. 304).

De acordo com o autor é através de um elemento fundamental do poder, que o assassinio pode ser exercido pelo Estado: o racismo. Este é tomado enquanto um conceito biológico no qual as lutas passam a ter sentido biológico, de busca pela pureza em que empera a lei do mais forte e do mais adaptado. Tal mecanismo foi designado por Foucault como racismo de Estado, assim o Estado teria o papel de garantir a proteção da integridade, “da superioridade e da pureza da raça” (Foucault, 2005, p. 95). É neste contexto, imersos ao capitalismo liberal, que emergiram um conjunto de teorias eugenistas e racistas. Na Europa, por exemplo, foi por meio destas, que se justificaram a segregação entre raças para evitar com que doenças e enfermidades associadas a determinadas “raças inferiores” se alastrassem por aquelas consideradas “superiores” (Foucault, 2005).

Mas afinal, como tais pressupostos teóricos se relacionam com a juventude pobre? Como a disciplina e o biopoder operam em seus corpos? Como o racismo de Estado se coloca diante dessa juventude? As proposições de Michel Foucault, acima citadas, dão subsídios para pensar pontos

nevrálgicos no que tange às condições de vida e vulnerabilidades em que jovens pobres se encontram imersos no contexto brasileiro. Pode-se citar como exemplo, a desigualdade no acesso à educação. Conforme a primeira edição do Boletim “Juventude Informa”⁶ publicado no ano de 2014 pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve, nos últimos vinte anos, um aumento significativo no que concerne ao acesso à escola, especialmente para crianças e jovens como pode ser verificado nos dados abaixo:

entre anos de 1992 e 2012 a porcentagem de jovens brasileiros com idade entre quinze e dezessete anos frequentando a escola se elevou de 59,7% para 84,2%. Esse crescimento foi acentuado nos primeiros dez anos considerados, e mais lento nos últimos dez anos, o que nos indica, por um lado, um quadro de elevado acesso à escola e, por outro, a persistência de um problema grave de abandono precoce da escola por parte de um contingente significativo de adolescentes (cerca de 15%). No segmento de 18 a 24 anos, o crescimento percentual dos que frequentam a escola foi menor, (de 22% para 29,4%) isso não significa, porém, que não houve crescimento significativo do acesso destes jovens ao ensino básico, pois parte deles não frequenta neste momento a escola porque já concluiu o ensino médio (SNJ/IPEA, 2014, p. 2).

Porém, existe um perfil dos jovens (conforme a renda e a raça/cor) que não se beneficiou desses avanços o que aponta para a desigualdade entre os seguimentos juvenis. Isto pode ser verificado, por exemplo, pela diferença existente entre ricos e pobres no que concerne a proporção de jovens frequentando o ciclo correto para sua idade:

em 2012, entre aqueles na faixa etária 15-17, 73% dos ricos encontram-se no ensino médio e apenas 42% dos pobres estão na mesma situação. Além disso, enquanto 35% dos pobres entre 15 e 17 anos de idade estão no ensino fundamental, esta proporção alcança apenas 10% dos ricos (SNJ/IPEA, 2014, p. 26).

Os brancos, assim como os ricos, possuem indicadores educacionais superiores. Na análise da adequação idade/série entre jovens estudantes conforme a raça/cor, por exemplo, é possível perceber a diferença significativa entre jovens brancos (brancos e amarelos) e negros (pretos e pardos):

⁶ Análise dos dados foi realizada a partir de informações oriundas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), bem como do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

enquanto 63% dos brancos cursam o ensino médio com a idade correta, isto é, com 15 a 17 anos, apenas 49% dos negros fazem o mesmo. Entre os jovens de 18 a 24 anos, 23% dos brancos e 10% dos negros estão no ensino superior. Já na faixa etária 25 a 29, estes indicadores correspondem a 11% e 6% (SNJ/IPEA, 2014, p. 22).

Portanto, além da classe, é possível perceber que o marcador ‘raça’ constitui-se como um elemento importante na produção das desigualdades sociais. Conforme Flauzina (2006) entre as pessoas pobres, inclusive os piores índices nos diversos âmbitos (saúde, trabalho, educação, etc) atingem, com maior intensidade a população negra.

A literatura aponta que os dispositivos de governamentalidade direcionados às juventudes pobres e negras, pautam-se em um contínuo histórico embasados em saberes-poderes que as associam com problemas sociais e, dessa forma, por representarem um perigo para sociedade, por não se inserirem nos modos de vida capitalista, que seu controle e até mesmo seu extermínio são justificados e legitimados (Pais, 1990; Malvasi, 2008; Tommasi, 2010; 2014; Castro, 2001; Sento-Sé, 2003; Abramo, 1997; 2005; Malvasi & Adorno, 2014).

Neste contexto, a principal medida adotada pelo Estado para seu governo, tem sido a institucionalização vinculada ao controle penal, como pode ser verificado na forma em que a assistência às crianças e adolescentes se estruturou no século XX (Lopes, Silva & Malfitano, 2006; Lopes et al., 2008; Sposito & Carrano, 2003). Também pelo número expressivo de jovens pobres, especialmente negros, em cumprimento de medidas socioeducativas ou encarcerados, como mostra o documento “Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil” em sua versão preliminar produzido pelo governo federal. Pautado nos resultados e nas discussões de diversos estudos, além dos dados analisados na pesquisa, o documento aponta tal realidade como fruto de um sistema penal, cuja penalização é seletivista tanto com relação ao segmento populacional (jovens pobres e negros) quanto aos atos infracionais (tráfico e crimes contra o patrimônio) (Brasil, 2014), fato que demonstra seu funcionamento sob bases racistas e classistas.

Concomitante à institucionalização, a violência física e simbólica, revestida pelo racismo institucional, marca as ações direcionadas a esta população no Brasil. Tais aspectos se traduzem nas abordagens violentas dos agentes de segurança, principalmente da polícia, bem como pelo genocídio deste contingente populacional legitimado pelo Estado brasileiro (Feffermann, 2013). Esta constatação pode ser verificada no número exorbitante de mortes de jovens por causas externas (homicídios e acidentes de trânsito), no qual o homicídio por arma de fogo ocupa lugar de destaque na vitimização dessa população. Conforme o Mapa da Violência produzido por Julio Waiselfisz (2015), no período de 1980 a 2012, enquanto os homicídios na população total (pessoas com menos de quinze anos e mais de vinte e nove anos) tiveram um aumento 556,6%, os homicídios entre os jovens (pessoas de quinze a vinte e nove anos) o aumento foi de 655,5%. Estes dados mostram que apesar do aumento expressivo de homicídios na população geral, os índices são ainda mais alarmantes no caso da juventude.

Em uma nota técnica divulgada em novembro de 2013, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através da análise de informações do Sistema de informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) e do Censo Demográfico do IBGE de 2010, revela a relação entre homicídios e racismo. Conforme a nota, enquanto o número de pessoas brancas assassinadas por ano no Brasil é de 16 mil, o número de assassinatos de pessoas negras (pretos e pardos) chega a 39 mil (Cerqueira & Moura, 2013), o que aponta que além do marcador de geração, o marcador de 'raça' também constitui-se como um fator decisivo nos números de homicídios no Brasil.

Salete Valesan (2015, p.9) frisa que “a violência é tolerável em determinadas condições, de acordo com quem pratica, contra quem, de que forma e em que lugar”, ou seja, as mortes no Brasil, relacionadas aos homicídios por arma de fogo são perpassadas por vários marcadores que fazem com que a questão não atinja da mesma forma toda a população. O alvo prioritário de sumarização do Estado tem geração, cor, raça/etnia, território, gênero e classe bem definidos. São jovens, do

gênero masculino, pobres, negros e moradores de periferias o principal contingente vitimizado e atingido pela violência (Waiselfisz, 2015).

A realidade brasileira aponta, portanto, para dois caminhos prioritários para esta juventude: a criminalização e a violência letal (Alves, 2013). É neste cenário que o jovem emerge tanto como um objeto de saber-poder para si quanto para o outro. Isto, na medida em que é criado um conjunto de discursos que prescreve ações que objetivam inseri-lo numa racionalidade política mais ampla, ao mesmo tempo em que forjam modos de subjetivação (Goulart & Santos, 2014). Para melhor compreender como esta realidade foi sendo construída, o próximo tópico irá abordar como a juventude pobre se tornou alvo de investimento do Estado e das instituições sociais.

1.3 Juventude pobre como alvo de investimento social

Para compreender como a juventude pobre emergiu na modernidade, e mais especificamente no contexto brasileiro como alvo de investimento, torna-se primordial a historicização dos acontecimentos. Por meio desta, pretende-se identificar as condições de possibilidade e as contingências que tornaram possíveis esta produção e identificar as rupturas e as continuidades que constituem a juventude pobre na contemporaneidade.

Neste sentido, é importante compreender tanto o contexto macrossocial de produção da pobreza no Brasil quanto às tramas que compõe os centros urbanos (Neto & Quiroga, 2003). Visando fugir da homogeneização trazida pela utilização exclusiva da categoria classe na análise da constituição da pobreza no Brasil, o presente estudo considera a dimensão da 'raça' como importante marcador na produção deste fenômeno. Assim,

a pobreza branca está associada fundamentalmente às mazelas provocadas pela forma de estruturação econômica, assumida desde a modernidade, agravando-se com o advento da globalização. A partir do momento em que a absorção da mão-de-obra se tornou um

problema, dentro de uma lógica de consumo e produção que reforça os patamares de concentração de renda e exclusão social em todo mundo, a uma parcela do proletariado branco que começa a perder espaço, antes assegurado e incentivado por um conjunto de políticas públicas, e a ter uma redução significativa em termos de renda. Já a pobreza negra não pode ser explicada exclusivamente pelas dinâmicas do capital. Para esse segmento a pobreza foi construída enquanto possibilidade e utilizada como instrumento para a redução das condições de vida ao longo de todo o percurso histórico (Flauzina, 2006, p. 102).

Diante disso, a noção de racismo de Estado elaborada por Foucault (2005) representa um conceito importante para pensar a constituição deste fenômeno. Desde o período de escravidão a população negra vem sendo alvo de controle e opressão. Com a abolição ocorreu “a cisão entre uma brancura produtiva e uma negritude ociosa e indolente” (Flauzina, 2006, p. 38). Estas imagens foram ganhando a cena nas práticas punitivas, na qual tudo aquilo que fugia da imagem “desejável” do trabalho livre vinculado aos interesses econômicos do capitalismo liberal era designado como patologia, desvio e imoralidade e que deveria ser alvo de punição (Flauzina, 2006; Feffermann, 2013). É possível perceber que a racionalidade que fundamentava as relações sociais neste período, se embasava na articulação do ideal de brancura (Santos, 2014) e docilização dos trabalhadores aos interesses do capital (Foucault, 2014), o que colocava a negritude e a pobreza ligadas à periculosidade e anormalidade que deveriam ser controladas e punidas para o desenvolvimento do país.

Segundo Coimbra e Nascimento (2005), toda a parcela da população que não se encaixava no padrão dos “trabalhadores dóceis e produtivos” deveria ser esterilizada, ao passo que se torna o “perigo social”, justificando sua segregação, enclausuramento ou mesmo seu extermínio. A partir daí, um conjunto de prescrições foram produzidas e passaram a ditar o que os pobres e negros deveriam ser (classe perigosa), já que os mesmos não se encaixavam nesta lógica sendo considerados um entrave ao processo de modernização do país. É importante ressaltar que tais discursos se embasavam em um conjunto de conhecimentos “científicos” eugenistas e racistas (Feffermann, 2013).

A existência de quase quatro séculos de escravidão, perdura, ainda hoje, através de uma racionalidade racista que orienta as ações e políticas brasileiras camufladas sob o mito da democracia racial. Através desta, as desigualdades entre brancos e negros foram naturalizadas justificando o poder hegemônico dos brancos sobre os negros. A fim de manter os privilégios socioculturais, o que se percebe é que este padrão de normalidade e ideal ainda impera na sociedade brasileira. Desta forma, “os brancos negam seus preconceitos pessoais, reconhecem o impacto do racismo sobre a vida dos negros, mas evitam identificar o impacto do racismo em sua identidade branca” (Longo, 2012, p.4).

Isto pode ser observado, na sociedade brasileira, pelo pensamento dominante que forja os privilégios como mérito da população branca e rica e não como fruto de um processo histórico de desigualdades, exclusão e opressão. Inserido nesta racionalidade, se encontra o ideal de cultura civilizada como sinônimo de cultura branca elitizada. Para assegurar sua permanência, toda a história e a cultura do povo negro e pobre é invisibilizada e criminalizada como acontece, por exemplo, na associação do *funk* com o tráfico, como mostram Adriana Lopes e Adriana Facina (2012) no texto “Cidade do *funk*: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas”. Conforme as autoras, a criminalização do *funk* se dá por diferentes argumentos moralistas, seja por considerá-lo ofensivo, alienante ou por associá-lo à violência. Todos estes argumentos têm por finalidade sua exclusão e deslegitimação no cenário simbólico e cultural popular (Lopes & Facina, 2012). Esta constatação pode ser estendida a outras manifestações culturais e artísticas afro-brasileiras e periféricas como é o caso das expressões do movimento *hip hop*, das religiões de matriz africana e dos símbolos da cultura negra.

Tal lógica se traduz hoje também por meio de diferentes dispositivos de controle e cerceamento da população negra e pobre. Esta constatação pode ser verificada na predominância do policiamento ostensivo em periferias urbanas que além de restringir a livre circulação da

população pelo território, maximiza a criminalização dos mesmos ao passo que existe uma imagem estereotipada de base racista que associa o negro a criminalidade, tornado este, alvo prioritário de abordagens policiais (Flauzina, 2006).

Desta forma, os jovens pobres, principalmente negros, são vistos como aqueles que, num futuro próximo, serão, naturalmente e potencialmente, um perigo para a sociedade. Tal racionalidade faz com que o controle seja exercido “não apenas em cima do que se é, do que se fez, mas principalmente sobre o que se poderá vir a ser, do que se poderá vir a fazer, sobre as virtualidades” (Coimbra & Nascimento, 2005, p. 339).

Como efeito desta perspectiva, a juventude pobre emerge enquanto construção da modernidade como um problema político, que deve ser governado tanto como indivíduo-corpo por meio de dispositivos e técnicas disciplinares quanto como indivíduo-espécie através do biopoder. Mas enfim, quais são os dispositivos criados com o intuito de governá-la?

É possível verificar, como introduzido no tópico anterior, um contínuo histórico no qual a juventude pobre emerge na esfera pública pela via da criminalização, do controle e da punição. Tais situações podem ser observadas desde a “catequese dos indiozinhos sem alma até aos filhos dos escravos. A República não produziu nenhuma ruptura nesse marco; ao contrário, construiu a categoria ‘menor’ instituindo racionalidades, programas e projetos para a governança das juventudes desqualificadas, a serem punitivamente administradas” (Batista, 2010, p. 6). Sabendo das contigências políticas e sociais brasileiras, pode-se dizer que a criminalização, o controle e a punição se mantêm, ainda hoje, como racionalidades de governo de jovens pobres e negros. O exercício destas formas de gestão ora ocorrem de forma mais velada, sob a lógica do “cuidado assistencial” articulada ao caráter pedagógico presentes em diversos dispositivos direcionados aos jovens pobres como: a escola, os projetos sociais, os serviços sócio-assistenciais e políticas

públicas ora de forma mais explícita, seja pelo encarceramento, seja pelo extermínio juvenil pela via do tráfico ou pela ação dos agentes de segurança.

Partindo destas questões e do entendimento dos jovens pobres como um campo de intervenção, percebe-se que, no contexto brasileiro, dois fatores principais são apontados como motivos, que colocam jovens pobres no alvo dos discursos e dos empreendimentos públicos e também privados. O primeiro deles, diz respeito ao aspecto demográfico no qual os jovens ganham destaque por representar um grande contingente populacional. Já o segundo se refere à vinculação de jovens pobres a problemas sociais, principalmente às situações de violência, como autor e/ou como vítimas. Portanto, na produção desta discursividade, dois campos de saber-poder são ativados e sustentam a ideia da juventude como problema político: a Demografia e a segurança pública (Tommasi, 2010).

Diferente de jovens de classe média e alta, o lugar relegado a experiência do jovem pobre, negro e favelado “presente no imaginário social é sua associação com a falta e a carência (de recursos econômicos, cultural, moral, de inteligência etc.). Além disto, são considerados como marginais e bandidos em estágio de latência” (Mayorga & Pinto, 2013, p. 111).

A juventude pobre e negra como “problema social” foi, portanto, o discurso acionado como tema de destaque, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1980 e, sobretudo, nos anos 1990. Vistos sob a perspectiva do “risco” (risco para si e para a ordem social) foram vinculados como a população mais suscetível à criminalidade, ao uso de substâncias psicoativas, ao tráfico, à gravidez indesejada e ao desemprego (Abramo, 1997; 2005; Malvasi & Adorno, 2014).

Não é de se estranhar em uma sociedade com tantas desigualdades sociais e com lugar para poucos, como é o caso do Brasil, que a juventude pobre, por não se enquadrar nos parâmetros considerados desejáveis a serem vividos pelos jovens nos moldes de vida capitalista, seja considerada como aquilo que excede. E nada mais racional nesta lógica que associar questões

sociais a este contingente populacional de forma naturalizada. A naturalização, pelo fato de conceber os acontecimentos sociais como resultado da não capacidade dos indivíduos em gerir suas vidas, sustenta as concepções tão arraigadas na sociedade que associam os/as jovens pobres com problemas sociais, propagando a ideia de que estes representam um perigo e uma ameaça à ordem vigente e que por isto devem ser controlados e administrados. Esta perspectiva tem sido (re)produzida historicamente pela articulação entre pobreza, periculosidade e criminalidade tornando a juventude pobre alvo prioritário de Políticas Públicas, sobretudo no âmbito da segurança pública (Coimbra & Nascimento, 2005; Menezes & Costa, 2012).

A partir desta constatação, duas são as ofertas do Estado direcionadas aos jovens moradores de comunidades periféricas e favelas: o encarceramento e a execução sumária, como dito, corriqueiramente, “cadeia ou caixão”; “prisão ou vala”, sendo tais ações protagonizadas, sobretudo, pela polícia e reproduzida pelas instâncias sociais (Feffermann, 2013). Ao desconsiderarem os aspectos estruturais das desigualdades e injustiças sociais, estas ações acabam por atuar como medidas racistas reproduzindo a lógica de criminalização desta população, atuando no seu extermínio (simbólico e físico) ou, ao realizarem uma problematização negativa, legitimando o discurso de controle destes por parte do Estado e das instituições sociais (Mayorga & Pinto, 2013; Brandão, 2011; Menezes & Costa, 2012).

Neste cenário, o conjunto de ações e políticas desenvolvidas aponta, de maneira geral, para a mesma direção: a tentativa de inserir os jovens na ordem vigente. Através do exposto, fica evidente que a intervenção adultocêntrica se (re)produz de forma diferente quando se trata de jovens pobres e negros. Ao invés da moratória, como é designada aos jovens de classe média e alta, emerge, sobretudo, a tutela visando seu governo. Seguindo a lógica neoliberal, as ações dirigidas ao jovem pautam-se na sua integração ao modelo capitalista, que ao mesmo tempo em que visa adequá-lo para inseri-lo ao mercado de trabalho, aponta para sua emergência enquanto

empreendedor social, enunciado como “protagonismo juvenil” (Menezes & Costa, 2012; Souza, 2009).

Neste contexto, vê-se o surgimento da utilização de uma linguagem específica que relaciona a diminuição da vulnerabilidade social de jovens pobres por meio do aumento de seu “capital humano” (Goulart & Santos, 2014). A noção de capital humano atrelada ao discurso do Protagonismo Juvenil surge como forma prescritiva (pedagógica) de atuação do jovem como aquele que, através de sua participação social e política, deve atuar como coparticipante na transformação de sua realidade e no desenvolvimento do país, na medida em que representa “o futuro da nação”. Tal concepção articula a noção de cidadania e desenvolvimento à participação dos jovens em atividades voluntárias (Abramo, 2005). Portanto, este discurso fabrica a inteligibilidade de um investimento sobre si que forja um modo de subjetivação neoliberal, no qual o jovem deve aprender a ser e a fazer para se tornar um cidadão (Goulart & Santos, 2014). Ao se realizar dentro dos moldes da ordem vigente, funciona como uma estratégia de gestão e governo da juventude (Foucault, 2009).

Esta noção de capital humano se articula, portanto, ao aspecto neoliberal do poder sobre a vida, aspecto este problematizado por Michel Foucault (2008b). Em uma racionalidade neoliberal “o indivíduo é visto como uma empresa, isto é, como investimento/investidor” com vistas a maximizar seu capital humano. O capital humano, por sua vez, é compreendido como “o conjunto de investimentos feitos no nível do próprio homem” ao longo de sua vida. É nesta direção que, em países desenvolvidos, se orientam as políticas sejam elas econômicas, sociais, educacionais, culturais, entre outras. Esta permite também repensar a insuficiência dos países de terceiro mundo no que se refere ao problema econômico, no qual tal questão é explicada como insuficiência no investimento do capital humano (Foucault, 2008b, p. 318 - 320).

É importante destacar que a noção de capital humano passa a ser utilizada como possibilidade de enfrentamento das vulnerabilidades sociais sofridas pelos jovens pobres tanto no âmbito estatal quanto das organizações sociais (Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Martinelli, 2002). Tal proposição pode se tornar um caminho escorregadio como mostra Paulo Malvasi e Rubens Adorno (2014), principalmente no que se refere a utilização da noção de vulnerabilidade social como baixo capital humano. Nas palavras dos autores:

a atribuição da vulnerabilidade a certos segmentos juvenis discriminam aqueles que necessitam de cuidado. O caminho para a superação da vulnerabilidade, entretanto, está obstruído, pois a própria condição de vulnerabilidade implica baixo “capital humano”. A teia dessa vulnerabilidade, cujo enfrentamento deve ser o aumento do capital humano, é um labirinto conceptual que enreda jovens moradores de bairros de baixa renda. A utilização da noção de vulnerabilidade é defendida como uma estratégia para abrir caminhos para a defesa e proteção de jovens pobres, rejeitados pela escola, sem oportunidades; ela, entretanto, pode levar à estigmatização e à criminalização, comprovando a verdade que previra – a adesão ao crime e a violência na vida dos jovens considerados mais vulneráveis [...] (Malvasi & Adorno, 2014, p. 33).

Esta reflexão se torna pertinente já que vulnerabilidade e risco social representam os principais critérios utilizados para seleção dos beneficiados pelos programas e projetos desenvolvidos com jovens. Assim, “ao optarem por uma determinada linha de orientação – e, principalmente, ao definirem o contingente de jovens atendidos, os objetivos perseguidos, as estratégias aplicadas, o papel reservado ao jovem e as soluções buscadas” circunscrevem discursos sobre a juventude que se desdobram e produzem modos de vidas a serem vividos pelos jovens (Frezza, Maraschin & Santos, 2009, p. 316).

Paulo Vaz (1999; 2004) realiza uma análise pertinente com relação à emergência da noção de risco como dispositivo primordial de poder nas sociedades contemporâneas. Tais preocupações se mostram semelhantes à adoção do conceito de vulnerabilidade. Segundo o autor, diferente da modernidade no qual imperava a utilização da disciplina e da norma, na contemporaneidade ocorreu a passagem destas para o controle e risco respectivamente, no que tange às ações do indivíduo consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Nas palavras do autor:

os valores maiores de nossa sociedade parecem ser, na relação consigo mesmo, o bem-estar, a juventude prolongada, o autocontrole e a eficiência; na reação com os outros, a tolerância, a segurança e a solidariedade; na relação com o mundo, a preservação ecológica. Estes valores implicam o cuidado a partir do risco como fundo de negatividade a ser evitado. Tudo o que nos proporciona prazer, e que é nosso dever conquistar, pode implicar dependência e risco de morte prematura; o outro só não é tolerado em seus hábitos de prazer quando nos põe em risco e, inversamente, somos convidados a ajudar todos aqueles que estão em risco, principalmente quando sua situação deriva da ação de outros, quando são vítimas [...] (Vaz, 1999, p. 11).

O conceito de risco adquire diferentes contornos conforme o campo de saber-poder que dele se apropria. Percebe-se que a cultura judaico-cristã mantém estreitas ligações no que se refere ao conceito de pecado e como a sociedade moderna concebeu a norma. Ambas adotadas como forma de reger os prazeres. Na sociedade contemporânea a utilização do conceito de risco aponta para a centralidade exercida pela ciência na vida cotidiana, principalmente a partir da explosão do conhecimento tecnológico e midiático. Este pressupõe cada vez mais o controle do futuro pelo próprio indivíduo, por meio de escolhas “racionais” e “conscientes”. Nesta direção, as estimativas e previsões sobre o futuro passam a ser amplamente valorizadas, visando condicionar as escolhas a serem feitas no presente. Enfim, ocorreu “um movimento de objetificação do perigo através do conceito de fatores de risco” (Vaz, 1999, p. 11).

Vale ressaltar que desde a década de 1980 o conceito de risco passou a ser gerido pela classe média no qual ganharam destaque a questão da saúde e da segurança contra o crime. Neste contexto, o que se almejou foi a segurança daqueles que conseguiam gerir seus prazeres com moderação dentro da lógica capitalista. Aqueles, portanto, que não compunham esta população, deveriam ser excluídos para evitar problemas futuros (Vaz, 1999).

Articulando tal perspectiva à juventude, é possível pensar que, ainda hoje, o jovem pobre e negro é concebido na sociedade brasileira ao mesmo tempo como um risco e como um perigo, na medida em que ocorre um processo de naturalização e essencialização das condições pelas quais está “envolvido”. É justamente sob esta perspectiva, que a juventude pobre é representada pela

mídia conservadora, o que causa “medo” e “pânico” na população, em especial na classe média e alta (Abramo, 1997; Galindo, Lemos, Souza & Rodrigues, 2014).

O medo representa um meio de (re)produzir as inseguranças do capitalismo tardio, funcionando como um mecanismo de governo da população. Ele tem se constituído como um elemento potente nos processos de subjetivação e de controle quando associado aos dispositivos biopolíticos e disciplinares. “No Brasil, a difusão do medo do caos e da desordem tem servido, historicamente, para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento do povo brasileiro” (Batista, 2003, s/p).

Nesse sentido, é porque as juventudes pobres e negras representam um “risco” e um “perigo” para a sociedade, que estas passaram a ser alvo de “dispositivos assistencialistas e tutelares por meio de tecnologias biopolíticas, disciplinares e de segurança” com o objetivo de controlar, disciplinar e normatizar suas condutas (Galindo, Lemos, Souza & Rodrigues, 2014, p.56). Ao designar “a constituição de territórios de risco e de populações vulneráveis vai produzir um geo-referenciamento espacial que policiza as políticas públicas, ‘integrando-as’ à lógica da segurança pública” (Batista, 2010, p. 8).

Desta forma, a utilização instrumental do conceito de risco associada ao perigo pode ter desdobramentos devastadores na medida em que oculta as faces das desigualdades e da exploração presentes no contexto brasileiro. Ao estarem permeadas pelo preconceito, pelo racismo e por um discurso moral, as práticas desenvolvidas no âmbito das ações políticas funcionam como um mecanismo de poder, que age sobre a estigmatização da população juvenil pobre e negra (Moraes, 2011). Este fato é silenciado no Brasil pelo mito da democracia racial e materializa, portanto, diversas situações de vulnerabilidade do segmento negro que compõe o principal contingente em situação de pobreza e miséria no Brasil.

O racismo se dá por diferentes matrizes que vão desde o nível simbólico ao material. Pode-se dar como exemplo destas interdições, o impedimento da construção de uma identidade negra, seja pela precária produção de referenciais positivos nas mídias, seja através das políticas de esterilização, de caráter penal, como pelo genocídio desta população. Este último ocupado, primordialmente, por jovens negros do gênero masculino, pobres e moradores de periferia (Flauzina, 2006).

Com tais colocações não se pretendeu discutir a legitimidade ou não dos conceitos de vulnerabilidade e risco social, mas problematizar como os mesmos emergem no campo da juventude e como têm sido utilizados no delineamento de prescrições e “perfis normativos que situam os adolescentes moradores de bairros pobres como potencialmente perigosos pelo seu próprio contexto de vida” (Malvasi & Adorno, 2014, p. 31). Através do exposto, fica evidente a necessidade de se atentar para o uso dos conceitos de vulnerabilidade e risco social nas análises das vivências juvenis, buscando complexificar a relação entre a juventude pobre com questões sociais e de saúde, para que sejam evitadas análises reducionistas e lineares, ou ainda, que generalizam os resultados propagando preconceitos e discriminações ao tornarem todo “jovem pobre um marginal em potencial, aumentando o fosso social já existente em nossa sociedade” (Dayrell, 2002, p. 119).

Como foi apresentado, um dos caminhos para tal problematização é a interseccionalidade (Haraway, 1995; Fine, Weis, Weseen & Wong, 2006; Mayorga & Pinto, 2013), pois a articulação dos marcadores de raça, sexualidade, classe, gênero, geração e território permitem compreender como são forjadas diferentes (im)possibilidades dos jovens, seja “no acesso a bens e status, ocupação/emprego, na trajetória escolar ou nas escolhas afetivo-sexuais”. Esta compreensão se faz urgente na medida em que estes marcadores, além de incidirem diretamente sobre as diferentes condições de vulnerabilidades vividas pelos jovens, irão se desdobrar “na construção de si, nas

vivências afetivo-sexuais, nas atividades profissionais e de lazer, no enfrentamento cotidiano do preconceito e da exclusão” (Moutinho & Carrara, 2010, p. 9).

Na obra ‘Ditos e Escritos IV’, Foucault (2006) aponta que seu principal objetivo, ao problematizar os discursos enunciados como verdadeiros e seu efeito de poder, é “forjar instrumentos de análise, de ação política e de intervenção política sobre a realidade que nos é contemporânea e sobre nós mesmos” (p. 245). Nessa direção, seguindo os instrumentos analíticos propostos pelo autor (Foucault, 2001; 2008a), espera-se que as análises empreendidas, no âmbito desta pesquisa de mestrado, possam contribuir para um melhor entendimento das questões e desigualdades vividas pelos jovens por meio da problematização de situações de subordinação e opressões nas quais estão submetidos. Para tanto, o foco de análise realizado foi sobre uma tecnologia de gestão dos jovens específica: os projetos sociais desenvolvidos por ONG.

2 A EMERGÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO CAMPO DE ATUAÇÃO COM JOVENS POBRES

Existe uma tradição no Brasil em considerar a sociedade civil “como uma espécie de não-ator. Tal sentença está gravada em praticamente toda a ensaística brasileira, com raras exceções” (Sento-Sé, 2003, p. 11). Neste sentido, o primeiro ponto a ser considerado diz respeito à necessidade de compreender as Organizações não Governamentais (ONG)⁷ enquanto construção social e que, portanto, foram se reconfigurando no decorrer da história (Ladim, 1998).

Foi a partir do fim dos anos de 1970, em meio a ditadura militar, que emergiram no Brasil os primeiros protótipos das ONG. Tais mobilizações coletivas se localizaram dentro de um contexto sócio-político em que diversas frentes reivindicativas eram levantadas pela sociedade civil como foi o caso das “manifestações pela anistia política, pelo fim do regime autoritário fundado pelo golpe militar de 1964, das mobilizações em defesa dos direitos humanos e da eclosão do chamado novo movimento sindical [...]” (Sento-Sé, 2003, p. 11).

Nos anos de 1980 houve uma intensificação destas mobilizações pela busca da redemocratização do país. É neste cenário que entram em cena as ONG pioneiras que atuavam, principalmente, através de “assessoria e apoio” ou “a serviço dos grupos e movimentos populares” - muitas influenciadas pela perspectiva de educação popular de Paulo Freire e pela atuação das

⁷ “Organização Não Governamental é uma expressão que traz a marca da polissemia, movendo-se num campo que se presta a várias apropriações ideológicas ou discursivas, possibilitando usos diversificados por diferentes atores – e, portanto, podendo constituir-se em objeto de polêmica e luta em torno desses usos. Suas conotações e definições sociais podem, portanto, também variar com o tempo. No entanto, apesar da polissemia, da mera definição literal por negação, no contexto brasileiro (e não só) durante as duas últimas décadas o nome tem sido predominantemente usado para designar um conjunto determinado de organizações cuja pré-história remonta ainda aos anos 70 e cuja história foi-se compondo ao longo dos anos 80. Nas transformações e deslocamentos entre fronteiras de conjuntos variados de organizações da sociedade civil dedicadas à ação social, neste final de década, torna-se razoável pensar que o destino do termo seja incerto” (Ladim, 1998, p. 25).

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) embasadas pela teologia da libertação com ênfase na “conscientização” e “transformação social” (Ladim, 1998; Fraga, 2002; Coutinho, 2005; Albuquerque, 2006; Ladim, 2002).

Apesar das frentes reivindicativas serem diversas, como a luta pela igualdade de gênero, crianças e adolescentes em situação de risco, luta contra o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), entre outras, de maneira geral, tinham como pano de fundo a busca por direitos humanos, sociais e políticos. Neste contexto, as ONG tinham cunho contestatório e de resistência frente ao Estado (Ladim, 1998; Fraga, 2002). É válido ressaltar que para a realização de suas atividades, estas organizações contavam com financiamentos, principalmente, de Agências de Cooperação, ONG internacionais e organismos multilaterais (Mendonça, Teodósio, Alvim & Araújo, 2009) o que proporcionava certa autonomia, permitindo uma atuação mais enérgica e crítica com relação a postura do Estado frente as mazelas sociais.

Foi durante este período, no Brasil, que se desenvolveu um importante movimento de luta em prol dos direitos da criança e do adolescente que culminou na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Buscando superar a perspectiva até então orientada pelo Código de Menores⁸, embasado na doutrina “do menor em situação irregular”, que mesclavam as ideias sobre a criança e jovem pobre como “merecedor de doações, benemerências, piedade ou, por outro

⁸ O Código de Menores foi criado em 1927 e reformulado em 1979 constituindo-se o Novo Código de Menores, conteúdo atualizado do código anterior (Lopes, Silva & Malfitano, 2006). A versão de 1979 discorria sobre a assistência, proteção e vigilância de jovens com até 18 anos de idade, aplicando-se, sob caráter exclusivo, ao “menor” sob situação irregular privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: “a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal” (Brasil, 1979, s/p). Pode-se perceber que a concepção “Menor” adotada pelas políticas e ações sociais, presentes no Brasil até meados do século XX, no que tange à crianças e jovens pobres contribuiu para consolidar, no imaginário social, a associação entre juventude, pobreza e crime como uma relação causal e natural (Lopes, Silva & Malfitano, 2006).

lado, aquele ameaçador, causador de violências e que deve ser controlado” (Lopes, Silva, & Malfitano, 2006, p. 116), o ECA passou a considerar, por meio da proteção integral, estes como sujeitos de direitos. “A elaboração do Estatuto foi fruto de um amplo processo de mobilização da sociedade, no qual diferentes atores do setor público, do setor privado e do chamado ‘terceiro setor’⁹ tiveram um papel significativo” (Tommasi, 2004, p. 2; Abramo, 1997).

Este ordenamento jurídico instaurou um novo paradigma no que tange às ações com crianças e adolescentes. Por meio da Doutrina da Proteção Integral, estes passaram a ser considerados como sujeitos em fase peculiar do desenvolvimento. A partir de então, a assistência a essa população deveria ser balizada pela perspectiva dos direitos humanos. O ECA veio sistematizar o que já estava previsto na Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 227 determina como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao segmento infanto-juvenil todos os direitos de cidadão (Lopes, Silva, & Malfitano, 2006; Lopes et al., 2008; Longo, 2010).

Apesar dos avanços propiciados pela reconfiguração da legislação, o foco das discussões sobre jovens como sujeitos de direitos centrava-se, neste período, naqueles/as com idade de até dezoito anos, sendo que os olhares ainda se voltavam, predominantemente, para aqueles/as em situações de conflito com a lei, jovens em situação de rua ou considerados/as em situação de risco social. Desta forma, é possível perceber que prevaleceu ainda o foco sob parâmetros muito próximos da ideia de “menor infrator” (Tommasi, 2004; Sposito & Carrano, 2003).

Conforme pontuou o estudo de Regina Souza (2006), com a reconfiguração na legislação, no lugar do léxico “menor”, emergiu os léxicos “jovem pobre” ou “jovem de camada popular”,

⁹ No Brasil e na América Latina o terceiro setor designa “um conjunto de associações e organizações livres, não pertencentes ao Estado e não econômicas que, entretanto, têm comunicação com o campo público e com os componentes sociais” (Albuquerque, 2006, p.19). No Brasil conforme o Código Civil - Lei 10.406/2002 a organização da sociedade civil pode ser realizada por meio das seguintes formas jurídicas através das Associações e das Fundações. A Lei 10.825/2003 acrescenta a estas as Organizações religiosas e os Partidos Políticos (Brasil, 2002; 2003).

especialmente no repertório das políticas públicas e das organizações não governamentais. Neste contexto, “muitas ONG, antes e depois do Estatuto, foram criadas para realizar ações de atendimento direto de crianças e adolescentes, e visavam especificamente ‘prevenir’ as condutas de risco, ampliando as oportunidades formativas e de uso ‘saudável’ do tempo livre” (Tommasi, 2004, p. 3).

Tal postura também atravessou o campo das políticas públicas como problematizaram Marília Sposito e Sérgio Carrano (2003) na análise sobre as ações federais brasileiras direcionadas à juventude no período de 1995 a 2002. Conforme os autores torna-se fundamental estar atento, pois, ao mesmo tempo em que se faz necessário agir sobre os problemas reais que atingem a juventude, é possível notar que muitas ações desenvolvidas têm funcionado na lógica do controle social e disciplinador dos “comportamentos desviantes”, sobretudo quando se trata de jovens advindos de comunidades periféricas, contribuindo pouco ou nada para a promoção do cuidado e para a autonomia dos/as mesmos/as. Este é o caso da criação de programas esportivos, culturais e de trabalho voltados para a ocupação do tempo livre dos jovens e que, de fato, não subsidiam mudanças reais em sua realidade social (Sposito & Carrano, 2003).

Na análise de Maria Kerbauye (2005) o que se vê no Brasil são programas descontextualizados e fragmentados, para os quais são selecionados grupos de jovens específicos, cujo tratamento pauta-se, muitas vezes, em uma perspectiva estereotipada de suas vivências. Diversos autores pontuam também que as políticas públicas se traduzem como políticas sociais setoriais, destinadas a certos segmentos juvenis, caracterizando-se muito mais como políticas paliativas de governo do que de fato políticas públicas articuladas como propõe o ECA (Kerbauye, 2005; Sposito & Carrano, 2003; Menezes & Costa, 2012). Apesar do ECA representar um avanço para a política de proteção de crianças e jovens brasileiros, a lógica vinculada no documento de igualar juventudes tão desiguais quanto aos aspectos socioeconômicos, culturais e históricos se faz

nos moldes dos valores burgueses, o que reitera a produção de desigualdades (Coimbra & Nascimento, 2005).

É importante considerar, que os jovens acima de dezoito anos não eram beneficiados por tal legislação, portanto, neste período não eram considerados estes sujeitos de direitos. Visando avançar na efetivação do ECA, ativistas e militantes que lutavam em defesa das crianças e adolescentes passaram a exercer pressões e críticas às ações de caráter tutelar, desenvolvidas no âmbito estatal e, sobretudo, no contexto das organizações da sociedade civil (ONG, associações beneficentes e instituições de assistência) denunciando que tais ações pouco ou nada contribuíam para romper com a situação de subordinação, violação de direitos e para a superação das condições de desigualdades e exclusão a que jovens de camadas populares estavam submetidos (Abramo, 1997). Porém, pensar as políticas públicas e ações do terceiro setor para juventude, considerando o ECA e fortalecendo sua consolidação, representa um desafio, tendo em vista as desigualdades sociais que marcam a conjuntura brasileira e expõe esse contingente populacional à violação de direitos humanos básicos, especialmente aqueles advindos de camadas populares (Lopes, Silva & Malfitano, 2006).

Outro aspecto que dificulta a efetivação dos pressupostos presentes nas diretrizes normativas se refere à tradição assistencialista arraigada nas ações sociais e políticas públicas. Tal lógica é reproduzida também nas ações do terceiro setor já que partem, prioritariamente, do exercício do voluntariado. No âmbito das políticas públicas e das ações sociais com jovens pobres, tal questão é traduzida segundo Marília Sposito e Sérgio Carrano (2003), como “cidadania tutelada”,¹⁰ pautada no controle dos jovens, sobretudo os que pertencem aos seguimentos populares.

¹⁰ A consolidação do paradigma do direito no qual o ECA se sustenta e pelo qual a garantia de cidadania plena pode ser efetivada (Gonçalves & Garcia, 2007) representa um desafio, considerando o atual cenário político brasileiro e os

Com o esfacelamento do Estado provocado pela recessão vivida pelo país, houve nos anos 1990 uma reconfiguração na atuação do Estado e, conseqüentemente, no perfil de atuações das ONG brasileiras (Coutinho, 2005). Por meio da adoção de políticas neoliberais caracterizadas pela diminuição da intervenção estatal e ampliação de privatizações, “ocorre um agravamento das contradições sociais, pois o modelo é do Estado mínimo em uma sociedade de desigualdade máxima” o que leva à precarização das áreas sociais e desemprego em grande escala (Longo, 2010, p.16).

Neste contexto, a sociedade civil foi convocada a participar do plano de ações das políticas sociais (Coutinho, 2005). É válido ressaltar que, neste período, houve também uma significativa diminuição dos financiamentos das agências internacionais direcionados às organizações dos países da América Latina, entre eles, o Brasil, pois estas agências voltaram-se para causas de países como a África e Europa do Leste (Armani, 2006).

Tomando por base este contexto sócio-político, as ONG brasileiras passaram a realizar parcerias com o Estado e empresas privadas do próprio país para alocar verbas e gerir seus projetos, ou seja, as ONG se viram sob limitações financeiras e de atuação autônoma (Armani, 2006). Ao contrário da instauração da dimensão conflitiva que caracteriza o embate político, passou a vigorar a partir de então, a articulação entre diferentes instâncias a fim de negociar interesses particulares (Tommasi, 2010). Desta forma, o foco de ação se deslocou da defesa de causas sociais frente ao Estado para as temáticas que se encaixavam nos editais de financiamento. Com caráter mais assistencialista do que reivindicativo, muitas ONG passaram a funcionar como executoras de

retrocessos nesta área sustentados por um congresso conservador, como pode ser verificado pela questão da redução da maioria penal (Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171). Esta realidade é preocupante, pois além da defesa de muitos parlamentares, a redução da maioria penal tem alcançado o apoio de um grande contingente populacional. O que se vê no contexto político brasileiro atual é um risco aos avanços conquistados pelo ECA, já que reiteram a criminalização e a tutela, por meio de sua exclusão (higienização) e encarceramento (institucionalização), como forma prioritária de ação direcionadas aos jovens.

políticas públicas. Houve aqui, a transversalização entre as frentes das diversas organizações, sendo possível verificar a hibridação das temáticas (Malvasi, 2008).

A partir da segunda metade da década de 1990 começaram a emergir ações voltadas para jovens com mais de dezoito anos. Isto, devido ao número elevado da população jovem e a sua associação às situações de violência (Tommasi, 2004). Neste cenário, apesar da heterogeneidade das formas de atuação, uma direção predominante entre as ONG apontava para um discurso prescritivo da adoção de estratégias que pudessem “salvar os jovens do mundo do crime”. Seguindo a lógica da concorrência, o jovem pobre passa a ser tratado como “moeda” disputada entre o “mundo do crime” e os “projetos sociais” (Sento-Sé, 2003).

Para entender esta relação, as reflexões de Michael Hardt e Antônio Negri (2002) sobre as ONG humanitárias se tornam pertinentes. Conforme os autores, estas ONG se constituem como uma intervenção moral na medida em que promovem “guerras justas” (no caso em questão: “salvar” os jovens do “mundo das drogas e do crime”) ao definirem um inimigo (“tráfico” e as “drogas”) como privação, na esperança de impedir graves perdas (cooptação pelo tráfico, morte ou dependência química) e depois reconhecem o inimigo como pecado (uso e venda de drogas, atos infracionais). Tal questão remete a mesma racionalidade que regia a Teologia moral cristã na qual, nas palavras dos autores:

o mal é primeiro apresentado como privação do bem e depois o pecado é definido como culpável negação do bem. Dentro desse contexto lógico, não é estranho, mas muito natural, que em sua tentativa de reagir à privação essas ONG sejam levadas a denunciar publicamente os pecadores (ou melhor, o Inimigo, em termos adequadamente inquisitoriais); nem é estranho que eles requeiram à “ala secular” a tarefa de enfrentar, de fato, os problemas. [...]. Essas ONG estão completamente mergulhadas no contexto biopolítico [...] elas antecipam o poder de sua intervenção pacificadora e produtiva de justiça [...] A intervenção moral geralmente serve como primeiro ato que prepara o palco para a intervenção militar (Hardt & Negri, 2002, p. 55).

Tal racionalidade pode ser amplamente verificada na realidade de periferias e favelas brasileiras em que ações de barbárie e segregação, na qual jovens pobres e negros são os principais

alvos, são legitimadas pelo Estado sob o véu da “garantia da segurança pública”. Como exemplo de suas facetas sombrias pode-se citar, os “números astronômicos de execuções policiais disfarçadas de autos de resistência, uso de prisão preventiva como rotina, aumento das teias de vigilância e de invasões à privacidade” (Batista, 2010, s/p), impedimentos de circulação por espaços e territórios públicos e extermínios sumários contra jovens pobres e negros.

Compreendendo as ONG como dispositivos biopolíticos para que o controle seja efetivo seu mecanismo de poder deve se manter invisível. Assim, apoiados por campos de saber-poder como a Medicina, a Pedagogia e a Psicologia, seus instrumentos de controle passam a ser naturalizados e as relações de poder se traduzem em uma funcionalidade e são vistas como positivas. Tal questão pode ser verificada na criação de inúmeras instâncias sociais e de assistência nas quais os jovens são tutelados. Para que estas ações surtam efeitos devem “trazer benefícios tão ou mais atraentes do que aqueles propiciados pelo tráfico através de atividades que os incorporem à sociedade formal legalmente instituída” (Sento-Sé, 2003, p.11).

Esta luta passa então a compor o objetivo principal de diversas ONG, como também vai orientar ações públicas e privadas com este público. Neste contexto, é possível observar a emergência de dois campos enunciativos: o Protagonismo e a Arte-cultura que se articulam em diversas formulações prescritivas, em que caberia a sociedade civil organizada a responsabilidade por colocar em prática a resolução dos problemas sociais (Sento-Sé, 2003; Tommasi, 2010; Malvasi, 2008). Sabendo que as práticas e as ações desenvolvidas pelas ONG são diversas e visando romper com a lógica dicotômica que as divide naquelas que agem na promoção da participação democrática e cidadã e outras que estão associadas às políticas recessivas neoliberais agindo no governo da população (Teixeira, 2000), o interesse do presente estudo buscou, a exemplo do que propôs Ana Teixeira (2000), identificar os pontos de interseção que permeiam uma mesma organização nas quais estas faces se articulam e se conflitam.

2.1 Tecendo as articulações entre a juventude pobre, as ONG e a participação juvenil

Pode-se perceber que a temática da participação dos/das jovens no cenário social e político tem se configurado como uma questão amplamente proferida nos discursos acadêmicos, sociais e estatais. Conforme Helena Abramo (1997), no Brasil, desde o período de modernização, compreendido entre os anos de 1930 e 1970, a juventude teve um papel importante no processo de luta pela democracia e contra o conservadorismo através de sua inserção em partidos políticos de esquerda, movimentos ligados à igreja e movimento estudantil. Especialmente entre os anos de 1960 e 1970, época em que o país vivia um período ditatorial, a atuação dos jovens via movimento estudantil se constituiu como um ideal de participação deste contingente populacional no cenário social e político brasileiro.

Neste sentido, nos anos de 1980, o movimento estudantil e outros coletivos juvenis, como aqueles ligados à cultura, tiveram suas mobilizações desqualificadas já que não alcançavam o ideal de participação cristalizado no imaginário popular realizado pelas gerações das décadas anteriores. Neste cenário, também se associou à juventude como público individualista, consumista e indiferente às questões públicas e sociais. Já nos anos 1990 os jovens pobres ganharam destaque na cena pública na qual emergiram como problemas sociais. Estes ocupavam as ruas através de gangues e galeras e sua presença nos espaços públicos foi traduzida como prática violenta e desviante. Nas palavras de Helena Abramo (1997):

já não são mais a apatia e desmobilização que chamam a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas. No entanto, a maior parte dessas ações continua sendo relacionada aos traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, ao desregramento e desvio (os meninos de rua, os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, as galeras, os atos de puro vandalismo (Abramo, 1997, p. 31-32).

Neste período, houve um crescimento demográfico desproporcional de jovens se comparados a outros seguimentos populacionais, o que exigiu do Estado ações que respondessem as demandas

deste público. Desta forma, começaram a ser elaborados e implementados diversos projetos sociais por instituições do terceiro setor e algumas políticas públicas para a juventude (Boghossian & Minayo, 2009). Nota-se que as ações se restringiram ao público infanto-juvenil em situação de risco social e moradores de periferia, visto que estes representavam um problema que deveria ser gerido para “evitar danos futuros” à sociedade. Tais ações voltavam-se predominantemente para dois focos: a ressocialização e capacitação profissional visando a inserção do jovem no mercado de trabalho (Abramo, 1997).

Alguns autores apontam também a criação de ações voltadas para a saúde do jovem objetivando prevenir “condutas desviantes” como o uso de álcool e outras drogas, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis e a violência. Mais do que prevenir doenças, o objetivo de tais ações agia sobre o controle da sexualidade e comportamento dos jovens (Malvasi, 2008; Tommasi, 2010; 2014; Castro, 2001; Sento-Sé, 2003; Abramo, 1997; 2005; Malvasi & Adorno, 2014).

Em contraponto à esta imagem do jovem como um problema social, lógica que orientou as práticas realizadas pelo Estado e pelas organizações sociais com crianças e adolescentes, as quais atuavam na tentativa de “salvá-los e reintegrá-los à ordem social” (Abramo, 1997, p. 26), percebe-se que em meio ao contexto histórico, político e social vivido pelo Brasil, a partir da década de 1990 emergiu um novo discurso no que tange as ações que tinham como foco a juventude: o ‘Protagonismo Juvenil’. Este discurso é apontado como um distanciamento e deslocamento das pautas até então utilizadas dando vazio a “positividade” dos jovens (Tommasi, 2010). Disseminado a partir de então, o discurso do protagonismo ganha destaque e nos anos 2000 sua utilização se torna amplamente valorizada, como pode ser verificado no emprego do termo em diversos

documentos de órgãos governamentais, de agências internacionais e, especialmente, no contexto das Organizações Não Governamentais¹¹ (Souza, 2009). Neste cenário ganham destaque:

a efervescência dos grupos culturais, em particular os grupos de música, e especificamente o *hip hop*, a afirmação de uma maneira de ser e de estar no mundo que questiona a ordem vigente [...]. Como consequência desse deslocamento de foco se produz toda uma série de deslocamentos nos discursos que circula e sustenta as intervenções sociais: [...] o direito ao trabalho vira empreendedorismo, o direito a ter “voz e vez” vira protagonismo juvenil, o apoio à organização das populações marginalizadas vira empoderamento [...] (Tommasi, 2010, p. 5-6).

O discurso do protagonismo juvenil seria, segundo Souza (2006), uma resposta adultocêntrica de aproximação da juventude com a política, relação supostamente “perdida” desde os anos de 1960 e 1970 via movimento estudantil. É justamente sobre este aspecto que o próximo tópico irá se debruçar.

2.1.1 O Protagonismo Juvenil

Para pensar a participação política e social juvenil e problematizar o que tem sido enunciado como protagonismo juvenil parte-se das contribuições teóricas de Michel Foucault (1995; 2009; 2015), especialmente, da noção de governo e de resistência. A primeira entendida como um sistema composto por um conjunto de procedimentos e mecanismos que passam conduzir a vida e as condutas do homem e grupos na estrutura social, já a segunda é compreendida como possibilidade de subversão e questionamento das lógicas hegemônicas no âmbito das relações de poder (Foucault, 1995; 2009).

Além de Foucault, pauta-se também nas contribuições de Jacques Rancière (1996), sobretudo no que se refere ao entendimento do agir político a partir da dimensão conflitiva. O agir

¹¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO, Organização das Nações Unidas - ONU, Fundação Odebrecht, Instituto Ayrton Senna, Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania - IIDAC, Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (Souza, 2009).

político compreendido pelo conflito se afasta do que Rancière (1996) designou como polícia, em sentido amplo, para explicar o que é utilizado na atualidade equivocadamente como política. Nas palavras do autor a política (polícia) é constituída pelo “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e os consentimentos das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e aos sistemas dessas legitimações” (Rancière, 1996, p. 41).

Em contraponto a esta concepção, Rancière (1996) parte da noção de agir político como modos de subjetivação conceituado como “a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação, portanto caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência”. Nesta direção, o agir político, enquanto ato de subjetivação, promove uma ruptura no sistema de inteligibilidade instituído no âmbito da polícia e “faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (Rancière, 1996, p. 42). Neste contexto, para que uma ação se configure enquanto ato político é necessário que averigue a possibilidade de igualdade “na instituição de um litígio, de uma comunidade que existe apenas pela divisão” promovendo “o encontro entre a lógica policial e a lógica igualitária, a qual nunca está constituída” (Rancière, 1996, p. 44).

Portanto, a subjetivação política proporciona a desnaturalização “de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela” (Rancière, 1996, p. 48). Neste sentido, a presente dissertação pauta-se na concepção de participação política – tendo o/a jovem pobre como sujeito da ação – a partir dos autores citados anteriormente (Foucault, 1995, 2009, 2015; Rancière, 1996), principalmente no que se refere a ideia desta como produção crítica, litigiosa, autônoma, plural que visibiliza desigualdades e injustiças sociais através da subversão das lógicas instituídas.

Articulando tais colocações ao campo da juventude, encontram-se na literatura brasileira, diversos estudos que discutem a participação social e política juvenil e que apontam o discurso do protagonismo juvenil como forma prescritiva de participação, que tem funcionado muito mais para a anulação da política do que para o seu fomento (Souza, 2006; 2009; Prado & Perucchi, 2011; Menezes & Costa, 2012; Gonzalez, 2007; Tommasi, 2004; 2010; 2013; 2014; Sento-Sé, 2003; Malvasi, 2008; Goulart & Santos, 2014). O encerramento do agir político pelo protagonismo juvenil pode ser realizado por duas principais formas: pela instrumentalização, na qual a participação juvenil é traduzida como “fazer coisas” e pela fabricação do consenso pelo discurso, como ocorre na apropriação de conceitos em outros contextos e com significados e sentidos diferentes pelos quais foram criados (Souza, 2006).

Na revisão sistemática realizada por Cynthia Boghossian e Maria Cecília Minayo (2009) sobre juventude e participação, em que as autoras analisaram estudos científicos nacionais e internacionais no período de 1997 a 2007, foram apontados dois campos enunciativos. O primeiro correspondeu ao desinteresse dos jovens quanto à participação social e política e o segundo apontou para a emergência de novas possibilidades de participação que fogem ao modelo de participação tradicional e institucionalizado (sindicatos, movimento estudantil e partidos políticos). Mayorga, Magalhães, Patrício, Cruz e Alves (2008) realizam uma crítica pertinente quanto a perspectiva de desinteresse dos jovens defendida por alguns pesquisadores. Nas palavras dos autores:

a ideia de desmobilização da juventude se sustenta a partir de uma visão adultocêntrica constituída pela cultura política da racionalidade moderna que concebe a política como um exercício que exclui as outras esferas da vida social bem como as afetividades e diversidades de pertencimentos coletivos. Ela é excludente ao postular que o exercício da política deva ser conduzido por um indivíduo racional e supostamente neutro em espaços formais de deliberação e tomada de decisões, ou seja, as associações, os partidos políticos e os órgãos representativos (Mayorga et al., 2008, p. 106).

Em um outro texto, Mayorga (2013) pontua que diversos estudos apontam para modalidades não institucionalizadas como um loco privilegiado para entender as novas

configurações de participação dos jovens na contemporaneidade como é o caso, por exemplo, do campo das práticas culturais. Nesta perspectiva, é necessário que os estudos que objetivam compreender a relação entre juventude e participação política levem em consideração “as especificidades que atravessam as vivências da juventude nos seus esforços de se organizar cultural e politicamente, aliando a sobrevivência e a construção de trajetórias de vida pessoais” (Mayorga et al., 2008, p. 107). O que os autores propõem com tais colocações é que os jovens têm se preocupado com questões que afetam diretamente seu cotidiano e que os mesmos têm optado por formas mais horizontais de participação na qual suas vozes ganham ressonância (Mayorga et al., 2008).

O estudo realizado por Cynthia Boghossian e Maria Cecília Minayo (2009) aponta também que neste contexto, “o termo ‘protagonismo juvenil’ foi se tornando usual referência, catalisando princípios, preocupações e investimento de diferentes disciplinas e atores sociais” sendo referenciado como atualização do conceito “participação” (Boghossian & Minayo, 2009, p. 412). Segundo as autoras, os estudos apontaram para a utilização do termo sob várias formas e conforme sua apropriação ganhou novos contornos e significados, o que vai em direção ao que Regina Souza (2006) frisou sobre a fabricação do consenso pelo discurso.

Ao pesquisarem produções teóricas na internet utilizando o termo protagonismo juvenil, as autoras encontraram um número restrito de estudos, mas perceberam que o mesmo emergia com grande representatividade em “*sites* de organizações não governamentais, projetos e redes sociais, notícias de mobilizações em torno das políticas de juventude e documentos oficiais” (Boghossian & Minayo, 2009, p. 414), o que demonstra sua utilização como conceito balizador de práticas sociais e políticas públicas voltadas para a juventude. Nos textos brasileiros avaliados pelas autoras ocorreu “a alternância dos termos ‘participação’, ‘intervenção social’ ou ‘ação solidária’ dos jovens, como se essas noções fossem correspondentes” (Boghossian & Minayo, 2009, p. 416). Já

nos estudos internacionais de língua inglesa analisados houve a utilização do uso das expressões “*youth participation* e *youth empowerment* como as mais afinadas à noção, além de outros termos que representariam aspectos mais específicos, como *civic action*, *civic participation*, *youth voice*, *decision making*, *youth leadership* ou *youth engagement*” (Boghossian & Minayo, 2009, p. 416).

Dentre os defensores do protagonismo juvenil encontra-se o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa. Ele foi responsável por desenvolver inúmeras publicações sobre o tema, principalmente na área da educação formal e não formal, embasando documentos e práticas educacionais bem como ações de organizações do terceiro setor (Souza, 2006). Segundo o autor:

o termo Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. [...]. O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla (Costa, 2001, p.179).

Regina Souza (2006) dedica um tópico de sua tese de doutorado a uma abordagem crítica do livro de Antônio Carlos Gomes da Costa (2000) intitulado “Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática”. A autora faz uma análise minuciosa da obra desde a sua apresentação gráfica e estruturação dos capítulos até seu conteúdo. Dentre os pontos levantados, destaca-se o uso recorrente de fotografias de jovens “fazendo coisas”. Regina Souza (2006) lembra que as fotografias constituem num elemento característico do gênero publicitário. Nesse sentido, a autora interpreta sua utilização no livro de Antônio Costa (2000) como um recurso que assume duas funções: tornar o texto mais agradável aos olhos dos leitores e como forma de apresentar o discurso do protagonismo juvenil ligado às práticas positivas e sem intempéries. Nesta mesma direção é analisado o conteúdo da obra. A “prática” e o “fazer” são utilizados como operadores do discurso do protagonismo juvenil. Por sua vez, o saber científico só é levado em consideração quando algum conceito pode ser apropriado para dar sustentação ao próprio discurso (Souza, 2006),

ou seja, o protagonismo juvenil é defendido por Antônio Costa (2000) como “fazer coisas” para que o jovem seja reconhecido enquanto um ator político.

Partindo da noção de governamentalidade proposta por Michel Foucault, uma reflexão de Zuleika Gonzales (2007), realizada em sua dissertação de mestrado, aponta para a utilização do protagonismo juvenil como forma de governo dos jovens. A autora problematiza tal questão através da análise do Plano Nacional de Juventude no qual a noção de protagonismo juvenil emerge como possibilidade para o desenvolvimento da cidadania e para a organização dos jovens. O governo dos jovens pelo discurso do protagonismo juvenil ocorre, segundo a autora, na medida em que cria uma racionalidade que institui formas nas quais a sociedade irá ver e conceber o jovem, produzindo discursos hegemônicos que vão dar legitimidade e sustentação as práticas desenvolvidas pelo Estado e pelas organizações sociais.

No Plano Nacional de juventude a concepção de protagonismo é enunciada ao apontar que “o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor” (Gonzales, 2007, p. 37). A autora encontra alguns objetivos da política que fazem referência à promoção do jovem como ator social e, conseqüentemente ao jovem protagonista, são elas: o incentivo ao empreendedorismo juvenil; o incentivo de projetos culturais produzidos por jovens; participação do jovem na formulação de políticas públicas para a juventude e abertura de espaços referenciais para a juventude no âmbito das atividades esportivas, de lazer e culturais. Como apontou Sposito e Carrano (2003) as normatizações e as políticas públicas ao mesmo tempo em que refletem as concepções sobre a condição juvenil disputadas no exercício de poder produzem novas formas de pensá-la. Neste contexto, os objetivos apresentados no Plano Nacional de Juventude (re)produzem lugares a serem ocupados pelos jovens e definem o que deve receber investimento. A questão a ser problematizada é que as normativas, as políticas públicas e ações

sociais têm agido muito mais na inclusão do jovem ao sistema vigente do que em sua ruptura e na transformação da realidade social (Souza, 2006).

No que tange ao campo dos organismos multilaterais e de cooperação internacional percebe-se que a noção de protagonismo passou a ser vinculada como sinônimo de empoderamento (*empowerment*). Porém, os dois remetem a processos diferentes. O empoderamento é visto como mecanismo de enfrentamento da questão da pobreza e da integração social, no qual o investimento se daria pela educação, visando formar lideranças juvenis. Já o protagonismo seria um processo de formação de cunho pedagógico sob a ação juvenil que almeja a cidadania e a participação solidária (Boghossian & Minayo, 2009; Goulart & Santos, 2014).

Através dos estudos acima abordados é possível perceber que diferentes designações são utilizadas para se referir a participação do/da jovem no cenário social e político as quais muitas vezes são tomadas como sinônimos: “jovem protagonista”, “jovem empoderado”, “jovem beneficiário”, “jovem ativo”, “jovem como ator estratégico”, ou seja, essa imprecisão presente nos discursos de ONG, documentos nacionais/internacionais e em políticas públicas leva a fabricação do consenso pelo discurso, e conseqüentemente o não reconhecimento do jovem enquanto sujeito da ação política (Souza, 2006).

Conforme também é descrito em outro texto de Regina Souza (2009), a matriz discursiva que permite a emergência do “Protagonismo Juvenil” é a concepção de sociedade formada por diversos atores sociais que se relacionam e negociam entre si, com vistas a atingir benefícios para si e para a coletividade. Esta forma é apresentada pela autora como uma encenação, na medida em que abafa a dimensão conflitiva constituinte do processo político democrático, além de desconsiderar as desigualdades e hierarquias homogeneizando o social. O “Protagonismo juvenil” é um léxico polissêmico que assume, portanto, diferentes significados conforme os discursos presentes em documentos e práticas. Em determinados momentos, por exemplo, é designado como

método; em outros casos, surge como princípio norteador ou mesmo como eixo pedagógico. Também aparece como certa capacidade inerente ao jovem, “a de ser protagonista – ou o ator principal – no desenvolvimento do país, de sua comunidade e de si próprio”. A imprecisão de sua definição ao contrário de ser uma debilidade do discurso, constitui-se como uma “importante estratégia ou uma peculiar operação discursiva, de fabricação do consenso” (Souza, 2009, p. 3).

As ambiguidades seriam, portanto, responsáveis pela produção de certas formas de participação do jovem na sociedade visando o seu governo. Pode-se dizer então, que existe uma funcionalidade entre as práticas discursivas sobre juventude articuladas com a produção do protagonismo juvenil (Gonzales, 2007). Classificados/as como sujeitos em fase de desenvolvimento peculiar, os/as jovens são subordinados a um conjunto de dispositivos (escola, projetos sociais, políticas públicas) responsáveis por normatizar suas condutas e prepará-los/as para exercer futuramente as funções sociais pertinentes ao mundo dos adultos. Esta relação de subordinação está presente nas práticas de diversas organizações e aparecem como positivas, o que sustenta as relações hierárquicas de poder (Prado & Perucchi, 2011).

Dada à complexa rede que envolve o enunciado do protagonismo juvenil “um discurso ao mesmo tempo em que produz a visibilidade dos sujeitos, também produz a ‘invisibilidade’ de seu mecanismo de poder” (Fraga, 2000, p. 97). É justamente nesta direção que acontece o governo dos/das jovens. A produção do consenso fabricada pelo discurso do protagonismo juvenil é forjada pela premissa da participação colaborativa do/a jovem. Esta impede a emergência da fala transgressora que o/a possibilitaria questionar as estruturas de poder a qual está subjugado/a, mantendo assim, sua situação de subordinação e exclusão (Souza, 2006).

Em suma, tal discurso representaria “uma falácia fabricada por um complexo institucional e social para a sustentação das hierarquias sociais, quando se converte em um campo de intervenção” (Prado & Perucchi, 2011, p. 351). Tal discurso se materializa, por exemplo, no papel

dos projetos sociais como instrumentalizadores dos jovens para que os mesmos se tornem empreendedores de si e de sua comunidade, articulando a dimensão individual e associativa como forma de solucionar os problemas sociais (Tommasi, 2010; 2014; Souza, 2006; Menezes & Costa, 2012). Na medida em que o protagonismo juvenil é adotado como forma de integrar o jovem pobre à ordem vigente, restaria ao mesmo “fazer coisas” como forma de participação impedindo, portanto, que sua situação de opressão seja problematizada (Souza, 2009).

Percebe-se também que o discurso do jovem como sujeito de direitos, presente no contexto das Políticas Públicas de Juventude criadas a partir de 2005, potencializou ainda mais o protagonismo juvenil, transformando-o em uma “palavra de ordem dentro de um discurso pautado pela participação social” (Castro, 2011, p. 316). Tal enunciado propõe deslocar a posição do/a jovem de um lugar de passividade frente às demandas que o/a atinge, para uma posição de sujeito ativo na elaboração e implementação das ações que visem à transformação de sua realidade (Souza, 2006).

No entanto, somente reconhecer os direitos sociais dos/as jovens, não leva a subversão das hierarquias sociais. Assim, as políticas públicas e as ações sociais, como tecnologias de poder, mantêm a invisibilidade destes indivíduos no cenário social e político (Prado & Perucchi, 2011). Neste sentido, torna-se fundamental a problematização das práticas que articulam, por exemplo, arte-cultura, jovens pobres e protagonismo juvenil, para que seja possível identificar como tais discursos se articulam e que posições de sujeitos são forjadas a partir dos mesmos.

2.1.2 A arte-cultura

Atualmente, as atividades artístico-culturais se constituem como as principais formas de produção e intervenção realizadas pelos/com jovens pobres e moradores de comunidades

periféricas. No contexto das ONG existe a predominância de cursos e oficinas de teatro, música, dança, capoeira e dos elementos da cultura *hip-hop* (*DJ, graffiti, break dance*) (Tommasi, 2004). Levando em consideração a heterogeneidade das ONG que atuam com a juventude pobre (Sento-Sé, 2003) é possível perceber que três aspectos se conflitam e se agregam nas práticas destas instituições: o foco político, cultural e/ou educativo. Conforme Sobrinho (2012, p. 27) as ações sociais são “balizadas por um conjunto de pressupostos ideológicos, contidos nos projetos que executam, e que caracterizam um universo particular de sociabilidade e socialização pela qual os jovens transitam”.

Visando compreender as facetas assumidas “pelas culturas de periferias” (Tommasi, 2013), no contexto das ações coletivas, este tópico visa problematizar as (im)possibilidades da produção artística e cultural para/com a juventude pobre constituir-se como uma produção que fomente a participação crítica, litigiosa, autônoma e plural. Isto será realizado por meio da análise das dinâmicas que a mesma pode assumir.

Como foi abordado na introdução desta dissertação, a literatura aponta para a interlocução entre diferentes faces assumidas pelas atividades artístico-culturais realizadas por/com jovens de camadas populares. Retomando o que foi apresentado, viu-se que os estudos destacam quatro campos enunciativos que se articulam e se conflitam no contexto das práticas sociais: 1) como um instrumento de intervenção e governo da juventude; 2) como promoção da sociabilidade; 3) como possibilidade de problematização da realidade e como resistência política 4) como lógica empreendedora e mercadológica (Tommasi, 2004; 2010; 2012; 2013; 2014; Sento-Sé, 2003; Malvasi, 2008; Souza, 2006; 2009; Mayorga, 2013; Donato et al., 2012; Castro, 2011; Menezes & Costa, 2012; Lopes & Facina, 2012).

A partir desta colocação, cabe o questionamento de como o discurso que relaciona arte e cultura aos jovens pobres é fabricado? A que outros discursos se associam? “Qual a base cultural

que permite a reivindicação e a instrumentalização da dança, do teatro ou da percussão para a concepção de uma organização com o fim público de proporcionar cidadania para ‘jovens carentes’” (Malvasi, 2008, p. 608).

Um ponto muito valorizado por estas práticas sociais é a dimensão do território. A rua¹² e a periferia¹³ com suas tramas são consideradas como elementos identitários primordiais na construção de diferentes modos de vida, de utilização do tempo livre, das formas de lazer e de relacionamento (Guimarães, 1997). Mas, ao invés de naturalizar esse aspecto é importante questionar a serviço de quais objetivos a questão identitária é acionada.

Nicolas Rose, um sociólogo inglês, realiza em seu texto intitulado “The death of the social: re-figuring the territory of the government” uma reflexão pertinente nessa direção a partir do conceito de governamentalidade em Foucault. Para o autor, a noção de comunidade, seja ela material (espaço geográfico e territorial) ou virtual (discursos, produtos ou imagens), pode emergir como estratégia de governo da população na medida em que esta é tomada em uma dimensão técnica (Rose 1996 citado por Tommasi, 2010). É possível perceber que as dinâmicas que compõem o espaço urbano na contemporaneidade são interpretadas de diferentes maneiras. Neto e Quiroga (2003), por exemplo, descrevem a paisagem urbana como hegemonização de uma ordem de vida privatizada que atravessa diferentes classes sociais. Dessa forma:

contam com recursos e adotam estratégias diferenciadas, os condomínios fechados, as casas – como habitat auto-suficiente a partir do qual podem ser acessadas comunicações diretas com diferentes serviços, negócios, relações interpessoais e diferentes partes do mundo; representam também exemplos desse modo de vida com reduzida alteridade e sem contato com diferenças incômodas. A redução dos contatos sociais diretos, o afastamento das diferenças, a radicalização da experiência social à ‘convivência apenas entre os iguais’, amplia enormemente não só as possibilidades de aumento de preconceitos,

¹² Conforme Marília Sposito (1993) a rua e o espaço urbano, sejam eles relacionados aos bairros periféricos ou aos espaços dos centros das cidades, podem assumir diferentes apropriações pelos indivíduos, entre elas, diversas modalidades de sociabilidades juvenis na contemporaneidade.

¹³ “O termo ‘periferia’ é utilizado para designar áreas da periferia geográfica da cidade, mas também aquelas áreas que, em função da geografia da cidade, e das formas de ocupação do espaço, poderiam ser denominadas de ‘periferia social’, com referência às populações pobres que habitam favelas construídas em morros encravados em bairros centrais” (Guimarães, 1997, p. 199).

racismos e autoritarismos como a configuração dos fantasmas de uma sociedade de apartheid (Neto & Quiroga, 2003, s/p).

Já Magnani (2013, p. 9), um dos pioneiros da Antropologia Urbana brasileira, discorda desta concepção. Para o autor, ao contrário “da anomia, do isolamento ou da fragmentação, o que se vê nas grandes cidades são regularidades, arranjos coletivos, oportunidades e espaços de trocas e encontros”. Porém, essa face da dinâmica urbana só se torna visível a partir do que o autor denominou como “um olhar que se posiciona ‘de perto e de dentro’”.

A emergência de movimentos de resistência desenvolvidos por jovens pobres aponta para este último sentido, constituindo diferentes formas de sociabilidade e de identidade coletiva por meio da ocupação do espaço urbano, no qual se criam laços de amizade e de lazer. Assim, através da formação de grupos culturais e artísticos, jovens pobres e moradores de periferias denunciam as desigualdades sociais a que estão submetidos como o acesso desigual a bens e serviços, as restrições quanto à mobilidade urbana e circulação pela cidade, a exclusão cultural, a violência policial e a discriminação sofrida nas instituições sociais (Sposito, 1993). Segundo Castro (2008) a cultura e a arte têm se constituído como elementos importantes para os jovens no que tange a construção de um projeto pessoal bem como para a sua inserção e pertencimento em projetos coletivos que questionam a ordem vigente. Exemplos destes movimentos e de produções contra-hegemônicas produzidos por jovens pobres são o movimento *hip hop* (Donato *et al.*, 2012; Zeni, 2004), o *funk* (Lopes & Facina, 2012), a literatura e a arte marginal (Almeida, 2011), entre outros.

Neste caso, a cultura e a arte surgiriam como possibilidade de subversão da lógica hegemônica. Como bem frisa Foucault (1988, p.91) “onde há poder há resistência”, ou seja, ao se inserirem em movimentos que permitem o questionamento, os jovens, através de seu reconhecimento enquanto sujeitos inferiorizados e imersos em situações de opressão conseguiriam questionar o instituído. É nessa direção que jovens pobres e negros ao se inserem no movimento

hip hop, por exemplo, “pela construção de outros olhares para a sua cotidianidade, podem produzir diferentes significações acerca das relações sociais, as quais questionam o modelo de sociedade excludente” (Donato *et al.*, 2012, p. 231). Através do *hip hop* e de outras expressões estético-culturais, os jovens, ao ocuparem o espaço urbano, tensionam a relação desigual entre periferia-centro.

Neste contexto, o território, entendido como “um plano de referência que permite colocar a cidade em perspectiva” (Telles & Cabanes, 2006, p. 16), passa a ser valorizado como forma de pertencimento (Neto & Quiroga, 2003; Costa & Menezes, 2009) e ativador de críticas sociais. Além da dimensão do território, a participação dos jovens pobres em movimentos e grupos culturais também se constitui como forma de pertencimento e de identidade coletiva materializada através de suas *performances*, roupas e acessórios, as quais ganham significados simbólicos que se concretizam por meio da produção de referenciais e modos de vidas compartilhados (Dayrell, 2002).

Porém, é importante estar atento para não naturalizar a relação entre a juventude e a cultura, ou qualquer outro movimento juvenil, com o ativismo político. Nesta direção, a reflexividade deve ser norteadora do processo investigativo buscando identificar, nas experiências juvenis, as (im)possibilidades e tensionamentos na medida em que “reposicionamentos e deslocamentos, construídos em relação a si e ao mundo, são, também, permeadas por processos de moralização e de constrangimentos da ação coletiva destes mesmos jovens” (Donato *et al.*, 2012, p. 202). Logo, tomar uma ação coletiva como um campo político e de resistência *a priori*, impede com que outras faces sejam consideradas.

Enfim, é importante excluir fórmulas simplistas, ingênuas e dicotômicas buscando focalizar a análise desta relação a partir do que se processa “entre” as ambivalências (Tommasi, 2013). Nesse contexto, as análises que têm como foco a compreensão dos processos de formação da juventude

urbana pobre como agentes políticos e sociais devem levar em consideração suas manifestações, linguagens e dinâmicas com vistas a ampliar o entendimento de suas tramas de relações que compõem e atravessam sua presença no cenário urbano (Neto & Quiroga, 2003; Donato *et al.*, 2012).

Pode-se tomar como exemplo deste tensionamento a dimensão da raça acionada no contexto das ações juvenis. A negritude representa dentro do movimento negro um conceito contra-hegemônico, construído com o objetivo de diminuir e enfrentar os impactos psicossociais através “da luta direta pela modificação do status quo social permite o questionamento da ideologia da classe dominante, os seus valores, os seus referenciais, os seus padrões estéticos, fazendo da cultura um dos elementos de transformação social” (Carone & Bento, 2002, pp.184-185).

Porém, o que se vê, muitas vezes, no contexto das práticas sociais como das ONG, por exemplo, é a utilização de expressões culturais ligadas à negritude em seu caráter instrumental. Apesar de subtendido que manifestações culturais como a capoeira, o *funk* e o *hip hop* sejam produções do segmento negro, no Brasil acontece um deslocamento de tais expressões para a condição de classe social, ou seja, ligado a pobreza (Malvasi, 2008).

Ao desconsiderar os marcadores de raça e etnia cabe retomar a reflexão de Foucault (2005) sobre racismo de Estado. Segundo o autor a produção do extermínio de uma população, neste caso do povo negro, não se dá somente por vias diretas, mas, também, por formas indiretas como a morte política, expulsão ou rejeição. Desta forma, ao desvalorizar e negar essas manifestações como produções de matriz africana ou afro-brasileira configura-se como um exercício do racismo e, portanto, representa um extermínio simbólico da produção cultural de raiz africana.

Dito de outro modo, muitas vezes, os projetos sociais ao utilizarem a cultura ignorando sua relação com os marcadores sociais, acabam por desvincular sua dimensão política funcionando como forma retórica de participação juvenil e de governo dos jovens (Mayorga, 2013). Neste

contexto é possível perceber a emergência da cultura como empreendimento comunitário assumido por organizações localizadas em periferias e/ou realizadas por produtores culturais do próprio território. Conforme afirma Livia de Tommasi (2013) é comum hoje encontrar ações desenvolvidas com jovens de camadas populares que utilizam expressões artísticas e culturais como ferramenta para promover o “protagonismo juvenil”, “elevar a autoestima” e “promover a cidadania” de jovens pobres.

Neste contexto, o livro “Cultivando vidas, desarmando violências” produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) exerce um importante papel na difusão da relação entre juventude pobre e atividades artístico-culturais ao apresentar experiências de ONG que atuam com jovens em situação de pobreza em diferentes regiões do Brasil (Castro, 2001). Das trinta experiências relatadas no livro, todas desenvolvem ações que se relacionam, de alguma maneira, ao conceito de arte-cultura ou arte-educação pela realização de atividades no âmbito da educação (formal e não formal), cultura, lazer, esporte e cidadania (Malvasi, 2008; Castro, 2001).

Neste livro é apresentado um “vocabulário de sentidos” produzido “por intermédio da análise de documentos impressos, vídeos, *sites* da internet e de depoimentos de animadores/educadores e jovens participantes das experiências-pesquisas” utilizados como repertório “ético-estético”, para nortear as práticas desenvolvidas. Este é formado por um “conjunto de ‘palavras-chave’, que ganham significado diferenciado a partir da diversidade” de experiências e atores sociais (Castro, 2001, p. 481). Dentre elas, encontra-se o Protagonismo Juvenil; Autoestima; Pertencer; Identidade; Conscientização identitária – a Etnia e Cidadania, léxicos que são compartilhados e amplamente utilizados no contexto de intervenção social.

Tal publicação dá sustentação, ao mesmo tempo em que se embasa no discurso da “Cultura de Paz” promovido pelas Agências multilaterais como, por exemplo, a própria UNESCO e também

o Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) (Lemos, 2011; Cruz, 2012). Neste campo, é possível perceber a emergência do discurso que “relaciona a mudança na vida dos jovens à participação em atividades culturais” (Malvasi, 2008, p. 608).

Apesar do discurso do protagonismo voltar-se para a promoção da “positividade” dos/as jovens através, por exemplo, de sua participação em atividades artístico-culturais (Tommasi, 2010), nota-se que ainda o principal discurso acionado no contexto das práticas culturais é a vinculação dos jovens, sobretudo, os pobres, do gênero masculino, advindos de comunidades periféricas, com problemas sociais. A música, a dança e as artes plásticas, entre outras, passam a ser “amplamente utilizadas como estratégia de enfrentamento das vulnerabilidades vividas pelos/as jovens” (Malvasi, 2008, p. 608; Sento-Sé, 2003) entre elas, a violência, a pobreza e as ausências estruturais. Neste sentido, a "cultura" emergiria como contraponto às “situações-problemas”, nas quais estes jovens pobres estariam imersos, sendo enunciada, portanto, como um elemento estratégico, um “antídoto”, uma “arma”, uma “redenção” frente a tais situações (Malvasi, 2008; Tommasi, 2010; 2014; Castro, 2001; Sento-Sé, 2003).

Para designar o “público-alvo”, os projetos sociais desenvolvidos por ONG e por instituições governamentais lançam mão de termos variados como, jovens em “situação de vulnerabilidade”, jovens em situação de “risco social”, “jovens carentes”. Uma peculiaridade existente neste cenário é predomínio dos gêneros musicais e performáticos que agregam “aspectos de identidade étnica negra, como o *rap*, a capoeira, a percussão, entre outros” (Malvasi, 2008, p. 608). Na difusão destas linguagens artísticas e culturais as organizações, como a Central Única das Favelas (CUFA), o Olodum e o Afro Reggae, ocupam lugar de destaque e são consideradas como as principais responsáveis pela valorização da identidade étnico-racial no Brasil, o que confere a estas organizações grande legitimidade social. Através da mídia, os trabalhos desenvolvidos por

estas organizações ganharam o país e o mundo e se tornaram importantes referências com relação ao trabalho desenvolvido com jovens pobres (Malvasi, 2008; Tommasi, 2013).

Paralelo à valorização da cultura como mecanismo de intervenção, a cultura periférica passa a despertar cada vez mais o interesse da indústria cultural e artística representando um nicho de mercado lucrativo. Neste cenário, encontram-se tensões entre a busca por reconhecimento das produções periféricas e a crítica quanto ao padrão estético hegemônico pautado na cultura e na arte erudita, tal como a restrição do reconhecimento de alguns grupos e produtores, que não refletem na visibilidade de outros artistas periféricos (Tommasi, 2013). Conforme mostra Livia de Tommasi (2013, p. 28-29) “a inserção no mercado, a relação com os governos e as fontes de financiamento são questões sempre abertas e presente nos debates entre os artistas periféricos. Como vender sem fazer desaparecer o conflito, a carga de ruptura, a crítica à ordem vigente? Como negociar com políticos e empresários sem virar palanque eleitoral dos poderosos?”.

Tais questões se tornam também preocupações no âmbito das ONG, principalmente entre a dependência de financiamentos do Estado e de empresas privadas para conseguirem se manter financeiramente e manter sua atuação autônoma, ou seja, as ONG precisam se adequar aos editais para serem subsidiadas e, ao mesmo tempo, precisam promover a participação política e social juvenil, mantendo a crítica social, sem o controle de jovens pobres (Tommasi, 2014). Como aponta Lima (2014, p. 108) as grandes organizações mundiais como a UNESCO, muitas vezes também atuam na perspectiva mercadológica. “Critica-se o modelo neoliberal de acesso à cultura mediado pelo mercado e adota-se a produção cultural como modo de desenvolvimento e competição no mesmo mercado [...] que nada têm a ver com política cultural e proteção das manifestações culturais e artísticas”.

É neste contexto que se insere a presente dissertação. Através dos resultados da pesquisa pretende-se contribuir para o debate científico com relação à investigação do lugar designado aos

jovens no contexto das práticas socioculturais brasileiras e seus efeitos de poder para a participação política dos jovens pobres. Ao problematizar tais práticas buscou-se, através do poder do discurso, contribuir para estruturar novas práticas e espaços de participação dos jovens no cenário social e político.

3 MÉTODO

3.1 Aspectos teórico-metodológicos

O presente estudo trata-se de uma investigação que teve como delineamento metodológico a abordagem qualitativa, exploratória de inspiração etnográfica, sob a forma de estudo de caso. Este, a partir da abordagem construcionista da pesquisa social, focaliza o local e busca compreender os modos de vida, suas resistências e ressignificações dentro de um contexto sócio-histórico, em um tempo e espaço determinados que são marcados por contradições, rupturas e continuidades (Cardona, Cordeiro & Brasilino, 2014). A escolha pela inspiração etnográfica se deu pelo fato da etnografia agregar a dimensão sociocultural ao estudo de caso (Atkinson & Hammersley, 1998).

Como referencial teórico foram adotadas as obras de Michel Foucault (Em defesa da sociedade, 2005; Vigiar e Punir: o nascimento da prisão, 2014; Microfísica do Poder, 2015). Partiu-se, nesta proposta metodológica, de um modelo em consonância ao proposto por Donna Haraway (1995), que considera a ciência como um jogo de poder de produção de verdades e historicidades, em que se deve localizar os marcadores sociais (classe, raça, gênero, território, geração, sexualidade) do/a pesquisador/a implicados no processo. Portanto, os conhecimentos produzidos no contexto de uma pesquisa serão sempre parciais, contingenciais e situados (Haraway, 1995). Nesse sentido, abdicou da noção de neutralidade, base da ciência positivista, que segundo Michelle Fine constitui como “um discurso colonizador sobre o outro” (Fine, 1994, p. 70). Visando romper com tal discurso, meu olhar, enquanto pesquisadora, foi norteado pela reflexividade e pela compreensão da pesquisa como um processo dialógico (Fine, 1994; Fine *et al.*, 2006) considerando as relações de poder que permeiam as práticas sociais.

Na medida em que a pesquisa visou o estudo de práticas socioculturais que se desenvolvem no contexto urbano, me apropriei também de algumas contribuições do Antropólogo José Guilherme Cantor Magnani (2002; 2003; 2005) desenvolvidas no campo da etnografia urbana, principalmente, no que se refere ao olhar do/a pesquisador/a “de perto e de dentro” (Magnani, 2002, p. 17) e da categoria analítica “pedaço” (Magnani, 2002; 2005). A expressão “de perto e de dentro” foi criada pelo autor com base na postura etnográfica para produção do conhecimento, “buscando identificar unidades de análise consistentes na multifacetada e heterogênea paisagem urbana” (Magnani, 2013, p. 9). Já a categoria pedaço designa os espaços (territoriais e simbólicos) intermediários entre os âmbitos privado e público e constitui-se como ponto de referência para um determinado grupo (Magnani, 2005). Segundo Magnani (2005, p. 173) tais pressupostos podem ser úteis para compreender a relação estabelecida entre os jovens e as “práticas culturais e de lazer, redes de sociabilidade e relações de troca (e também conflito)” que se desenrolam nas tramas das cidades.

Partindo desta perspectiva, os objetivos das pesquisas, que têm como foco práticas socioculturais urbanas, devem centrar-se na apreensão das formas com que indivíduos múltiplos interagem com os espaços da cidade e com seus equipamentos. Tais trajetos, ao invés de serem definidos pelo/a pesquisador/a, devem partir das dinâmicas dos/as próprios/as interlocutores/as (Magnani, 2002, p. 18). Assim, além das análises focarem os/as interlocutores/as e suas práticas, devem também incluir, como eixo analítico, o contexto no qual as mesmas se desenvolvem (Magnani, 2002; 2003).

Sato e Souza (2001, p. 29) pontuam que “a abordagem etnográfica tem se mostrado um importante instrumental no sentido de compreender como as pessoas coletivamente constroem e dinamizam processos sociais, como a subjetividade se expressa, como atribuem significado às situações sociais que ganharam uma organização formalmente constituída”. Por sua aplicabilidade,

conceitos e categorias analíticas desenvolvidas no âmbito da antropologia passaram a se constituir como nortes importantes para pesquisadores/as não só no campo das ciências sociais, mas também das ciências humanas, entre eles/elas pesquisadores/as da Psicologia, especialmente aqueles/as que desenvolvem pesquisas qualitativas de orientação psicossocial (Sato & Souza, 2001) que tem como objeto de estudo a juventude urbana, como é o caso da pesquisa em questão.

Nesta direção, meu olhar foi o de tornar estranho o que me era familiar e familiar o que me era estranho, ou seja, busquei trabalhar com os valores do grupo pesquisado, levando em consideração os marcadores sociais (raça/etnia, gênero, classe social, geração, sexualidade e território) na construção do conhecimento (Fonseca, 1999). Conforme Magnani (2002), é justamente no encontro e na co-existência entre o estranhamento advindo dos valores culturais do/a pesquisador/a com as “teorias nativas”, que ambiguidades podem ser produzidas, levando às novas formas de entendimento descentrados dos diferentes modos de vida (Magnani, 2002). Segundo o autor, tais aspectos só podem ser pesquisados em microlugares (Magnani, 2002), o que justifica a escolha pela realização da pesquisa de campo em uma Organização Não Governamental, mais especificamente uma Associação que realiza projetos sociais de cunho cultural, com jovens de comunidades periféricas, de uma cidade da Zona da Mata Mineira.

A escolha da ONG se deu por se tratar de uma organização que já possui uma história de desenvolvimento de ações com jovens, na região estudada. Além de contemplar a temática estudada, ocupa um lugar de destaque na cidade em que a pesquisa se realizou, pelo fato das políticas públicas para a juventude serem raras e pontuais naquele contexto.

É importante frisar que a postura assumida por mim parte do pressuposto feminista¹⁴ que considera a produção do conhecimento a partir do compromisso ético-político, no qual o pesquisar

¹⁴ O presente estudo embasou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da vertente feminista pós-estruturalista (Butler, 2000).

deve ir em direção à justiça social (Fine *et al.*, 2006). Isto, através da compreensão de múltiplas vozes (Fine, 1994; Fine *et al.*, 2006). Tais concepções se tornam pertinentes na medida em que os/as interlocutores/as da pesquisa são jovens pobres, público solapado, criminalizado, marginalizado cotidianamente e cujas vozes foram historicamente sufocadas e invisibilizadas (Fine *et al.*, 2006). Assim, no âmbito da pesquisa de mestrado desenvolvida, busquei ouvir as vozes dos/as jovens visando romper com a lógica de subordinação e opressão que os/as colocam na situação de “objeto” e “alvo” do discurso de “um outro” (Fine, 1994).

Neste sentido, Michelle Fine (1994) pontua que os cuidados éticos, metodológicos e teóricos devem ser constantes com vistas a evitar análises que caiam no discurso dicotômico de vitimização ou responsabilização individual, nas quais são desconsideradas as desigualdades sociais que marcam a realidade da juventude pobre, bem como a complexidade de suas vivências (Fine *et al.*, 2006). Nesta direção, a autora frisa que é preciso que pesquisadores/as sociais problematizem a forma como seus/suas interlocutores/as emergem em suas produções científicas (Fine *et al.*, 2006). Tal aspecto se torna pertinente, principalmente, considerando o lugar de privilégio e de abafamento de vozes realizado no meio acadêmico, em nome de uma “suposta” objetividade e neutralidade científica (Fine, 1994), nas quais as “verdades” produzidas têm funcionado muito mais para sustentar posições hegemônicas, para reproduzir desigualdades sociais e manter hierarquias de poder do que para promover a autonomia dos indivíduos.

Em consonância com os aportes teóricos e conceituais destacados nesta dissertação e sintetizando a postura ético-política da presente pesquisa, destaco a pertinente reflexão feita por Jaileila de Araújo Menezes e Mônica Rodrigues Costa (2010) que lembram que devem ser enfatizados, no âmbito das pesquisas, os desdobramentos materiais, políticos e simbólicos destas práticas de produção de conhecimento. Isto, por meio da escuta dos diferentes atores imbricados nos cenários em que tais trabalhos se processam.

Visando ampliar as possibilidades de interação e compreensão das dinâmicas sociais, foram utilizadas no presente estudo diferentes ferramentas tais como: Observação participante, entrevistas semiestruturadas e grupos focais. A utilização de multimétodos e a triangulação das informações obtidas pelos mesmos, tiveram por finalidade a realização de uma análise crítica e interpretação aprofundada dos fenômenos estudados. A triangulação, através do confronto obtido pelas diferentes fontes e dados, permitiu a revelação das contradições, rupturas e continuidades entre os discursos (re)produzidos pelos diferentes indivíduos, que compõem o contexto pesquisado.

Partindo da ênfase pós-estruturalista, as contradições, as heterogeneidades e multiplicidades de discursos formam as forças presentes na trama das relações de poder e são responsáveis por “produzir vozes que conversam entre si em um tom de disputa, dissonância, apoio, diálogo, contenda e/ou contradição” (Fine *et al.*, 2006, p. 127). Assim, interessou-me justamente identificar, no desenrolar da pesquisa, as aproximações e os distanciamentos visando compreender como se articulavam modos de governo e de resistência no âmbito das práticas sociais (Foucault, 1995; 2005).

Concordo com Piter Spink (2003) que a multiplicidade de ferramentas não deve ser compreendida como maneiras de “coletar dados”, mas sim, como diferentes possibilidades de relação com os interlocutores/as. Nas palavras do autor, a multiplicidade permite “conversar com socialidades e materialidades em que buscamos entrecruzá-las, juntando os fragmentos para ampliar as vozes, argumentos e possibilidades presentes” (Spink, 2003, p. 37). Dessa forma, busquei com tais procedimentos que os modos de vida dos/as interlocutores/as fossem considerados em sua complexidade, mesmo sabendo que as interpretações são recortes, versões parciais e localizadas de um campo investigativo (Haraway, 1995).

No que se refere à análise de dados foi utilizada a Análise do Discurso a partir da perspectiva teórico-metodológica de Michel Foucault (2008a; 2001). Conforme Conceição Nogueira (2008),

na ênfase pós-estruturalista a linguagem é compreendida como aquela que fabrica a realidade. Portanto, é importante investigar como os discursos são forjados, historicamente, por enunciados que se articulam e produzem sistemas de inteligibilidade. A perspectiva foucauldiana, inserida nesta ênfase, parte do pressuposto que tal processo se dá através de condições de possibilidades circunscritas no tempo e no espaço de um contexto histórico, político, social e cultural delimitado. Logo, não é qualquer coisa que pode ser dita em qualquer lugar (Foucault, 2008a).

De acordo com Foucault (2008a), na análise do discurso busca-se compreender o enunciado em sua totalidade e singularidade conforme cada situação, determinando as condições de sua existência, seus limites e suas correlações com os outros enunciados, bem como, apontar outras formas de enunciação que o exclui. No entanto, “não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso; deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionados a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (Foucault, 2008a, p. 31). Nesta direção, deve-se compreender os discursos “[...] enquanto práticas que obedecem a regras (Foucault, 2008a, p. 157) que regulam o que pode ou não ser dito e que produzem um jogo que faz com que certas proposições sejam enunciadas como verdadeiras e outras como falsas (Foucault, 2001). O discurso então, se materializa em “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2008a, p. 55).

Partindo do pressuposto de que o discurso do Protagonismo Juvenil produz práticas, fabrica posições de sujeito e engendra modos de subjetivação, realizei um trabalho de análise do discurso de inspiração foucauldiana, no qual se procedeu a descrição dos enunciados que compõem as formações discursivas sobre tal temática e suas condições de existência no âmbito das relações de saber-poder, que permeiam as práticas da ONG em questão, além de analisar seus efeitos de poder para a participação política dos/as jovens, através do material produzido no trabalho de campo.

Enfim, ao compreender as tramas em que os discursos são produzidos, cria-se novas possibilidades de produção do conhecimento e de entendimento dos fenômenos sociais.

Através da desnaturalização dos discursos, torna-se possível a problematização de determinadas concepções hegemônicas e opressoras de conhecimento, abrindo espaço para desconstrução, denúncia, reflexão e crítica. Portanto, o/a pesquisador/a pautado/a em uma postura reflexiva (Fine *et al.*, 2006; Haraway, 1995) deve se comprometer com o questionamento da ordem social instituída, através da historicização das relações de poder. Nesse sentido, ao identificar como se articulam os sistemas hierárquicos de poder, pela análise da produção dos discursos, por sua materialização nas práticas sociais e pelos modos de subjetivação que são forjados a partir dos mesmos, busquei compreender os sistemas de inteligibilidade, que operam na regulação da vida da juventude pobre e que atuam na produção de (im)possibilidades de participação autônoma e modos de vida plurais.

3.2 Procedimentos éticos da pesquisa

O presente estudo seguiu os procedimentos éticos para a realização de pesquisas com seres humanos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF (Anexo 4).

Além disto, foram considerados os aspectos éticos tais como: sigilo e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 1) por parte dos colaboradores da ONG para a realização das entrevistas. Com os/as participantes dos grupos focais foi realizado um contrato verbal, mostrando a importância do sigilo das informações discutidas e respeito às opiniões de cada participante. Os/as jovens com dezoito anos ou mais assinaram o TLCE (Anexo 1). Aqueles que tinham menos de dezoito anos assinaram o termo de assentimento (Anexo 3) e

tiveram autorização de um responsável legal, que assinou o TCLE (Anexo 2) permitindo sua participação voluntária e consentida. A identidade dos/as interlocutores/as foi preservada através da utilização de nomes fictícios, entretanto, as idades permanecem reais às respectivas faixas etárias dos/as participantes da pesquisa. Optei também por manter em sigilo o nome da ONG e qualquer outro tipo de informação que pudesse infringir os princípios de sigilo e confidencialidade (ex: nome da cidade, nomes de bairros, etc). Nos excertos de fala dos/das interlocutores/as foi explicitada a forma em que os dados foram obtidos (entrevista individual, entrevista em dupla, grupo focal e trecho ou relato registrado em diário de campo).

Durante a realização do trabalho de campo também me pautei em aspectos éticos que emergiram a partir da minha relação com os interlocutores/as buscando evitar o uso abusivo de poder e o estabelecimento de relações assimétricas. Desta forma, os caminhos trilhados por mim foram delineados a partir da negociação com os/as interlocutores/as (Silva, 2014). Pode-se citar como exemplos desta postura: parar a gravação em alguma ocasião solicitada; flexibilidade no início da execução dos grupos focais e das entrevistas, flexibilidade na duração dos encontros dos grupos focais, abertura para que os/as interlocutores/as não respondessem questões que julgassem inconvenientes, abertura para que os/as interlocutores/as pudessem acrescentar questionamentos não previstos nos roteiros, entre outros.

3.3 Compromisso ético-político da pesquisa: a devolutiva

Minha preocupação como pesquisadora desde o início da proposta foi de realizar uma contrapartida ao final da execução da pesquisa que fizesse sentido para os/ interlocutores/as. Nesse contexto, após a defesa da dissertação, realizarei uma devolutiva com os colaboradores da ONG

através de uma roda de conversa no qual os aspectos produzidos na pesquisa serão apresentados e problematizados com os mesmos a fim de contribuir para as práticas desenvolvidas.

Com relação aos interlocutores que participam do projeto “Batalha de *rap*”, a ideia da devolutiva emergiu de um dos jovens. Ao ser convidado para participar do grupo focal, o mesmo sugeriu que fosse realizada uma produção audiovisual na qual eles fossem os protagonistas. À medida em que eu convidava outros jovens para participarem do grupo focal a proposta da produção audiovisual era exposta e frisada como uma ideia que surgiu de um deles. Ao serem convidados para participar do grupo focal, os jovens já manifestavam interesse, pois viam no mesmo uma possibilidade de expor suas opiniões sobre o projeto “Batalha de *rap*” e sobre o movimento *hip hop*. Porém, ao enunciar a proposta da produção audiovisual os participantes demonstravam-se ainda mais empolgados. É válido ressaltar, que a produção audiovisual será planejada (desde a temática, tipo de produção audiovisual, roteiro) e executada, posteriormente em conjunto com os interlocutores.

Já com os/as jovens que participam do projeto “Aula de Dança” serão realizadas rodas de conversas. Tal intervenção foi pensada, a exemplo do estudo piloto realizado com os/as mesmos/as, no início da minha inserção no campo. Nesta ocasião, foram realizados três encontros nos quais os temas discutidos (cultura, redução da maioria penal e diversidade sexual) foram escolhidos pelos/pelas próprios/próprias interlocutores/as. Tal experiência se constituiu como um espaço de reflexão e trocas de experiências ricas entre mim e os/as jovens. A decisão sobre o desenvolvimento das rodas de conversa como devolutiva foi tomada ao fim do terceiro encontro do estudo piloto, em conjunto com os/as interlocutores/as, no qual ficou acordado que após a defesa da dissertação seriam realizados novos encontros sobre temas sugeridos por eles/elas.

3.4 Explorando o campo: aproximações do território de pesquisa

A pesquisa se desenvolveu em uma ONG que atua em projetos sociais de cunho cultural voltados para a juventude de um município de médio porte da Zona da Mata Mineira. Em abril de 2015, entrei em contato com os coordenadores da Associação Cultural, através de ligação por telefone. A partir daí foi marcado um encontro com um dos organizadores na praça onde acontece um dos projetos desenvolvidos pela Associação designado como “Batalha de *Rap*”¹⁵, visando explicar os objetivos da pesquisa. Realizei também uma visita a uma periferia, na qual são executadas aulas de dança pelo presidente da instituição. Estes encontros me instigaram, principalmente pelas peculiaridades trazidas por cada um dos projetos quanto ao espaço utilizado para o desenvolvimento da atividade (espaço público e espaço comunitário), ao território (centro e periferia) bem como as expressões culturais (música e dança). A seguir, serão descritas informações fruto de conversas informais registradas em diário de campo e análise de documentos da instituição, visando uma melhor descrição dos aspectos institucionais levantados durante a minha imersão inicial no campo.

3.5 Caracterização do campo e histórico da ONG

Em 2010, um grupo formado por dez rapazes, amigos, que moravam em periferias vizinhas, se reuniu para promover a cultura *hip hop* na cidade, com a intenção de divulgar o próprio trabalho.

¹⁵ Conforme os interlocutores da pesquisa, as batalhas de *rap* são apresentações em que ocorrem duelos de rimas entre *MCs* na modalidade *freestyle* (rimas de improviso). Elas podem assumir três formas: 1) Batalha do conhecimento: na qual cabe aos *MCs* rimarem sobre um tema pré-estabelecido; 2) Batalha Bate-Volta: na qual o *MC* que inicia, realiza duas rimas e o oponente deve “rebatê-lo” através do mesmo número de rimas. O objetivo principal desta modalidade é “atacar” o oponente desestabilizando-o por meio de rimas improvisadas; 3) Batalha tradicional: na qual cada *MC* tem quarenta segundos para “atacar” e se “defender”.

O mais velho dos jovens tinha, na época, vinte e oito anos, e os outros nove tinham entre dezessete e vinte anos. Sem maiores pretensões, formaram um grupo de *rap* (três vocalistas e sete dançarinos) e começaram a produzir e divulgar os trabalhos conjuntamente. Porém, enfrentaram muitas dificuldades, pois o *Rap* não constituía um gênero reconhecido na cena cultural e musical da cidade.

Posteriormente, o grupo se inseriu em um projeto desenvolvido pela CUFA¹⁶, a convite de uma assistente social responsável pelo desenvolvimento do projeto. Eles aceitaram a empreitada por considerar esta, uma boa oportunidade para divulgarem seu trabalho. A proposta de ação era a realização de uma parceria para atuar na divulgação e difusão da cultura *hip hop* nas escolas públicas do município e das regiões vizinhas. As atividades eram realizadas com crianças e adolescentes por meio de palestras e apresentações, na qual a assistente social abordava o tema favela e os membros do grupo, a cultura *hip hop*. Através da participação neste projeto, o grupo ampliou sua rede de contatos e começou a ganhar visibilidade e reconhecimento no cenário social e cultural da cidade.

Um dos jovens do grupo começou a ministrar aulas de dança em uma periferia, sendo então contratado pela prefeitura para atuar como professor de dança em um programa social, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município. Outros três passaram a realizar batalhas de *rap* nas periferias e no centro da cidade. A partir de então, começaram a designar-se como um coletivo com ações mais sistematizadas em forma de projetos sociais de cunho cultural.

Incentivados pelo presidente de uma ONG, que trabalha com adolescentes e jovens em uma periferia da cidade, alguns dos integrantes do grupo se juntaram com outros jovens e decidiram

¹⁶ A Central Única de Favelas (CUFA) é uma organização que atua em causas sociais através da produção cultural, formação e inclusão social por meio do *hip hop*. Foi criada no ano de 1998 por jovens pobres e negros de diversas favelas do Rio de Janeiro (Almeida, 2009).

institucionalizar os projetos, uma vez que a formalização facilitaria a captação de recursos, para gerir os projetos realizados pelo grupo. Foi então, que no início de 2013, os jovens oficializaram o trabalho e constituíram uma Associação Cultural. Além da facilitação de captação de recursos, o fato de o grupo ser cada vez mais solicitado para falar sobre a cultura *hip hop*, sobretudo para jovens, também os motivou a formalizar o projeto.

A Associação Cultural se caracteriza, atualmente, como personalidade jurídica de direito privado, de acordo com o Artigo 44 do Código Civil de 2002 (Brasil, 2002). Conforme as informações cadastradas no Ministério da Fazenda, sua atividade principal consiste no ensino da dança e como atividades secundárias encontram-se a produção teatral, o ensino de esportes, a regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais. O logradouro que consta no documento refere-se ao endereço pessoal de um dos administradores da associação. Este fato deve-se a ausência de um local permanente para o estabelecimento de uma sede, na ocasião da institucionalização. Atualmente, a sede da Associação funciona no centro cultural de um bairro periférico, cedido pela igreja católica, espaço este criado por um projeto de padres holandeses, que atuavam na construção de moradias sociais em bairros populares.

3.6 Recursos Humanos e parcerias da ONG

Conforme a consulta realizada no *site* da Receita Federal a partir do número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Associação, formalmente estão registradas sete pessoas como membros, seis são do gênero masculino e uma do gênero feminino, sendo estes administradores e sócios. O presidente da associação é um jovem de vinte e oito anos, negro, com ensino médio completo, criado na periferia da cidade, e que, atualmente, mora em um bairro popular e, recentemente, foi contratado como funcionário público. Na associação é responsável por

desenvolver diferentes atividades de cunho cultural e administrativo, de articulação política, além de ministrar aulas de dança (*hip hop*, *funk* e *axé*), em uma comunidade periférica.

O vice-presidente é um jovem de vinte e seis anos, pardo, com o ensino fundamental incompleto, reside em um bairro periférico e trabalha, atualmente, como vendedor ambulante. Na associação, atua como professor de *Breakdance*, sendo Mestre de Cerimônias (*MC*) e um dos responsáveis pela organização e execução de atividades ligadas ao movimento *hip hop*, como a Batalha de *Rap* e eventos afins. O secretário é um jovem de vinte e oito anos, negro, com ensino médio completo, morador de um bairro popular e atualmente trabalha como analista de controle de qualidade. Na associação participa, esporadicamente, como animador da batalha de *rap*. O tesoureiro é um homem de trinta e cinco anos, pardo, com ensino médio completo, morador de um bairro popular e, atualmente, trabalha como emissor de passagens, em uma empresa de ônibus. Na associação, além de realizar funções administrativas, é Mestre de Cerimônias (*MC*), *DJ* e atua na organização e execução de atividades ligadas ao movimento *hip hop* como a batalha de *rap* e palestras em escolas e outras instituições.

Além destes, a associação conta com três conselheiros fiscais. Um deles é um jovem de vinte e sete anos, negro, com ensino médio completo, morador de uma comunidade periférica e, atualmente, trabalha como motoboy. Já atuou, na associação, como professor de dança, mas, atualmente, não está realizando nenhuma atividade.

A associação tem, também, uma conselheira fiscal, branca, com ensino superior completo (mestre em educação) e, atualmente, atua como coordenadora no setor de Arte e Educação do município. Na ONG, atua como parceira em eventos esporádicos como a mostra cultural, realizada, anualmente, pela associação e atua na exibição de filmes promovida pela instituição, em comunidades periféricas. Conta, também, com outro conselheiro fiscal, branco, que possui ensino superior completo (também mestre em educação) e atua na gestão da educação do município e, na

associação, participa como parceiro na realização da mostra cultural, gravação de vídeos e outros eventos. Além destes membros cadastrados, atualmente, a associação conta com a colaboração de cinco jovens. O primeiro tem vinte e quatro anos, pardo, com ensino médio completo e reside em uma comunidade periférica. Na associação, já atuou ensinando dança de salão e, atualmente, participa de articulações políticas, exerce funções administrativas, é responsável por realizar campeonatos de futebol com crianças e adolescentes e acompanha, também, as aulas de dança, realizadas no bairro em que mora. Cabe a ele a produção de todos os materiais gráficos da ONG.

O segundo participante também é jovem, tem vinte e oito anos, negro, reside em uma comunidade periférica, possui ensino médio completo e trabalha lecionando dança em uma academia da cidade, enquanto que, na associação, ministra aulas de dança com jovens do seu bairro. O terceiro é um jovem de vinte e sete anos, negro, reside na periferia na qual se localiza a sede da ONG, onde ministra aulas de dança. O mesmo trabalha como professor de *zumba* em academias da cidade. O quarto é um jovem adulto de trinta e dois anos, branco, que mora em um bairro popular. Ele é dono de um estúdio de dança, é dançarino profissional e dá aulas em uma entidade privada e na ONG ministra aulas de dança (*jazz*) na sede da instituição. O quinto e último é um jovem de vinte anos, negro, que mora em um bairro popular. Trabalha como professor de artes marciais, ministrando aulas de *jiu-jitsu* também na sede da ONG.

3.7 Projetos desenvolvidos

No ano de 2015, quando entrei em contato com os membros da ONG para apresentar a proposta da pesquisa, eram desenvolvidos três projetos de fluxo contínuo. Dois deles eram “aulas de dança” (*hip hop*, *axé* e *funk*), realizadas em dois bairros periféricos, e a “Batalha de *Rap*”, que acontecia em um espaço público no centro da cidade. No ano de 2016 foram iniciados novos

projetos na sede da ONG: aulas de dança (*axé*), aula de dança (*jazz*) e aulas de *jiu-jitsu*. Além destes, são realizadas atividades e eventos esporádicos como campeonato de *skate*, cinema, desfile de carnaval, sarau de poesia, palestras em escolas públicas e em outras instituições, campeonato de futebol e dança, bem como, uma mostra cultural, que reúne diferentes grupos e produtores culturais da cidade.

3.8 Estratégias de ação e interlocutores/as da pesquisa

Os caminhos percorridos durante o trabalho de campo para a produção dos dados podem ser divididos em duas etapas: na primeira, foi realizada a observação participante em dois projetos desenvolvidos pela ONG pesquisada (a Batalha de *Rap* e a aula de dança ministrada pelo presidente da ONG); na segunda realizei quatro entrevistas semiestruturadas com os colaboradores de ambas as atividades e dois grupos focais (um com jovens que participam da Batalha de *Rap* e o outro com jovens que participam da Aula de Dança).

Ambos os projetos são designados pelos produtores culturais, que participam da ONG, como atividades ligadas à “cultura de rua” e à “cultura de periferia”, o que faz referência aos marcadores de território e classe social. Tais expressões foram ditas pelos mesmos em conversas informais, como também foram proferidas em relatos públicos, como entrevistas e reportagens dadas à mídia local.

A escolha destes dois projetos justificou-se pela visibilidade que ambos ocupam no cenário cultural da cidade em que a pesquisa se realizou. Os mesmos se destacam pelo fato das peculiaridades e dinâmicas coletivas, principalmente, no que refere às tramas territoriais (centro - periferia), o local de realização (espaço público - espaço comunitário), elementos performáticos (música - dança), os jovens que neles se destacam (rapazes na batalha de *rap* - garotas e rapazes

gays na dança) bem como a forma de relação estabelecida entre os produtores culturais com os/as jovens participantes das atividades (parcerias e hierarquias). Por meio das observações, das entrevistas realizadas com os organizadores e colaboradores da ONG e dos grupos focais realizados com os/as jovens participantes de tais atividades, foi possível identificar alguns elementos presentes nestas práticas socioculturais e as posições de sujeito que os/as jovens são chamados/as a ocupar.

3.8.1 Observação participante no cotidiano dos projetos desenvolvidos pela ONG

A observação participante se caracteriza como um processo dialógico, não controlado, que envolve conflitos, tensionamentos e a relação colaborativa entre pesquisador/a e interlocutores/as, grupos e comunidade pesquisada. Esta é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do estudo de caso, na medida em que possibilita compreender sentidos produzidos pelas pessoas nas interações cotidianas, os posicionamentos assumidos nas práticas discursivas e suas contradições. Pesquisar no cotidiano aponta, portanto, para a necessidade de conviver, participar das ações e compartilhar da cultura dos/das interlocutores para observar os aspectos relevantes aos objetivos da pesquisa (Cardona, Cordeiro & Brasilino, 2014).

Para a realização da observação no cotidiano o/a pesquisador/a se vê imerso à inúmeras questões, especialmente no que se refere à sua inserção no contexto de observação e interlocução com as pessoas. Neste cenário, algumas indagações passam a fazer parte das preocupações do/da pesquisador/a: “como entrar e sair dos lugares, quanto tempo ficar, como e com quem se relacionar, para quê? E o que e como registrar o que acontece?” É válido ressaltar que tais questões devem ser balizadas pela orientação epistemológica, metodológica, ética adotadas pelo/a pesquisador/a e

dependem também de suas características pessoais e afetivas (Cardona, Cordeiro & Brasilino, 2014, p. 126).

As observações desenvolvidas para este estudo tiveram início após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Anexo 4) e foram realizadas entre os meses de julho de 2015 a abril de 2016, em dois bairros específicos nos quais são desenvolvidas, pela ONG, projetos sociais de cunho cultural, de música e dança, com jovens, semanalmente. As informações advindas destas observações foram utilizadas como fonte de dados complementares. Tais observações foram registradas através da utilização do diário de campo. Conforme Medrado, Spink & Mélo (2014) o diário de campo se constitui como anotações sistemáticas sobre acontecimentos observados pelo/a pesquisador/a em seu percurso de campo. Ele representa uma importante ferramenta de registro sendo denominada pelos autores como “companheiro atuante”. Isto:

já que com ele e nele a pesquisa começa a ter certa fluidez, à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que denominamos de pesquisa. Esse companheirismo rompe com o binarismo sujeito-objeto, tornando o diário também um ator/atuante que permite a potencialização da pesquisa. Ao invés de atores contrapostos (pesquisador/pesquisado; técnicas/instrumentos; tema/objetivo), temos na pesquisa uma conjugação de fluxos em agenciamentos coletivos produzindo a própria ação de pesquisar. O diário consegue fundir as palavras e as coisas, à medida que as acolhe em suas páginas. E cada vez que tais páginas são abertas, abrem-se fluxos de possibilidades de comentários; abrem-se para o inédito (Medrado, Spink & Mélo, 2014, p. 278).

Como pontua Angrosino (2009), para o registro/construção das observações faz-se necessário certo grau de estruturação a fim de organizar as informações produzidas. Nesse sentido, busquei em meu diário de campo incluir falas, contextos e dinâmica bem “como impressões, incômodos, enfim ‘afetações’ produzidas no encontro com os interlocutores” (Medrado, Spink & Mélo, 2014, p. 285). De maneira geral, meus diários continham os seguintes aspectos: descrição do cenário no qual a situação observada se desenrolava; aspectos referentes aos participantes presentes na cena observada; relato cronológico dos eventos observados; descrição dos comportamentos e trocas dialógicas estabelecidas pelos/pelas interlocutores/as. Uma câmera

fotográfica e uma filmadora foram utilizadas, sempre que possível, para registrar as cenas observadas visando auxiliar na construção do diário com maior riqueza de detalhes possível.

Para a realização das observações utilizei o seguinte critério: atividades e ações que envolvessem os projetos de *rap* e de dança selecionados. Os temas (dança e música), assim como sua disposição enquanto atividades nos respectivos bairros (periferia e centro), são dinâmicas grupais já desenvolvidas no contexto pesquisado. Vale destacar que não foram contempladas na estratégia de observação as atividades desenvolvidas pela ONG, que eram realizadas em outros bairros ou as atividades esporádicas. A seguir, será abordada uma breve apresentação dos contextos territoriais nas quais as atividades selecionadas são desenvolvidas, a descrição dos projetos: Batalha de *Rap* e a Aula de Dança ministrada pelo presidente da instituição e a descrição da minha inserção (e os efeitos) no campo apontando algumas “saias justas e jogos de cintura” (Bonetti & Fleischer, 2006) vivenciadas nestes contextos.

3.8.1.1 A praça central e seu entorno

O Projeto “Batalha de *Rap*” acontece em um espaço público, localizado na praça principal do centro da cidade. Em seu entorno se concentram prédios residenciais e inúmeros estabelecimentos comerciais entre eles: lojas de calçados, vestuário, drogarias, papelarias, loja de tecidos, perfumaria, lanchonetes e restaurantes, óticas e relojoarias. Além destes estabelecimentos existe também um banco, uma lotérica, um prédio público. No lado direito da praça, encontra-se um monumento histórico e uma banca de jornal. Ao lado desta, durante o período da tarde e da noite, ficam distribuídas, em uma das partes da praça, cadeiras e mesas pertencentes a dois restaurantes/lanchonetes que se localizam no outro lado da rua. Ao lado das mesas existe um ponto de táxi. Logo a frente encontra-se o espaço público no qual o Projeto “Batalha de *Rap*” acontece.

Este é um espaço circular. Na parte subterrânea funcionam atividades direcionadas ao público idoso. A parte superior, onde são realizadas as batalhas de *rap*, fica acima do nível da rua. O acesso ao local se dá por duas entradas, uma delas por uma rampa (localizada a direita da praça) e outra por uma escada (localizada a esquerda da praça), sendo a primeira mais utilizada pelos/pelas frequentadores/as da batalha. O local é coberto por uma estrutura de metal e é cercado por grades de aproximadamente um metro de altura. Em frente à rampa, que dá acesso ao local, existe um banco que é sempre ocupado por jovens antes da batalha ter início. Na extremidade esquerda da praça existe um estacionamento de motos e um pequeno canteiro de flores.

3.8.1.1.1 A Batalha de *Rap*

O Projeto “Batalha de *Rap*” acontece desde o ano de 2013, toda quinta-feira às vinte horas em um espaço público localizado na praça principal do centro da cidade descrito acima, constituindo-se como local estratégico e de grande visibilidade. O projeto social é organizado e coordenado por um dos membros da Associação Cultural, além de contar com a participação direta de um jovem, também membro da ONG, e esporádica de outros membros e de alguns parceiros. É válido ressaltar que a primeira batalha de *rap* da cidade, foi realizada em 2012, organizada pelo mesmo grupo de jovens que hoje compõe a ONG, porém, na ocasião, a mesma estava articulada a um projeto da CUFA.

No início, os jovens que participavam nas batalhas pertenciam ao próprio grupo de amigos que desenvolviam a atividade. Atualmente, esta é frequentada por um número expressivo de pessoas, predominantemente jovens, rapazes e garotas de camadas populares de diferentes comunidades periféricas, principalmente aquelas que se localizam próximo ao centro da cidade, mas a atividade abarca também jovens de classe média. Conforme informações obtidas através de

uma reportagem concedida pelos organizadores a um jornal local, a atividade já atingiu a média de oitenta expectadores em uma edição, fato que mostra que a mesma se constitui como um espaço de sociabilidade significativo, especialmente entre jovens pobres. Neste sentido, o interesse pelo *rap* e pelo movimento *hip hop* é que confere uma identidade coletiva aos jovens que participam do projeto. Assim, os duelos de *rap* representam uma importante forma para a ONG de disseminar e valorizar o movimento *hip hop* na cidade. Além da participação nesta atividade, alguns jovens participam, juntamente com os organizadores, de outras ações como palestras em escolas sobre *hip hop* e gravação de músicas. No ano de 2015, algumas batalhas de rima foram realizadas também por jovens em um bairro periférico com a parceria da ONG.

O projeto conta com uma página no *facebook*. Por meio desta ferramenta, os/as jovens mantêm contatos virtuais diários. Além deste espaço ser utilizado para divulgar eventos e informações sobre a batalha e sobre o *hip hop*, os/as jovens compartilham vivências, brincadeiras, ou seja, ampliam os laços de amizade e parceria. No final do ano de 2015, articulado por um dos jovens colaboradores e pelo organizador da Batalha de *Rap*, foi criado um Coletivo com vistas a difundir os trabalhos desenvolvidos pelos grupos de *rap* da cidade por meio da gravação de trabalhos autorais (áudios e vídeos) de forma acessível por meio de um estúdio independente. O primeiro trabalho sistematizado do Coletivo, foi a produção de uma *mixtape* que contou com a participação de vários *MCs*. O Coletivo também tem uma página do *facebook* no qual são divulgados os trabalhos desenvolvidos, eventos e outras informações relevantes para a cena do *hip hop* da cidade.

Os/as jovens que frequentam o projeto chegam ao local do evento em grupos, alguns mistos e outros formados somente por garotas ou por rapazes, e ficam espalhados por toda a praça conversando, muitos fazem o uso de bebidas alcoólicas e cigarro antes da batalha começar. Além disto, os jovens participantes do movimento compartilham informações sobre *rap*, sobre a cultura

hip hop e formam uma roda de *freestyle* assim que o som é ligado. As garotas que participam e/ou se identificam com a cultura *hip hop* também trocam informações sobre *rap* e *hip hop*, porém não é usual que elas participem da roda de *freestyle* (conforme informações obtidas em conversa informal com um dos organizadores, são três as garotas que escrevem letras de *rap*. Porém, somente uma delas, uma jovem de dezesseis anos, de classe média e branca costumava cantar, no final das batalhas, *raps* autorais, acompanhada, na época, de seu namorado que também era *MC*). Esta mesma jovem já participou, algumas vezes, como juíza das batalhas. Acompanhei três batalhas em que uma jovem de dezessete anos, de classe popular e negra competiu com os rapazes. No entanto, sua participação na atividade é esporádica.

Tive oportunidade de conversar com a mesma em outro evento promovido pela ONG, no bairro em que ela reside e sua pouca frequência nas batalhas foi justificada pelo impedimento do pai, que segundo ela tem “*embaçado*” sua ida ao evento. Ainda sobre a participação feminina, em outra ocasião, uma jovem de vinte e um anos relatou que gosta de escrever letras de *rap* e cantar em casa, mas “*só para brincar*” e que, assim como ela, outras garotas também têm vergonha de cantar e batalhar em público, ou seja, a participação das jovens no projeto é, predominantemente, a de expectadora.

Os rapazes envolvidos diretamente com o movimento *hip hop* costumam estar vestidos com calças, bermudas e blusas largas, com figuras e mensagens que fazem referência ao movimento *hip hop* ou com o emblema do projeto. Como acessórios, optam por tênis, bonés, toucas e alguns, por correntes prateadas. Muitos deles também têm em seus corpos tatuagens, que fazem referência ao *rap*. Já as garotas usam saias, shorts e calça *legging* coladas ao corpo. As blusas e os acessórios variam conforme a relação que estabelecem com o movimento *hip hop*. Aquelas que se identificam ou fazem parte do mesmo, usam blusas largas ou com o emblema do projeto, além de utilizarem

bonés. As garotas que não têm ligação direta com o *hip hop* optam por blusas justas que delineiam seus corpos.

O projeto “Batalha de *Rap*” concorreu no ano de 2014 ao edital de financiamento pela lei municipal de incentivo à cultura da cidade e foi contemplado com um valor de R\$8000,00. Tal verba foi gasta na compra de materiais como caixa de som potente, uma mesa de som e quatro microfones. No ano de 2015 e em meados de 2016, período em que foi desenvolvido o trabalho de campo, o projeto não contou com apoio financeiro para sua execução.

No dia da batalha, os equipamentos são levados até a praça pelos membros da ONG, no carro de uma associação parceira. No local, o computador é acomodado em mesas de bar obtidas por um dos jovens *MCs*, em uma lanchonete. Ao ligarem os equipamentos, músicas de *rap* são colocadas. Após algum tempo, inicia-se uma roda de *freestyle*, que funciona como um aquecimento para os *MCs*. É comum os mesmos optarem por rimas de saudação e de camaradagem.

Enquanto isso, o organizador fica responsável por montar a lista dos *MCs* que vão duelar no dia. Esta tarefa é realizada, esporadicamente, por alguns jovens *MCs*. Geralmente, os duelos são compostos por oito *MCs*, em sua grande maioria rapazes (conforme informações obtidas em conversa informal com o organizador, já participaram das batalhas como competidores mais de vinte e oito rapazes *MCs* e uma garota *MC*, como foi apresentado acima) o que demonstra que a participação feminina ativa no espaço público é invisibilizada¹⁷.

As batalhas são chamadas de “bate-volta”, no qual o objetivo é “atacar” o oponente, desestabilizando-o por meio de rimas improvisadas. Geralmente os *MCs* utilizam características

¹⁷ Para melhor compreensão das desigualdades de gênero no movimento *hip hop* consulte o artigo intitulado “Acho que a gente veio meio que quebrar isso: as tensões de gênero e a participação no movimento *hip hop*” (Costa, Menezes, Montenegro & Samico, 2012).

corporais e outros marcadores de diferença¹⁸, como forma de atacar o oponente. Por vezes observei rimas de conteúdo sexista, racista e homofóbico. É comum que a plateia grite “*eu quero ver sangue*” sendo que quanto mais ofensiva é a rima, mais agitados e alvoraçados ficam os expectadores. São proibidas rimas que ofendam a família, principalmente mãe, irmã e a parceira do oponente. São vetadas, também, rimas que fazem apologia às drogas e rimas com conteúdo pornográfico, palavrão e pederastia. Estas regras são sempre ditas no início pelo animador da batalha e, se infringidas, podem levar, após a avaliação do organizador ou do juiz central, à eliminação do *MC*. As mesmas são flexíveis e dependem da forma com que a “zuação” é enunciada e do contexto em que é dita, ou seja, uma mesma ofensa, dita de forma diferente, pode ser aceita ou rechaçada.

Os oito *MCs* são divididos por sorteio em quatro duplas. Os vencedores de cada dupla vão se enfrentando até restarem os dois melhores, que formarão a disputa final, definidora do campeão da noite. Cada duelo é composto por dois *rounds*. Em cada um deles, os competidores realizam quatro versos e são contra-atacados pelo oponente, que realiza o mesmo número de rimas, característica peculiar da batalha “bate-volta”. Tal processo se repete por quatro vezes durante cada *round* (esquema 4x4). As rimas têm, em geral, a duração média de dez segundos cada. A decisão do competidor que irá iniciar o duelo se dá pelo “par ou ímpar”, no qual aquele que ganha escolhe se quer começar ou contra-atacar.

Para avaliar as *performances* dos participantes, são escolhidos dois juízes formados por jovens colaboradores da batalha ou por algum visitante. O público também tem direito a um voto, que é contabilizado através do barulho das palmas e gritos. Nas batalhas que acompanhei durante

¹⁸ Pode-se citar como exemplos das características corporais o fato do oponente ser obeso, magro, alto, baixo, usar barba, ter cabelo longo e como marcadores de diferença a cor da pele, a sexualidade, a classe social, o gênero e a geração.

o ano de 2015, a votação acontecia no final do segundo *round* e ainda existia a opção da realização de um terceiro *round*, no caso de empate ou quando o duelo era avaliado pelos juízes e/ou pelo público como exitoso. No ano de 2016 esta regra foi alterada por sugestão de um dos jovens colaboradores para adequar-se à norma utilizada nacionalmente em batalhas de *freestyle*. Ao invés da votação acontecer no final do segundo *round* de cada competição, passou a ser realizada no final de cada um dos dois *rounds*. Caso ocorresse empate, aconteceria o terceiro *round*.

Enquanto isso, o *DJ* fica responsável por selecionar, colocar, pausar e trocar os *bits* (bases instrumentais mixadas) em cada *round* durante a batalha. Geralmente, esta função é ocupada pelo organizador da batalha, sendo também realizada, esporadicamente, por jovens. Outro membro da Associação fica responsável por ser o juiz central que faz a contagem do tempo das rimas dos *MCs* que estão duelando. O organizador ou outro membro da ONG fica encarregado pela apresentação dos competidores, animação do público e anúncio do início da batalha, convocando os participantes, que vão para o “centro do *ringue*” (círculo formado pela plateia em torno dos competidores), os quais ficam frente-a-frente para a disputa acontecer. É comum que um jovem fique responsável por fotografar e/ou filmar o evento. Além disto, a edição do material produzido para sua posterior disponibilização nas redes sociais também é realizada por um dos jovens colaboradores.

Durante a batalha o uso de bebidas alcoólicas e cigarro são intensificados, situação que vem sendo repreendida, cada vez mais, por um dos organizadores do projeto. Como foi constatado por mim nos encontros que acompanhei, nos quais, em muitos deles, o mesmo chamava a atenção dos jovens para esta situação. Especialmente com relação ao uso de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas, sob a justificativa de que o espaço é público, “cedido” pela prefeitura e que, por isso, precisam cuidar para que o movimento não seja inviabilizado. Tal questão gera opiniões controversas entre os jovens, bem como entre os membros da Associação. É possível verificar que, mesmo após a

advertência, muitos jovens ainda continuam fazendo o uso de substâncias psicoativas, especialmente cigarro e bebidas alcoólicas, mas também pude observar o consumo de inalantes e maconha por parte dos expectadores.

No decorrer das observações, foi possível perceber que o uso de bebidas alcoólicas não era mais alvo de queixa por parte do organizador. Inclusive, os jovens colaboradores, entre eles o jovem responsável por fotografar, o juiz central e o apresentador da batalha consomem frequentemente bebidas alcoólicas durante a execução da mesma. Não é comum este comportamento pelo organizador. Apesar da flexibilização quanto ao consumo de bebidas alcoólicas, no local, o uso de drogas ilícitas, sobretudo, de maconha, continuou sendo repreendido não apenas pelo organizador, como também por alguns *MCs* que dizem ser um ato de desrespeito com o movimento. Durante a atividade, alguns jovens utilizam o espaço para andar de *skate*, conversar, paquerar e namorar.

Em muitas batalhas, o vencedor é premiado com camisetas, acessórios ou convites para eventos. Os prêmios advêm de doações de empresários da cidade. Após os duelos, o vencedor tem direito a uma rima livre, “*rima do campeão*”, que em seguida se torna uma nova roda de *freestyle*. Nesta, os jovens criam rimas livres sobre qualquer assunto, além de agradecerem ao público, os “*parceiros*” num tom de camaradagem por “*fortalecerem*” o movimento e a cultura *hip hop*. Também é comum que *raps* autorais sejam cantados pelos jovens. Neste final, a maioria dos expectadores vai embora e permanecem no local aqueles que gostam de cantar e rimar.

As atividades eram encerradas por volta das vinte e três horas, mas, a partir do final do mês de novembro de 2015, o tempo foi reduzido devido a reclamações de moradores, o que fez com que o seu término passasse a ser às vinte e duas horas. Mas, apesar disso, alguns grupos de jovens permanecem no local conversando por mais algum tempo. No ano de 2016, após as batalhas, iniciou-se a realização de apresentações de grupos de *rap*, chamadas de *pocket shows*, com vistas

a dar visibilidade às produções artísticas dos mesmos. O microfone também é aberto para outros tipos de apresentações como recital de poesias.

3.8.1.1.2 A inserção da pesquisadora (e os efeitos) na batalha de rap: “A garota com a câmera nas mãos”

Minha inserção inicial no projeto “Batalha de Rap” foi permeada por desafios. Meu primeiro contato com os/as jovens foi mediado por um dos organizadores da batalha no qual eu já tinha contato prévio. A falta de traquejos e familiaridade com o universo do movimento *hip hop* fez com que as minhas primeiras idas ao campo fossem apenas como observadora do evento no qual os diálogos estabelecidos ficaram restritos aos membros da ONG. Com eles, eu tentava entender, a partir de suas perspectivas, a dinâmica local. Além disso, eu também focava minha atenção na observação da movimentação e distribuição de jovens pelo espaço. Tal estranhamento exigiu de mim atenção redobrada aos códigos e linguagens próprias do movimento.

Apesar dos marcadores de geração e de classe terem sido pensados como facilitadores na minha aproximação com os interlocutores, na medida em que os frequentadores são em sua grande maioria jovens e de classe popular assim como eu, o marcador de gênero emergiu neste contato inicial como um primeiro desafio vivenciado por mim no território de pesquisa. Isto, na medida em que a batalha se constitui como um espaço de sociabilidade ocupado, prioritariamente por jovens homens. Experimentei algumas situações embaraçosas como “cantadas”, insinuações e convites dos interlocutores. Esta situação também foi vivenciada pelas pesquisadoras Jaileila de Araújo Menezes e Mônica Rodrigues Costa (2010) na pesquisa com jovens participantes do Movimento *hip hop* de uma cidade brasileira. Conforme as autoras:

este episódio trata da tentativa de estabelecer um grau de intimidade mais estreito, na medida de o quanto a pesquisadora – posta à prova – esteja disposta a experimentar. Já falamos da predominância de jovens do sexo masculino no movimento e do sexo feminino na condução da pesquisa. Esse foi o cenário para diversas situações de assédio e convites à intimidade, o que nos fez refletir sobre relações de gênero, que é mais um dos temas correlatos e merecedores de tratamento cuidadoso. Dado o volume inusitado de demandas afetivas tão presentes e que comumente não são objeto de reflexão no campo da pesquisa científica, as situações geraram embaraço. Como fruto dessa situação, emergiu a necessidade de manejar as demandas afetivas, que podem se configurar como “moeda de troca” de informações (Menezes & Costa, 2010, p. 463-464).

Assim como elas, eu também me deparei com situações delicadas que demandaram estratégias criativas para enfrentar tais situações. De maneira geral, resolvi tais questões por meio de um diálogo franco com os interlocutores.

Outra dificuldade relacionada ao marcador de gênero se refere ao fato de que a maioria dos *MCs* que participam do projeto vão acompanhados por suas namoradas e pelo fato do volume do som ser muito alto no local exigia com que eu me aproximasse do ouvido dos interlocutores para me fazer entendida e vice e versa, situação evitada inicialmente por receio de gerar constrangimento com as companheiras. Mas, felizmente tal questão foi revertida pela minha aproximação com a namorada de um dos *MCs*. Esta jovem foi a primeira interlocutora chave no campo já que a mesma “abriu as portas” para minha aproximação com o seu namorado. Este, por sua vez, intermediou meu contato com outros *MCs*.

Apesar de o evento ser aberto ao público, minha presença enquanto uma figura estranha naquele território foi destacada, principalmente pela utilização de uma câmera filmadora. Por vezes, os olhares dos jovens direcionados a mim sugeriam pensar: “quem era aquela garota que semana após semana está ali atenta a tudo e a todos com uma câmera nas mãos?” Inclusive, um dos interlocutores sempre dizia, de forma bem-humorada, quando eu chegava ao local “*lá vem a garota com a câmera nas mãos*”.

Com o tempo fui ganhando a confiança dos interlocutores. Isto permitiu que aspectos importantes sobre a sociabilidade, comportamentos e relações estabelecidas entre os jovens bem

como entre os membros da ONG fossem melhor compreendidas. Através de diversas conversas informais fui aprofundando o conhecimento sobre o projeto e sobre o movimento *hip hop* na cidade. Outros dois interlocutores chaves foram dois jovens colaboradores da atividade. Ambos participam do movimento *hip hop*, na cidade, antes mesmo da criação do projeto “Batalha de Rap”, sendo que um deles, inclusive, integrou a equipe responsável pela criação da proposta. Pela riqueza de informações trazidas por estes interlocutores em conversas informais, decidi realizar uma entrevista piloto conjunta com os mesmos. A entrevista foi gravada e transcrita¹⁹ na íntegra e compõe o escopo dos materiais analisados nesta dissertação. Ela foi guiada de maneira mais espontânea se aproximando de uma conversa informal. Optou-se por não utilizar um roteiro prévio afim de que as questões emergissem de forma *a posteriori* e pudessem ser utilizadas para orientar e enriquecer os roteiros elaborados inicialmente por mim.

Uma questão que me causou certa insegurança foi o fato de eu ter sido convidada para ser juíza da batalha. Na primeira ocasião fui convidada para substituir um jovem colaborador que sempre assumia essa posição e que não havia ido ao evento por motivos de saúde. No primeiro momento recusei o convite por não me considerar apta para assumir tal lugar, que de certa forma se constitui como uma posição de poder já que tem como objetivo avaliar as *performances* dos *MCs*, porém o organizador insistiu por me considerar uma pessoa “*imparcial*” na votação já que eu não mantinha vínculo de amizade com os participantes, pois segundo ele, eu “*não pertencia a*

¹⁹ **Legenda de transcrição:**

Sublinhado (Ênfase)

MAIÚSCULAS (Sonoridade)

// (trecho de falas sobrepostas)

. (Pausa curta)

(2.0) (Pausa medida)

= = (Continuações sem pausas audíveis)

[] (Transcrição incerta)

Bauer, M. W. & Gaskell, G. (2003). *Pesquisa Qualitativa com Texto Imagem e Som – Um Manual Prático*. Petrópolis, RJ: 2ª ed. Vozes.

nenhuma panelinha” e pelo fato de eu já acompanhar o evento com regularidade há algum tempo. Dessa forma, me vi “intimada” a aceitar o convite. Ao me anunciar como juíza, o organizador utilizou o argumento da imparcialidade para justificar sua escolha e os participantes que não me conheciam passaram a saber quem eu era a partir desse momento. Isso acabou contribuindo para me aproximar dos jovens. Eu participei como juíza por mais duas ocasiões, uma convidada novamente pelo organizador e outra convidada por um dos jovens colaboradores. As batalhas que eu assumi esta posição tinha grande número de expectadores e eram datas especiais (última batalha do ano de 2015 e a batalha realizada em um feriado no qual estavam presentes um número expressivo de expectadores, por exemplo).

Neste contexto, a observação participante, enquanto estratégia de imersão, revelou nuances que dificilmente emergiriam através da utilização de métodos pontuais como a aplicação de questionários, por exemplo. Além disto, facilitou o processo de condução das entrevistas e dos grupos focais realizados posteriormente na medida em que possibilitou a construção de uma relação amistosa com os/as interlocutores já que eu permaneci em campo por um longo período antes da realização das mesmas.

3.8.1.2 Adentrando a periferia

Do trajeto que leva ao centro comunitário, local onde se realiza a aula de dança, somente a rua principal, a que dá acesso ao bairro, é asfaltada. Esta é uma rua plana e extensa e o comércio local se distribui, principalmente no início da mesma. Dentre os estabelecimentos encontra-se: um mercadinho, uma mercearia, um açougue, um bar, duas igrejas evangélicas, o CRAS e uma padaria.

Nesta parte mais baixa do bairro as casas são de alvenaria e estão em boas condições, sendo a maioria pintada. As ruas que se localizam nesta região são calçadas e espaçosas. Existem também

alguns morros, porém de pouca inclinação se comparados aos que se encontram na parte de cima do mesmo. As duas ruas que dão acesso ao centro comunitário são morros a piques calçados por pedras mal colocadas e irregulares. Uma delas é a rua na qual o transporte coletivo circula pelo bairro e a outra é um “*atalho*” utilizado por aqueles/aquelas que seguem andando para a parte de cima da comunidade. Subindo por elas é possível observar que as casas também são, em sua grande maioria, de alvenaria. Porém, à medida que se distancia da parte baixa do bairro a situação das moradias e as condições de vida da população vão se precarizando.

Muitas casas não possuem pintura ou estão com tijolos à mostra. Do lado esquerdo do centro comunitário encontra-se um terreno de chão batido conhecido como “*campinho de terra*”, local utilizado, principalmente por garotos e rapazes para jogar futebol. O único estabelecimento existente nesta rua é um bar frequentado, geralmente, por homens adultos. O bairro é um dos mais afastados do centro da cidade, é rodeado por pastos e faz divisa com um único bairro.

A comunidade é retratada pela mídia local como um território violento e perigoso e sua visibilidade acontece predominantemente nas páginas policiais. Diferente disso, pude observar em minhas idas ao bairro, durante a pesquisa de campo, outra realidade. Nas tardes de sábado, período em que acontecia a aula de dança e que eu transitei pelo bairro, o movimento pelas ruas era calmo. Era comum mulheres conversarem sentadas em cadeiras colocadas nas calçadas, homens lavarem seus carros nas portas de suas casas e crianças brincarem nas calçadas próximas aos olhares de um adulto. O espaço das varandas de muitas moradias era compartilhado entre mulheres e crianças. Nos bares, músicas altas e homens jogando sinuca, entre um copo e outro de cerveja.

3.8.1.2.1 A aula de dança

A aula de dança acontece, desde 2013, no bairro periférico descrito acima. Não existe nenhum requisito para participar das atividades, mas a mesma é frequentada predominantemente por adolescentes e jovens da própria comunidade. A aula acontece em um centro comunitário, duas vezes por semana, às quartas, de dezenove e trinta às vinte e uma e trinta, e aos sábados, de quatorze horas às dezessete horas, e são ministradas pelo presidente da ONG. Além dele, um dos jovens participantes da atividade também ministra aulas. A atividade, também, conta com a participação de um jovem, que se inseriu como colaborador da ONG, sendo responsável nesta atividade por auxiliar o professor a manter a disciplina, verificar a *performance* dos jovens e opinar no caso de “condutas inadequadas”. Os principais gêneros musicais trabalhados são axé, *funk* e *hip hop* e cada aula tem a participação média de quinze adolescentes e jovens, entre garotas e rapazes.

Diferente da batalha de *rap*, esta atividade, apesar de concorrer, não foi contemplada pela lei de incentivo à cultura municipal. Para sua execução, conta com auxílios financeiros de baixa quantia, angariados pelo organizador, porém, estes são recursos esporádicos conseguidos por meio da parceria com a secretaria municipal responsável pela gestão do esporte e da juventude, empresas privadas da cidade, por políticos ou por pessoas físicas e são utilizados para a confecção de uniformes, despesas básicas como água e luz e na locomoção dos jovens para a participação em eventos. Sendo assim, quando não consegue auxílio, a maior parte dos gastos é paga pelo próprio organizador.

O espaço, por exemplo, é cedido por membros da igreja católica e, atualmente, é considerado como sede da ONG, mesmo que, na Receita Federal, ainda esteja cadastrado o endereço pessoal de um dos coordenadores. O local é murado, possui uma área descoberta com cerca de dois metros, no qual em uma das partes encontra-se um pequeno jardim. No centro, existe

uma espécie de um galpão coberto por telhas de amianto e cercado por muretas de um metro de comprimento. No lado esquerdo, constam dois cômodos, em que ficam guardados objetos da escola de samba organizados pela ONG, um banheiro e uma cozinha pequena com geladeira, pia e fogão que estão em condições precárias. No segundo andar tem uma sala vazia, na qual os coordenadores idealizam montar uma sala para o ensino de informática.

Pela impossibilidade de participar da atividade nas quartas-feiras, acompanhei as aulas realizadas aos sábados. Neste dia, os portões são abertos às quatorze horas e fechados às quatorze e trinta. Após este horário não é permitido que pessoas saiam ou entrem no local sem que explicações prévias tenham sido dadas ao professor. Nesse período de quatorze horas às quatorze e trinta, os jovens costumam conversar, brincar e dançar de forma livre. Após às quatorze e trinta o professor recolhe o celular de todos os presentes sob o pretexto de que tal objeto atrapalha o bom andamento da aula. Durante a aula, o professor fica em uma espécie de palco, um pouco acima do nível dos alunos. Na parede, que se localiza atrás do palco, encontra-se um espelho grande, que permite a visualização pelo professor de todos/as os/as jovens e dos/as jovens sobre seus próprios corpos. É permitida a observação das aulas por pessoas da comunidade. Geralmente, os observadores ficam sentados em um banco localizado no canto direito do palco.

Para dar início à aula, o professor convoca os/as jovens para que se distribuam, uniformemente, no interior do galpão. As fileiras são formadas conforme a avaliação das *performances* dos jovens pelo professor, ou seja, aqueles cujas *performances* são consideradas melhores ocupam as primeiras fileiras e as demais são formadas pelos “menos habilidosos”, seja pela falta de domínio sobre o próprio corpo, pela infrequência nos ensaios ou pelo desconhecimento de alguma coreografia.

A aula é iniciada com um alongamento realizado, geralmente, por uma jovem. As coreografias e tipos a serem ensaiados dependem da finalidade. Se algum evento estiver próximo

de acontecer, o professor apenas repassa coreografias já conhecidas. Caso seja apenas uma aula rotineira, uma nova coreografia é ensinada. Neste caso, o professor ensina a mesma por partes, ou seja, cada encontro é adicionado um novo pedaço até que ela seja finalizada.

Durante a aula, se houver algum desentendimento entre os alunos, o professor convoca os/as jovens envolvidos/as a subirem no palco e dançar, como forma de punição. Outra maneira utilizada pelo professor para manter a ordem dos/das alunos/alunas durante o ensaio é ameaçar ou fazer com que aquele/aquela que estiver atrapalhando a aula pare de dançar. Os rapazes costumam estar vestidos com camisetas e shorts. Como acessórios, optam por bonés, correntes prateadas e pulseiras coloridas de plástico. Aqueles que moram na comunidade, na maioria das vezes, vão aos ensaios/aulas calçados com chinelo e os jovens que são de outras comunidades preferem tênis. As garotas, por sua vez optam por shorts e blusas curtas e coladas aos seus corpos e nos pés chinelos ou sandálias rasteiras. É comum que os rapazes e as garotas dançam descalços.

É válido ressaltar que o professor estipulou normas quanto ao tamanho das roupas. Para as meninas não são permitidos blusas e shorts “*muito*” curtos. Porém, não existe um parâmetro exato estabelecido, previamente, sob tal comprimento, ficando a cargo do professor avaliar os casos, subjetivamente. Pude verificar, em diversas ocasiões, que as roupas que tinham o mesmo comprimento, eram avaliadas de forma diferente. Apesar da tentativa de regulação do professor e de algumas vezes serem impedidas de participar, as jovens, ainda assim, vão às aulas de shorts e blusas curtas. Aos rapazes é proibido participar das aulas sem camisa. Às dezesseis horas, os portões são abertos para a saída dos/das jovens. Porém, a aula costuma se estender até às dezessete horas.

A agenda de apresentações do grupo é bastante agitada. Frequentemente, são convidados para participar de comemorações em escolas, festivais em distritos vizinhos e eventos promovidos pela prefeitura como as conferências municipais. Nestas apresentações, os/as jovens costumam

estar vestidos com a blusa com o logotipo da ONG. Diferente da batalha e de outros projetos realizados que têm nomes específicos, este grupo é designado pelo nome da Associação.

Apesar do *Hip hop* ser um gênero musical que faz parte do repertório das apresentações do grupo e da ONG levantar a bandeira do movimento, os jovens, que participam deste projeto, dizem se identificar muito mais com o *funk* do que com o *Hip hop*. Em conversas informais, muitos deles disseram que costumam ouvir em seu dia-a-dia *funk*, sertanejo, axé e outros gêneros musicais. Portanto, diferente do que acontece com os jovens que participam do projeto da Batalha de *Rap* que se identificam como um grupo devido ao movimento *hip hop*, os jovens que participam da aula de dança se identificam como grupo, muito mais pelo fato de pertencerem ao mesmo território do que pela dança.

3.8.1.2.2 A inserção da pesquisadora (e os efeitos) na aula de dança: “*Você não é negra*”

Meu primeiro contato com os/as jovens que participam da aula de dança foi mediado pelo mesmo organizador que me acompanhou na batalha de *rap*. No dia em questão estava acontecendo a gravação de uma reportagem sobre o projeto por uma emissora local. Portanto, eu apenas observei a gravação e um trecho da aula. Nesse dia, estavam presentes vinte e dois jovens sendo nove do gênero feminino e treze do gênero masculino. Além dos/das jovens, encontravam-se no local uma repórter, um câmera, o professor, o jovem colaborador e um senhor morador da comunidade que estava sob o efeito de álcool e que segundo um dos organizadores entrou porque o portão estava aberto. Este, chamou a atenção dos/das jovens por ficar dançando as músicas enquanto os mesmos/as se apresentavam. Ele foi retirado por um dos jovens que o pegou no colo (em caráter de brincadeira), já que ele estava atrapalhando o andamento da filmagem.

Foi possível perceber alguns olhares desconfiados dos/das jovens direcionados a mim que fizeram com que eu me sentisse uma estrangeira naquele local, o que de fato eu era. Finalizada a reportagem, o professor deu início à aula de dança. Durante a mesma foi possível perceber que os/as jovens ficaram envergonhados com a minha presença. Uma das jovens comentou em voz alta: “*temos visita*”. Os/as jovens tentavam não errar a coreografia e quando isso acontecia logo olhavam para mim. Mas aos poucos “a visita” foi deixando de chamar a atenção e a atividade continuou fluindo normalmente.

Por motivos pessoais precisei ir embora antes do término da aula. Então, comuniquei ao professor tal necessidade e o mesmo parou a música que estava sendo ensaiada para me apresentar aos/às jovens. Fiz uma breve apresentação e disse que eu tinha uma proposta de pesquisa para fazer aos/as mesmos/as, porém como o tempo era limitado resolvi convidá-los para comparecer a aula que seria realizada no sábado daquela mesma semana na qual eu explicaria todos os detalhes sobre a pesquisa. Mesmo que tenha sido breve, minha apresentação foi importante, pois fez com que a desconfiança dos/das jovens em relação a mim amenizasse. Isto pôde ser observado por expressões amigáveis (sorrisos e acenos) dos/das jovens em minha direção ao me despedir. No dia combinado, voltei ao local para explicar aos/às jovens os objetivos da pesquisa e para acompanhar uma aula completa.

Nos primeiros encontros, eu apenas observava as aulas de dança sentada no banco que ficava ao lado do palco. Nos intervalos que os/as jovens paravam para beber água, eu tentava uma aproximação, porém muitas vezes o contato era incipiente, pois o tempo de intervalo era curto já que rapidamente o professor convocava que os/as jovens retomassem suas posições para o prosseguimento da aula. Foi até que, em um certo dia, o professor me convidou para dançar juntamente com os/as jovens. Aceitei prontamente a proposta por apostar que esta seria uma boa possibilidade de aproximação dos/das interlocutores de forma mais horizontal.

Na relação com os/as mesmos/mesmas, os marcadores de geração e gênero foram aspectos facilitadores, na medida em que a atividade se constitui como um espaço ocupado, prioritariamente por jovens do gênero feminino e rapazes gays. É válido ressaltar que existe também a participação de rapazes heterossexuais, porém com estes houve certa dificuldade de aproximação. Já o marcador de raça foi um elemento diferenciador entre mim e a maioria dos/das interlocutores/as, tendo em vista que sou branca e o professor e grande parte dos/das jovens participantes do projeto são negros/as. Tal questão pode ser verificada na ativação deste marcador pelo professor no episódio a seguir registrado em diário de campo:

Diferente das outras aulas de dança que acompanhei até o momento no qual as mesmas eram iniciadas com um alongamento, neste dia o professor inicia a aula com uma conversa a respeito da cultura negra. Fala a respeito de ativistas negros e do movimento *hip hop*. Ele abre o diálogo dizendo que “*o conhecimento é a melhor coisa que podemos querer*”. Após essa fala pergunta aos jovens se eles conhecem Martin Luther King. Alguns o indagam perguntando se Martin Luther King tem a ver com Gandhi. O professor explica que sim, mas que Gandhi foi anterior a Martin Luther King. O professor não abre espaço para o debate preferindo dizer ele mesmo as informações sobre o tema. Diz que Martin Luther King lutou contra a desigualdade racial sendo uma figura muito importante para os negros. Durante sua fala, percebo que o professor olha constantemente para mim. Parece que ele está preocupado de eu julgar o que ele está dizendo (sinto que ele me vê como uma avaliadora do que está falando). Resolvo dizer para ele ficar à vontade. Em certo momento da conversa ele diz apontando para mim “*igual, você não é negra*”. Nesse momento um jovem retruca e diz “*mas, ela é branca suja como eu*” [...] (Trecho do Diário de campo, 22/08/15).

Na situação explicitada, o fato do professor olhar constantemente para mim como se eu estivesse ali para avaliar sua fala, me confere um lugar de poder, lugar este destituído na fala “*você não é negra*”, ou seja, o fato de ser eu uma jovem branca não me autoriza a dizer sobre o assunto do povo negro e nem a questionar a fala do professor nesta situação e naquele território por se tratar de um espaço também da cultura negra. Dessa forma, o marcador de raça/etnia emerge como uma maneira do professor demarcar seu lugar hierárquico “como aquele que pode falar para os jovens” e na legitimação de sua fala “aquele que pode falar sobre a cultura negra”. O que estava em jogo nesta situação, portanto, é a afirmação do lugar de autoridade do professor perante aos alunos.

Apesar da fala do jovem “*mas, ela é branca suja como eu*” ser uma forma de autorizar minha presença naquele espaço (já que a fala não me foi autorizada pelo professor) pela semelhança das cores de nossas peles, o jovem faz o uso de uma expressão racista ao associar a pele negra a algo impuro – como uma “pele suja”, o que tende a sugerir que quanto mais o tom da pele enegrece mais suja ela seria, ou seja, nós dois que somos brancos, porém “brancos sujos” nos diferenciamos também da grande maioria dos/das outros/as jovens e do professor que por serem negros/as seriam ainda mais impuros. A fala do jovem sugere, portanto, a existência do racismo naturalizado nas práticas cotidianas.

3.8.2 Entrevistas semiestruturadas com os colaboradores da instituição

As entrevistas tiveram por objetivo investigar os discursos e posicionamentos dos colaboradores da instituição. Optei pelo enquadre semiestruturado, pois “ao mesmo tempo que permite a valorização da presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (Triviños, 1987, p. 146), ou seja, possibilita a construção, a negociação e a transformação de sentidos de forma dialógica, flexibilizando o processo de investigação sem perder de vista o foco do estudo.

Para a seleção dos interlocutores, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão:

- 1) Colaboradores que estão diretamente envolvidos aos projetos: ‘Batalha de *Rap*’ e ‘Aula de Dança’ desenvolvida em uma periferia.
- 2) Colaboradores que compõem a diretoria da ONG;

Os critérios de exclusão utilizados foram:

- 1) Colaboradores que desenvolvem atividades em outros bairros;

2) Colaboradores que desenvolvem ações com outras expressões artístico-culturais.

Com vistas a dar visibilidade a diferentes perspectivas e a múltiplas vozes (Fine, 1994; Fine *et al.*, 2006) presentes na dinâmica de cada um dos projetos, optei por selecionar para participar desta etapa tanto sujeitos organizadores quanto jovens colaboradores.

No total, foram realizadas quatro entrevistas (duas individuais e duas coletivas) com duração média de uma hora cada. Os locais para a realização das mesmas foram escolhidos em conjunto com os interlocutores, visando que os mesmos se sentissem à vontade durante a entrevista.

Entrevistas semiestruturadas individuais:

- ✓ Tesoureiro da ONG e organizador da batalha de *rap* (Elias). A entrevista foi realizada em um espaço público localizado no centro da cidade.
- ✓ Presidente da ONG e professor de dança (Hugo). A entrevista foi realizada em seu local de trabalho após o horário de seu expediente de serviço.

Entrevistas semiestruturadas em dupla:

- ✓ Dois jovens colaboradores da batalha de *rap* (Vitor e Bruno). A entrevista foi realizada em uma praça localizada no centro da cidade.
- ✓ Dois jovens colaboradores da aula de dança (Miguel e Diego). A entrevista foi realizada na Sede da ONG localizada em um bairro periférico da cidade.

As entrevistas foram conduzidas a partir dos pressupostos teórico-metodológicos que fundamentaram a pesquisa. As mesmas foram registradas com o auxílio de um gravador de áudio e foram, posteriormente transcritas na íntegra. Foi utilizado como auxílio complementar o diário de campo. Com exceção da entrevista realizada com os interlocutores Vitor e Bruno, que ocorreu em julho de 2015, as entrevistas com os demais interlocutores aconteceram no mês de junho de 2016.

No quadro 1 pode ser observado o perfil dos entrevistados nesta parte da pesquisa. As informações se referem aos seguintes aspectos: identificação, idade, gênero, escolaridade, cargo que exerce na ONG e situação profissional.

Participantes	Idade	Gênero	Raça/cor/etnia	Escolaridade	Função exercida na ONG	Profissão
Hugo	28	Masculino	Preto	Ensino Médio Completo	Presidente e professor de dança	Servidor Público Municipal
Elias	35	Masculino	Pardo	Ensino Médio Completo	Tesoureiro, <i>MC</i> e organizador da batalha de <i>rap</i>	Emissor de passagens
Vitor	28	Masculino	Preto	Ensino Médio Completo	Secretário e Colaborador na batalha de <i>rap</i>	Analista de controle de qualidade
Bruno	28	Masculino	Branco	Ensino Superior Incompleto	Colaborador na batalha de <i>rap</i>	Design
Miguel	25	Masculino	Pardo	Ensino Médio Completo	Colaborador na aula de dança e em outras ações	Vendedor
Diego	26	Masculino	Preto	Ensino Médio Completo	Professor de dança	Motorista e professor de dança

QUADRO 1 – Perfil dos interlocutores do estudo: colaboradores da ONG.

3.8.3 Grupos focais com os/as jovens participantes das atividades desenvolvidas pela ONG

O grupo focal enquanto uma técnica de produção de dados se embasa nas perspectivas teórico-metodológicas das teorias grupais, dentre elas da Psicologia Social Crítica, na qual a análise foca-se nos aspectos psicossociais. Isto, aponta para a importância de tomar o caráter relacional como eixo norteador de sua condução. Esta técnica permite, por meio da interação grupal, “produzir dados e *insights* que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo.

Os dados obtidos, então, levam em conta o processo do grupo, tomados como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo” caracterizando, portanto como uma importante técnica para as pesquisas qualitativas (Kind, 2004, p. 125). A utilização de

tal ferramenta no presente estudo teve por objetivo “compreender as opiniões, posicionamentos e observar como os/as jovens interagem, discordam e performam determinadas ações” (Brigagão, Tavanti, Nascimento, Piani & Figueiredo, 2014, p. 77), tendo como contexto de investigação a premissa de que as experiências das juventudes podem ser pensadas como pertinentes aos estudos em psicologia social; não como “objetos de estudo”, mas como possibilidades de interlocução.

Foi elaborado um roteiro prévio (Apêndice 2), contendo as principais temáticas pertinentes ao estudo. Contudo, o mesmo foi flexível para permitir que novas questões pudessem emergir no desenrolar do processo de discussão, de acordo com as peculiaridades de cada grupo.

Para a composição dos grupos, foram os seguintes critérios de inclusão:

1) participar das atividades de dança ou música regularmente; 2) estar diretamente envolvido/a nas atividades; 3) ter idade entre quinze a vinte e nove anos; 4) residir em uma periferia da cidade e 5) ser oriundo de camadas populares.

Os critérios de exclusão foram:

1) Participar de atividades desenvolvidas em outros bairros; 2) participar das atividades apenas como espectador/a.

A seleção dos/as interlocutores/as foi não probabilística, por conveniência de saturação empírica, respeitando as especificidades grupais existentes. Com vistas a contemplar a diversidade de vivências e peculiaridades do universo juvenil estudado, optou-se pela composição de grupos heterogêneos. No total, foram realizados dois grupos focais, com três encontros com cada grupo, no qual em cada um dos encontros foi trabalhado um eixo do roteiro (Apêndice 2). As questões do primeiro eixo giraram em torno da caracterização dos/das interlocutores/as e dos aspectos psicossociais; o segundo eixo abordou questões sobre a participação dos/das jovens nas atividades e relações sociais estabelecidas neste contexto e o terceiro e último eixo buscou abordar questões referentes a percepção dos/as jovens sobre os desdobramentos das práticas realizadas pela ONG.

Grupo 1: o grupo foi composto por 5 jovens (todos rapazes) que participam do projeto que envolve a música, denominado Batalha de *Rap*. Os encontros tiveram duração média de 80 minutos.

Grupo 2: o grupo foi composto por 6 jovens (5 garotas e 1 rapaz) que participam do projeto que envolve a dança. Os encontros tiveram duração média de trinta minutos.

A seleção dos/das interlocutores seguiu os seguintes procedimentos: Em ambos os projetos priorizou-se pelos/pelas jovens que tivessem dezoito anos ou mais pela dificuldade de entrar em contato com os responsáveis para assinar o TCLE já que os/as participantes dos projetos moram em diferentes bairros o que seria um procedimento inviável de se realizar.

No caso do projeto de *rap*, entrei em contato com vários jovens entre garotas e rapazes. A única garota que se encaixava nos critérios pré estabelecidos manifestou o desejo em participar, porém era menor de idade e seus pais não aprovavam sua participação no projeto o que tornaria impossível a assinatura do TCLE por um deles. Dos rapazes participantes do projeto, vários se encaixavam nos critérios. Nesse sentido, fui perguntando um a um, para aqueles com mais de dezoito anos, qual tinha interesse em participar do grupo. Após explicitar os procedimentos da pesquisa e a dinâmica dos encontros, sete deles aceitaram o convite e assinaram o TCLE (Anexo 1). Porém, no dia marcado para ser realizado o primeiro encontro, dois deles não compareceram e o grupo fechou com cinco participantes.

No projeto de dança, todos/todas os/as participantes do projeto se encaixavam nos critérios para participação na pesquisa. Nesse sentido, após selecionar os/as jovens com dezoito anos (ou mais) que no total eram três (um rapaz e duas garotas) perguntei a cada um/a, qual deles/delas tinha interesse em participar do grupo. Utilizei o mesmo processo realizado com os/as participantes do projeto Batalha de *Rap*. Após explicitar os procedimentos da pesquisa, especialmente a necessidade de um dos responsáveis legais assinar o TCLE e a de explicar como seria a dinâmica dos encontros,

vários/várias jovens demonstraram interesse em participar, porém alguns tinham compromissos nas semanas subsequentes e outros/as os responsáveis não assinaram o TCLE²⁰.

Os responsáveis de três garotas assinaram o TCLE (Anexo 2) bem como as jovens assinaram o Termo de assentimento (Anexo 3). Portanto, o grupo fechou com seis participantes (cinco garotas e um rapaz). É válido ressaltar que o rapaz não participou do segundo encontro devido a um imprevisto ocorrido no dia marcado para sua realização. Como as cinco garotas estavam presentes e haviam ido à aula, especialmente por causa do encontro, resolvi executá-lo sem a presença do rapaz.

De acordo com Kind (2004) é consenso entre os autores que trabalham com a técnica dos grupos focais que o local para a realização dos encontros seja um ambiente que proporcione a privacidade, o conforto e que seja de fácil acesso para os participantes. Além disto, deve também ser livre de interferências sonoras para que a qualidade do áudio não seja prejudicada.

Neste sentido, os encontros do grupo Grupo 1 foram realizados em um espaço público localizado no centro da cidade, em três quartas-feiras subsequentes, no período da noite. Já os encontros do Grupo 2 foram realizados na própria sede da ONG após a aulas de dança, em dois sábados subsequentes, e o último encontro após o intervalo de duas semanas a pedido dos/das participantes devido a um compromisso. Os grupos focais foram desenvolvidos entre os meses de maio e junho de 2016.

Para a execução da proposta atuei como moderadora dos grupos. Além de mim, houve a participação de duas observadoras, uma para cada grupo, uma psicóloga social e a outra estudante de psicologia. Em ambos os grupos, os/as jovens foram organizados em círculo no qual me inseri

²⁰ Como a assinatura do TCLE, por um dos responsáveis legais, é uma exigência ética para a realização de pesquisas com indivíduos com menos de dezoito anos, aqueles/aquelas jovens que não levaram o documento assinado no dia combinado para sua entrega não puderam participar do grupo. O principal motivo da não assinatura do termo foi o esquecimento por parte dos jovens de entregarem o documento para um dos responsáveis assinar.

juntamente com os/ mesmos/as para facilitar a interação e a mediação dos encontros. As observadoras se mantiveram um pouco afastadas dos mesmos a fim de observar a interação grupal e a relação dos interlocutores comigo. Foram oferecidos água, rosquinhas e achocolatado para os/as interlocutores/as com vistas a tornar o ambiente mais descontraído e informal.

Os encontros foram conduzidos a partir das orientações propostas por Debus (1998):

Primeiro encontro: Iniciei com minha apresentação e da observadora. Em seguida explicitiei os objetivos do estudo, da realização do grupo, os aspectos éticos e os procedimentos dos encontros. Após este momento, os/as participantes se apresentaram e, posteriormente discutimos o eixo 1: caracterização dos/as participantes e aspectos psicossociais (Apêndice 2). O encontro foi finalizado com uma rápida retomada das questões abordadas, agradecimentos e marcação do próximo encontro.

Segundo encontro: Iniciei com a apresentação do eixo 2: participação nas atividades e relações sociais (Apêndice 2) seguida de sua discussão. O encontro foi finalizado com uma rápida retomada das questões abordadas, agradecimentos e marcação do próximo encontro.

Terceiro encontro: Iniciei com a apresentação do eixo 3: percepção dos/as jovens sobre os desdobramentos das práticas (Apêndice 2) seguida de sua discussão. O encontro foi finalizado com uma rápida retomada das questões abordadas, agradecimentos e pactuação da devolutiva.

Os encontros foram registrados com o auxílio de um gravador de áudio e uma câmera de vídeo que permitiu a posterior transcrição na íntegra das falas. Utilizei o diário de campo como estratégia complementar.

Nos quadros 2 e 3 são apresentados os perfis dos/das participantes dos grupos focais que estão separados por atividades: jovens participantes da Batalha de *Rap* (Quadro 2); jovens participantes da aula de dança (Quadro 3). Neles são apresentadas as seguintes informações: identificação, idade, gênero, raça/cor/etnia, escolaridade, profissão e contexto familiar.

Participantes	Idade	Gênero	Raça/cor/etnia	Escolaridade	Profissão	Contexto familiar
Renan	21	Masculino	Pardo	Ensino Fundamental II Completo (Interrompeu os estudos)	Faz “bicos”	Mora com os pais e irmã
Júlio	21	Masculino	Pardo	Ensino Fundamental II Completo (Interrompeu os estudos)	Balconista em lanchonete	Mora com os pais e companheira
Elder	19	Masculino	Pardo	Ensino médio completo	Desempregado – (recebendo o seguro desemprego)	Mora com a Mãe e o irmão
Pablo	19	Masculino	Pardo	Ensino Médio incompleto (Interrompeu os estudos no 2º ano)	“Trampos variados”	Mora com a mãe
Samuel	20	Masculino	Pardo	Ensino Médio incompleto (Interrompeu os estudos no 1º ano)	Pintor e tatuador	Mora com a companheira e a cunhada

QUADRO 2 – Perfil dos interlocutores do estudo: jovens participantes da batalha de *rap*

Participantes	Idade	Gênero	Raça/cor/etnia	Escolaridade	Profissão	Contexto familiar
Rafael	25	Masculino	Negro	Ensino Médio completo	Desempregado	Mora com os pais e irmão
Alice	17	Feminino	Negra	Cursando o 1º ano do Ensino Médio	Estudante	Mora com os pais e irmãos
Bianca	20	Feminino	Negra	Ensino Médio completo	Balconista em uma lanchonete	Mora com os pais e irmãos
Eliana	17	Feminino	Branca	Cursando o 1º ano do Ensino Médio	Estudante	Mora com os pais e filho
Paula	17	Feminino	Negra	Cursando o 3º ano do Ensino Médio	Estudante	Mora com os pais
Lia	19	Feminino	Negra	Ensino Médio Completo	Desempregada	Mora com a mãe

QUADRO 3 - Perfil dos interlocutores do estudo: jovens participantes da aula de dança

3.8.4 Caracterização dos/das interlocutores

Dos seis colaboradores da ONG entrevistados, todos eram do gênero masculino, com idade entre 25 e 35 anos. Com relação ao nível de escolaridade, todos completaram o ensino médio, sendo que o Bruno (28 anos) interrompeu o curso superior no quarto período. Todos possuíam trabalhos formais.

Dos cinco interlocutores do grupo focal 1, todos eram do gênero masculino, com idade entre 19 e 21 anos. Com relação ao nível de escolaridade, Elder (19 anos) possuía o ensino médio completo; Pablo (19 anos) e Samuel (20 anos) possuíam o ensino médio incompleto, sendo que o primeiro interrompeu os estudos no 2º ano e o segundo interrompeu os estudos no 1º ano; Renan (21 anos) e Júlio (21 anos) possuíam Ensino Fundamental II Completo e interromperam os estudos.

Destes, Júlio (21 anos) possuía trabalho formal como balconista em um restaurante; Renan (21 anos), Pablo (19 anos) e Samuel (20 anos) exerciam ocupações informais, seja fazendo “bicos” (Renan), trabalhando em “tramos variados” (Pablo) ou trabalhando como pintor e tatuador (Samuel); Elder (19 anos) estava desempregado e estava recebendo o seguro desemprego. Quanto à cor/raça/etnia, todos os interlocutores se autodeclararam como pardos. Com relação ao local de moradia dois interlocutores residiam na mesma periferia: Renan (21 anos) que morava na parte baixa e Elder (19 anos) que residia na parte alta do bairro. Pablo (19 anos) morava em uma periferia próxima a esta. Já Júlio (21 anos) e Samuel (20 anos) moravam em outras duas periferias diferentes e distantes destas.

Dos seis interlocutores do grupo focal 2, cinco eram do gênero feminino e um do gênero masculino, com idade entre 17 e 25 anos. Com relação ao nível de escolaridade, Rafael (25 anos), Bianca (20 anos) e Lia (19 anos) possuíam ensino médio completo; Alice (17 anos) e Eliana (17 anos) estavam cursando o 1º ano do Ensino Médio e Paula (17 anos) estava cursando o 1º ano do

Ensino Médio. Destes/destas Bianca (20 anos) estava trabalhando como balconista em uma lanchonete; Rafael (25 anos) e Lia (19 anos) estavam desempregados e Alice (17 anos), Eliana (17 anos) e Paula (17 anos) eram estudantes. Quanto à cor/raça/etnia, com exceção de Eliana (17 anos) que se autodeclarou como branca, os/as outros/as cinco interlocutores/as se autodeclararam como negros/as. Com relação ao local de moradia, Alice (17 anos), Eliana (17 anos), Paula (17 anos) e Lia (19 anos) residiam na mesma periferia, que inclusive é o bairro que se localiza a sede da ONG; Rafael (25 anos) morava numa comunidade vizinha a esta e Bianca (20 anos) residia em um bairro popular distante dos mesmos.

Sobre o perfil familiar dos/das participantes dos dois grupos focais: quatro moravam com os pais e irmãos (Renan, Rafael, Alice e Bianca); Dois moravam com a mãe (Pablo e Lia); um morava com mãe e irmãos (Elder); uma morava com os pais (Paula). Mesmo aqueles em união estável ou com filhos continuavam morando na casa dos pais como é o caso de dois interlocutores: Júlio que morava com os pais e a companheira e Eliana que vivia com os pais e o filho de um ano. Apenas um (Samuel) não morava com a família de origem já que vivia com a companheira e a cunhada. Através do exposto é possível perceber a existência de diferentes composições familiares, no qual a grande maioria tem um adulto chefiando a família.

É possível verificar uma diferença no recorte etário/geracional entre os interlocutores. Entre aqueles que organizavam e que colaboravam na organização, exceto Elias que tinha trinta e cinco anos, todos eram jovens na faixa etária entre 25 e 28 anos. Já entre os/as interlocutores/as de ambos os grupos focais, público beneficiário das ações, com exceção de Rafael que tinha 25 anos, encontravam-se jovens na faixa etária mais baixa, entre 17 e 21 anos.

Existe também uma diferença com relação ao nível de escolaridade, já que todos os organizadores e colaboradores concluíram o ensino médio. No caso dos participantes do grupo 1, apenas Elder concluiu o ensino médio e no grupo focal 2 três concluíram (Rafael, Bianca e Lia).

Entre os/as participantes dos grupos focais um aspecto relevante se refere ao aspecto étnico-racial. Com exceção de Eliana, todos os/as outros/as interlocutores se autodeclararam como pardos ou negros. Das três interlocutoras que ainda estavam estudando, apenas Paula (17 anos) encontrava-se cursando o ano escolar compatível com o nível de escolaridade esperado para a sua faixa etária. As outras duas, Alice (17 anos) e a Eliana (17 anos), não estavam nesta mesma situação, Alice por motivo de repetência e Eliana devido à gravidez.

Após a breve apresentação dos/das interlocutores/as do estudo será apresentado a seguir o capítulo analítico. No recorte realizado para esta dissertação, as análises construídas se concentraram em torno de três eixos analíticos que se delinearam a partir da minha relação enquanto pesquisadora com os/as interlocutores/as da pesquisa no período da observação participante, das entrevistas e grupos focais, a saber: 1) Aspectos psicossociais e vulnerabilidades vivenciadas pelos/pelas jovens; 2) Análise das perspectivas dos colaboradores que atuam na ONG sobre o protagonismo juvenil; 3) Os efeitos de poder das práticas desenvolvidas pela ONG para a participação política dos/das jovens. É sob estes três tópicos norteadores que se desdobrará o capítulo de análise que se segue.

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Aspectos psicossociais e vulnerabilidades vivenciadas pelos/pelas jovens pobres

Este eixo analítico visa compreender os aspectos psicossociais e as vulnerabilidades vivenciadas pelos/pelas interlocutores/as da pesquisa por meio da abordagem de diferentes questões acerca de seu cotidiano. Esta reflexão foi produzida a partir da análise dos relatos das experiências vividas pelos/as jovens beneficiários/as dos projetos: Batalha de *Rap* e Aula de Dança, realizadas pela ONG pesquisada já descritas anteriormente nesta dissertação.

A análise foi construída a partir das informações registradas em diário de campo, dos dois grupos focais realizados com os/as jovens e das entrevistas realizadas com os colaboradores da ONG. Dentre as questões abordadas encontram-se: a percepção sobre o próprio bairro; as dificuldades vivenciadas no dia-a-dia; as estratégias de enfrentamento utilizadas para superar tais dificuldades e alguns aspectos acerca do binômio centro-periferia pensadas a partir de sua circulação dos/das jovens pela cidade. Segundo Amaral (2014, p. 3), ao dizer sobre o espaço onde vivem e circulam, os sujeitos visibilizam também as relações sociais estabelecidas nestes contextos com os diferentes atores sociais e com as instituições expressando “consentimentos, reprovações, cumplicidades, silenciamentos – que compõem a trama de seu cotidiano”.

É válido ressaltar que as considerações tecidas acerca das vivências dos/das interlocutores/as partiram de um olhar interseccional buscando identificar como os marcadores de gênero, geração, classe social, raça/etnia e sexualidade estão imbricados na construção de diferentes formas de ser e estar no mundo, bem como, na produção de situações de desigualdades, subordinação e opressões cotidianas. Diversas dimensões foram destacadas pelos/pelas

interlocutores como aspectos importantes em suas trajetórias de vida tais como: o lazer, o trabalho, a família, o território, entre outros.

Pôde-se constatar através dos relatos dos/das participantes que suas vivências e as vulnerabilidades em que se encontram imersos estão atreladas aos aspectos macroestruturais (culturais, históricos, políticos e econômicos) que produzem (im)possibilidades de acesso a bens e consumo, a circulação pela cidade e (não) efetivação de direitos bem como a aspectos microestruturais, especialmente com relação aos marcadores sociais que perpassam a vida dos/das jovens produzindo modos diferenciados e desiguais de vivência da condição juvenil.

4.1.1 Percepção sobre o próprio bairro

A partir dos relatos dos/das jovens que participaram dos grupos focais acerca dos bairros em que vivem diversas dimensões da vida cotidiana foram explicitadas. O lazer foi um deles. Apesar da pouca presença de equipamentos públicos direcionados a este fim, nos bairros periféricos, o lazer foi destacado por oito interlocutores/as como um aspecto positivo das comunidades onde moram:

Pesquisadora: Eu queria saber do que vocês mais gostam no bairro que vocês moram?

[...] Aquela peladinha final de semana (risos), cervejinha [...], né, a parte boa no morrão é essa, o lazer, né (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

De dançar. Porque é a única coisa que.. que tem aqui de interessante, sabe? De importante. Porque aqui, quando não tinha aula de dança era bem chato, mais chato, mó chato mesmo, agora quando.. quando, né, começou aqui, essa ONG (nome da ONG), [...] quando a gente não tem nada pra fazer, a gente vai o que? Dançar [...]. (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: Lá no bairro de vocês tem coisas de lazer para vocês fazerem?

O lazer é o Rap lá na quebrada (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Tem o (nome da ONG) (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: O que vocês costumam fazer quando vocês não estão trabalhando ou estudando?

Rola um violãozinho e depois já rola uma roda de freestyle e pá [...]. O rap em si é uma forma de vida, entendeu? Onde você escreve sozinho, desabafando o que você sente e no meio da galera você vive o rap que é a rua, entendeu? Você chega ali, pô, desabafa, você tá puto de ficar em casa, vai lá, “ah, mano, tô bolado e tal, vamos fumar um, vamos, vamos fumar um, vamos beber, eu tenho tanto e tal, vamos fazer aquela vaquinha”, aí reúne, aquilo ali já vira uma roda de rima, já vira um rap também. O rap é mais um estilo de vida mesmo, né (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Eu e ela nós fica na rua conversando quando não tem festa, quando não tem aniversário, assim, festa assim pra ir, aí a gente fica sentada na rua botando o papo em dia. Mas, tirando isso, nada (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Eu fico em casa vendo televisão, às vezes eu vou pra porta, os meninos me chamam, sabe? Pra ficar na rua (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Nas modalidades descritas pelos/pelas jovens encontra-se: o uso recreativo e grupal de bebidas alcoólicas e maconha, conversa na rua, roda de música, especialmente *rap*, futebol, festas, aniversários, assistir televisão e as atividades desenvolvidas pela ONG. Dessa forma, é possível perceber a preferência dos/das jovens por práticas coletivas como forma de diversão e uso do tempo livre, especialmente aquelas realizadas junto com os pares, o que evidencia a importância do marcador de geração na produção do lazer e da sociabilidade da juventude pobre. Entre os jovens do grupo focal 1, os elementos elencados podem ser exemplificados pelos aspectos levantados por Elder no qual o lazer é enunciado através de possibilidades não formais do uso do tempo livre como: o jogo de futebol “*peladinha*”, o consumo de bebida alcoólica “*cervejinha*”, o uso da maconha “*fumar um*” e o *rap* “*improvisando na quebrada*”.

No que tange ao uso de substâncias psicoativas pelos interlocutores, especificamente o álcool e a maconha, emergiram como elementos recreativos associados a dimensão do lazer e da sociabilidade. O uso da maconha também foi indicado pelos jovens, em vários momentos dos três encontros, como marca significativa de sua cultura e como possibilidade de expansão da consciência utilizada para melhor desenvolver a criatividade na hora de criar suas músicas, por exemplo. Apesar do padrão de uso não ter sido uma questão abordada com os participantes, a perspectiva ressaltada

pelos mesmos contrapõe a visão da temática por um viés moralista que considera todo uso como problemático, especialmente quando se trata de jovens pobres, negros e moradores de periferias ou favelas.

Neste contexto, para pensar o consumo de álcool e outras drogas de forma a considerá-lo em sua complexidade deve-se atentar para os atravessamentos dos aspectos socioculturais, econômicos, políticos e históricos além dos marcadores de raça, classe, geração, gênero e sexualidade na construção de relações diversas e singulares dos indivíduos – aqui os jovens pobres - com as drogas, consideradas mais ou menos problemáticas. Não se pretende nesta rápida abordagem da questão avaliar se o uso pelos interlocutores é problemático ou não. O que se coloca para debate é o fato da necessidade de se problematizar o modo com que determinadas práticas têm sido tomadas como criminosas ou patológicas para somente um determinado grupo de sujeitos sociais o que aponta que este fenômeno está diretamente imbricado à produção de hierarquias e relações de poder e opressão (Passos & Souza, 2011; Scisleski, Reis, Hadler, Weigert & Guareschi, 2012).

Através dos relatos dos/das interlocutores de ambos os grupos focais, foi possível identificar o atravessamento dos marcadores de gênero e sexualidade na produção de diferentes formas de lazer no âmbito das experiências das juventudes. Para compreender esses marcadores parte-se da noção de performatividade proposta por Judith Butler (2000, s/p). Conforme a autora, os indivíduos são generificados a partir “de uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas”. Dado que a performatividade “adquire o status de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição”. Neste contexto, ao contrário das diferenças entre os homens e as mulheres emergirem como categorias universais e naturais “são marcadas e formadas por práticas discursivas”. Assim, são estas que irão delimitar o que é inteligível ou não em uma dada sociedade a partir da instauração de uma norma.

A ordem vigente pauta-se na matriz binária, heteronormativa e na superioridade masculina. Ao instituí-las como padrões de normalidade tudo aquilo que foge a essas ideias é considerado bizarro, anormal, repulsivo, imoral, desviante e “errado”. Dessa forma, mulheres e homossexuais, por exemplo, ao adotarem determinados comportamentos que estejam fora dos parâmetros normativos ou ao possuírem identidades que não reproduzam esta lógica são alvo de rechaço, discriminação e violência. Conforme Louro (2000):

de modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais e aqueles que ficam fora dela, às suas margens. Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como ‘o segundo sexo’ e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (Louro, 2000, s/p).

Todos os indivíduos que se encontram fora do *status* de sujeitos pela lógica hegemônica são chamados por Judith Butler (2000) como abjetos. Conforme a autora, abjeto refere-se “aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social [...]” (Butler, 2000, s/p). Exemplos de sujeitos abjetos são: pobres, negros, loucos, homossexuais, entre outros.

Articulando tais proposições ao contexto da pesquisa, nota-se que as modalidades de lazer elencadas pelos rapazes: o uso recreativo e coletivo de álcool e maconha, jogar bola e fazer *rap* com os amigos são associadas como condutas pertencentes ao universo masculino, sobretudo heterossexual. Isto está diretamente relacionado às performances de gênero no qual o ideal de masculinidade em uma cultura sexista é associado, por exemplo, a agressividade, coragem e força em que é permitido, socialmente aceito e desejável o homem beber e fumar (Silva, 2014), ocupar as ruas e se expressar publicamente.

Por não se encaixarem nos parâmetros normativos da masculinidade, os rapazes gays e bissexuais, especialmente os afeminados, são desqualificados pelos jovens heterossexuais e se encontram fora dessas possibilidades de lazer ou são alvo de preconceito e discriminação. Tal questão pode ser verificada no relato abaixo:

Teve uma vez, teve um dia, lembra aquele campeonato de futebol que teve aqui no campinho? Aí eu fiz um preconceito, eu tinha um preconceito com o Diego, foi mesmo, eu [discriminei]. A gente tava subindo o morrinho da casa do Miguel ali, aí você falou que queria entrar no time também, aí eu falei assim “mas você joga bola?”, aí você falou assim “eu joga”, aí eu falei assim “mas você não é gay?”.[...] Eu tinha a convicção de que gay não joga bola [...] (Relato de Hugo, 28 anos – presidente e professor da aula de dança – Trecho do Diário de campo, 08/08/15).

No fragmento acima, Hugo indica o futebol como uma atividade pertencente ao mundo do homem heterossexual. Por não corresponder a imagem de um “homem de verdade” o jovem homossexual teve seu interesse deslegitimado, visto que o participante tinha uma “convicção” sustentada por um regime de verdade naturalizada de que não é possível ver um rapaz gay com preferência por um esporte que culturalmente marca o masculino heterossexual da sociedade. Isto está atrelado a construções sociais que delegam *performances* e interesses diferenciados conforme o gênero e a sexualidade, como teorizam Judith Butler (2000) e Guacira Louro (2000).

Sobre a construção dos corpos Louro (2000) aponta que somos educados para compreender os indivíduos a partir da forma como se apresentam corporalmente, seja por meio dos gestos, comportamentos ou expressões. “Nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder” que perpassam uma determinada sociedade. Neste cenário, o reconhecimento do “outro” que não comunga dos atributos que temos, é realizado através da posição social que ocupamos (Louro, 2000, s/p).

Entre os/as interlocutores/as do grupo focal 2, no qual cinco eram garotas e um era um rapaz bissexual, o lazer é enunciado, especialmente pela dança, atividade desenvolvida pela ONG, constituindo-se, portanto, como uma modalidade formal de lazer e uso do tempo livre restrito a um espaço institucionalizado e fechado. Segundo os/as jovens, antes da ONG existir eles/elas não mantinham um relacionamento próximo entre si. Alguns/algumas relataram até já se conhecerem, porém frisaram que foi a partir da convivência construída no espaço da instituição que os laços de amizade foram construídos ou estreitados. Portanto, o grupo representa um importante elemento para estes/estas jovens tornando a ONG um espaço de sociabilidade e lazer.

Além da dança, os/as interlocutores/as também apontaram para possibilidades não formais de lazer e uso do tempo livre como: aniversários, festas, conversa na rua e assistir televisão. Em conversas informais realizadas com os/as jovens durante a observação participante desenvolvida no projeto Aula de Dança, pude perceber também que as atividades relatadas, especialmente pelas garotas e rapazes homossexuais e bissexuais, se restringiam ao espaço privado da casa (assistir televisão, navegar na internet, conversar com as/amigas/as), se realizavam próximas ao seu local de residência (conversar no portão, na calçada ou na rua) ou aconteciam nas dependências da ONG. Isto, sempre sob o olhar de um jovem mais velho (professores ou colaboradores) ou de adultos (vizinhos ou familiares) o que indica o controle e a tutela destes/destas jovens.

Diferente dos rapazes heterossexuais, o lugar relegado às jovens e aos rapazes gays tem sido o espaço privado da casa e espaços comunitários localizados no próprio bairro. No caso das garotas, existe também uma regulação quando estas circulam pela cidade (como pode ser verificado no fato dos responsáveis preestabelecerem um horário para as jovens voltarem para a casa ou pela necessidade de, ao frequentarem o centro da cidade, à noite, para se divertir, serem acompanhadas por um homem ao voltarem, a pé, para a casa).

Este aspecto também emergiu no estudo etnográfico desenvolvido por Franch (2000) sobre o uso do tempo livre realizado com jovens moradores de uma periferia de Recife, principalmente no que tange às jovens. Conforme a autora, o controle sobre as garotas não se restringe ao envolvimento com a violência e uso de álcool e outras drogas como no caso dos rapazes. Para elas, existe também uma rigorosa vigilância (por parte dos pais, dos vizinhos, do professor) com vistas a controlar sua sexualidade.

De acordo com Louro (2000) a questão do cerceamento da mulher por sua circulação no espaço público deve ser compreendida como estratégia de docilização do corpo feminino. A lógica que justifica essa situação de opressão é forjada pelo fato de tal corpo ser enunciado como objeto em função da sexualidade masculina. Assim, ele pode ser potencialmente violado, inclusive sexualmente. Nesta mesma direção, Adriane Rich (2012), ao discutir sobre a heterossexualidade compulsória, mostra que diversos atravessamentos sexistas perpassam a produção da dominação masculina e colocam o afeto e a sexualidade da mulher em função do homem, inclusive legitimando violências como assédios e estupros. Portanto, como há um contexto de produção de um corpo feminino que necessariamente deve estar em função de servir ao corpo masculino é necessário proteger as garotas, através das estratégias citadas pelas/os interlocutores.

No presente estudo, além das garotas, o controle da sexualidade também pôde ser observado com relação aos interlocutores gays e bissexuais. Muitos deles, inclusive, disseram manter sua orientação sexual sob sigilo, especialmente para os familiares. O sigilo pode ser interpretado como possibilidade destes jovens preservarem o suporte e os vínculos familiares já que assumir a homossexualidade pode desencadear episódios de homofobia no contexto das relações familiares.

Um estudo realizado por Perucchi, Brandão e Vieira (2014, p.68) acerca da violência homofóbica contra jovens lésbicas e gays no âmbito familiar corrobora com tal proposição. Conforme os resultados da pesquisa, no ambiente familiar o preconceito emerge como dispositivo

de legitimação da violência homofóbica que tem como alguns de seus desfechos “a ruptura do vínculo, o afastamento temporário ou permanente entre jovens lésbicas e gays e seus familiares, levando, muitas vezes, à saída ou à expulsão da casa dos pais em circunstâncias complexas e, frequentemente, dolorosas”.

Neste cenário, os/as jovens se encontram em uma situação de opressão na medida em que têm negado ou limitado o direito à livre expressão de suas sexualidades. No relato dos interlocutores, o cerceamento da liberdade não está restrito somente ao âmbito privado da família, mas estende-se também ao contexto comunitário. Os jovens declararam evitar comportar-se livremente pelo bairro para não serem alvos de fofocas. Isso pode ser verificado em um exemplo dado por Diego que é homossexual, em uma roda de conversa realizada por mim sobre diversidade sexual registrada em diário de campo no qual o jovem narrou sobre a suposição de andar de mãos dadas com o amigo Rafael, que é bissexual, pelo bairro, ambos cuja orientação sexual não é declarada para os pais:

Eu sei que se, exemplo, eu e o Rafael andar na rua de mãos dadas, nossa senhora! Deus que me perdoe! Eles vão xingar, eles vão bater= (Relato de Diego, 26 anos – colaborador da aula de dança – Trecho do Diário de campo, 08/08/15).

=Vão fazer fofoca= (Relato de Rafael, 25 anos – aluno da aula de dança – Trecho do Diário de campo, 08/08/15).

=O que? Vão bater lá no ouvido da sua mãe e da minha “tava andando as duas ‘bichinhas’ de mãos dadas”. (Relato de Diego, 26 anos – colaborador da aula de dança – Trecho do Diário de campo, 08/08/15).

No relato de Diego fica explícito o medo da violência homofóbica como pode ser verificado no trecho “eles vão xingar, eles vão bater”. Neste contexto, o mecanismo de controle de suas sexualidades é a fofoca. Conforme Cláudia Fonseca (2004, s/p) a “fofoca seria instrumental da definição dos limites do grupo – não se faz fofoca sobre estranhos, pois a estes não se impõem as mesmas normas; ser objeto, sujeito da fofoca, representa a integração no grupo”. Dentre suas

diversas funções encontra-se a possibilidade de “informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública”.

Assim, como a análise realizada pela autora em uma vila habitada por pessoas de baixa renda de Porto Alegre, no qual “a honra figura como elemento simbólico chave que, ao mesmo tempo, regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo”, a fofoca denunciada pelos jovens gay e bissexual emergem no sentido de que por meio dela eles teriam revelada sua homossexualidade aos familiares compulsoriamente pela vizinhança. É a incessante vontade de saber acerca da sexualidade do outro, com vistas a controlá-la, discipliná-la (Foucault, 1988) e fomentar estratégias corretivas para a manutenção da norma (Butler, 2000). Além disso, a expressão pejorativa “*bichinhas*” indica que se pegos de mãos dadas, os jovens teriam sua honra e de sua família “manchada” tendo em vista que a expressão pública de afeto entre dois homens homossexuais, mesmo que entre amigos, são consideradas uma afronta à ordem vigente sendo, portanto, rechaçada a ponto dos jovens temerem serem violentados fisicamente ou insultados. Isto aponta para a presença da hierarquização das sexualidades a qual torna a fofoca e o medo da violência homofóbica aspectos de controle dos jovens homossexuais nas ruas da comunidade.

Portanto, pode-se dizer que a construção do que vem a ser considerada uma conduta baseada na honra está submetida às normas socialmente estabelecidas (no caso em questão pautada na heteronormatividade), o que aponta para honra como uma questão de poder (Fonseca, 2004). Sendo assim, estes jovens se encontram uma posição de abjeção (Butler, 2000). Os estudos desenvolvidos por Silva (2014) com jovens de duas comunidades quilombolas localizadas na área rural de Garanhuns/PE e por Franch (2000) também apontam para a fofoca como dispositivo de controle dos/das jovens participantes de suas pesquisas. No estudo de Silva (2014), por exemplo, a fofoca foi relatada, especialmente pelas garotas como mostra a autora:

esse controle recai sobre as questões clássicas que articulam gênero e sexualidade, a relação público/privado, o controle sobre o corpo, de modo que qualquer comportamento apresentado pelas jovens que não esteja de acordo com a moralidade vigente na comunidade é motivo para que as mesmas fiquem “mal faladas” dentro da coletividade. Jovens que bebem nos bares, que usam roupas curtas, que saem com os jovens urbanos que frequentam as comunidades, que vão muito às festas, jovens solteiras que engravidaram, todas essas são alvo de comentários nas comunidades (Silva, 2014, p. 106).

Franch (2000, p. 10) utilizando a terminologia de Michel Foucault (2015) o olhar “panóptico”, aponta que a presença de um outro (vizinho, professor, familiar) “que vigia e que controla, tem papel fundamental na implantação de práticas disciplinares e na construção das normas de comportamento”. Nas palavras de Foucault:

já o olhar vai exigir muito pouca despesa. Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentido-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo (Foucault, 2015, p. 330).

Dessa forma, vê-se que os/as jovens do grupo focal 2 se encontram sob constante vigilância (geralmente de um adulto) no âmbito privado (pelos familiares) e público (vizinhos, professores) a fim de inseri-los dentro da ordem vigente seja por práticas normalizadoras, disciplinadoras ou punitivas para prescrever modos de ser e estar no mundo forjando modos de produção de uma subjetividade juvenil que hora são tomadas como patológicas, hora como anormais. Para tanto, estes agentes lançam mão de diversos dispositivos (fofoca, violência e criminalização, por exemplo). “As intervenções sobre os sujeitos se justificam ao serem legitimadas normalizações sobre a vida, e, embrenhando-se em meio aos mecanismos de poder agenciados para capturar os considerados anormais e infames, as populações jovens tomadas como abjetas vão se constituindo como vida a ser gerenciada” (Scisleski *et al.*, 2012, p. 27). Isto, aponta para o lugar de subalternidade, inferiorização e opressão em que estes indivíduos se encontram imersos.

Nos relatos dos/das interlocutores/as dos dois grupos focais, a rua emergiu como espaço privilegiado de sociabilidade, mas é apropriada de forma diferente conforme os marcadores de gênero e sexualidade. Como foi abordado acima, para os jovens do grupo focal 1, a rua é local de

fazer *rap* com os amigos “*improvisar na quebrada*” e jogar bola, “*peladinha*”, por exemplo. Já para os/as interlocutores/as do grupo focal 2 ela é um espaço para “*botar o papo em dia*”. Como mostra Sposito (1993) a rua abarca diversas dimensões discursivas no que tange a sua ocupação por adolescentes e jovens. Desde local de trabalho precoce, espaço de violência na interação com a criminalidade e com o consumo de drogas, que inclusive foram os principais motivos que fizeram com que a juventude pobre emergisse como um problema político e social, até palco de agressões policiais ou de exterminadores. Logo, a rua guarda conotações polissêmicas e ambíguas (perigo, sociabilidade, por exemplo) que extrapolam seu sentido concreto (Franch, 2000).

Para fins de análise, interessa, portanto, compreender a rua não em sua materialidade, mas sim a experiência da rua vivenciada pelos indivíduos (Magnani, 2009). É na periferia que ela emerge também enquanto lugar, suporte e palco de diversas modalidades de sociabilidade sendo onde ocorre o compartilhamento de modos de vida, de utilização do tempo livre, das formas de lazer e de relacionamento (Magnani, 2009; Sposito, 1993; Guimarães, 1997), dimensão esta destacada pelos interlocutores/as da pesquisa. Conforme Magnani (2009):

esta é a riqueza que caracteriza a experiência urbana e que a rua, em sua relação metonímica com a cidade, evidencia. Não se pode ler a cidade a partir de um eixo classificatório único: é preciso variar os ângulos de forma a captar os diferentes padrões culturais que estão na base de formas de sociabilidade que existem, coexistem, contrapõem-se ou entram em confronto no espaço da cidade (Magnani, 2009, s/p).

A utilização da rua como espaço de sociabilidade também foi observada por Franch (2000). Segundo a autora a ocupação das ruas da periferia, pelos jovens, ocorre por meio de diferentes práticas como os jogos, conversas e outras atividades recreativas, que para jovens da classe média e alta são desenvolvidas em espaços privados como a casa, condomínios e clubes. Portanto, nas periferias, a apropriação da rua é resultado de uma relação singular estabelecida entre os/as jovens com sua comunidade. Assim como apontou a autora sobre o fato da sociabilidade dos jovens de classe média se desenvolver em espaços privados e dos jovens pobres utilizarem, primordialmente,

a rua, as interlocutoras do grupo focal 2 também destacaram esse aspecto através da contraposição centro-periferia:

O que muda é que quem mora no centro é aquele pessoal que tem sky, tem internet em casa é.. aquela televisão, tem ar condicionado. Então não tem necessidade de ficar na rua conversando, entendeu? Então, a gente que mora em bairro.. em morro, vamos se dizer assim, a gente tá acostumada “ah, tem a novela agora que eu vou ver, mas depois a gente pode sentar aqui na rua pra conversar” (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

Ao contrário da realidade privada dos ricos (que possuem bens que lhes oferecem conforto para o lazer dentro de casa como TV a cabo, internet, “aquela TV”, que sugere pensar uma televisão grande e de alta resolução, e ar condicionado), resta as/aos jovens pobres a TV aberta, no qual as novelas ganham destaque no interesse entre as garotas. Neste contexto, a conversa na rua emerge como a saída para a falta de objetos de consumo em casa. Essa diferença não é explicitada como uma coisa totalmente ruim já que Bianca e os outros/as interlocutores/as do grupo focal 2 demonstraram-se indignados/as pelo fato dos moradores do centro não fazerem o uso de espaços coletivos como as praças, por exemplo, para interagirem entre si, o que indica a valorização de seus modos de vida. Os/as mesmos/as relataram que, se as periferias onde moram tivessem praças, elas seriam ocupadas pelos/pelas jovens das comunidades para a sociabilidade (lanchar e conversar, por exemplo).

Neste contexto, os bairros periféricos e suas ruas constituem-se como “um espaço que se torna ao mesmo tempo público e privado, qualificado pelo cruzamento cotidiano das trajetórias, pela existência de redes de parentesco, amizade, coleguismo e vizinhança”. É por esse motivo que os modos de vida compartilhados nas periferias “encontram-se fortemente inseridos na malha urbana que os moradores ocupam: poderíamos dizer, ecologicamente imbricado no espaço do bairro que adquire, desta forma, forte significação social” (Franch, 2000, p. 133).

Esta colocação vai ao encontro de outro aspecto que emergiu nos relatos dos interlocutores do grupo focal 1 como aspecto positivo dos bairros em que moram: o sentimento de pertença. Este ponto faz referência as relações estabelecidas nos territórios como mostra os excertos abaixo:

Pesquisadora: Eu queria saber do que vocês mais gostam no bairro que vocês moram?

Pô, cara, o que é que eu tenho a dizer sobre a periferia onde eu moro? O quê que acontece? Todo dia que eu acordo de manhã cedo pra sair, cara, eu sou conhecido, assim, no bairro inteiro, então eu não tenho nada para falar do meu bairro, porque lá eu conheço todo mundo, entendeu? Todo mundo é meu amigo, não tenho inimigo nenhum, entendeu? Assim, tem pobre e tem rico, entendeu? Tem “fodido”, tem cachaceiro, tem maconheiro, tem tudo. Mas, o quê que acontece? Cada um no seu lugar, entendeu? Enquanto a pessoa, assim, se tá cada um fazendo seu “corre”, cada um lutando pelo que é seu, então ninguém tem que interferir na vida de ninguém, entendeu? Pode ter preto, pode ter branco, pode ter ladrão, pode ter polícia, entendeu? Mas, tem que ter respeito no lugar onde mora, que é isso que prevalece, entendeu? (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

E pra falar do meu bairro, cara, tipo assim, minha família, bem das antigas, do meu bisavô, bem antes do meu bisavô já era dono do terreno, aí a gente foi expandindo, depois, quando chegou na minha avó já não era mais ninguém dono, mas, tipo assim, minha família eu tenho como consideração de cria mesmo. Como se eu fosse acolhido por todo mundo ali, tudo é família ali na parte de baixo ali e tal. Então eu não tenho que reclamar, nem da parte de baixo e nem da parte de cima porque é igual o Júlio falou, você acorda e todo mundo te trata bem, você trata todo mundo bem independente de classe social, cor e tudo [...] (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

[...] a parte boa é isso aí, igual que o cara falou, conhecer todo mundo, todo mundo tem um respeito entre si [...]. (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

[...] ser respeitado onde você mora lá [...] o lado bom é o respeito que a gente conquista lá dentro, né [...]. (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

A reflexão de Magnani (2003) sobre a categoria pedaço contribui para compreender esta questão. Segundo o autor, o pedaço se constitui como um espaço intermediário entre o privado e público onde se desenvolve uma sociabilidade básica, não tão restrita como aquela estabelecida por meio dos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações sociais formais. Portanto, entre o espaço privado da casa encontra-se “um espaço de mediação cujos símbolos, normas e vivências permitem reconhecer as pessoas diferenciando-as, o que termina por atribuir-lhes uma identidade que pouco tem a ver com a produzida pela interpelação da sociedade

mais ampla e suas instituições” (Magnani, 2003, p. 116-117). Portanto, é no pedaço que as tramas do cotidiano são tecidas:

[...] para uma população sujeita às oscilações do mercado de trabalho, à precariedade dos equipamentos urbanos e a um cotidiano que não se caracteriza, precisamente, pela vigência dos direitos de cidadania, pertencer a um pedaço significa dispor de uma referência concreta, visível e estável – daí a importância do caráter territorial na definição da categoria. Pertencer ao pedaço significa também poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que até mesmo os "bandidos" da vila, de alguma forma, acatam (Magnani, 2009, s/p).

Nesse sentido, a enunciação “respeito” emergiu como uma regra, um elemento importante elencado pelos interlocutores do grupo focal 1 para definir as relações estabelecidas em suas “*quebradas*” e os atores que compõem os pedaços dos quais fazem parte, não importando se é “*preto*” ou “*branco*”, “*rico*” ou “*pobre*”, “*polícia*” ou “*ladrão*”. Isto aponta para a privatização da vida e neutralização dos conflitos e hierarquias presentes entre essas instâncias.

É interessante notar a emergência destas categorias ativas nas conversas com os jovens, na medida em que são eles os principais acusados pela sociedade de não exercer o respeito já que é comum a designação dos jovens, especialmente pobres como “*baderneiros*”, “*encrenqueiros*”, “*bagunceiros*”, marcas “*atribuídas como características psicológicas inerentes à idade*” (Fraga, 2000, p. 78). Tais relatos sugerem pensar que as enunciações do léxico “respeito” (enquanto uma regra de convivência) se apresentam como uma forma destes jovens se contraporem à construção social que os coloca na posição de sujeito como algozes dos problemas sociais. Nesse sentido, os interlocutores são capturados pelo discurso da ordem, tendo em vista que em suas falas fazem referência aos “valores tradicionais de obediência, de cultivo das relações amistosas e respeito às posições hierárquicas” (Fraga, 2000, p. 80) presentes no contexto comunitário, materializando suas práticas cotidianas para com a comunidade de seu bairro.

Já com relação aos aspectos negativos do bairro onde moram, um dos jovens do grupo focal 1 destacou a discriminação sofrida pelos moradores pobres por parte dos moradores ricos do

próprio bairro. Tal fato sugere pensar que nem sempre o respeito vigora nas relações estabelecidas no bairro:

Ah, a coisa que eu menos gosto é a parte da burguesia no meu bairro, que é considerado um bairro burguês, tá ligado? E também tem a parte favelada [...] da parada, então, aí nós somos muito discriminados por morar lá no chapadão do (nome do bairro), né, como se diz, né. [...] Porque lá é a parte favelada da parada e é pouca condição, igual o (nome do bairro), no centro do (nome do bairro) já é uma parte mais da “bufunfa”, tá ligado? Onde que tem os Barão que tem dinheiro e nós não, nós é correria mil graus, tem que fazer uns corres para viver, né, fundamento, né (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Ao contrário da neutralização dos conflitos como foi apontado anteriormente, Samuel evidência o marcador de classe como elemento importante na constituição de hierarquias presentes dentro de um mesmo território, trazendo um jogo discursivo que produz posições de sujeito hierarquizadas em detrimento de sua condição financeira, materializada pela parte do bairro ocupada. Com relação a esse aspecto, além do marcador de classe, Reis (2005) acrescenta a dimensão da raça na construção espacial, já que mesmo nos bairros periféricos as ruas consideradas “boas”, nas quais se concentram o comércio local, possuem pavimentação e moradias em melhores condições, são ocupadas por pessoas brancas que geralmente também exercem lugares de poder dentro do bairro. Já os negros na maioria das vezes se encontram nos “*chapadões*”, “*na parte favelada da parada*” como salienta Samuel, no qual as condições de vida são precárias. Nas palavras da autora:

as moradias das famílias negras, que é o aspecto mais importante dos bairros populares, por abrigar quase todos que lá vivem, estão quase sempre nos becos, vielas, escadarias, ladeiras de barro, onde às vezes não há espaço para passar uma geladeira. Estas casas, sem direito a reboco e, menos ainda, a pintura, formam um triste espetáculo e denunciam a situação de *apartheid* vigente, mesmo dentro do próprio bairro. Próximo a estas casas não há creches, escolas, postos de saúde ou qualquer outro sinal que nos lembre a presença do Estado, a não ser a polícia quando invade, espanca e, muitas vezes, mata. Por isso, a presença das grades nas portas e nas janelas faz com que os bairros pareçam mais como grandes prisões, ocupando quarteirões disformes, denunciando o medo e a insegurança de todos que ali vivem (Reis, 2005, p. 127).

Assim, como a autora pontuou acima sobre o fato do Estado ser ausente nas periferias, exceto quando suas mãos de ferro agem sobre a população pobre e negra através da atuação da polícia, este aspecto foi destacado por vários/as interlocutores/as de ambos grupos focais como

aspectos negativos do bairro em que moram. Dessa forma, os/as jovens denunciam em seus relatos o descaso do Estado com os moradores dos bairros periféricos evidenciando as desigualdades que os mesmos se encontram imersos:

Pesquisadora: E do que vocês não gostam no bairro que vocês moram?

[...] tipo assim, o que eu tenho que reclamar mesmo é promessa, cara, porque o seu bairro é sempre o último a ser visto, entendeu? Porque não tá perto do centro. [...] Igual, lá tem um posto de saúde lá, cara, o posto de saúde tá abandonado lá, tipo assim, tava fazendo, acabou a obra do nada e tal, largaram lá. Promete quadra, campo, as coisas tudo e tipo assim, tem mais de dez anos, eu cresci esperando [...]. Tipo assim, eu cresci esperando o (nome do bairro), mano, melhorar e eu nunca vi ele melhorar em nada, a não ser esses asfaltos aí. Porque na verdade, esse asfalto foi o quê? Cara, não teve um negócio por baixo, ali pra poder fazer o tratamento de esgoto, eles ganharam voto, ninguém vê, o voto não é o que vai tá embaixo da terra, o voto é o que tá vendo. Então, você asfaltou uma periferia, pronto, né, tá todo mundo feliz. [...] Então, a única coisa que eu fico chateado mesmo do meu bairro aí é isso aí, o Governo [...] preferir dá moral no centro, nos bairros mais nobres mesmo do que dar uma moral pra periferia (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Pô, é mais ou menos ressaltar isso aí que o Renan falou, né, nós somos do mesmo bairro, tá ligado? Parece que lá é afastado mesmo, a prefeitura esquece do bairro lá, nem asfalto tem lá pra cima lá, tá ligado? (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

[...] O “foda” é o desleixo [...] É o pessoal, tipo assim, que vai lá, às vezes faz, mas não cuida, sacou? Acha que só a periferia que tem que tomar conta, mas não é, mano. Às vezes a pessoa faz lá e tal, pô, “fizemos uma quadra pra vocês”, mas eles nunca vão lá ver de um mês, dois meses por lá pra ver como a quadra tá, sacou? Às vezes até faz, mas não mantém, aí, pô, velho, o “foda” é isso, é o desleixo [...] (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

É porque na hora lá de barganhar voto lá eles falam de tudo “ah, vou dar.. vou fazer isso no bairro de vocês, vou fazer aquilo”, mas depois que eles conseguem o que eles querem eles não estão nem aí (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

É. Que nem falou que ia fazer uma quadra lá em cima no campinho onde os meninos jogam bola. Cadê a quadra? (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

O relato de Renan coloca em cena o marcador de classe para apontar a diferença de tratamento do Estado entre bairros ricos e pobres. Ao contrário dos moradores dos bairros ricos, que são assistidos pelas políticas públicas de saneamento básico, por exemplo, a população das comunidades periféricas fica à deriva das ações do governo. Tal questão aponta para a vigência do racismo de Estado (Foucault, 2005), numa lógica que opera a partir do “deixar morrer”. Esse

aspecto se materializa pelo fato da população pobre e negra não ter assegurado os direitos de cidadão, como pode ser exemplificado pela falta de acesso a itens básicos como o saneamento.

Essa invisibilidade política produz um espaço segregado e com condições precárias, em que o Estado de fato traça a linha do que faz viver e do que deixa morrer. Além disso, os relatos de Renan, Eliana e Lia demonstram o interesse eleitoreiro da presença de candidatos nestes locais, cujo o único objetivo seria o de conseguir o voto dos eleitores. Eliana, por exemplo, denuncia a aparição de candidatos à cargos políticos apenas em época de eleição, na qual muitas promessas são feitas aos moradores. Este aspecto foi exemplificado por Renan e Lia que relataram as promessas feitas aos jovens sobre a construção de quadras e campos em suas comunidades.

Renan denuncia também que a preocupação do Estado quando este realiza alguma ação no bairro periférico não é a de garantir melhores condições de vida para a população através da efetivação de políticas públicas, mas de “maquiá-la” representado aqui pela pavimentação de parte do bairro cujo objetivo seria também o de angariar futuros votos. Elder que mora no mesmo bairro de Renan, porém “*na parte alta do morrão*”, aponta que lá nem mesmo a pavimentação, leia-se “maquiagem”, foi realizada pelos governantes, o que demonstra novamente a hierarquização existente entre a população de um mesmo bairro. Pablo, por sua vez, apontou que, às vezes, até são executadas algumas ações pelo Estado nos bairros periféricos, porém pontua que não são realizadas manutenções nos serviços ofertados ficando a cargo da própria população se contentar com o que foi feito, mesmo que tais serviços estejam em péssimas condições.

Portanto, as denúncias dos/das interlocutores/as evidenciam o fato dos moradores periféricos não serem vistos e tratados como cidadãos e sujeitos de direitos. Ao contrário disto, vê-se que ainda vigora um tratamento paternalista e assistencialista por parte do Estado no qual a relação estabelecida com a população pobre baseia-se em favores e benesses em troca do voto. Tal aspecto pode ser compreendido pelo que Tereza Sales (1994) designou como “cidadania

concedida” baseada na “cultura de dádiva”. Conforme a autora existe um contínuo histórico na cultura política brasileira que associa a cidadania como um favor, um bem exercido pelo Estado àqueles que não possuem condições de gerir sua própria vida. Neste sentido, a cidadania teria como características o clientelismo, mando/subserviência e a benevolência (Sales, 1994).

Levando em consideração que a pesquisa se desenvolveu em uma cidade do interior de Minas Gerais, no qual o poder político encontra-se concentrado nas mãos de grandes famílias, pode-se dizer que lá ainda vigora uma vida política próxima ao que Leal (1997) descreveu como Coronelismo, sistema vigente na organização política agrária no Brasil durante o período da Primeira República (1889 -1930) no qual o poder político era exercido pelos “senhores de terra” (Leal, 1997, p.40). Segundo o autor “o ‘coronelismo’ é uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (Leal, 1997, p. 40). Mas, Coronelismo quer dizer também compromisso, uma troca de favores entre o poder público em ascensão e os chefes locais, senhores da terra, que, decadentes, lutavam pela sobrevivência. Pode-se dizer que nos municípios do interior tal mecanismo de poder se encontra presente até hoje tendo em vista que muitos governantes ainda pertencem à classe dominante (Leal, 1997).

Outro aspecto destacado por três interlocutores do grupo focal 2 como algo que não gostam em seus bairros se refere à questão da ociosidade, do uso de drogas e da criminalidade. Este é, inclusive o principal discurso que faz dos jovens pobres objeto de intervenção da ação do Estado e das instituições sociais como as ONG, por exemplo (Coimbra & Nascimento, 2003; Tommasi, 2010):

Ah, eu não gosto dessa malandragem aí [...]. Os moleques viciados, essa porcaria pra todo lado (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2)

Da bandidagem (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

É. Da bandidagem (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Primeiro Eliana aponta como problema o que ela denominou como “*malandragem*”, em seguida ela acrescenta a questão dos “*moleques viciados*” e por fim Paula finaliza com o que ela designou como “*bandidagem*”, aspecto concordado por Eliana. Por estarem se referindo aos problemas que acontecem nas comunidades periféricas em que moram, pode-se acrescentar a esta relação a dimensão da pobreza. As falas das jovens fazem referência ao mito da periculosidade direcionado aos jovens pobres descrito por Coimbra e Nascimento (2003). Este mito se sustenta pela associação natural e causal “entre vadiagem/ociosidade/indolência/ e pobreza, bem como entre pobreza e periculosidade/violência/criminalidade” (Coimbra & Nascimento, 2003, p. 25). Nesta perspectiva, os jovens (pobres, negros e de periferia) são considerados como criminosos em estado de latência, causadores de problemas sociais e, portanto, um perigo para a sociedade (Coimbra & Nascimento, 2005).

Neste sentido, esta representação aponta para o que Franch (2000) denominou como “fronteira simbólica” que divide as pessoas “de bem” e as “pessoas erradas” dentro de um mesmo contexto a partir de uma perspectiva baseada em valores morais. Portanto, o mundo do crime e das drogas opera para os jovens “bem-comportados” como demarcador do território do “outro”, daquele que eles e elas não devem e não podem pertencer (Vaz, 2004, Fraga, 2000). Ao fazerem essa demarcação, as interlocutoras apontam para aquilo que elas não são dividindo assim os jovens da comunidade em dois grupos, o que expressa a existência de uma hierarquia entre eles, ou seja, a produção de duas posições de sujeitos possíveis de serem enunciadas na periferia.

Já que estas jovens estão submetidas à ação de uma agência juvenil pode-se dizer que as mesmas estão reproduzindo o discurso da instituição, pois tais questões estão no cerne dos discursos que balizam as ações da ONG. Suas falas materializam a produção discursiva que faz ver

e faz falar a lógica da produção do sujeito juvenil na periferia enquanto perigo em potencial, tendo suas ações como forma de “salvá-los” da referida bandidagem, materializada nas falas das meninas. Ao serem perguntados sobre os problemas vivenciados pelos/pelas jovens com os/as quais trabalham, os colaboradores da associação destacaram três principais questões que se repetiram nos relatos: “uso de drogas”, tráfico de drogas” e a “desestrutura familiar”:

Muitos ali o pai, não tem pai dentro de casa. Muitos ali também... saiu do... como é que é que posso falar? Saiu da vida do crime mesmo, assim. Hoje, (3.0) tipo assim, dentro da escola de samba tem os que assumem a frente mesmo, a gente, só falta uma coisa pra gente tirar deles, que é o vício da maconha. Mas, muitos deles ali já tava entrando na vida do crack e hoje não tá mais (Hugo, 28 anos – presidente e professor, entrevista individual)

[...] é.. estrutura familiar (3.0) né, e.. e.. e.. e droga, cara.[...] O tráfico, a droga é aquela coisa de.. de se achar importante dentro de um grupo, né, do seu grupo ali, por exemplo, você tá num bairro e tem um grupo ali que usa, se você não estiver, se você não usar, você não faz parte daquele... você se sente o excluído, entendeu? É uma coisa muito chata, né. E dentro da família justamente por causa disso, porque o quê que acontece na periferia? Né, acho que vai passando de geração em geração, aquele, aquela, aquele adolescente que usa droga, aquela adolescente que usa droga, que vive usando droga, um dia eles vão se casar, eles vão constituir uma família, e não.. não procurou é.. é.. ter informação nenhuma, não procurou estudo, não procurou ter trabalho, é.. assim, se melhorar para o mercado de trabalho, nada. O que acontece? Eles vão fazer mais outros jovens que vai seguir a mesma linha de.. de usuário e de ser dependente de migalhas do governo. Você tá entendendo? Então é muito complicado, cara, esse ciclo. Eu acho foda (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

Ah, aqui nosso bairro tem um.. um problema gigantesco que.. que avassala o mundo inteiro que é a droga, entendeu? (Miguel, 25 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

É, o maior mesmo é a droga (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

O envolvimento com as drogas é indicado pelos colaboradores como o maior problema enfrentado pelos jovens beneficiários (seja pelo envolvimento com o tráfico ou pelo uso de drogas ilícitas). Tal problema, inclusive se configura como uma questão que os mesmos tentam modificar através de suas ações desenvolvidas na ONG como pode ser verificado nos trechos da fala de Hugo “só falta uma coisa pra gente tirar deles, que é o vício da maconha. Mas, muitos deles ali já tava entrando na vida do crack e hoje não tá mais”. A família emerge, neste contexto, como aquela que

não é capaz de transmitir os valores e bons costumes aos filhos pautados nos valores hegemônicos, especialmente pela ética do trabalho, como pode ser visualizado no trecho da fala de Elias “*eles vão constituir uma família, e não.. não procurou é.. é.. ter informação nenhuma, não procurou estudo, não procurou ter trabalho, é.. assim, se melhorar para o mercado de trabalho, nada*”. Ao contrário disto, esse tipo de “*estrutura familiar*” seria responsável por disseminar à prole maus hábitos e vícios como o uso de drogas, por exemplo, situação apresentada pelo interlocutor como um “*ciclo*” já que passa de “*geração em geração*”.

Dessa forma, a família pobre é culpabilizada pela situação em que se encontra. Neste cenário, o interlocutor aponta as políticas públicas como “*migalhas do governo*”, o que sugere que cabe a cada família prover as necessidades de seus componentes pelo esforço individual através do trabalho, ou seja, a ação do Estado é apresentada como uma esmola e não como dever (Sales, 1994). Tal discurso faz referência a concepção das famílias pobres como “*desestruturadas*” por não serem capazes de gerir sua vida dentro dos padrões normativos burgueses baseados na moralidade judaico-cristã, do consumo e do trabalho.

Nascimento, Cunha e Vicente (2007, s/p) descrevem o processo de desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza “*ao transformar relações sociais em problemas individuais, na medida em que a questão estrutural do capitalismo neoliberal, as relações de poder contemporâneas e a privação de direitos são descartadas nas análises explicativas de tais ocorrências*”. Hugo, ao apontar como problema a ausência do pai no contexto familiar como pode ser verificado no trecho “*muitos ali o pai, não tem pai dentro de casa*” remete ao modelo tradicional de família no qual a autoridade centra-se na figura do homem. Assim, ao apresentarem uma configuração familiar diferente deste padrão normativo, as famílias dos jovens são vistas como “*problemáticas*” pelo interlocutor. Tendo em vista que os colaboradores também são oriundos de famílias pobres pode-se concluir que estes são capturados pelo discurso hegemônico. Ao balizarem

suas práticas a partir da reprodução de tais discursos contribuem para a manutenção da ordem vigente.

4.1.2 Dificuldades vivenciadas e formas de enfrentamento

Com relação às dificuldades vivenciadas em seu cotidiano, os/as jovens ressaltaram aspectos relacionados ao trabalho, ao estudo, à frustração de sonhos e à imprevisibilidade quanto ao futuro. As dificuldades que envolvem a inserção no mercado de trabalho foi a principal questão apontada pelos/pelas interlocutores/as do grupo focal 2:

[...] Hoje em dia eles estão exigindo muita coisa. Além de ser maior de idade, eles estão pedindo cursos [...] estudos, faculdade, é.. ensino médio, é.. fundamental completo, tem muita gente que não tem, abriu, abriu mão de ensino fundamental pra poder trabalhar e depois perdeu o emprego, não trabalha mais, não estuda mais, não faz nada. Então já é menor, ainda não... não terminou os estudos piorou a situação [...]. Porque às vezes você quer trabalhar numa área que já não tem mais vaga [...] Ou quando você, surge um emprego, é um local que não dá pra você ir, às vezes é muito difícil pra você ir até o lugar[...]. Ou às vezes você não foi cursada naquilo, entendeu? Naquilo que você quer (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

No relato de Bianca, emergem diversos fatores que dificultam a inserção/manutenção dos jovens pobres no mercado de trabalho formal. Um deles se refere ao grau de escolaridade cada vez mais alto requerido para a concorrência das vagas. Em consonância ao que foi levantado pela interlocutora Bianca, Schwartzman e Cossio (2007, p. 51) salientam que:

os desafios que os jovens no Brasil enfrentam em termos da sua inserção no mercado de trabalho possuem um determinante fundamental, a educação, que condiciona não somente a empregabilidade, entendida como a maior probabilidade de obter um emprego, mas também a possibilidade de ter acesso a postos de trabalho melhor remunerados.

Ou seja, a pouca escolaridade limita, muitas vezes, a inserção dos jovens pobres a postos de trabalho de baixa remuneração e com condições precárias ou os deixam restritos à inserção no mercado informal. Além disso, os autores apontam que “o desemprego entre os jovens é significativamente alto quando comparado com o resto da população economicamente ativa, e está

aumentando, sobretudo entre aqueles com baixa escolaridade” (Schwartzman & Cossio, 2007, p. 51), situação associada aos jovens com níveis socioeconômicos mais baixos. Assim, os jovens brasileiros de baixa renda se encontram em uma situação complicada já que estão imersos a um sistema de educação pública de má qualidade e um mercado de trabalho precário e de difícil entrada. Para enfrentar tal situação, os autores propõem que as políticas “devem lidar com o problema da qualidade da escola, com as necessidades de renda, e fazer isto tomando sempre em consideração as importantes diferenças que existem para os diferentes grupos de idade”.

O fato de ser menor de idade também é apontado pela interlocutora como um aspecto dificultador na busca pelo primeiro emprego, realidade de grande parte dos integrantes do grupo focal 2, bem como de outros/as jovens que participam do projeto “Aula de dança”, cuja idade média é dezessete anos. Por fim, no trecho “*ou quando você, surge um emprego, é um local que não dá pra você ir, às vezes é muito difícil pra você ir até o lugar*” a jovem aponta para a dificuldade de deslocamento para chegar ao local de trabalho, dificuldade esta que pode se tornar um fator impeditivo para que os jovens se mantenham no emprego. Isto pode estar relacionado ao alto custo do transporte público naquela região.

Muitas vezes também jovens pobres precisam interromper os estudos para trabalhar com vistas a ajudar no sustento da casa. Este fator foi inclusive destacado por Júlio como justificativa da interrupção dos estudos no ensino fundamental:

[...] parei de estudar pra arrumar emprego, entendeu? Porque a situação apertou para mim e eu vi que não tava nada favorável, então eu tive que arrumar um emprego “pra mim” correr atrás, entendeu? “Pra mim” voltar a estudar, mas daqui mais pra frente quando eu estiver estabilizado, entendeu? Que eu estiver firme e forte de dinheiro “pra mim” investir nos meus estudos. Então por enquanto eu só tô trabalhando pra conquistar isso, entendeu? (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

O excerto acima enuncia as dificuldades financeiras que fizeram com que o jovem evadisse da escola. Como Júlio mora na casa dos pais com a namorada, que na época não estava trabalhando, a questão financeira se sobressaiu, já que o mesmo tinha que arcar com os gastos do casal. Mas a

expectativa do interlocutor é de voltar a estudar. Júlio também faz referência os desafios enfrentados por jovens pobres que precisam conciliar os estudos com o trabalho:

Aí, às vezes o cara começa a fazer uma faculdade, aí começa a vim as contas. [...]. Tem que pagar o aluguel, tem que pagar a luz, aí você começa a tirar de uma coisa pra por na outra, aí o que acontece? O seu sonho vai sendo interrompido sem você querer cara, entendeu? Aí o que acontece, aí você vai, vai, vai correndo, vai correndo, mas o tempo passa e você não andou quase nada, entendeu? Por causa desse tipo de coisa, mas aí o que acontece? O cara tem que ser forte, velho, tá lutando, tem que ir até chegar no limite, entendeu? Porque se você parar, velho, parar não é a melhor solução velho (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

Em seu relato, o interlocutor aponta para a necessidade de jovens pobres residentes nas comunidades terem que transpor vários obstáculos para conseguir estudar e pagar as contas de casa. Isto, segundo ele, exige que o jovem se esforce “até chegar o limite” o que coloca em cheque as desigualdades vivenciadas entre jovens estudantes pobres e ricos. Neste contexto, o direito à educação de qualidade (pensando este aspecto em seu sentido amplo como tempo para se dedicar somente ao estudo, por exemplo) é negado aos jovens pobres, produzindo um contexto sócio histórico em que determinadas pessoas não tem condições materiais de ocupar uma posição de sujeito de estudante, com base em seus marcadores sociais da juventude e pobreza.

Elder relacionou a educação formal no Brasil como forma de manter jovens pobres em uma condição de subalternidade. Tal fato aponta para a escola como instrumento de controle:

[...] eles já educam a pessoa para ser subordinada. Ele sabe que ele tem que trabalhar pra pagar as continhas dele, viver ali e aceitar que aquilo ali tá bom, sempre mais ou menos. Sempre ele aceita que é aquilo ali mesmo, “ah, tá mais ou menos”, tipo assim, aquele cara que tem aquele pensamento assim, “ah, o fulano tá roubando lá no senado lá, mas ele tá fazendo alguma coisinha”, não pode ter esse pensamento, tá ligado? Não tem que ter esse negócio dessa corrupção, desse sistema que oprime a gente, tá ligado? Já educa a gente pra gente ser oprimido (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

O interlocutor traz à baila o fato do processo educativo funcionar na manutenção da subordinação e opressão da população pobre servindo à lógica hegemônica. Isso sugere uma reivindicação por parte do jovem por uma educação que possibilite a crítica e a transformação real de sua realidade. Este aspecto também foi encontrado por Dayrell (2001; 2002) em seu estudo com

jovens pobres que participavam de grupos de *rap* e *funk* nas periferias de Belo Horizonte. Segundo o autor, de maneira geral, os jovens apontaram para a pouca eficácia da instituição escolar em contribuir para o enfrentamento das situações e problemas vivenciados cotidianamente pelos jovens. Nesse sentido, é possível perceber que, assim como os participantes da pesquisa de Dayrell (2001; 2002), Elder não considera a instituição escolar “como referência de valores no seu processo de construção como sujeitos” (Dayrell 2002, p. 123).

Vê-se, portanto, que os temas educação e trabalho emergem articulados, sendo que ora o primeiro é apresentado como requisito para alcançar o segundo, ora o segundo emerge como fator impeditivo para a continuidade do primeiro. Como mostra Abramovay, Waiselfisz, Andrade & Rua (1999) na medida em que a escolaridade do jovem é incompleta se potencializa o estreitamento de suas oportunidades de trabalho. É justamente essa lógica que Samuel critica. O jovem inicia sua fala apontando para uma abertura no cenário atual que possibilitou ampliação das oportunidades para a entrada de jovens pobres no ensino superior:

Porque a maioria dos pobres, agora pobre pode fazer faculdade e o “caralho a quatro”, todo mundo pode fazer uma faculdade [...] (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Tal abertura pode ser atribuída às políticas públicas da educação superior implementadas a partir do governo Lula que propiciaram a expansão e democratização do acesso ao ensino superior como é o caso, por exemplo, da criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei nº 1.096/2005 e pelo Decreto Presidencial nº 6096/2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (Arruda, 2011). Mas, em seguida o interlocutor relata não achar justo que a ascensão profissional venha somente pela via da escolarização formal:

[...] mas nem sempre, não é todo mundo, não é todo mundo que quer isso, ninguém vê. [...] Muito nego já chegou, assim, “Samuel, você não quer fazer faculdade, não? Não quer ser alguém na vida, não?” Eu já sou mano, já sou, eu sou MC, velho, eu vou crescer com isso, esse é o meu foco, e acabou, acabou, ninguém vai me tirar esse sonho de mim,

é isso que eu vou ser, pronto, acabou, eu vou ser formado na rua, é isso que eu tenho pra falar (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

É possível perceber que Samuel, assim como os outros interlocutores participantes do grupo focal 1, vislumbram progredir profissionalmente pelo *rap*. Nesse sentido, o *rap* se apresenta não apenas como meio para garantir a sobrevivência, mas como um trabalho construtivo capaz de trazer satisfação pessoal. Para justificar sua fala, o interlocutor aborda elementos que fazem referência a vivência cotidiana como fonte do conhecimento capaz de contribuir para sua construção subjetiva, como pode ser verificado no fragmento “*formado na rua*”. Porém, a realidade atual em que os jovens se encontram aponta para a impossibilidade do *rap* se constituir como atividade profissional, pelo menos de imediato, o que exige que além da dedicação à música eles tenham que buscar outros meios para garantir o sustento, o que consideram como uma dificuldade:

A correria do “trampo”, né, fato, o suor correndo no rosto, a lixa escorrendo no teto, ah, isso [...]. Sem contar que é “foda”, mas tem que trabalhar, né, velho, tem que crescer, tem que subir, almejar (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

O trabalho como pintor, apesar de não ser a função que Samuel deseja exercer, já que ele almeja viver da música, emerge como uma necessidade inevitável tendo em vista que ele precisa arcar com as despesas básicas da casa já que ele mora com a namorada e com a cunhada. Júlio, por sua vez, aponta que o sonho da carreira musical como única ocupação profissional se constitui como algo inviável de se materializar:

Não adianta a gente pensar assim “ah, a gente vai viver um dia só de rap” [...]. Porque não adianta, velho, porque se você ficar com esse pensamento, você vai só atrasando o seu cotidiano, entendeu? Então o quê que acontece? Você tem que batalhar pra você conquistar o que você quer, entendeu? Não através do rap, “ah, ‘porra’, velho, vou começar a cantar aqui e vou ficar rico, milionário cantando rap”, não é assim, velho (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

É possível perceber que os interlocutores do grupo focal 1 fazem uma dissociação entre o trabalho atual e a carreira musical, fato este também apontado pelos participantes do estudo realizado por Dayrell (2001). Segundo o autor, os jovens se veem obrigados a exercer uma profissão da qual não gostam por necessidade de sobrevivência, ou seja, o trabalho assume caráter

puramente instrumental. Já a carreira musical é almejada como possibilidade de trabalho que vai além da preocupação com a renda. Ela é vista também como fonte de expressividade e como possibilidade de uma ação criativa. O autor interpreta a postura dos jovens de separar estas duas instâncias como uma recusa à sujeição advinda das condições que a sociedade lhes oferece para sua inserção social.

Segundo os interlocutores, um dos motivos que dificulta sua participação profissional por meio do *rap* é o preconceito que o gênero sofre no cenário musical local. Os jovens ressaltam que essa situação não ocorre com relação a outros gêneros musicais como o sertanejo, por exemplo:

O preconceito de você não ter um lugar pra você cantar (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Você não vê uma parada forte aqui do rap, igual, agora você vai em (cidade vizinha) para você ver, você vai em (outra cidade vizinha) para você ver, só show doido, os caras têm a verba e dá dinheiro pra eles (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

É incentivo. Eu não tenho nada contra cara, mas, vamos supor, o cara sertanejo escreve meia dúzia de frase, entendeu? [...] E consegue isso tudo e eu não, eu fico lendo livro, dicionário, fazendo rap, fazendo poesia, colocando um monte de ideologia pra não chegar lá. Pô, velho! (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

Cara, tipo assim, pô, o Samuel e o Júlio os dois mais antigos de rap que tem por aqui, tipo assim, eles já têm letra já e tal, que é essa (nome da música) que já tá até gravada já, muita gente já conhece já, cara, era pra (nome da boate) e pro (nome da boate) darem uma oportunidade para eles [...] É muito difícil por causa do preconceito (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Ao contrário do que fizeram os interlocutores do estudo de Tommasi (2013, p. 16) no qual “os artistas periféricos viraram produtores de si mesmos: produzem e vendem livros, organizam saraus e outros eventos para difundir suas obras. Também criam empreendimentos que produzem riqueza, material e simbólica, para e na periferia”, nos excertos acima os enunciados que emergem do diálogo dos jovens vislumbram a possibilidade de serem reconhecidos e valorizados pelos “produtores culturais do ‘centro’” e esperam que os mesmos coloquem suas produções no mercado (Tommasi, 2013, p. 16). Isso pode ser verificado no relato de Renan ao questionar o fato de boates da cidade não darem oportunidade para Samuel e Júlio, que são uma dupla com músicas autorais

já gravadas, se apresentarem. Tendo em vista que o objetivo destas casas de shows é obter lucro, não lhes interessa promover as bandas de *rap* locais, já que o público que frequenta as mesmas são, sobretudo, jovens de classe média que não se identificam com esse gênero musical.

Ainda sobre o universo do *rap*, dois interlocutores apontam a falta de recursos financeiros para investir em equipamentos ou produzir suas músicas em um serviço especializado como um aspecto dificultador para a profissionalização dos *MCs*. Este aspecto evidencia que a renda se constitui como um elemento importante na limitação das condições materiais dos jovens de investirem na própria carreira:

“Porra”, velho, a questão aí da música aí é uma das maiores dificuldades que a gente tem aí, é essa questão aí, é igual o cara falou, de equipamento, por exemplo, pros caras terem um som, os caras não terem um som e não poderem lançar aquele som de uma maneira que o público vai, vai entender melhor, vai ter um entendimento melhor, tá ligado? Por causa de um equipamento, não ter um investimento para fazer uma masterização maneira no som, uma parada assim, isso é uma dificuldade que a gente encontra (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

[...] Ensaivavam, pra chegar e não ter como gravar, pagar cinquenta conto pra gravar [...] Muita gente não tem cinquenta conto no bolso pra chegar lá e gravar (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Este aspecto também emergiu como um desafio enfrentado pelos interlocutores do estudo de Dayrell (2001). Segundo o autor havia para os *rappers* “dificuldades financeiras para o acesso aos meios necessários para uma boa produção, como produtores musicais e estúdios” (Dayrell, 2001, p. 59). Essa situação impactava diretamente na qualidade da produção das músicas, o que contribuía para restringir o acesso dos mesmos a festivais e eventos. Isto porque “em Belo Horizonte não havia, como não há até hoje, nenhuma gravadora ou selo que estimulasse a gravação de discos. Gravar um disco era muito dispendioso, e nenhum grupo isolado tinha condições de bancar a produção” (Dayrell, 2001, p. 60). Os interlocutores da presente pesquisa indicaram a mesma questão o que sugere que este seja um problema regional. Neste contexto, a criação de um estúdio independente, designada por eles como “*A Banca*” se apresenta como uma expectativa

futura para enfrentarem esta situação. A falta de um *DJ* para produzir os *beats* representa a maior dificuldade no cenário local. Conforme os interlocutores, um *beat* personalizado pode custar até quatrocentos reais, valor astronômico que não cabe no orçamento dos interlocutores tendo em vista às restrições financeiras em que se encontram:

É que, tipo assim, na maioria das vezes é porque aqui em Minas Gerais a gente tem dificuldade sobre isso, entendeu? Mas, no Rio de Janeiro não, no Rio de Janeiro tem todo mundo unido, todo mundo tem equipamento. Todo mundo tem a produção dele, independente. (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

A alternativa encontrada pelos jovens é baixar na internet o *beat* (base mixada) pronto. Porém, segundo os interlocutores essa é uma estratégia que prejudica a qualidade da produção, já que eles precisam encaixar suas letras nas bases prontas o que nem sempre possibilita o resultado desejado pelo *MC*. Tal situação torna o *beat* personalizado como um sonho para os jovens. Conforme Herschmann (2000, p. 224-225):

o funk e o *hip hop* parece assumir sua condição de ‘invenção’ e potencializam essa ‘tradição inventada’ de uma estética do ‘pegue e misture’. Ao contrário do samba, que se afirmou no imaginário ‘nacional’ como uma manifestação de ‘raiz’, as pessoas, direta ou indiretamente ligadas ao mundo do funk e ao *hip hop*, aceitam a condição híbrida destas expressões culturais, e as reforçam. Eventualmente, no cotidiano desses jovens, fala-se em tradição, mas, ao mesmo tempo, as mudanças e as inovações não são condenadas. Apesar da resistência de alguns setores mais conservadores da crítica, as bricolagens e montagens são fundamentais no processo criativo, não desqualificando esta produção [...].

Portanto, a construção de novas músicas a partir da mistura de bases já existentes faz parte do próprio cenário do *hip hop* e do *funk*. Como frisado pelo autor, ao contrário de serem vistas como práticas desqualificadas, as bricolagens e as montagens se constituem como elementos primordiais no processo criativo destes atores. No *hip hop*, é por meio da base que a letra, ou como designado pelos interlocutores a “*mensagem*”, ganha musicalidade e materialidade enquanto produto estético-cultural que abarca o ritmo e a poesia como sugere o próprio significado da sigla em inglês *RAP – Rhythm and Poetry*. Segundo Herschmann (2000, p. 166) “os *raps* são as bases do baile. Ao lado dos *DJs*, são estas músicas que dão volume ao baile e promovem um estado de

‘transe’ coletivo”, ou seja, juntos, letra e ritmo compõem o resultado do trabalho de criação dos jovens que vai forjá-los como artistas.

Outra questão que emergiu na fala dos interlocutores como dificuldade vivenciada foi a frustração de seus sonhos. Conforme um deles, a própria escolha em ser *MC* vem da não concretização de um sonho anterior: o de ser jogador de futebol. Todos os outros interlocutores que participaram do grupo focal 1 também disseram que o sonho inicial, ainda mesmo na infância, era de ser jogador de futebol, porém nenhum deles conseguiu alcançar tal feito o que, segundo os mesmos, os fizeram se sentir muito frustrados. O *hip hop*, e mais especificamente o *rap*, emergem como uma nova motivação para seguir em frente. Nesse sentido, há uma produção de uma estética de si fortemente ligada ao processo de subjetivação através da música, trazendo sentido para sua existência e lhe retirando da posição de abjeto que os marcadores de pobreza, raça e juventude os designam. Mas, conforme foi relatado acima, o sonho de ser um *MC* profissional se configura como uma possibilidade limitada pelas dificuldades financeiras para investir na carreira.

Eu aposto, tipo assim, que se você chegar em todas as escolas de (nome da cidade), na segunda série, de todo mundo, se você perguntar quem, tipo assim, qual é o seu sonho? De todo mundo, eu duvido que vai ter um que vai levantar e vai falar assim “meu sonho é ser MC”. [...] Porque você descobre isso depois, entendeu? Igual, o Rap mesmo você descobre mais pela frustração de um sonho, né, igual eu acredito que essa maioria aqui, igual eu também, de ser jogador de futebol (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Geralmente também, né, velho, a gente encontra muita barreira pela frente, “ah menino, que vai jogar bola o quê, que não sei o que, vai estudar moleque” (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

“Vai fazer alguma coisa que dá dinheiro” (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

“Vai trabalhar, que não sei o que”, aí você fica naquela também, “pô, velho, será que eu vou correr atrás de bola mesmo? Vou jogar bola, virar jogador?” Aí você fica com esse pensamento, né (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

Você fica com aquela pressão na cabeça, né (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

É. Sempre sob uma pressão, né, velho, entendeu? (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

Até mesmo dos pais dentro de casa, né, velho, “você não pode ficar nisso o dia inteiro, você tem que trabalhar, isso e aquilo, você tem que ser um homem direito, não sei o que tem, vai ficar correndo atrás de bola, bola não enche barriga de ninguém” (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

De acordo com Dayrell (2001) a mídia pode ser tomada como uma das principais responsáveis por disseminar e reforçar o imaginário popular que tomam a música e o futebol como os poucos percursos legítimos para a ascensão dos pobres. Ao mesmo tempo em que ela contribui para criminalizar o *rap* e o *funk*, por exemplo, é responsável pela "glamourização" das produções periféricas. Neste contexto, os jovens pobres veem nessas modalidades modos de tentarem se fazer visíveis positivamente perante a sociedade, de serem valorizados e de acenderem financeiramente. Porém, como foi relatado pelos interlocutores o sonho de ser jogador de futebol emerge interpelado com cobranças da sociedade e dos familiares. Na medida em que essa possibilidade só se efetiva para poucos, os jovens se veem sobre a pressão de terem que abandonar o sonho para cumprir as funções requeridas pela sociedade, especialmente "ser um homem direito" através do estudo e do trabalho formal. Assim como a frustração trazida pela não realização do sonho de ser jogador de futebol, o sonho de ser *MC* profissional emerge como uma possibilidade imprevisível de se concretizar:

Eu acho que a maior dificuldade é a resposta, tipo assim, todo dia a gente se questiona, né, velho, "será que essa 'porra' vai dar certo"? [...] Ai você fica pensando, "e se não der certo?" Então, eu acho que isso é o mais difícil no dia-a-dia porque parece que o amanhã tá mais longe do que hoje, entendeu? [...] Ai se manter ali pra poder firmar mesmo no rap é uma dificuldade, é difícil mesmo. [...] E essa é a resposta que "nóis procura" todo dia, tipo assim, o quê é que eu vou fazer? O quê é que eu vou ser? Porque vinte anos é a idade que você tá batendo, querendo ser alguma coisa [...] pra nos trinta você já ter isso, porque o trinta, pra mim, é a idade que você começa a vida porque você já tem seu carro, sua moto, sua mulher e seus filhos (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

A tentativa de alcançar tal status por meio do *rap* se apresenta como incerta para Renan como pode ser verificado pelos fragmentos "será que essa 'porra' vai dar certo"? e "porque parece que o amanhã tá mais longe do que hoje". Tal situação gera angústia e impacta diretamente na subjetividade do jovem como sugere o fato dele "procurar todos os dias resposta" sobre o que ele vai fazer e vai ser. Sua fala ao apontar que "vinte anos é a idade que você tá batendo, querendo ser alguma coisa" e que a vida começa aos trinta anos "porque você já tem seu carro, sua moto,

sua mulher e seus filhos” explicita seu desejo pela realização de uma “passagem” em busca da estabilidade que seria supostamente encontrada no mundo adulto, o que reproduz a concepção da juventude como uma fase de transição e preparação para a vida adulta. Ao enunciar os motivos que justificam seu desejo, Renan reproduz o ideal de vida a ser alcançado baseado na lógica capitalista que se fundamenta na acumulação de bens materiais e na constituição da tradicional família nuclear burguesa (pai, mãe e filhos). A fala do jovem pode ser interpretada como uma maneira de se integrar à norma vigente na tentativa de ser reconhecido socialmente.

Conforme Coimbra e Nascimento (2005, s/p), desde o início do século XX, no Brasil, baseado nos princípios capitalistas, “diversos dispositivos sociais vêm produzindo subjetividades onde o ‘emprego fixo’ e uma ‘família organizada’ tornam-se padrões de reconhecimento, aceitação, legitimação social e direito à vida”. Ao se distanciar desses parâmetros normalizadores, o indivíduo passa a integrar ao grupo dos indivíduos perigosos, “daqueles que são olhados com desconfiança e, no mínimo, evitados, afastados, enclausurados e mesmo exterminados”.

É importante salientar que, em função da política vigente de Estado Mínimo (Coimbra & Nascimento, 2005), além da falta da efetivação de políticas públicas básicas nas esferas do emprego, educação e saúde, os jovens se deparam também com a falta de acesso aos bens e aparatos de lazer e cultura. A inclusão “precária, instável e marginal” (Martins, 1997, p. 20) dos jovens pobres os colocam expostos a situações de vulnerabilidades diversas. O Estado, inclusive, foi apontado pelos/pelas interlocutores/as como o principal responsável pelos problemas vivenciados. Isto indica um olhar crítico já que os mesmos colocam em debate a dimensão macroestrutural, seja através da responsabilização do “governo”, do “sistema” ou “dos políticos” na produção e manutenção das desigualdades em que estão imersos:

Pesquisadora: Quem vocês responsabilizariam por essas dificuldades que vocês vivem?

Muitas vezes o Governo (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

O Sistema (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Os políticos (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

Promete e nunca cumpre (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Para Eliana, os direitos dos jovens pobres ficam somente na esfera da promessa o que aponta para a negligência do Estado em promover ações voltadas para as demandas juvenis. Conforme Dayrell (2002, p. 123) os problemas vivenciados pelos jovens estão associados ao “encolhimento do Estado na esfera pública, que não oferece soluções por meios de políticas que contemplem a juventude, gerando privatização e despolitização das condições de vida”. A juventude pobre, em especial, é vista como “sobra” (Novaes & Vannuchi, 2007) e mesmo que formalmente seja reconhecida como sujeito de direito, na prática, o que se vê são medidas de cunho punitivo ou normatizador das condutas juvenis, a fim de controlá-los e inseri-los na ordem vigente (Sposito & Carrano, 2003).

Além do Estado, os jovens enunciaram também a religião e o dinheiro como responsáveis pelas dificuldades vivenciadas. Ambos são apresentados como dispositivos de controle, como pode ser observado nos excertos a seguir:

Eu já acho que é a religião e o dinheiro (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Ah, muitas vezes (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Muitas vezes também (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

É, isso aí é essencial, porque o mundo não vive sem dinheiro, né, velho, querendo ou não você tem que ter dinheiro para fazer tudo, tudo, por causa de um papelzinho bobo, já reparou isso? Um papelzinho, velho, um simples papelzinho, nego fala que é inteligente, “o caralho a quatro” por causa de um papel, se vende ali, se vende aqui, tá ligado? O cara se mata ali, se mata aqui, por causa de um simples papelzinho assim pequenininho, coisa mínima (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

[...] Pra mim é questão de, tipo assim, a religião porque sempre tem os caras que querem dar um passo mais à frente, fechando o corpo, essas paradas e tal, fazer um bagulho já pra poder já atingir o sucesso máximo. [...] Agora, o dinheiro, porque, tipo assim, pô, às vezes o, igual, às vezes eu posso ser melhor que o Samuel no rap, ah, eu sou melhor e tal e o cara que tem condição de chegar lá e gravar o CD e tal e virar famoso e eu ficar o resto da vida aqui (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Samuel aponta a centralidade que o dinheiro assume na sociedade atual já que “*tem que ter dinheiro para fazer tudo*”. Além disso, o dinheiro é apresentado como um instrumento de manipulação capaz de fazer com que as pessoas se “*vendam*” e se “*matem*” o que indica um questionamento da lógica capitalista. Nesse sentido, o dinheiro emerge em sua fala como dispositivo produzido pelo sistema neoliberal que condiciona a vida das pessoas e possibilita suas existências.

No relato de Renan, a religião e o dinheiro são enunciados como formas de abreviar o caminho para o sucesso, o que sugere que aqueles que não se submetem aos rituais religiosos e que não possuem condições financeiras enfrentam maiores dificuldades para efetivar a carreira e alcançarem o sucesso profissional, neste caso em especial através da música. A crítica com relação a desigualdade de oportunidades para investir na carreira demonstra o desejo de ascensão de Renan pela via do *rap*, no qual a fama emerge como uma expectativa em contraposição a situação de invisibilidade em que se encontra. Já sua fala sobre a religião pode estar relacionada ao fato dos interlocutores avaliarem negativamente esta dimensão, pois segundo os mesmos a religião tem funcionado como um mecanismo de controle, “*alienação*” e manipulação da população.

Por fim, Pablo traz a questão da responsabilidade individual pela situação em que a pessoa se encontra. Tal enunciado aponta para a privatização dos problemas sociais:

E, tipo assim, às vezes também é uma preguiça da pessoa de não querer correr atrás, isso também influencia muito (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Inclusive, essa é a questão mais valorizada em uma sociedade capitalista e neoliberal, na qual os resultados e as condições de vida são traduzidos como mérito ou como culpa do indivíduo por não ser capaz de gerir sua vida. Essa perspectiva é defendida especialmente pela classe rica para justificar seus privilégios por meio do discurso da meritocracia. Mas, diante de tudo que os/interlocutores/as trouxeram em seus relatos, fica evidente as inúmeras desvantagens nas quais

eles/elas estão imersos, o que demonstra que a superação dos problemas vivenciados escapa do esforço individual já que envolvem questões estruturais, sociais, econômicas, políticas, históricas e culturais.

Diante de tantos problemas vivenciados pelos/pelas jovens cabe a seguinte reflexão: Como estes/estas jovens fazem para sobreviver a uma realidade tão desigual e hostil? A fim de compreender estratégias individuais e coletivas adotadas pelos/pelas interlocutores/as perguntou-se o que eles e elas fazem para enfrentar tais dificuldades e quem consideram que poderia ajudá-los/las. Neste contexto, a família emergiu como principal apoio para a maioria dos/das interlocutores/as do grupo focal 2, especialmente com relação ao suprimento das necessidades básicas. A centralidade ocupada pela família também foi exposta pelos jovens pobres participantes do estudo realizado por Dayrell (2001; 2002). Segundo o autor, para os jovens:

as relações que estabelecem, a qualidade das trocas, os conflitos e os arranjos existentes para garantir a sobrevivência são dimensões que marcam a vida de cada um, constituindo-se um filtro por meio do qual traduzem o mundo social, significando um espaço de experiências estruturantes. Nesse sentido, a família ainda é uma das poucas instituições do mundo adulto com a qual esses jovens podem contar (Dayrell, 2002, p. 124).

De acordo com Scheinvar (2006, p. 50) foi a partir da modernidade que a família passou a ser tomada como principal referencial de localização do indivíduo. Tal produção discursiva ganhou visibilidade, especialmente no que tange aos cuidados com as crianças e os jovens, já que a família foi convocada a assumir legalmente a responsabilidade “por qualquer movimento tido como fora dos padrões de normalidade instituídos”, baseados nos modos de vida burguês.

Conforme Telles (1992) a centralidade que a família ganha para as classes populares deve ser situada na intersecção entre trabalho, a cultura e a esfera dos (não) direitos, no qual as condições de exclusão se desdobram na privatização das experiências. Para compreender como esse processo foi forjado, devem ser consideradas três dimensões: “das condições materiais de vida, dos lugares legítimos de pertencimento na sociedade e das formas de subjetivação e construção de identidades”

(Telles, 1992, p. 57). Neste cenário, os problemas sociais que afetam materialmente a vida das famílias pobres tais como: o desemprego, o acesso precário a postos de trabalho e a renda são traduzidos “sob o signo de um destino pessoal construído na dimensão privada da vida social”. Tal perspectiva impede com que situações de exclusão, desigualdade e subordinação sejam nomeadas como injustiças e, portanto, como situações de opressão que podem ser politizadas (Telles, 1992, p. 57).

Assim, as vulnerabilidades em que as mesmas se encontram imersas são traduzidas como a não capacidade de seus membros na gestão de suas vidas. No contexto familiar sob o parâmetro de vida burguês são designados lugares diferentes a homens, mulheres, crianças e jovens, no qual a configuração legítima pauta-se no modelo hegemônico e naturalizado da família conjugal nuclear. Neste, cabe ao homem o lugar de provedor e autoridade, a mulher o âmbito do privado e aos filhos o lugar de tutelados no qual vigora a moratória. A família pobre, por muitas vezes não reproduzir esse padrão, tem suas vivências desqualificadas, patologizadas sob o rótulo de desestruturada (Telles, 1993; Fonseca, 2005; Scheinvar, 2006).

Neste sentido, no início do século XX estas famílias passaram a ser alvos de políticas públicas de cunho higienista visando esquadrihá-las, controlá-las a fim de expurgar-lhes os maus hábitos em nome da pureza. Para tanto, não cessa a criação de dispositivos com vistas a corrigir e eliminar as situações irregulares. Atualmente, a intervenção dos dispositivos disciplinares e normalizadores voltados para as famílias pobres justifica-se sob a concepção da prevenção pautada em saberes-poderes como a medicina, a psicologia e o direito como garantidora da ordem social.

Pode-se citar como exemplos os equipamentos sociais criados para este fim: a escola, o juizado, o conselho tutelar, os serviços socioassistenciais, entre outros. Pensado a partir de um contexto neoliberal, os programas sociais são direcionados para os setores da sociedade denominados “carentes”, “tendo como agente de intervenção a comunidade e, nela, como

dispositivo a família” (Scheinvar, 2006, p. 51). Portanto, “a centralidade da família pode ser vista como registro de uma sociedade na qual a chamada questão social foi equacionada nas formas de uma pobreza colonizada, despolitizada e privatizada nas suas formas de manifestação” (Telles, 1992, p. 89). Em tempos de “encolhimento do Estado na esfera pública” (Dayrell, 2001, p. 9) vê-se a culpabilização e responsabilização da família pobre por sua própria condição de vulnerabilidade, e que, portanto, cabe a ela “a resolução de problemas cuja superação não está a seu alcance, por razões que escapam a seu controle e que dizem respeito aos limites estruturais de sua condição de pertinência à classe oprimida” (Sarti, 1999, p. 105). Neste contexto, a pobreza deve ser compreendida “como um fenômeno histórico e estruturador da sociedade brasileira” (Silva & Mayorga, 2016, p. 299). Por isso, torna-se imprescindível questionar tais discursos a fim de que, ao problematizá-los, as estruturas de poder possam ser desnaturalizadas e politizadas.

Apesar de saberem que podem contar com os familiares, especialmente os/as interlocutores do grupo focal 2 apontam que a dependência financeira, traduzida em “*pedir dinheiro aos pais*”, constitui-se como uma situação que causa constrangimento. Isto, especialmente entre aqueles/aquelas que já alcançaram a maioria como pode ser constatado na análise dos excertos a seguir:

Pesquisadora: Eu queria saber como que vocês fazem para poder enfrentar essas dificuldades que vocês sofrem no dia-a-dia de vocês?

Ah.. eu, infelizmente os meus pais que ainda me ajudam [...]. Porque fora isso. [...]E mesmo assim tá muito difícil. É até vergonhoso chegar eu, já com vinte e cinco anos, pedir alguma coisa pra eles já. [...]. Mas, eles entendem que tá difícil. [...]Ainda bem que eles apoiam e sabem como é que é. Então eles não reclamam muito. Ah, mesmo assim é difícil chegar nos pais, “ah, nossa”. (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

Você não pode pedir, você não pode, tipo assim “ah, eu quero isso”. Você não pode. [...] Não tá no alcance dos nossos pais, entendeu? A gente não pode chegar pra mãe e pedir= (Paula, 17 anos – Grupo focal 2)

=Chegar e pedir uma moto. Sabe que não vai ter como (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

É, não tá no alcance das nossas mães, sabe? Mas, lógico que os nossos pais não vai virar as costas pra nós que somos filhos, entendeu? [...] Por mais que tenha idade e tudo, lógico

que eles não vão virar as costas pra nós, eles vão dá o que tiver no alcance deles (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Na fala dos jovens, a necessidade de pedir dinheiro aos familiares aponta para duas questões. A primeira diz respeito à exclusão do mercado de trabalho, fazendo com que necessitem do suporte financeiro dos pais, como explicitado por Rafael. Ao dizer que os pais “*não reclamam muito*” demonstra a compreensão dos mesmos pela situação em que o filho se encontra, porém, não sem certa pressão, o que pode estar relacionado ao fato de Rafael já ter alcançado a maioridade. Ao dizer que sente vergonha de pedir dinheiro aos pais, o jovem reconhece que tal situação não é o que se espera socialmente de um jovem de sua idade. A vergonha aqui atua como um dispositivo de materialização da sua dependência frente ao ideal do jovem burguês bem-sucedido, em que produz uma juventude que, após a maioridade, deveria necessariamente caminhar por si, negligenciando as contingências sociais de sua produção.

A segunda se refere à consciência por parte dos/das jovens da pouca condição financeira de seus familiares. Neste cenário, apesar dos/as interlocutores/as estarem atravessados/as pela lógica do consumo, não é qualquer coisa que pode e deve ser pedida aos pais, pois como foi apontado por Paula “*você não pode pedir, você não pode, tipo assim “ah, eu quero isso”. Você não pode. [...] Não tá no alcance dos nossos pais, entendeu?*”. Esta questão também emergiu no estudo de Abramovay *et al.* (1999, p. 83) realizado com jovens de periferias de Brasília. Conforme os autores, “em geral, os informantes contam com o apoio da família para suprir as necessidades básicas, a comida, a dormida, e algum dinheiro são por ela garantido”. Porém, nem sempre o que é concedido pelas famílias atende as necessidades e os desejos de consumo dos jovens. Dessa forma, assim como para os participantes da pesquisa de Abramovay *et al.* (1999), os/as interlocutores/as demonstram preocupação com o dinheiro, este visto como um elemento relevante no cotidiano dos jovens:

E tudo, tudo, tudo que tá tendo agora, tudo que acontece gira em volta do dinheiro. Tudo. Se você não tiver dinheiro você não consegue fazer nada (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

A partir do exposto, é possível perceber os efeitos perversos do sistema capitalista. Nele, vigora o apelo ao consumo, porém só parte da população é capaz de usufruir de tal possibilidade, o que não é o caso dos/das interlocutores/as da pesquisa que se encontram excluídos desse processo. Jurandir Freire Costa (2004) realiza uma reflexão pertinente a respeito do consumo como equivalente ao poder de comprar. Conforme o autor “comprar não é uma ação regida por necessidades biológicas, mas um ato com implicações sociais. Diante de atos desse tipo somos todos diferentes e desiguais. Adquirir mercadorias por meio de compra já define ‘quem é quem’ no universo social” (Costa, 2004, p. 77). Portanto, para alcançar os bens de consumo “é preciso meios” (Abramovay *et al.*, 1999, p. 83). Nesse sentido, visando conseguir renda para comprar objetos de uso pessoal, Eliana, Lia e Paula relataram levar e buscar crianças da escola para suas vizinhas:

Pesquisadora: Eu queria saber como que vocês fazem para poder enfrentar essas dificuldades que vocês sofrem no dia-a-dia de vocês?

Tipo assim, eu levo uma menina na escola. Eu levo e busco. Não é um.. muito dinheiro, mas é o que dá para eu comprar minhas coisinhas, vou dar exemplo: um shampoo, um absorvente, entendeu? Dá pra isso. É o que eu faço. Eu fico em casa o dia inteiro, eu estudo, estudo de manhã e fico em casa a tarde. Então, o tempo que eu tô em casa então peguei isso para eu fazer, entendeu? (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Igual eu também, eu vigio uma menina, só que agora não tô vigiando não, mas depois eu vou voltar a vigiar. Busco ela na escola, fico com ela até a hora da mãe dela chegar, mas o dinheiro que a gente ganha já vale a pena, já dá pra gente comprar alguma coisa. Às vezes você quer comprar um sutiã, aí você sabe que a sua mãe não tem condição pra te dá, você vai fazer o que? Se você tem um dinheirinho, o meu dinheirinho eu vou poder comprar. Já não é muito, mas ajuda, né, bastante. (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Pode-se considerar um recorte de gênero na atividade realizada pelas jovens, tendo em vista que as mulheres são educadas desde crianças para cuidarem e serem mães. Neste contexto, levar e buscar crianças na escola e cuidar delas enquanto a mãe não chega se apresenta para as jovens

como uma atividade fácil de ser executada. Eliana, por exemplo, relatou, em conversa informal, que pelo fato dela ter um filho, na época com aproximadamente um ano, facilitava cuidar do filho pequeno de sua vizinha, já que uma criança fazia companhia para a outra. Através dessa função, as jovens conseguem adquirir certa autonomia financeira para minimamente satisfazer o desejo de consumo, como explicitadas nos trechos a seguir: *“não é um.. muito dinheiro, mas é o que dá para eu comprar minhas coisinhas, vou dar exemplo: um shampoo, um absorvente”* e *“às vezes você quer comprar um sutiã , aí você sabe que a sua mãe não tem condição pra te dá, você vai fazer o que? Se você tem um dinheirinho, o meu dinheirinho eu vou poder comprar”*.

Os interlocutores do grupo focal 1, por sua vez, apontaram como forma de enfrentamento o otimismo, a força de vontade e a parceria. Isto sugere a precariedade das políticas públicas em agir sobre as demandas reais da juventude (Sposito & Carrano, 2003) deixando os jovens à deriva da própria sorte para agirem frente aos desafios cotidianos:

Pesquisadora: Como que vocês fazem para poder enfrentar essas coisas que vocês estão falando aí?

Mete a cara, veste a camisa e vão bora (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

É meter a cara, entendeu? Vai escrevendo o “trampo”, vai mentalizando, entendeu? [...] Passa uma ideia pro “parceiro”, pega uma ideia, entendeu? A verdade é essa, entendeu? (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

Se você pensar positivo, tudo vai sair bem, se você pensar negativo você vai entrar na merda. [...] Olha, o segredo é você acordar com o espírito de vencedor, velho. Você já acorda de manhã, igual, eu acordo todo dia de manhã pra trabalhar, velho, eu vou vencer, velho, vou trabalhar até o final do dia, vou conseguir, é esse o segredo, velho (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Nos excertos acima, os jovens evidenciam, especialmente a dimensão individual como forma de enfrentar as dificuldades vivenciadas, o que aponta para o fato de não possuírem suportes materiais efetivos para modificar a situação em que se encontram imersos. Assim, só podem contar consigo mesmo e com seus *“parceiros”* que estão passando pela situação. Nesse sentido, os

interlocutores enunciaram em suas falas que cabe a eles mesmos colocarem em cheque as dificuldades vivenciadas através da mobilização coletiva:

Pesquisadora: E quem vocês consideram que poderia ajudar a mudar essa situação?

Nós mesmos, cara. A união (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

A união faz a força, velho (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Nóis já é o rap pra não precisar deles mesmo, nós já somos contra o sistema pra eles sentir que nós é nós (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Nós estamos em peso aí na parada (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

No relato dos jovens, a dimensão da solidariedade emerge como balizadora de suas ações. Neste contexto, a organização coletiva é forjada pelo pertencimento dos interlocutores ao mesmo território simbólico de serem jovens pobres, negros e moradores de bairros periféricos. O compartilhamento dessas identidades forja sua luta política para o enfrentamento dos problemas cotidianos e questionamento da ordem vigente. Nessa direção, Carlos (2007) afirma que:

a partir de laços de solidariedade tendo na base o reconhecimento do “outro”, constituem uma identidade forjada e criada no plano da vida num determinado lugar da cidade – onde também se revela o sentido do “pertencer a um lugar e a um determinado grupo”. São pequenas lutas para manter algo no espaço urbano que se perdeu e cujo mote reivindicatória tende a ser em torno de um objetivo específico, mas que só podem ocorrer mediante algum laço de solidariedade e identidade (Carlos, 2007, p. 44).

Neste cenário, “os jovens do movimento *hip-hop* garantem a formação de um sentimento de comunidade entre os sujeitos envolvidos, caracterizado por laços sociais de pertencimento” (Costa & Menezes, 2009, p. 199). No território de ação dos interlocutores da pesquisa, duas iniciativas coletivas têm contribuído para o enfrentamento às dificuldades vivenciadas pelos jovens que apontam para a dimensão política. A primeira se refere a criação de um Coletivo pelo organizador do projeto Batalha de *Rap* e um jovem colaborador cujo objetivo principal é produzir as músicas autorais dos jovens que participam ativamente do projeto. A segunda se trata da mobilização de um jovem que resolveu juntar os componentes de sua banda para gravar músicas em conjunto com os outros *MCs* através da utilização de poucos recursos como violão e *beat box*:

Por isso que a gente tem esse projeto que a gente falou (nome da banda) e os aliados. Por quê? Porque envolve o beat box que é uma raiz do rap, sacou? E envolve e já traz o reggae também no violão, vai trazendo tudo pra cá pra mostrar que dá pra fazer diferente[...]Mas, tem recurso do que? Doze contos do [cordoamento], vinte e quatro conto do [cordoamento] ali já coloca no violão, o beat box você faz com a boca mesmo, tá ligado? Já soma tudo ali e já cria um beat diferente, sacou? É o que a gente fez com a nossa música que tá saindo no (nome do Coletivo) ali. Entendeu? A ideia é diferente (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Portanto, é possível perceber que a organização coletiva dos jovens tem sido uma importante estratégia de enfrentamento neste contexto. Improvisar com o que se tem é uma forma dos interlocutores materializarem suas expectativas com relação ao sonho da carreira musical. Estas duas iniciativas se constituem como possibilidades mais horizontais de ação no qual os jovens podem trabalhar de forma conjunta. A organização através de coletivos também foi encontrada por Donato *et al.* (2012) em seu estudo sobre jovens *hip hops* também em Minas Gerais. Os objetivos do coletivo pesquisado pelos autores se assemelham aos objetivos das duas iniciativas citadas acima. Conforme os autores:

desde 2005, este coletivo organiza ações como mostras culturais e festas, criação de uma grife de roupas, seminários, lançamentos de CDs e mixtapes etc. Estas ações objetivam responder às demandas do coletivo e configuram-se, em alguns momentos, como estratégias de visibilidade e de vocalização da cultura *hip hop* em um contexto social produtor de lugares de ausência e de invisibilidade para determinadas manifestações culturais e seus atores (Donato *et al.*, 2012, p. 207).

A exemplo destas atividades, as ações coletivas desenvolvidas pelos interlocutores da presente pesquisa por meio do coletivo e da iniciativa de Pablo de se juntar a outros jovens para produzir suas músicas de forma alternativa, apontam para possibilidades de espaços de trocas e encontros (Magnani, 2013) que fogem do modelo hierarquizado das ações realizadas pela ONG e tem potencializada a visibilidade e possibilidades de expressão dos jovens no contexto em questão pela via do campo artístico. Nesse sentido, percebe-se que, frente à posição abjeta que a classe social os coloca, os jovens encontram a coletividade de suas ações na produção/trabalho com a música como forma de resistência frente às contingências de produção da juventude pobre, encontrando meios de superar as adversidades apontadas.

Já os jovens do grupo focal 2 pontuam que o Poder Público poderia auxiliá-los. Porém, a emergência desta instância não acontece pela via da reivindicação de direitos por parte dos/das jovens. Nas falas dos/das participantes o Estado é enunciado como colaborador financeiro da ONG:

Pesquisadora: Quem vocês acham que poderia ajudar para mudar essa situação?

Em primeiro lugar, se a gente tivesse ajuda lá dos políticos já era uma grande (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

É. Porque se ajudar com um pouquinho de renda, isso aqui também não estaria assim (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Nossa, é (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

É verdade (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Rafael, ao enunciar que os políticos poderiam “ajudá-los”, aponta para ação do poder público a partir da concepção assistencialista. De acordo com Lopes (1999), na lógica assistencialista não vigora, efetivamente, a incorporação da cidadania enquanto elemento balizador das práticas sociais e das políticas públicas. Neste contexto, os recursos públicos voltados para a proteção social são encarados como um “favor”, uma “esmola” concedida pelo Estado e não como direito do cidadão.

As práticas assistencialistas são historicamente as principais formas de intervenção direcionada aos jovens pobres (Galindo, Lemos, Souza & Rodrigues, 2014) e suas famílias, já que são tomados como “incapazes de suprir por si mesmos as necessidades mínimas próprias e de seus familiares” (Lopes, 1999, p. 46). Nelas, vigora a lógica clientelista no qual crianças e adolescentes pobres são tomados como público-alvo em função da situação de precariedade em que se encontram. Como beneficiários de projetos e serviços desenvolvidos pelo Estado ou pela sociedade civil “são objeto de tutela, de controle e de investimentos com finalidades publicitárias e eleitoreiras. Os efeitos assistenciais e éticos são a tutela, a subordinação e o controle social sobre os pobres, cidadãos ‘menorizados’ e infantilizados” (Benelli & Costa-Rosa, 2012, p. 631).

No relato de Eliana, o Estado é requerido como “parceiro” da instituição, o que não coloca em cheque as condições estruturais e as dificuldades vivenciadas como o desemprego, por exemplo. Assim, os direitos sociais enquanto uma responsabilidade do Estado, que deveriam ser assegurados através da efetivação de políticas públicas, não são colocados para debate. Ao contrário disso, o que emerge na fala da jovem é a atuação do Poder Público como suporte financeiro para subsidiar os trabalhos desenvolvidos pela ONG. Esse jogo discursivo faz ver e faz falar de uma manutenção da lógica assistencialista e da não responsabilização do Estado para com seus cidadãos. Emerge, então, a ação caritativa através das ações da ONG, produzindo os jovens enquanto sujeitos tutelados por um Estado que os coloniza: ao mesmo tempo em que se preocupa com a sua disciplina e controle, despolitiza a/o jovem e lhe retira seu *status* de cidadã/o de direitos. Essa perspectiva também foi evidenciada pelo professor Hugo. Isto aponta que os/as jovens estão, de certa forma, reproduzindo o discurso da instituição:

O Estado é.. ele deveria, pegar um seguimento, não só um projeto igual a gente tá falando aqui, mas não só daqui, os projetos que tem seguimento, vamos colocar lá a nossa metodologia, só que a gente não tem muita coisa escrita assim no papel, mas, se tem um trabalho consistente e que tem comprovação, o governo podia pegar e abraçar esse projeto. Não só o, não só o governo estadual, mas também o municipal, podia abraçar esse projeto e dar mais um suporte (Hugo, 28 anos – presidente e professor, entrevista individual).

Pesquisadora: Como que você pensa esse auxílio do Estado?

Depois das aulas, você viu como que eles ficaram todos alegriinhos, depois? Então, um lanche depois das aulas, pra gente comprar uma roupa adequada pra poder fazer uma apresentação. Principalmente pra gente fazer uma aula de dança, é.. mais acesso, igualzinho às redes sociais, a gente pode fazer uma rede social lá, a gente tem o nosso sonho de montar nossa biblioteca lá, a gente tem alguns livros lá dentro já, só que a gente não consegue porque a gente não tem dinheiro pra poder montar, pra comprar umas estantes pra gente colocar os livros. É.. lá eu tenho que pagar água, lá eu tenho que pagar luz (Hugo, 28 anos – presidente e professor, entrevista individual).

Os relatos de Eliana e Hugo fazem referência ao discurso neoliberal no qual a sociedade civil e o Estado são corresponsáveis pela gestão das políticas sociais (Coutinho, 2005). Em um projeto político neoliberal, o Estado tem sua responsabilidade diminuída no que concerne a

manutenção do bem-estar da população. Neste contexto, as ONG possuem papel estratégico já que passam a executar as funções antes desempenhadas pelo Estado, “confirmando sua inserção no projeto neoliberal”. Assim, a atuação assistencialista das ONG contribui “para o enfraquecimento dos movimentos populares de resistência política” (Borelli, 2008, p. 12). Conforme a autora, a natureza “de ‘atividade voluntária privada’ que caracteriza as ONG depõe contra o sentido de ‘coisa pública’, à medida que tira do Estado a responsabilidade política de cuidar dos indivíduos, enquanto cidadãos, atribuindo ao setor privado o papel de solucionador” dos problemas sociais (Borelli, 2008, p. 16)

Neste cenário, a exemplo do que pontuaram Silva e Mayorga (2016) a respeito dos programas de profissionalização direcionados aos jovens pobres na cidade de Belo Horizonte, no qual a juventude pobre emerge como um problema social a ser administrado pelo Estado e por ONG, a concepção de participação colaborativa entre Estado e ONG enunciada pelos/pelas interlocutores/as aponta para a integração e adaptação dos jovens beneficiários à ordem vigente. Porém, é válido ressaltar que três colaboradores demonstraram uma perspectiva crítica a respeito dessa temática ao considerar que através de sua atuação na ONG estão substituindo o papel do Estado:

Pesquisadora: Você acha que com a atuação na ONG, você está substituindo o papel do Estado?

Acho. Porque o que a gente faz é dever dele fazer, né, proporcionar lazer, cultura, né, informação, é.. isso é papel dele, não é papel nosso, né. A gente faz o papel pra eles, gratuito, né, um papel devia ser exclusivamente deles. Não precisaria, se o.. se o.. se os nossos.. se os nossos governantes é.. tivessem uma mentalidade de.. de.. de Associações e de ONG, que, que voltam, sempre foram voltadas pro social mesmo, pra sociedade, aí não existiria ONG. Se eles tivessem a mentalidade de quem organiza ONG, de quem cria ONG que quer o bem comum pra todos, se eles tivessem a mentalidade de um bem comum a gente não precisava de ONG porque eles iam fazer esse papel sem necessidade e.. e.. com vantagem, com dinheiro, né, eles têm toda estrutura pra fazer tudo, né (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

Sim, sim. A gente ocupa um lugar que é, que nossos impostos poderiam estar atuando. Eles poderiam fazer é.. é.. é.. quadra poliesportiva, essas coisas, oficina de dança, oficina de.. de arte, de.. de música, no nosso bairro, mas a gente acaba ocupando esse espaço que é direcionado a ele, entendeu? Eu acho que sim. A gente acaba fazendo um trabalho

voluntário que no caso seria.. deveria ser responsabilidade do.. do governo (Miguel, 25 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

A gente assume uma responsabilidade que praticamente, praticamente não, a gente assume uma responsabilidade que é deles (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

Apesar dos relatos acima indicarem a consciência dos interlocutores de que estão ocupando o lugar de atuação do Estado que seria o de efetivar as políticas públicas, na medida em que o trabalho desenvolvido pela associação está alinhado à execução de projetos sociais e não a um movimento reivindicatório, no qual seus efeitos se restringem a uma pequena parcela dos jovens pobres, suas ações levam à fragmentação da comunidade e à despotencialização dos jovens enquanto uma organização coletiva. Neste cenário, ao invés de contribuir para o fomento da participação política, enquanto ação conflitiva, acabam por reproduzir a perspectiva conservadora de estrutura de poder ao propor suas intervenções sob os moldes predominantemente assistencialistas (Borelli, 2008).

4.1.3 Relação centro-periferia: circulação dos/das jovens pela cidade

Os espaços urbanos podem ser apropriados para diversos fins, por diferentes pessoas e grupos. Podem ser utilizados para finalidades formais para os quais eles foram construídos ou podem ser resignificados através de práticas espontâneas e intuitivas (Mendonça, 2007). Neste contexto, três dimensões emergiram nos relatos dos/das interlocutores/as da pesquisa como principais utilizações do centro da cidade: o consumo de bens e serviços, a sociabilidade e as apresentações/divulgações dos trabalhos desenvolvidos. O primeiro aparece enunciado nos excertos a seguir:

Vocês costumam frequentar o centro da cidade? O que costumam fazer lá?

Eu já nem gosto de descer muito não, eu só fico lá mesmo só o indispensável, pra ir no banco, para ir no mercado, essas coisas assim mesmo (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

Ah, eu vou quando eu vou comprar as coisas pro meu filho, comprar as coisas pra mim, resolver as coisas (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Os/as jovens precisam se deslocar de seus bairros para realizar atividades corriqueiras como: pagar contas, comprar e ir ao mercado no centro, já que lá estão concentrados os principais serviços utilizados pela população cotidianamente, tais como: mercados, bancos, lojas em geral, hospitais e outros serviços, o que aponta para a distribuição desigual dos serviços públicos, privados e estabelecimentos comerciais na cidade em questão. A projeção arquitetônica da cidade e sua ocupação pelo comércio configuram um jogo discursivo que remete às partes consideradas relevantes para se ter certos serviços, a saber, as centrais, em detrimento do posterior crescimento dos bairros periféricos. Esse jogo nos faz ver e falar sobre a circulação de pessoas e sobre o acesso desigual a serviços básicos, visto que os jovens dos fragmentos anteriores apontam como motivação principal para sair de “seu território” o acesso a tais serviços.

Além disso, a circulação dos/das jovens pelo centro é permeada por várias tensões, ressaltando um jogo de poder materializado pela circulação de seus corpos. Entre elas, encontra-se a discriminação sofrida em locais públicos. Uma das situações denunciadas pelos/pelas interlocutores/as do grupo focal 2 é evidenciada pelo fato dos vendedores vigiarem e seguirem os/as mesmos/as ao entrarem em estabelecimentos:

Mas, dá pra você perceber quando uma pessoa de classe alta vai comprar e quando uma mais ou menos vai comprar= (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2)

=Eles te tratam totalmente diferente (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Ah, tipo assim, acha que porque a gente tá de chinelo, /a gente entra dentro da loja, acha/ é porque vai só olhar, que a gente não vai comprar, entendeu? (Paula, 17 anos – Grupo focal 2)

/É pobre. Não vai comprar nada, vai roubar/ (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Vai assaltar (risos)= (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

=Vai roubar. Fica seguindo você, te olhando (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Os enunciados das interlocutoras indicam o estigma e o preconceito associado à imagem do/da jovem morador de bairro periférico, o que indica a limitação do uso do espaço público designado pelo marcador de classe social e econômica, conforme os fragmentos acima. De acordo com Erving Goffman (2004), o estigma se constitui como uma marca, um atributo que escapa do parâmetro normativo que vigora em uma determinada estrutura social. O autor salienta que tais marcas são construções sociais e que, por isso, para entender sua emergência, elas devem ser circunscritas historicamente. A associação de um estigma a um indivíduo ou um grupo pode levar a sua subordinação, sujeição e exclusão tendo em vista que:

acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social (Goffman, 2004, p. 8).

Com relação a este aspecto direcionado as/aos jovens pobres, Longo (2012, p. 13) pontuou que existe incrustado no imaginário social o que ela designou como o estigma dos três Ps: pobre, preto, da periferia, que fazem referência à hierarquização baseada nos marcadores de classe, raça e território. Articuladas, essas três marcas “colocam o indivíduo como inferior, portanto, seres humanos de segunda categoria” ou seres abjetos, como designou Butler (2000). Tal aspecto remete novamente ao mito da periculosidade direcionado aos jovens pobres descrito por Coimbra e Nascimento (2003, p. 19) que, baseado em pressupostos racistas e classistas, têm caracterizado esse contingente populacional “como perigoso e mesmo como inumano”, colocando-os como suspeitos em potencial e fazendo com que sejam alvos de diversas situações de discriminação, preconceito e exclusão. Os fragmentos acima remetem à roubo ou à assalto como possibilidade de circulação do/a jovem negro/a da periferia como possível posição de sujeito a se ocupar, corroborando com tal visão e naturalizando a visão de “perigoso” que esse/a jovem carrega.

Nos relatos, as roupas são apontadas pelas interlocutoras como um aspecto utilizado pelos vendedores para diferenciar pobres e ricos. Dessa forma, frequentar o centro “*mal arrumada*”, de “*chinelo*” e de “*shorts*” evidenciaria o local de origem dos/das jovens, tornando-os/as expostos/as a situações de preconceito e discriminação, como pode ser observado pelo fato de ao entrarem nas lojas os vendedores ficarem vigiando se eles/as não vão roubar algum produto. Portanto, os/as jovens não são tratados/as como consumidores/as, mas como suspeitos/as, dentro de um jogo discursivo que os força a ocupar essa posição de sujeito enquanto possibilidade inteligível (e limitada) de leitura de seus corpos.

Além dos marcadores de classe e território serem evidenciados no tratamento diferenciado apresentado pelos vendedores, o marcador de raça/etnia emerge como um agravante para a ocorrência de tal situação. Isso aponta para a existência do racismo incrustado nas práticas sociais:

Mais ainda tem aquela questão, além de você chegar lá, se você chegar mal vestido e chegar já sendo negro e tipo, se você tivesse olhando. Eu acho que assim, não.. não querendo envolver negócio de preconceito, mas quando você entra numa loja mais “chic” sendo preto parece que todos os.. os funcionários quer vim logo em você= (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2)

É, tudo vai atrás, [em quase todas as lojas é assim]= (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

=Não é questão de vim atrás de você pra “pô, essa cliente vai comprar”, não, é medo da gente roubar (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

Bianca explicita que os vendedores de loja “*chic*” tratam as pessoas negras como suspeitas ao frequentarem o estabelecimento, o que evidencia a presença do racismo. Porém, ela não reconhece essa situação como preconceito racial, como pode ser verificado no trecho “*não querendo envolver negócio de preconceito*”. Nesse sentido, a questão emerge na fala da interlocutora como uma situação de inferiorização naturalizada e não como uma situação de opressão. Assim, percebe-se que o olhar interseccional aponta para uma produção de sujeito subalterno na ocupação de espaços públicos, como que, se por ser pobre e negro/a, não há

possibilidade de circulação pelas partes consideradas mais nobres da cidade. Território, classe e raça potencializam essa posição de subalternidade.

Na tentativa de evitar possíveis olhares de reprovação, estranhamento e práticas preconceituosas ou discriminatórias por parte da população da classe média, rica e branca da cidade, os/as jovens disseram ter que se vestir com roupa “*chic*” ao frequentarem os espaços do centro:

Eu, por exemplo, nossa senhora se eu fosse pro centro eu acho que eu.. eu me sentia da roça. Eu me sentia um... ou, eu tô no centro então eu já tenho que ir com uma roupa mais= (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

=Mais “chic” (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2)

Porque se não todo mundo vai reparar, todo mundo vai falar (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

A bermuda que a gente fica em casa não vai no centro porque tem medo dos outros criticar (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

A necessidade de se vestirem de maneira diferente do que costumam estar trajados quando circulam pelas ruas do bairro ou quando estão em casa demonstra quão preconceituosa é a população e o comércio no centro da cidade. No relato de Rafael, sentir-se “*dá roça*” faz referência ao binômio rural-urbano no qual tudo aquilo ligado ao primeiro emerge como inferior pela sociedade. Portanto, ao se aproximar dessa dimensão, o jovem sente que também pode ser tratado como inferior pelas pessoas no centro da cidade (espaço primordialmente habitado por pessoas brancas e ricas).

Diferente dos/das jovens pobres brancos/as (como é o caso de Eliana que se autodeclarou como branca) que podem camuflar sua condição socioeconômica através da roupa “*chic*”, as/os jovens negros/as (que são a maioria dos/das interlocutores que participaram dos dois grupos focais no qual cinco se autodeclararam negros/negras e cinco se autodeclararam pardos) continuam a ser alvo de preconceito e discriminação, ressaltando especificidades da questão racial na circulação dos

espaços urbanos centrais. Isto, na medida em que são a cor de sua pele, sua fisionomia e seus traços que estão em questão, o que demonstra a presença arraigada do racismo na sociedade brasileira.

Fefferman (2013, p.6) aponta que um fator que se torna impeditivo para compreender a realidade social, as situações de desigualdade e opressão dos negros no Brasil é o mito da democracia racial. É por meio dele que o racismo é escamoteado representando “um empecilho para a construção de saberes na luta para a transformação dessa realidade”. A partir desta racionalidade se mantém naturalizada a dominação (simbólica, estética e material) dos brancos sobre os negros, mesmo dentre aqueles pertencentes a um mesmo território ou classe social.

O estigma e o preconceito relacionado à imagem do/da jovem morador de comunidade periférica também foram enunciados pelos interlocutores do grupo focal 1 como uma situação enfrentada cotidianamente. Juntamente com a roupa, outras características como: tatuagem, a cor da pele, por exemplo, são utilizados como parâmetros, pela sociedade, para defini-los como “*mal elemento*”:

[...] igual a gente que gosta de andar assim, com esse estilo de roupa assim, você entra no ônibus já fica todo mundo te olhando, tá ligado? (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

Nossa, parece que você é um ET de Varginha=(Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

=É (risos), esconde a bolsa, guarda celular (risos) (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Eu vim no ônibus agora, velho, eu vim no ônibus agora, a mulher foi sentar do meu lado, ela sentou e colocou a bolsa assim, quando ela olhou eu com essa toca ela já colocou a bolsa pro outro lado e colocou a mão em cima, tá ligado? Isso aí já é um preconceito que já tá, como é que eu posso dizer, já tá incrustado na sociedade já, velho. Às vezes o cara pode ser trabalhador e tal, mas, “olha lá a roupa dele, “olha lá a tatuagem e PAN”, tá ligado? (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

[...] Não, é que nem o cara viu “ah, olha o cara, olha o estilão dele, tocão e tal”, entendeu? “Cheio de ervas, pô, o cara, não, aquele cara ali é ladrão, é assaltante” (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

“Maconheiro desgraçado, olha, olha, o cara é sujeira, mal elemento” (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

A discriminação sofrida pelos jovens em espaços públicos longe do meio social em vivem também foi um aspecto encontrado no estudo de Abramovay *et al.* (1999). Assim como relatado

pelos/pelas interlocutores/as da presente pesquisa, os jovens estudados pelos autores disseram vivenciar a discriminação “pelo ‘jeito’ do pessoal da periferia” (Abramovay *et al.*, 1999, p.43). Conforme os autores, os jovens relataram se sentir observados nos espaços públicos “como se trouxessem a marca da periferia estampada em seus rostos. Que marca? O modo de vestir, de andar, os gestos, a maneira de falar, a cor, a forma de interação com o grupo de amigos” (Abramovay *et al.*, 1999, p.43).

Ao contrário de mudarem o modo como se vestem, os jovens do grupo focal 1 fazem desse aspecto uma de suas bandeiras políticas. A luta contra o preconceito e a discriminação foi relatada por todos os interlocutores desse grupo como a principal causa pela qual lutam. Nesse sentido, vestir-se como se identificam (blusas e calças largas, bonés, toucas, correntes prateadas) bem como a adoção de uma postura peculiar, a utilização de gírias e tatuagens fazem com que a *performance* corporal seja instrumento de luta política e de resistência, de ressignificação de marcadores corporais produzidos discursivamente pelos locais de poder-saber hegemônicos de modo pejorativo, desvalorativo.

Neste contexto, os marcadores de território, classe e raça se articulam na produção de situações de inferiorização e opressão dos/das jovens pobres, moradores/as de periferias e, sobretudo negros e negras. Isto, produz um sentimento de menos valia nestes/as jovens, o que se caracteriza como uma forma de extermínio simbólico dessa população (Foucault, 2005), já que o respeito e o reconhecimento são elementos primordiais na vida social. Portanto, sua não efetivação pode trazer impactos negativos tanto subjetivos quanto sociais para os indivíduos que são vítimas destas situações.

Com relação à dimensão da sociabilidade no centro, esta acontece, principalmente pela apropriação das praças. Os interlocutores do grupo focal 1 relataram que costumam utilizar o espaço para beber, encontrar os amigos e fazer música. Os participantes costumam ir com os pares

do mesmo bairro e vão se juntando pelo caminho a jovens de outros bairros até chegarem em uma das praças localizadas no centro da cidade. Outras vezes, dizem ir sozinhos e encontrar, na praça, os amigos. É possível inferir que, ao menos entre os interlocutores, a praça constitui-se como um espaço democrático já que aglutina jovens advindos de diferentes bairros periféricos ou de “*diferentes quebradas*”. Dessa forma, os mesmos não se submetem às regras de uma única “quebrada” já que:

Cada lugar é um lugar, cada lugar é uma lei, velho (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

É um ponto de vista diferente, porque é outra quebrada (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Nesse sentido, no centro, eles negociam as regras a serem compartilhadas entre si e juntos passam a enfrentar as regras impostas pelos moradores do centro. Há uma aproximação tendo em vista os marcadores de geração, raça e classe na ocupação de um território que se configura como limite para sua circulação. Isto, inclusive faz com que a sociabilidade realizada no local ganhe contornos políticos:

É os mafiosos, ali é a Babilônia, né (Risos) (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

É, essa que é a parada (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Pra anarquizar o centro, né (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

Pra politizar, mano (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

O aspecto político da ocupação dos jovens advém dos inúmeros conflitos enfrentados neste contexto. Dentre eles, encontra-se a relação com os moradores que residem nas imediações das praças. Segundo os interlocutores do grupo focal 1, muitos moradores já demonstraram, em vários momentos, se sentirem incomodados com a presença dos mesmos no local:

A gente vai pra levar nosso som mesmo (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

E os caras ali não faz nada, você faz uma música boa ali e os caras “não quero ouvir essa bosta não”, “Porque rico também trabalha, rico também trabalha”. Trabalha? “Que trabalha ‘ou’, eu trabalho de servente ‘meu cumpadre’, eu carrego é peso o dia inteiro e você vem falar que rico também trabalha? Fica com o ‘cuzinho sentado’ em baixo do ar condicionado ali, bonitinho, ah, para com isso, pô”. Em vez do cara escutar uma boa

música e ficar de boa. Não. Não podia nem implicar com nós, mas os caras passam óleo no banco pra galera não sentar, mano (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Ou se pelo menos eles fossem mais educados e soubessem conversar com a gente. [...]. Eles querem respeito, mas no final não sabem respeitar, tá ligado? (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Como pode ser observado nos excertos acima, um dos objetivos dos jovens é ocupar o centro através, por exemplo, de sua música. Nesse sentido, eles levam violão e ficam tocando na praça, conversando e bebendo. Porém, tal situação é rechaçada pelos moradores que os acusam de perturbação do sossego como relatou Samuel sobre o fato dos moradores reclamarem do barulho. Ao contrapor o argumento dos moradores que dizem que “*ricos também trabalham*” e que por isso precisam de silêncio para descansar, Samuel aciona a categoria de classe para colocar em cheque as desigualdades das condições de trabalho no qual jovens pobres estão imersos. Enquanto o rico “*fica com o ‘cuzinho’ sentado em baixo do ar condicionado*”, o jovem pobre “*carrega peso o dia inteiro*”, ou seja, enquanto os ricos ocupam postos de trabalhos privilegiados e são bem remunerados, aos pobres (aqui o jovem pobre) restam a atuação como mão-de-obra braçal e barata.

Na tentativa de evitar a ida dos jovens ao local, os moradores passam óleo nos bancos das praças. Porém, essa estratégia é infértil, já que eles insistem em ocupá-las e fazem isso porque o espaço é público e deve ser, portanto, de todos os cidadãos. Desse modo, há um conflito quanto ao uso de um espaço público e uma delimitação discursiva de quem ocupa a posição de cidadão de direito e quem ocupa a posição de cidadão de segunda ordem, que tem o uso do espaço restrito. Segundo Pablo, os moradores não se dispõem a conversar com eles para tentarem firmar um acordo, muitas vezes, por não verem os jovens como cidadãos de direito à ocupação daquele espaço. Ao invés disso, lançam mão da polícia para fazer o serviço:

Eles querem tirar nós é no grito, é no esporro, manda “os homens” encher o saco da gente, se precisar até bater, mas na hora de trocar uma ideia dois a dois o cara não quer descer, sacou? Essa é a questão, o cara pede respeito, mas não sabe respeitar, sacou? (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Dessa forma, é possível notar nesta relação um jogo de forças que fazem dos espaços do centro uma arena de disputa simbólica, material e política. Neste contexto, estas intervenções estético-culturais de apropriação das praças por parte dos jovens “tencionam as sensibilidades socialmente construídas, abrindo fissuras nas visibilidades e dizibilidades instituídas” possibilitando “a reinvenção destes espaços, de seus artífices e de muitos outros que, de algum modo, foram afetados por elas” (Zanella, Furtado, Assis, Bueno & Leviatan, 2012, p. 122). No relato de Pablo, o léxico respeito emerge novamente, porém ao contrário do sentido atribuído a ele na relação entre os moradores de suas comunidades, no centro é a sua falta que ganha destaque tanto por parte dos moradores ricos quanto da polícia. Esta, por sua vez, além de emergir como um dispositivo que sempre que solicitada age a favor da “*high society*” é também apresentada como uma instância que os jovens têm que enfrentar rotineiramente em suas idas ao centro:

Igual, por exemplo, se você é um cara, favelado, PÃN, igual eu assim, tatuado, ando na rua, fumo um baseado assim, PÃN [...] aí chega “os homens” e me vê, não, eles não querem nem saber não, mano (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Não tem nem aquele diálogo não, né? (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

Te chamam de vagabundo (risos) (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

“Os homens” não querem nem saber, “encosta, encosta, encosta, vagabundo” (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

“É marginal”, já acham que você tá matando, tá roubando, entendeu? (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

Já levantam sua camisa (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Os jovens trazem novamente o estigma pobre, preto, da periferia (Longo, 2012) materializado nas suas falas. Aqui, essas marcas são usadas como critérios, pelos policiais, para considerá-los como criminosos em potencial em suas abordagens. Em seguida os interlocutores dizem que esta mesma situação não ocorreria caso se tratasse de um jovem de classe média e alta:

Igual, tem muito nego da high society aí que fuma, pergunta se eles já tomaram alguma geral na vida deles? (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

[Eles nunca tomaram uma dura, mano] (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Pergunta se eles já tomaram alguma dura na vida deles, pergunta qualquer um que fuma aí se os caras da high society, os caras da alta, que têm a classe social alta, pergunta eles se eles já tomaram alguma geral (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Eu trabalhei um ano no (nome de um bar/restaurante frequentado por jovens de classe média e alta da cidade) e eu vi, eu posso falar isso no reto, não rola não (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Pergunta se eles já passaram sufoco com a polícia, se já tomaram porrada de polícia igual nós. Nunca, nunca acontece (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Nos excertos acima, os interlocutores denunciam a abordagem policial como um procedimento seletivista baseado na classe social e na raça. Os jovens problematizam o fato do uso da maconha ser visto como uma prática criminosa apenas quando se trata de jovens pobres e negros, o que remete a uma reflexão já destacada em outro momento desta dissertação de que o uso de álcool e outras drogas só é criminalizado ou patologizado quando se trata de determinados grupos sociais, evidenciando que tal fenômeno está diretamente relacionado à produção de hierarquias e relações de poder e opressão (Passos & Souza, 2011; Scisleski *et al.*, 2012).

O uso da maconha emerge como um elemento que junto com outras características (a cor da pele, roupas largas, tatuagem, uso de bonés e tocas, modo de andar, de falar) os tornam alvos prioritários dos agentes da segurança pública. Conforme os interlocutores, se a situação envolvesse uma pessoa rica (jovem ou não), mesmo que esta estivesse fazendo o uso de maconha, não seria abordada pela polícia. Diversos estudos apontam que as abordagens policiais se fundamentam em critérios racistas e classistas na definição do elemento suspeito (Adorno, 1996; Ramos & Musumeci 2004; Coimbra & Nascimento, 2005). Nesse sentido, o marcador de raça/etnia articulado aos marcadores de classe social, território e gênero fazem dos jovens negros, pobres, da periferia do gênero masculino, o principal contingente populacional marcado como suspeitos em potencial (Coimbra & Nascimento, 2005).

No boletim “Elemento suspeito”: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro, Ramos e Musumeci (2004) discutem algumas questões relevantes fruto da pesquisa

intitulada: Abordagem Policial, Estereótipos Raciais e Percepções da Discriminação na Cidade do Rio de Janeiro, realizada pelas autoras no ano de 2003 através do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), com apoio da Fundação Ford. O boletim concentra-se essencialmente nas abordagens policiais, no qual as autoras apontam para a seletividade da ação dos agentes de segurança, o que vai em direção aos relatos dos interlocutores. Nas palavras das mesmas:

em tese, qualquer cidadão ou cidadã que circule pelas ruas, a pé ou em qualquer meio de transporte, pode ser parado(a) e revistado(a) em uma ação policial rotineira ou especial de prevenção da criminalidade. Na prática, porém, só alguns serão escolhidos e sabe-se que essa escolha não é aleatória, mas seletiva, que depende em larga medida de critérios prévios de suspeição, sejam eles aparência física, atitude, local, horário, circunstâncias, ou alguma combinação desses e de outros fatores (Ramos & Musumeci, 2004, p. 1).

No tópico “Juventude e Polícia: profecias autocumpridas” deste mesmo estudo, um oficial da polícia do Rio de Janeiro entrevistado pelas pesquisadoras aponta justamente para este aspecto levantado pelos interlocutores e servirá para ilustrar a perspectiva preconceituosa por parte da polícia. Na fala do oficial, ele enuncia o que, para ele, contribuiria para que os jovens deixassem de ser considerados como elementos de suspeição:

procurem melhorar sua apresentação pessoal e melhorar a dicção. Arrancar o boné da cabeça, pentear o cabelo, vestir uma roupinha melhor e saber falar. Se ele [o jovem] tiver essa boa educação, não vai ser parado. Ele tem que (...) ter menos o biotipo do marginal, ter mais o biotipo de cidadão (Oficial PM entrevistado pela pesquisa de Ramos & Musumeci, 2004, p. 12).

Através da análise do excerto é possível conjecturar que os agentes da segurança pública se embasam em estereótipos e preconceitos que fazem que seus critérios de escolha para a seleção de suspeitos em suas abordagens (re)produzam a lógica encrustada na sociedade brasileira de que se é jovem, pobre e negro é ser perigoso (Coimbra & Nascimento, 2005). Essa lógica é reforçada pela mídia conservadora ao enfatizar o jovem pobre nos programas e em páginas policiais, o que dissemina o medo, sobretudo, na população de classe média e alta (Abramo, 1997; Galindo, Lemos, Souza & Rodrigues, 2014). A partir do conceito de performatividade de Butler, Santos e Silva (2015) indicam justamente este aspecto no qual a associação entre juventude pobre e negra e a

criminalidade se dá pela repetição discursiva pela mídia ou pela ação dos agentes de segurança (Santos & Silva, 2015).

Tal discurso performativo sobre os jovens negros pobres se constitui como uma das faces da discriminação racial no Brasil (Santos & Silva, 2015). Isto, tendo em vista que, por serem considerados como seres inferiores, a violência, a discriminação e seu extermínio sejam toleráveis e até mesmo desejáveis por uma parcela da população, já que a partir desta racionalidade racista são tomados como futuros componentes das “classes perigosas” (Coimbra & Nascimento, 2003).

Conforme Terra (2010), tal processo de associação entre população pobre e negra à criminalidade vem sendo produzida no Brasil desde fins do século XIX, no qual algumas ideias da ciência positivista, do social evolucionismo e do social-darwinismo, articuladas à criminologia, foram incorporadas ao pensamento social forjando modelos explicativos da sociedade e do Estado brasileiro. De acordo com Guimarães (1999) a adoção destas teorias racialistas ditas “científicas” foram utilizadas com vistas a justificar a superioridade da “raça” branca, bem como pregava o aperfeiçoamento da raça no qual ganhou centralidade a noção de embraquecimento “colocando-se abertamente contra os negros e mestiços, a maior parte da população pobre brasileira” (Coimbra & Nascimento, 2003, p. 23). Tal processo foi disseminado pela elite científica como uma ‘missão patriótica’ para a modernização do país. Suas propostas interventivas baseavam-se em ações e medidas higienistas voltadas, especialmente para a população pobre e negra com vistas a promover o ‘saneamento moral’ do país, já que este contingente populacional foi tomado como possuidor de uma ‘degradação moral’. Neste contexto, negros e mestiços foram teorizados por essa intelectualidade racialista como “classes perigosas” (Coimbra & Nascimento, 2003).

Lívia Maria Terra (2010, p. 6), em sua dissertação de mestrado, que teve como objetivo “compreender a formação de uma identidade bandida sobre a imagem do negro e a manifestação da ideia de suspeição” pela Polícia Militar, constatou, ao entrevistar policiais do Estado de São

Paulo, o emprego de algumas concepções pelos profissionais que fazem referência às ideias racistas descritas. Conforme a autora, tais concepções são especialmente pautadas nos pressupostos do médico etnólogo Raimundo Nina Rodrigues. A produção teórica do autor objetivava “à especialização do direito penal e o amparo aos peritos criminais, em geral policiais, conformando-os às características biológicas, histórico-geográficas e climáticas de cada acusado” contribuindo para a institucionalização do racismo no Brasil (Terra, 2010, p. 85).

As análises realizadas por Terra (2010) constataam a negação por parte dos policiais de que existe um recorte racial em suas abordagens, apontando ao invés disso para o preconceito e a discriminação por parte dos agentes pelo viés da classe social. De acordo com a autora, vigora no imaginário policial a perspectiva de que o indivíduo em situação de pobreza possui maior probabilidade de se envolver com a criminalidade. Para seus interlocutores, os pobres seriam invadidos pelo desejo de adquirir certas mercadorias e objetos que não têm possibilidade de consumir devido ao fato de não possuírem o capital financeiro necessário para tal feito. “Em virtude dessa impossibilidade ocasionada por sua condição econômica, o pobre seria acometido de uma vontade indomável que o levaria à criminalidade” (Terra, 2010, p. 115). Nesta racionalidade vigora a perspectiva que naturaliza a relação entre a periculosidade e pobreza (Terra, 2010; Coimbra & Nascimento, 2003) no qual o pobre emerge como uma ameaça à propriedade privada (Terra, 2010).

Dessa forma, as formulações de Nina Rodrigues, bem como de outros teóricos baseados em pressupostos racistas, são deslocadas nos enunciados dos policiais para a condição da classe social. A partir da naturalização e da compreensão da criminalidade como um aspecto inerente a certos segmentos populacionais, os agentes de segurança contribuem para perpetuar a lógica discriminatória em suas práticas cotidianas (Terra, 2010).

Os interlocutores do presente estudo relataram ter uma relação conflituosa com os policiais e denunciaram em suas falas o abuso de poder e a violência policial (simbólica: por meio da

abordagem pautada no estereótipo pobre, negro e da periferia; e física: através da “*porrada*” e do “*esporro*”) o que corrobora com os resultados do estudo de Terra (2010). De maneira geral os jovens avaliaram a relação com a polícia como ruim:

Pesquisadora: *Como que é a relação com os policiais daqui?*

É muito ruim. “Os Policia” é tudo vacilão mesmo (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Uma relação? Não tem. Eles vêm sempre te tirando mesmo (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Ah, é tensa, é ruim. É inseto, é um monte de inseto, essa é a palavra, essa é a palavra[...].(Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Assim como os interlocutores do grupo focal 1 avaliaram a relação com os policiais como negativa, os jovens que participaram da pesquisa de Ramos e Musumeci, (2004) também indicaram a atuação dos policiais e os procedimentos utilizados em suas abordagens como: “discriminatórios, intimidatórios, humilhantes, injustos e duvidosos”. Entre os jovens entrevistados vigora a perspectiva negativa da polícia como instituição não confiável (Ramos & Musumeci, 2004, p. 12).

Isso sugere que a violência (física e simbólica) não seja uma exceção vivenciada por um ou outro jovem pobre. Ao contrário disto, esta tem sido uma regra nas abordagens policiais como mostra vários estudos que abordam a questão sobre juventude e segurança pública (Abramovay *et al.*, 1999; Abramovay *et al.*, 2002; Alves, 2013; Batista, 2010; Coimbra & Nascimento, 2005; Feffermann, 2013; Longo, 2012; Lopes *et al.*, 2008; Waiselfisz, 2015).

Os participantes relataram duas situações vivenciadas no qual a ação policial foi considerada por eles como diferente (leia-se sem violência ou “*esculacho*”) do que costuma ocorrer. Assim, ao contrário da violência e do racismo institucional serem práticas de exceção, elas passam a representar a regra no trato dos agentes com os jovens pobres e negros:

Igual nós foi pra (nome de uma cidade vizinha) tá ligado? Nós foi pra (nome de uma cidade vizinha) e chegando em (nome de uma cidade vizinha), daí nós tava com beck, tá ligado? Os homens enquadraram nós e parou velho, e deu maior sermão e começou a falar, falou um monte de parada, tá ligado? [...] Só que no final, no final, o cara, o cara

chegou “aqui, o que você estão fazendo aqui?”, aí nós falou que cantava rap, tá ligado? Aí o cara já interessou, pô, o polícia foi até gente boa depois que nós falou que canta rap o polícia foi gente boa mano, ele falou “ah é, vocês cantam rap? Vocês cantam rap estilo Racionais ou vocês cantam rap estilo Haikais e essas paradas, assim, nova agora?”, “não, eu canto rap estilo Racionais, da realidade cruel, tá ligado?” (Risos). Aí o cara “é?”, “não, é”, “então, é sinistro mesmo”, (risos), “ah rapaz, só não vou te levar porque eu gostei de vocês, tá ligado? Gostei de vocês. Vou deixar vocês irem embora”, aí ele falou “pode ir embora, vai, toma seu rumo e óh, não esquece de quando você fizer o CD, não esquece de mim não heim, eu deixei você passar batido”, ele falou desse jeito, velho. [...] Isso foi um momento marcante mesmo que eu fiquei, que eu falei “pô, caralho mesmo, o polícia”. [...] O polícia “bolou” comigo, com a minha atitude e eu “bolei” com a atitude dele, velho, tá ligado? Dele fazer isso. Porque geralmente não é assim (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Óh, nós já teve uma dessa aí também, pô, eu e o Pablo, pô. [...] foi eu e o Pablo ensaiar na casa do (nome de um integrante da banda de música no qual o Pablo é vocalista) uma música que a gente tinha feito. Aí, a gente ensaiou lá a tarde inteira e tal, aí a gente foi fumar um depois, né, que é consequência, “acabou o ensaio vamos fumar um”. Aí a gente veio embora passando ali perto do antigo. [...] Do antigo fórum, perto da rádio ali. Aí, o policial foi e parou a gente e PÁ, aquela rotina, né, de praxe. Aí, ele começou a entrevistar o Pablo, velho. De onde vocês tão vindo?”, aí o Pablo “não, a gente tava num ensaio”, aí na hora que ele falou ensaio ele falou “vocês cantam o que?”, “pô, a gente canta rap, a gente canta reggae”, tipo assim, o policial entrevistando ele= (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

=Me entrevistando, né, velho. /Eu ainda ri pra ele, né/ (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1)

/O policial começou a se interessar/ no assunto mesmo= (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

=(Risos) no que a gente fazia=(Pablo, 19 anos – Grupo focal 1)

=O Pablo encostou na parede assim, parecia que era uma conversa de amigos (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

/Aí, o policial tava conversando normal/ (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

/“Você faz o que na sua banda?”/ (Risos) (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Entendeu, velho? É o reconhecimento da parada, né, velho (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

/Igual, o primeiro me tratou super bem/ (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

/E começou a conversar como se fosse amigo mesmo/ (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

E quando o outro policial veio me esculachar perguntando se eu tinha passagem e alterando o tom de voz ele falou “relaxa que ele é tranquilo” [...] (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Mas isso é raramente, tá ligado? (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Claro, isso é raramente, raramente isso acontece mano. [Ele me reconheceu também de uma outra geral que ele tinha me dado antes, tá ligado? “Você que tava num [corsinha branco] em tal dia?” Aí eu fui e disse “era eu mesmo, eu tava no carro” (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Nos relatos acima, emerge a necessidade dos interlocutores confessarem aos policiais o que estavam fazendo e, a partir da avaliação dos agentes, a ação teria sido “diferente”. Neste sentido, acerca da confissão, nos afirma Foucault (1988):

a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação (Foucault, 1988, p. 61).

Nesse contexto, a polícia se constitui como um dispositivo ao mesmo tempo disciplinar e normalizador que age no controle da população (Foucault, 2005). Nos relatos acima, os policiais emergiram como agentes que, por meio do exame baseado em critérios (da aparência, da confissão, da checagem no sistema para verificar se o jovem é “ficha suja”), exercem o poder sobre os jovens liberando-os (como aconteceu nos dois casos relatados pelos interlocutores) ou punindo-os (como ocorre na maioria dos casos envolvendo jovens pobres seja pela advertência, criminalização, violência, encarceramento ou extermínio). A abordagem policial enquanto um ritual meticuloso de poder sobre o corpo do jovem pobre afirma sua sujeição bem como a utilidade do dispositivo policial na manutenção da ordem pública (Foucault, 2005; Foucault, 2015). Portanto, a abordagem policial representa uma forma de controle e governo da população jovem pobre visto que se constitui como um dispositivo de segurança que age no sentido de prevenir a criminalidade. Isto, considerando que os jovens pobres são tomados como desviantes da norma hegemônica pautada no ideal capitalista e, por isso, passam a ser classificados como problema (suspeito em potencial) que deve ser gerido (Foucault, 2014).

Conforme Batista (2010, s/p), “tem sido difícil pensar a juventude pobre fora do paradigma da Segurança Pública na medida em que ela tem sido o alvo preferencial de todas as

governamentalidades”. Neste contexto, conforme a autora, ao contrário de ter ocorrido uma democratização dos dispositivos de controle social na transição do autoritarismo, vivido no período ditatorial, para a democratização, as práticas autoritárias e repressivas têm se expandido nos últimos 20 anos como pode ser observado pelo auto índice de encarceramento e mortes por causas externas de jovens no Brasil (Brasil, 2014; Feffermann, 2013; Waiselfisz, 2015). É o que denunciam os interlocutores ao apontarem que a regra da ação policial vivenciada por eles gira em torno do desrespeito e da violência como pode ser verificado nos fragmentos: *“o polícia “bolou” comigo, com a minha atitude e eu “bolei” com a atitude dele, velho, tá ligado? Dele fazer isso. Porque geralmente não é assim”, “mas isso é raramente, tá ligado?”*. Cabe aqui retomar a discussão de Foucault (2005) acerca do racismo de Estado na qual:

a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. [...]. Portanto, relação não militar, guerreira ou política, mas relação biológica. E, se esse mecanismo pode atuar é porque os inimigos que se trata de suprimir não são os adversários no sentido político do termo; são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população. Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é possível no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (Foucault, 2005, p. 306-307).

É válido ressaltar, como já discutido em outro momento desta dissertação, que o racismo de Estado envolve tanto o extermínio material quanto simbólico de todos aqueles considerados uma ameaça. Nesse contexto, é para fazer viver que se deixa morrer, ou seja, o cerceamento da liberdade, a violência e o extermínio da juventude pobre e negra emerge como forma de eliminar o perigo em defesa da sociedade (Foucault, 2005).

Conforme D'elia Filho (2015), a violência policial não representa um erro procedimental devido ao despreparado de alguns policiais, mas configura-se como uma política de Estado brasileira, inclusive é apoiada por uma parcela da sociedade. Nesse sentido, o autor propõe que a punição não se constitui como uma boa medida para a resolução desta questão, já que a punição

dos agentes de segurança que cometeram algum crime, incluindo o uso abusivo da força não letal e letal no exercício da profissão é seletiva, portanto, somente punir seria uma forma do Estado não se comprometer com sua própria política.

Para Karam (2015), a violência policial, no Brasil, está atrelada à política de Guerra às Drogas que, por sua vez, está pautada na aniquilação do inimigo interno personificado no traficante (pobre, é claro). Assim, enquanto essa estrutura não for problematizada, a segurança pública como política de Estado continuará a vigorar baseada na seletividade, punição, criminalização, encarceramento e extermínio (Batista, 2010).

Além disso, Caldeira (1991) aponta para a necessidade de uma mudança na concepção de parte da população acerca dos direitos humanos. Nas palavras da autora, “enquanto a maior parte dos cidadãos continuar associando direitos humanos e direitos individuais a privilégios, e a fechar os olhos contra as arbitrariedades e violências praticadas contra os que consideram ser ‘outros’, será muito difícil pensar na consolidação de uma sociedade democrática no Brasil” (Caldeira, 1991, p.173).

Voltando ao contexto da pesquisa, como frisou Foucault (1995), o poder é uma relação de forças dinâmicas e está presente em todos os espaços sociais. Em meio a tensões e conflitos vivenciados com os moradores e com a polícia, os interlocutores não permanecem estáticos e alheios às forças hegemônicas. É justamente por estar imersos a estas relações de poder que eles podem resistir na medida em que o poder é um exercício, ação sobre ação (Foucault, 1995). Estar nas praças frequentemente fazendo sua música, passando a sua mensagem para os pares, constitui-se como uma forma de subverter e questionar as lógicas instituídas e legitimadas já que, através da música, os jovens pobres podem expressar o seu descontentamento anunciando o exercício da liberdade (mesmo que provisoriamente). Conforme Tommasi (2013, p. 29), a postura política dos sujeitos periféricos ligados ao *hip hop* emerge “no conteúdo vinculado nas letras, na vontade de se

expressar e falar da própria condição de vida. Para alguns, sobretudo os mais jovens, é também a expressão da vontade de fugir ao destino: nem bandido nem mão de obra barata”.

Assim como os interlocutores do grupo focal 1, os/as participantes do grupo focal 2 também relataram que costumam frequentar o centro através da apropriação das praças como possibilidade de sociabilidade. Lá, eles/elas conversam, paqueram e interagem com os pares. Estes/estas interlocutores/as apontaram outros desafios vivenciados neste cenário, especialmente com relação ao trajeto centro-periferia. Para eles/elas a longa distância de seus bairros até o centro, por exemplo, é considerada uma dificuldade, especialmente pela existência de “*muitos morros*”, agravada quando a condição climática é desfavorável - “*sol quente*”. Por isso, em geral, optam por realizar o trajeto de ônibus. Porém, disseram também ir a pé com os amigos, especialmente quando o clima está fresco, situação evidenciada como agradável, inclusive dando-lhes a impressão de que a distância entre os bairros fica mais curta:

Aí, você vai conversando, aí você nem vai percebendo, sabe?=(Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

=Nem percebendo que você cansa, que é.. que é longe (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Já o trajeto realizado a noite é apresentado como um problema, especialmente para as interlocutoras mulheres. Tal aspecto pode ser verificado a seguir:

Vamos supor, todo mundo mora no (nome do bairro) e só eu no (nome do bairro), então, pelo horário que a gente sai de lá, dez, onze horas é meio complicado pra eu poder subir sozinha, eu acho que eu tenho até medo também de subir. Aí, eu subo de ônibus. Porque, tipo assim, é só eu que moro no (nome do bairro) e se eles for e voltar a pé, mora todo mundo perto, vai tipo que deixando, ah “um mora aqui, um mora aqui, um mora aqui, um mora aqui”. E pra mim é mais complicado, que só eu moro lá. Então, quando eu vou eu desço de ônibus ou vou a pé e quando eu volto eu falo “ôh gente já são onze horas eu tenho que ir embora porque eu moro lá no (nome do bairro) e só eu que moro”, entendeu? (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

Através do relato da jovem é possível constatar que ir embora sozinha e a pé se apresenta como uma situação arriscada para as mulheres. Dessa forma, Bianca precisa utilizar o transporte público para voltar para casa. Como o último ônibus para o seu bairro é às vinte e três horas, sua

permanência no centro tem hora certa para acabar. As jovens que residem em um outro bairro dizem também não se arriscar transitar pelas ruas a pé, seja para ir ao centro ou para voltar para a casa, isto quando estão sozinhas ou em grupo composto só por garotas:

Imagina, quando tá numa hora boa, num papo bom é a hora que a gente tem que ir embora [...] por causa do ônibus. Porque, tipo assim, se você perder o ônibus não tem mais aquele ou você volta a pé [...]. Imagina quando você tá sozinha? [...] Olha só. Tipo assim, quando você tá entre amigos você não precisa preocupar, você fala assim “vamos ir embora a pé” (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Quando tá eu e a Paula nós tem que ficar de olho no relógio [...] porque nós duas não vai vim a pé sozinhas. [...]. Nós vem, assim, onze e meia (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

[Aham, agora vai um homem aí] (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

[...]Vocês nem sabem com o que vocês se preocupam se é ser roubada, estuprada, se os outros vai te bater (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

E agora vai todo mundo, se todo mundo reunir indo daqui, vindo daqui de dentro, “vão passear lá na praça e depois nós vamos voltar”, aí não tem hora porque vai tá todo mundo em grupo e ninguém se preocupa, não fica com medo nem nada= (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

=Agora assim, que nem o Miguel que mora aqui (Lia, 19 anos – Grupo focal 2)

[Quando] a gente tiver assim, ou com o Miguel, o Diego = (Lia, 19 anos – Grupo focal 2)

=Ou o Rafael assim óh=(Paula, 17 anos – Grupo focal 2)

=Ou o Rafael assim, pra passar assim, a gente passa tranquilo, sem medo= (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

=Porque tem um homem= (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

=A gente pode tá.. a gente pode tá com medo, mas não vai tá tanto, vai tá mais segura (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

É possível notar que as interlocutoras lançam mão de duas estratégias para enfrentar a questão do medo de serem vítimas de violência sexual na circulação pela cidade: utilizar o transporte público, assim como também indicou Bianca, ou estar acompanhadas por pelo menos um rapaz. Portanto, as jovens se veem frente a dois tipos de questões que cerceiam sua circulação livre e segura pela cidade: a precariedade das condições materiais (advindas, por exemplo, pela não circulação do transporte público após as vinte e três horas) e as desigualdades de gênero (precisam

estar acompanhadas ao menos de um homem para se sentirem minimamente seguras). Isto vai em direção aos aspectos discutidos por Vianna (2012) em seu estudo sobre a invisibilidade e a exploração da condição da mulher no espaço urbano. Com relação às condições materiais da cidade que contribuem para o medo das mulheres de circularem pela cidade, a autora aponta que:

a falta de iluminação, de transporte público que as deixe perto de casa (para que não precisem, por exemplo, voltar a pé sozinhas à noite em uma rua deserta), a existência de terrenos baldios não murados, ou mesmo de grandes construções muradas fechadas, até a falta de segurança em praças, parques, etc, faz com que as mulheres ao saírem às ruas sintam medo. Como pode admitir-se que uma cidade seja hostil à metade de sua população? Essa é mais uma vez a prova de que as cidades não são pensadas para (e nem por) mulheres (Vianna, 2012, p. 37).

Além disso, a autora frisa que o medo e a violência sofrida pelas mulheres nos espaços públicos (ônibus ou ruas) não é reflexo apenas da falta de estrutura urbana, mas advém, principalmente das desigualdades de gênero produzidas por uma sociedade patriarcal e sexista ligadas a outros tipos de opressões que estruturam e criam a cidade (como o racismo e a homofobia, por exemplo). Portanto, o acesso desigual “é uma questão de poder, de como a cidade é criada por homens e para homens (da classe social dominante) e que se privilegiam com a manutenção dessa estrutura” (Vianna, 2012, p. 49).

Pensando interseccionalmente, gênero, classe social, raça/etnia, território, geração e sexualidade são marcadores que articulados podem expor diferencialmente os indivíduos, aqui em questão as jovens mulheres pobres, a situações de vulnerabilidades diversas na circulação pela cidade. Por exemplo, para uma jovem rica, o risco de ser violentada, à noite, ao transitar pela cidade, pode ser minimizado pelo fato de ter um automóvel. No caso das interlocutoras, ser jovem, em sua maioria negras, moradoras de comunidades periféricas e de baixa renda faz com que estejam expostas à violência ou tenham cerceada sua circulação pela cidade por diversos fatores (por depender do transporte público, por não ter dinheiro para pagar a passagem, por morar longe do centro, etc). Dentro do jogo discursivo apresentado, o corpo feminino ocupa o lugar do corpo

violado, que tem sua circulação restrita em detrimento da subalternidade sócio e historicamente construída acerca da mulher. Duas interlocutoras relataram já terem sido perseguidas por homens quando estavam se deslocando sozinhas, andando pela rua:

Eu já fui perseguida já, mas eu corri (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: O que aconteceu Eliana?

Ah, eu tava andando eu cismeí.. eu cismeí não, né, o homem tava andando atrás de mim, tipo assim, eu apressava o passo, ele apressava. Aí, eu olhava assim ele despistava que não tava atrás de mim, aí eu comecei a correr, aí ele pegou e foi embora [...]. Tipo assim, se a gente tá sendo perseguida, a gente pensa que o cara, em um momento, ele vai vim e te atacar. (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Eu também já fui. [...]. Porque foi assim, eu tava fazendo um curso (risos) sete horas da noite no (nome de um prédio público localizado no centro da cidade), de audiovisual e eu tinha que vim embora sozinha porque o Hugo e eu, eu e o Hugo não tava mais namorando. E pra mim vim embora sozinha? E é cedo, era cedo. [...]. E eu vindo embora pra aula de dança. Aí, na hora que eu saí assim do (nome de um prédio público localizado no centro da cidade) um cara bêbado que tava deitado lá no banquinho veio atrás de mim e eu comecei a apertar o passo, e vai eu apertando o passo [...] e nada e o homem vindo atrás (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: Você tava vindo pra cá a pé?

Não, eu tava indo pro ponto e o homem vindo. A minha sorte que passou o (nome do ônibus) e o (nome do ônibus), eu montei no ônibus e eu achei que o homem tava dentro do ônibus também. Minha filha, na hora que eu vi o meu irmão na entrada do (nome do bairro onde mora) de moto eu falei assim “pode parar o ônibus que eu vou descer aqui porque eu vou subir com o meu irmão”. Porque se eu tivesse no ônibus do (nome do ônibus do bairro vizinho) eu tinha que parar lá embaixo. Até eu chegar na minha casa é muita pernada que eu vou ter que dá (risos). Eu ia ter que correr tanto (risos), mais tanto. Aí eu falei assim “não, eu vou subir o morro com o meu irmão, eu não vou descer sozinha”, porque não tinha ninguém do (nome do bairro que a jovem mora) que morava lá pra cima no local que eu morava. Eu tinha que descer e tinha que subir o morro ué, e não tinha como [...]. Até lá em cima é muita pernada, mas, tipo assim, você vai tá segura porque o meu irmão tava, porque se meu irmão não tivesse eu ia arrumar um jeito de ligar pra minha mãe e mandar minha mãe descer pra me [pegar], pra arrumar um jeito e me pegar (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Portanto, é possível inferir que o medo se apresenta como um elemento constante para as jovens. Tal aspecto também pode ser verificado nos excertos abaixo:

Quando a gente tá andando sozinha de noite, você pode ver, sozinha você fica assim toda hora, óh (olhando para trás) (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

Parece que tem alguém correndo atrás da gente (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

A gente cisma que tem alguém te perseguindo (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Através dos relatos, fica evidente que o fato de ser mulher emerge como limitador na circulação das jovens pelo espaço urbano, o que aponta para a desigualdade de gênero no direito à cidade. Como pôde ser observado no relato de Bianca, o medo das garotas vai além de serem assaltadas ou agredidas, mas também de serem violentadas sexualmente, evidenciado na fala da jovem pelo medo de ser estuprada.

É válido destacar que tal sensação de medo que acompanha as jovens se fundamenta na cultura machista arraigada nas práticas cotidianas. Recentemente, tem ganhado visibilidade a expressão “cultura do estupro” que atravessa a constituição do modo de ser brasileiro. Tal termo teve repercussão, especialmente, nas redes sociais a partir de casos de estupros, a exemplo do estupro coletivo praticado por trinta e três homens contra uma jovem de dezesseis anos ocorrido na cidade do Rio de Janeiro no mês de maio de dois mil e dezesseis.

Conforme a pesquisadora Marlise Almeida (2016, p. 127), em uma entrevista concedida à revista *Ágora*, “‘a cultura do estupro’ informa sobre a banalização social do fenômeno da violência contra as mulheres, especificamente a violência sexual”. Machado (2013), ao pesquisar homens sentenciados e aprisionados por crime de estupro na Prisão da Papuda em Brasília, destacou que os relatos dos entrevistados apontam para tal ato como uma forma de afirmação da masculinidade compreendida a partir da noção de virilidade no qual frente o não da mulher eles se veem desafiados em sua condição de “macho”. A partir dessa racionalidade, a negação da mulher é traduzida como uma sedução “esquiva para se oferecer. Assim, ao mesmo tempo que se diz que a mulher é o objeto passivo da sexualidade, sempre se supõe uma iniciativa indireta e o signo da interdição” no qual as mulheres transitariam entre as posições de esquiva/sedução”. Neste sentido, a violência é escamoteada pela articulação entre estupro e erotismo (Machado, 2013, p. 243).

A insegurança, o medo da violência e do assédio que as mulheres vivenciam ao circularem pela cidade reflete o sistema de dominação masculina no qual o espaço público é tomado como um

local a ser ocupado pelos homens. É tanto que as mulheres se encontram em um risco eminente de serem vítimas de violência sexual e assédios diariamente, o que reafirma que a rua e a cidade não lhes pertencem. Isto se constitui como uma forma de opressão da mulher no espaço urbano como já foi abordado anteriormente, fruto da estruturação da sociedade a partir do sistema patriarcal no qual relega o espaço privado da casa como lugar a ser ocupado pelas mesmas e o espaço público a ser ocupado pelos homens. Neste contexto, o assédio e a violência sexual vivenciados no âmbito público apontam para o fato das mulheres não terem domínio sobre seus próprios corpos já que são violados por homens que se acham no direito de objetificá-los. Ao objetificar a mulher, “retira-se dela, num primeiro momento, a capacidade de agência sobre o processo de violência, a capacidade de mudar essa situação” (Almeida, 2016, p. 127). “Logo, dentro dessa lógica, quando uma mulher se encontra no espaço público, deverá lidar com as ‘regras’ (classistas, machistas e racistas) deste âmbito, mesmo que estas estejam lá para oprimi-las” (Vianna, 2012, p. 37).

A questão da violência contra a mulher vivenciada no espaço público é ainda legitimada quando se observa o discurso que culpabiliza a vítima nos casos como os de estupro. Isto aponta para a naturalização da violência (Vianna, 2012; Almeida, 2016). É possível verificar que nos casos de estupro contra mulheres em espaços públicos a vítima é sempre questionada pelo fato de circular por certos locais sozinha e em determinadas horas ou pela roupa em que estava usando, por exemplo. Esta é uma forma de culpabilizar a vítima pela agressão sofrida que se pauta na lógica de uma sociedade sexista, na qual o corpo da mulher é compreendido como objeto a serviço da sexualidade masculina (Rich, 2012).

Nesta mesma direção, Machado (2013, p. 247) frisa que “tudo ainda se passa como se um escrutínio do que pensa o estuprador e quem é a estuprada ainda sejam dizeres importantes sobre o ato. Importa saber mais quem é a vítima, para se dizer se houve o estupro ou não”, o que evidencia o lugar de subordinação e opressão da mulher. Nesse sentido, a luta das mulheres pelo direito à

cidade tem que ser norteada pelo combate do sexismo. “Não ter essa perspectiva é no fim colaborar com a desigualdade de acesso ao espaço urbano entre homens e mulheres, já que considerá-lo neutro é uma situação de opressão” (Vianna, 2012, p. 38).

Uma outra possibilidade da apropriação dos espaços do centro pelos/pelas interlocutores/as se dá pela realização de apresentações. Os interlocutores do grupo focal 1, por exemplo, fazem das praças o seu palco seja em momentos informais como quando estão bebendo com um grupo de jovens, no qual aproveitam o momento para divulgar seu trabalho, ou pelas apresentações realizadas no projeto “Batalha de *Rap*”:

Pesquisadora: Vocês costumam descer no centro para fazer o que, assim?

É mais do que isso, é trazer um som novo pra poder divulgar, porque é uma forma de divulgação também pra gente. [...]. [Porque geralmente a gente tem dificuldade de divulgar porque não tem dinheiro]. Mas, a galera escuta e diz “pô, eu gostei. Toca de novo?” Por aí você já vai divulgando pra mobilização, sacou? (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Como pode ser verificado no relato de Pablo, por falta de condições financeiras para divulgar suas músicas, os interlocutores do grupo focal 1 lançam mão da estratégia “boca-a-boca”. Mas, a divulgação vai além da preocupação individual de promover sua própria carreira, ela emerge também como possibilidade de mobilização de novos jovens para participarem do movimento como sugere o trecho “*você já vai divulgando pra mobilização*”. Aqui, as ruas e as praças centrais emergem como palcos das práticas e das produções culturais juvenis no qual alia-se a dimensão da sociabilidade com o aspecto político ao possibilitar a construção de uma identidade coletiva em prol das pautas defendidas pelos jovens pertencentes ao movimento *hip hop*, tais como: a violência policial, as desigualdades sociais e discriminações étnico-raciais, por exemplo (Sposito, 1993).

Já no caso dos interlocutores do grupo focal 2, as apresentações costumam acontecer em espaços públicos fechados como teatros e escolas. As ruas do centro só são palco para estes/as jovens quando são realizados eventos públicos como o aniversário da cidade, por exemplo:

Pesquisadora: Alguém mais vai fazer outras coisas lá no centro?

Fora as apresentações que a gente tem no centro (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: E aí vocês costumam se apresentar aonde?

Nos teatros, todo ano a gente apresenta, vai fazer três anos ou mais que a gente se apresenta em (nome de uma cidade vizinha) (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Porém, tais participações não acontecem de forma espontânea, como no caso dos jovens do grupo focal 1 que ocupam as praças para apresentações para além do projeto Batalha de Rap. Normalmente o grupo é convidado formalmente por uma instituição (prefeitura e escola, por exemplo) para participar de eventos. Assim, esta modalidade de apropriação do espaço central por estes/estas jovens é regulada e estrategicamente pensada a fim de forjar sua aparição como positiva perante a sociedade.

4.2 As perspectivas dos colaboradores sobre o protagonismo juvenil

Uma questão que se encontra indefinida no campo das práticas formativas é como agir para promover ações que fomentem a autonomia dos sujeitos (Sobrinho, 2012). Isto, na medida em que a própria prática pedagógica é permeada por relações de poder e tradicionalmente se constitui como uma relação desigual cristalizada entre os atores envolvidos (Tommasi, 2005). Portanto, cabe indagar: como as dimensões do conflito e do consenso atravessam as propostas de ação de um projeto? Como os jovens são capturados pelos discursos instituídos pelo mesmo? Que estratégias de resistência são produzidas por eles que façam emergir o conflito presente na prática educativa? (Sobrinho, 2012). Conforme Sobrinho:

[...] pensar sobre os lugares de poder em que os sujeitos se encontram nessas relações, significa um esforço reflexivo de identificar as tensões entre a reprodução social daquilo que é posto como natural (o modelo de desenvolvimento e o formato das práticas) e as mudanças dessa concepção na própria interação educativa (Sobrinho, 2012, p. 58).

Desta forma, buscou-se analisar neste segundo eixo os discursos dos colaboradores da ONG acerca do protagonismo juvenil. É válido ressaltar que estes indivíduos também são, em sua grande maioria jovens, porém ocupam lugar de poder na ONG. Pensou-se em articular perspectivas de diferentes atores (organizadores, jovens colaboradores e jovens beneficiários) a fim de construir uma rede analítica que pudesse desenhar acordos e tensões na produção do que ganha visibilidade dentro da ONG e se torna objeto de intervenção social e os conflitos imbricados neste contexto. As análises realizadas foram construídas a partir das informações registradas em diário de campo, das entrevistas com os colaboradores e dos grupos focais com os jovens no qual se pretendeu identificar os objetivos das práticas desenvolvidas, bem como a posição de sujeito que as mesmas circunscrevem.

4.2.1 De artistas a empreendedores sociais

Para compreender a lógica pela qual a ONG pesquisada alicerça suas práticas faz-se necessário compreender como os colaboradores se inseriram no campo das ações sociais. Inicialmente, Hugo relatou que começou a participar como aluno de uma aula de *hip hop*, paga, juntamente com outro jovem que atualmente também é colaborador da instituição. Tempos depois os dois jovens optaram por sair da referida atividade devido a desacordos com o professor. Em seguida, montaram o próprio grupo de *hip hop*. Junto com mais um jovem, começaram a ministrar aulas gratuitas para jovens no shopping da cidade, chegando a ter cerca de quarenta alunos. Portanto, de alunos, os dois jovens tornaram-se professores por meio da atuação voluntária. Nisso, juntaram-se com Elias que após uma temporada morando em uma cidade mineira de grande porte, (onde conheceu o *rap*) retornou para a cidade de origem. Em seguida, Vitor que é um jovem *rapper*

juntou-se ao grupo. Em conjunto, planejaram e executaram voluntariamente dois eventos sobre *hip hop* voltados para crianças e adolescentes em duas escolas públicas da cidade. O segundo evento, inclusive, contou com a participação de um grupo de *rap* da cidade de Belo Horizonte. Miguel, por sua vez, de forma independente, organizava aulas de dança para jovens na comunidade periférica na qual morava, porém, na época a mesma não se configurava como um projeto social. Este interlocutor, interessado em diversificar as modalidades de dança ofertadas na atividade que ele coordenava, também de forma voluntária, resolveu convidar um outro jovem para dar aulas de *hip hop* na atividade. Porém, o mesmo recusou a proposta por não aceitar trabalhar de forma voluntária. Foi então que indicaram que Miguel procurasse Hugo. Este já havia trabalhado como voluntário em outros projetos e decidiu aceitar a proposta e começou a dar aulas aos sábados na comunidade. A partir daí, decidiram institucionalizar o projeto através da criação de uma ONG no ano de 2013. Nesse contexto, uma instituição foi importante no processo de aprendizado dos interlocutores no que concerne ao campo social: a CUFA.

A Central Única de Favelas surgiu no ano de 1998 por meio da iniciativa de jovens de várias favelas do Rio de Janeiro, cujo representante mais conhecido é o rapper MV Bill oriundo da comunidade carioca Cidade de Deus. Os objetivos da organização giram em torno da produção cultural, formação e inclusão social por meio do *hip hop*, da produção áudio visual e literária desenvolvidas, especialmente, por meio de projetos sociais. Atualmente, suas ações encontram-se espalhadas por várias cidades brasileiras e suas frentes ideológicas estão voltadas especialmente para a questão do racismo e do preconceito. Neste contexto, busca-se promover a autoestima e a valorização territorial e étnica (Almeida, 2009).

A participação do grupo nesta organização, também foi voluntária, e se direcionava para a apresentação de *hip hop* e palestras em escolas da cidade, voltadas para crianças e adolescentes e organização de batalhas de *rap*. Através desta experiência os interlocutores foram acumulando

um vasto conhecimento no campo da intervenção social, o que contribuiu para a construção de seu saber-fazer como pode ser observado no relato abaixo:

Então, a gente aprendeu muito na.. na.. na época da CUFA a.. a.. a importância de uma associação e levar o seu trabalho, né, nas escolas, porque isso dá uma visibilidade maior, isso dá uma credibilidade maior, né, e as pessoas passam a te respeitar, passam te..te olhar com outros olhos, né, não como a gente pensava que iria ser cantor, dançarino a pessoa não olhava com tanto bons olhos pra gente, mas quando a gente passou a mostrar um trabalho, mostrar que desse trabalho tem um resultado significativo dentro da periferia, então a gente começou a ter é.. as pessoas passou a ter, pra a gente, um olhar diferente. Então, isso foi bacana pra a gente. Como a CUFA de repente ela começou a.. a acabar, foi diminuindo seus trabalhos, eu e Hugo falamos, “ah, vamos continuar esse trabalho então cara, vamos continuar com esse trabalho, vamos montar uma ONG para nós”. Foi aí onde surgiu o (nome da ONG) (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

No excerto acima, é possível perceber que os jovens deslocaram o interesse do investimento pessoal em suas próprias carreiras artísticas, por meio do *hip hop*, para se inserirem no âmbito dos projetos sociais. Essa inserção é apresentada por Elias pela sucessão dos seguintes léxicos (associação – educação – visibilidade – credibilidade – respeito – trabalho voluntário – resultado) aprendidos a partir da experiência da atuação na CUFA. Sendo assim, foi esse discurso vinculado pela CUFA que os impulsionou a se mobilizarem para criar uma instituição voltada para a prática sociocultural. A prática orientada por esse discurso foi enunciada por Elias como um possibilitador/responsável de “*olhar diferente*” por parte da sociedade para o grupo. Neste sentido, os jovens ganham uma nova visibilidade, não mais como problemas e sim como parte da solução, como atores capazes de propor soluções para os problemas sociais o que faz referência ao discurso do protagonismo juvenil (Souza, 2006). O respeito advém do fato dos colaboradores que são jovens atuarem (por meio do trabalho voluntário) em favor da inserção dos demais jovens na ordem vigente. Neste contexto, o principal objetivo apresentado pelos colaboradores para a institucionalização foi a suposta facilitação na captação recursos:

[...] Eu que, tipo assim, trouxe a ONG pra cá, porque antigamente a.. não era uma ONG era só o pessoalzinho que eu trazia pra dançar aqui, até quando eu convidei o Hugo pra começar aqui, aí ele foi legalizou, fez uma ONG e trouxe pra cá pra ficar mais fácil de conseguir as coisas com a.. com o governo ou então com a prefeitura, entendeu? [...] alguma coisa que a gente precisa porque você pedindo como “ah, é.. eu sou lá do (nome

do bairro que se localizada a sede da ONG), eu faço dança, eu queria que você me ajudasse” não é o mesmo papo se você falar assim “eu sou da ONG (nome da ONG) atuo no (nome do bairro que se localizada a sede da ONG) tô precisando que você me ajude em alguma coisa”. É totalmente diferente, entendeu? Porque é assim que funciona no Brasil, quanto mais nome você tem mais você consegue (Miguel, 25 anos– colaborador da aula de dança, Entrevista em dupla).

Esta não é uma peculiaridade da instituição pesquisada. Conforme Malvasi (2008), a busca por financiamento representa uma importante questão para as ONG em todo Brasil, especialmente com a diminuição do investimento destinado a estas instituições por parte de agências internacionais a partir dos anos 1990, as quais eram suas maiores financiadoras (Armani, 2006). Neste contexto, algumas temáticas passaram a ser valorizadas por fontes governamentais e privadas, entre elas ganhou destaque a articulação entre a juventude enunciada como em situação de vulnerabilidade social e a cultura. É neste âmbito, justamente que se insere a instituição pesquisada já que a mesma se volta para o trabalho com jovens pobres através do desenvolvimento de atividades culturais. Porém, apesar de atuarem neste cenário, os colaboradores enfrentam desde o início de sua criação problemas financeiros para gerir seus projetos. É válido ressaltar que todos os envolvidos atuam na instituição de forma voluntária.

Conforme Sobrinho (2012), em meados dos anos de 1990 a 2000, houve uma transformação no que tange à forma de participação e ao engajamento de jovens no contexto das práticas sociais e políticas. Se no período dos anos de 1960 e 1970 a mobilização juvenil voltou-se para reivindicação pela redemocratização e efetivação de direitos, a partir dos anos de 1990 o apelo à participação juvenil se deu através do voluntariado (Tommasi, 2012). É válido ressaltar que esse discurso estava presente tanto em iniciativas de atores empresariais quanto de agentes públicos no qual o voluntariado se apresentava como forma de convocar a sociedade a se mobilizar e como estratégia para estimular o seu protagonismo.

Para a disseminação desse discurso, foi acionado um conjunto de dispositivos: mídia, recursos humanos, materiais e financeiros, que enunciavam o imperativo da ação voluntária,

defendendo que por meio desta deveriam ser criadas soluções para os problemas sociais e urbanos. Isto, através da participação cooperativa entre os indivíduos, em que todos são convocados a fazer sua parte, seja através de ações concretas ou pontuais, seja no contexto escolar, comunitário, na rua, nas empresas ou nas ONG (Sobrinho, 2012).

Com a convocação à ação voluntária juvenil emergiu um novo conceito que passou a operar como balizador de práticas sociais: o protagonismo juvenil (Tommasi, 2010; Souza, 2006; Sobrinho, 2012). O mesmo destituiu a categoria militante (Sobrinho, 2012) “na medida em que a palavra de ordem é não mais criticar e reivindicar, e sim ser propositivos” (Tommasi, 2010, p. 6). Como mostra Souza (2006), o voluntariado contemporâneo emerge como um caminho que visa à mudança social, função antes exercida pela política. É nessa direção que a ação dos colaboradores da ONG pode ser compreendida já que, de futuros artistas, os jovens se transformam em produtores culturais e protagonistas.

As principais características do protagonismo juvenil, enquanto um discurso prescritivo podem ser assim descritas: 1) A noção da participação como sinônimo de atividade, ou seja, interpretada a partir do fazer para ser (aqui, caberia ao indivíduo protagonista agir em benefício próprio e da coletividade); 2) Este discurso super valoriza a noção de juventude politizada no sentido do fazer e não de reivindicar; 3) Transposição da imagem do jovem como problema para o jovem como solução; 4) Inserção do incentivo à participação juvenil como objetivo de práticas/projetos educativos; 5) Jovem como ator principal no cenário social e político no sentido de encenação e não como dimensão conflitiva (Souza, 2006). Segundo Tommasi (2012), acionado no campo do voluntariado, o protagonismo emerge como:

sinônimo de boa cidadania, ou seja, ser protagonista é conduzir-se segundo as normas de solidariedade, compromisso com os outros e envolvimento com as causas sociais e ser um indivíduo ativo e responsável no âmbito da própria comunidade, dentro da qual se compartilham objetivos e um destino comum, independentemente da classe social de origem (Tommasi, 2012, p. 120).

Nas entrevistas realizadas com Hugo e Elias, os mesmos apontaram para essa forma de participação ao designarem a si mesmos como líderes. Hugo, por exemplo, ao fazer referência ao grupo de *hip hop* que fazia parte antes da criação da ONG, diz que quando ele e outro jovem também colaborador da ONG saíram do grupo, ele se desfez, já que eles eram os líderes:

Aí nisso, o grupo esfriou, esfriou, foi e acabou de novo porque querendo ou não a gente sempre assumiu um pouco da liderança (Hugo, 28 anos – presidente e professor, entrevista individual).

Elias, por sua vez relatou ser um líder desde adolescente quando participava do grupo de jovens da igreja. Tal aspecto pode ser verificado nos excertos abaixo:

[...] sempre participei de grupo jovem em igreja, na igreja que eu participava. Então eu sempre participei de movimento de jovens, né, então, é como eu falo, tá no meu sangue, cara, mexer com jovens e adolescentes (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

Pesquisadora: Então desde novo você já está envolvido com essa questão da juventude?

De.. de.. de.. adolescentes e juventude sempre (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

Pesquisadora: E aí, no caso, era igreja qual igreja?

Católica. Eu participei de (nome do movimento de adolescentes da igreja), grupo jovem, lá, né, comecei a ser líder de grupo jovem, a programar reuniões (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

Pesquisadora: Você era adolescente?

Adolescente. Dezesesseis, dezessete anos, entendeu? Na época eu era tímido, eu não falava, só ajudava por fora, eu era um cara que não falava, mas fazia parte da organização (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

A partir dos fragmentos pode-se perceber que a participação dos interlocutores como líderes se dava pelo fazer. Hugo, por exemplo, por pegar a frente do grupo de dança e Elias por fazer parte da organização do grupo de jovens da igreja, como pode ser observado nos trechos “programar reuniões” e “ajudava por fora”. Conforme Souza (2006) “o fazer coisas ou a prestação gratuita de bens e serviços [...] ocupa lugar de cidadania, com ela se confunde e oferece uma alternativa ‘saúdável’ de participação juvenil”.

No fragmento “*tá no meu sangue, cara, mexer com jovens e adolescentes*” Elias aponta para sua liderança e engajamento no campo da juventude como uma capacidade natural. É como se o mesmo tivesse “nascido” com uma predisposição para ser protagonista. A designação do protagonismo como uma capacidade inerente ao jovem é uma das diversas designações assumidas pelo termo no âmbito das práticas sociais (Souza, 2009).

Outros dois interlocutores que se inseriram como colaboradores da ONG, posteriormente apontam para mais uma questão considerada importante no contexto das práticas sociais: a valorização de certas habilidades. Diego, por exemplo, iniciou sua participação na instituição como aluno e rapidamente começou a ministrar aulas de dança, pois se destacou entre os jovens já que tinha um grande domínio sobre o próprio corpo, habilidade primordial para o ensino e a prática da dança. Porém, o mesmo se considera um “*quase professor*” por não possuir ainda um registro profissional de dança:

Olha, eu entrei na ONG como aluno, hoje eu sou quase um professor aqui dentro (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

Pesquisadora: Por que o quase?

É porque assim, pra ser um professor, formar, tem que ter um DRT, né, e isso a gente tá correndo atrás, daqui um tempo se Deus quiser eu vou me tornar professor (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

O relato do jovem sugere que ele ainda se encontra em um processo de formação no qual o registro profissional funciona como um dispositivo legitimador visto que dá autenticidade ao “verdadeiro professor”. Conforme Sobrinho (2012, p. 52), “as capacidades e habilidades desenvolvidas, por meio das formações, somam-se as oportunidades de atuação, que vão se tornando mais frequentes, cujos jovens se inserem em um ciclo interno operativo dos próprios projetos”. Nesse sentido, a participação como “*oficineiro*” na ONG se constitui para Diego como um processo formativo na medida em que, segundo o mesmo, um dos requisitos para conseguir o

registro profissional é comprovar sua atuação no contexto da dança. Mas, é válido ressaltar que a inserção como professor não se constitui como uma atividade remunerada e sim voluntária, o que aponta para uma eficácia discursiva “*formar cidadão*” (leia-se voluntário) disseminada pela instituição já que este jovem é um ex-aluno que se transformou em um “*quase professor*”, como o próprio interlocutor enunciou, voluntário da associação, portanto, passa a ocupar a posição de sujeito de um jovem protagonista no sentido apontado por Souza (2006).

Bruno, por sua vez, participa da ONG como parceiro. Antes de se envolver como colaborador na organização do Projeto Batalha de *Rap*, o jovem já era um frequentador assíduo do mesmo desde sua criação. Suas habilidades digitais e profissionais como design gráfico o fizeram, recentemente, ocupar um lugar de destaque nas atividades de *marketing* do projeto. Na entrevista em dupla realizada com ele e com Vitor, que juntos formam um grupo de *rap*, o jovem fez questão de pontuar que sua participação se difere dos membros da ONG:

A parada da, da, do (nome da ONG) é que eles, tipo assim, o foco deles não é a música, o foco deles é ação social, tá ligado? Por isso que há a divergência que rola, sacou? Não, não, não chega a ser uma divergência, mas é o que difere os interesses. Pelo menos os nossos dos deles, porque eles focam mais no projeto social, a gente foca na música. Eu tô lá quase toda quinta, velho, por quê? Porque eu gosto de ouvir a música ali, eu tenho, eu tenho uma, uma veia produtora, tá ligado? Eu fico chamando os moleques pra gravar, sacou? Fico botando pilha nos caras, “pô, mano, você tá mandando bem, começa a escrever”, então eu vou pela música ali, tá ligado? Não por, por, por tá ali para falar “ah e tal que tá engajado”, “eu sou um cara engajado”, eu não sou um cara engajado, tá ligado? Então a parada, acho que o que difere mais, assim, é a ideologia do pessoal, da (nome da ONG) com a nossa é isso, que o nosso foco mais é a música em si, sacou?(Bruno, 28 anos – colaborador da batalha, entrevista em dupla).

Como é possível perceber, o interlocutor rejeita o título de engajado, expressão que para ele tem uma conotação negativa. Segundo Bruno, a diferença central entre os membros da ONG e ele se refere ao fato de que os primeiros estariam interessados em promover uma ação social e ele estaria interessado na música, não apenas como um produto a ser consumido, mas a ser produzido por ele. Tal enunciado aponta para um outro discurso também muito acionado no campo das ONG: o empreendedorismo juvenil.

Conforme Souza (2006), existe uma aproximação entre os discursos do protagonismo e do empreendedorismo juvenil na medida em que ambos apontam para a lógica empresarial. Segundo Goulart e Santos (2014, p. 134), “o modelo empresarial, nesse contexto, constitui o fundo ontológico do plano social, operando diretamente na maneira como as pessoas se compreendem enquanto indivíduos”. Com relação à juventude como objeto de intervenção de políticas públicas e de projetos sociais (Tommasi, 2010), por exemplo, a racionalidade empresarial é enunciada pelo incentivo ao protagonismo juvenil como possibilidade de forjar “um sujeito que aprende a fazer por si mesmo, tanto na esfera política, quanto na esfera econômica”, ou seja, como aquele capaz de investir/empreender em si a fim de atingir benefícios pessoais e coletivos (Goulart & Santos, 2014, p. 134). Este aspecto pode ser verificado no cenário estudado já que Bruno desenvolve diversos projetos para a difusão do *rap* na cidade em parceria com os membros da ONG:

Tipo, assim, a gente até faz umas paradas junto, pô. A gente faz até arte da camisa lá da, da, da, das camisas lá do (nome da ONG, a gente faz, foi a gente que fez, sacou? É, a gente trabalha junto, não é inimigo, a gente trabalha junto, aquele projeto (nome de projeto da rap), sacou? Também foi o (nome de um parceiro da ONG) que cedeu a câmera pra filmar e o Elias filmou lá e eu editei, entendeu? [...] (Bruno, 28 anos – colaborador da batalha, Entrevista em dupla).

Neste contexto, os membros da ONG e Bruno são ao mesmo tempo empreendedores sociais e protagonistas, já que trabalham em prol de suas carreiras e desenvolvimento pessoal, bem como no desenvolvimento do projeto que abarca a dimensão da coletividade. A participação de Bruno no movimento se dá, especialmente, através de suas habilidades de forma gratuita para a execução do projeto. Além de ser responsável pelo *marketing* do mesmo, Bruno juntamente com Elias (organizador da Batalha), criaram, no final de 2015, um coletivo que visa produzir músicas autorais dos *MCs* que participam do projeto Batalha de *Rap* de forma gratuita por meio de um estúdio independente. Além de produzir e editar videoclipes dos e com os *MCs* que são disponibilizados em um canal do coletivo no *youtube* administrado por ele, no ano de 2016, o coletivo lançou um *mixtape* com cinco músicas, sendo uma de Vitor com Bruno, uma de Elias com

um colaborador da ONG, outra de Júlio com Samuel e outra de um outro *MC* participante do projeto.

O *CD* teve como produtor musical e artístico Bruno e como produtor executivo Elias. Pela divisão de funções, é possível perceber que Bruno ficou responsável pela parte prática da produção (fazer todo o processo de gravação e edição das músicas e cuidar da parte artística que envolveu a produção gráfica da capa do *CD*) e Elias, por sua vez, ficou encarregado da parte administrativa (especialmente angariar recursos), função que envolve o contato com a prefeitura, aspecto que Bruno relata não querer se envolver. O único recurso conseguido foi disponibilizado pela secretaria que faz a gestão da juventude na cidade e foi utilizado para a compra das embalagens (capa caixinha acrílica) e impressão dos encartes. O *CD* foi vendido a cinco reais e os recursos arrecadados foram destinados para a produção de uma segunda *mixtape* que contemplará outros *MCs* que participam do projeto.

Pode-se dizer então que os colaboradores da ONG são efeitos de poder do discurso promovido pela CUFA. Dessa forma, toda a prática desenvolvida pela ONG é permeada pelo *modus operandi* disseminado por essa organização e pelo discurso do protagonismo, ou seja, os jovens aderiram ao discurso do fazer voluntário como forma de atuação no social sendo, portanto, protagonistas (Souza, 2006). Contextualizada a inserção dos colaboradores no âmbito das práticas sociais, os tópicos que seguem neste eixo abordam as práticas por eles desenvolvidas.

4.2.2 Beneficiários das atividades

Como foi abordado no primeiro capítulo desta dissertação, diversas formas de conceituar a juventude foram produzidas, ao longo da história, pela academia. Neste contexto, pode-se dizer que tal categoria “encontra-se em um campo de forças em que distintas concepções sobre ela estão

em disputa” (Silva & Mayorga, 2016, p. 299). Com a instauração destas concepções, instituiu-se regimes de verdade (Foucault, 2015) acerca da condição juvenil forjando sistemas de inteligibilidade pautados em certos parâmetros normativos que passaram a orientar a produção da vida. De acordo com Sposito e Carrano (2003), ao mesmo tempo que as práticas e ações direcionadas à juventude estão permeadas por estas concepções normativas, elas podem provocar novas formulações impactando nas formas de conceber os jovens em uma dada sociedade.

Krauskopf (2005) aponta quatro concepções que tem se destacado no âmbito das políticas públicas na América Latina, servindo como crivo orientador para serviços e projetos: a juventude como fase de preparação; a juventude como fase problemática; o jovem como ator estratégico do desenvolvimento e a juventude como sujeito de direitos. É válido ressaltar que cada uma dessas abordagens está associada a um período histórico específico no qual sua emergência deve ser pensada a partir de certas condições de possibilidades. Porém, muitas vezes, o que se vê na prática é a coexistência delas “entre si e podem ser identificadas pelo tipo de trabalho oferecido e pelo discurso dos profissionais envolvidos que define um lugar (ou não-lugar) para o jovem atendido, afetando a construção da sua identidade social e subjetiva” (Ely, Marquardt & Teixeira, 2012, s/p). Tendo em mente esses pressupostos, foi perguntado aos colaboradores da ONG qual é o público beneficiário de suas ações e se existem critérios para a seleção dos mesmos. A partir dos relatos a cerca destas questões, foi possível identificar as concepções e os discursos sobre a juventude que norteiam as práticas por eles realizadas.

Para designar o público-alvo dos projetos socioculturais “Batalha de *Rap*” e “Aula de Dança”, os colaboradores lançaram mão de diferentes denominações. Tal multiplicidade está associada a diversas concepções embasadas por saberes-poderes de diferentes disciplinas científicas, tais como, a psicologia, a pedagogia, a medicina, entre outras:

O público-alvo são os menores e vulneráveis. [...]Então, é.. nosso público é o.. é o.. é o.. o pessoal carente mesmo (Miguel, 25 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

Mais é, tipo assim, da classe média baixa, né. [...] São jovens pobres. São jovens pobres... é, que moram no morro mesmo. Que não tem condição de pagar uma aula aqui em baixo. [...] Noventa por cento do nosso público atendido são jovens (Hugo, 28 anos – presidente e professor, entrevista individual).

Jovens e adolescentes na faixa de quinze a vinte e cinco, vinte e seis anos ali praticamente que eu sei, né, claro que aparece alguns mais velho, mas a maioria que participa ali é essa faixa de idade (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

A utilização dos léxicos “menor”, “vulneráveis” e “carente” por Miguel faz referência à juventude pobre pela via da carência e da falta. O jovem nesta perspectiva é compreendido como aquilo que não é e como aquilo que não possui, o que se associa ao mesmo tempo à concepção da juventude como período de preparação e como fase problemática (Krauskopf, 2005). A perspectiva da juventude como período de preparação/transição, como já foi apontado em outro momento desta dissertação, se fundamenta no saber psicológico, especialmente de algumas leituras da Psicologia do Desenvolvimento (Erikson, 1976; Aberastury & Knobel, 1989; Aberastury, 1989). Neste contexto, esse processo se inicia com transformações corporais e físicas da puberdade juntamente com modificações intelectuais e emocionais e finalizaria quando ocorresse a inserção do adolescente no mundo adulto. Tal concepção também é adotada pela sociologia clássica, sobretudo pela vertente funcionalista, na qual o jovem deveria cumprir certos requisitos, como independência financeira, por exemplo, para, posteriormente estar apto a se inserir no mundo dos adultos (Freitas, 2005).

Já a concepção da juventude como um período problemático esteve no cerne das práticas de governo (Foucault, 2005; 2009) direcionadas às crianças e aos jovens, especialmente pobres e negras desde o início do século XX. Sob a tônica do problema e do risco, esse contingente populacional foi enunciado ora em situação de perigo ora como indivíduos perigosos (Lopes, Silva & Malfitano, 2006; Tommasi, 2010; Moruzzi, 2015), e que por isso deveriam ser geridos tornando-

se objeto de intervenção (Tommasi, 2010) e uma preocupação central para o Estado exigindo a implementação de políticas a fim de controlá-los, contê-los e puni-los com o auxílio de diversos dispositivos (família, escola, polícia, serviços socioassistenciais) bem como projetos desenvolvidos pelo terceiro setor (desenvolvidos por ONG, igrejas, fundações empresariais).

O que todos os enunciados (vulneráveis, carentes, menores) têm em comum é a associação da infância e da juventude ao discurso de vulnerabilidade social, no qual elas estariam “sujeitas a condições precárias de vida e de sobrevivência” (Moruzzi, 2015, p. 461). Portanto, os marcadores de classe e raça estão no cerne desta concepção.

No relato de Hugo, são acionados os marcadores de classe “*jovens pobres*”, “*que não tem condições de pagar*” e o marcador de território “*que moram no morro*” para designar seus alunos. O enunciado “jovens pobres” ou “dos setores populares” pode ser compreendido, como pontuou Souza (2006), como novos enunciados que emergiram no lugar do léxico “menor”. Isto, a partir da reconfiguração na legislação, especialmente da promulgação do ECA que veio substituir, sob o parâmetro da proteção integral, o Código de Menores, no qual as formulações eram embasadas na concepção de menores em situação irregular (Tommasi, 2004; Lopes, Silva & Malfitano, 2006; Lopes *et al.*, 2008; Longo, 2010). A partir de então, a expressão “menor” foi excluída dos documentos por ser considerada estigmatizante tendo em vista toda a carga histórica que ela remete (Malvasi, 2008).

Neste contexto, crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos. Porém, apesar dessa reconfiguração na legislação, muitas vezes, ainda vigoram nas práticas cotidianas dos projetos sociais e políticas públicas concepções que não condizem com o pressuposto do jovem enquanto cidadão (Sposito & Carrano, 2003), como é o caso da utilização das expressões “*menor*”, “*vulneráveis*” e “*carente*” utilizada por um dos colaboradores da ONG.

Por sua vez, Elias identifica os jovens pela faixa etária em que se encontram “*jovens e adolescentes na faixa de quinze a vinte e cinco, vinte e seis anos*” o que remete à noção da juventude como uma fase do ciclo vital. A identificação da juventude pela faixa etária é muito utilizada nos documentos oficiais de projetos e políticas públicas. Conforme Freitas (2005, p. 6), “é a partir dessa dimensão também que ganha sentido a proposição de um recorte de referências etárias no conjunto da população, para análises demográficas”, que servem de base para as diversas governamentalidades (Foucault, 2015).

Através do exposto, é possível perceber que diferentes abordagens sobre a juventude foram acionadas pelos colaboradores. Este aspecto se torna relevante já que as concepções adotadas irão fundamentar as práticas desenvolvidas além de nortear a postura político-pedagógica dos indivíduos (Sobrinho, 2012). A adoção de termos que associam a juventude com risco, vulnerabilidade e carência também se destacaram nos discursos das instituições que desenvolvem programas de aprendizagem profissional voltados para jovens na cidade de Belo Horizonte, como apontou o estudo realizado por Silva e Mayorga (2016). Sobre este aspecto os autores frisam que:

mais do que a definição de um público atendido, alguns dos termos empregados podem ser entendidos como socialmente construídos em relação a esses jovens. Estas noções, entendidas como uma construção simbólica de significados e sentidos formados em relação a um determinado objeto, vão nortear os trabalhos desenvolvidos pelas instituições, o que acaba por definir determinados lugares sociais para os jovens (Silva & Mayorga, 2016, p. 303-304).

A respeito da adoção de múltiplas perspectivas orientando uma mesma proposta, Sobrinho (2012, p. 56) salienta que “o efeito desta ‘convivência’ de abordagens distintas pode obscurecer os diferentes projetos políticos implicados no projeto já que cada uma delas possui uma visão específica do que é ser jovem”. Neste contexto, ao selecionar determinados parâmetros normativos para designar seu público-alvo, os colaboradores estão se posicionando ética e politicamente frente ao público atendido. Na medida em que os jovens beneficiários são efeitos de poder dos discursos

disseminados pela instituição, tais concepções adotadas forjam posições de sujeitos e lugares sociais a serem ocupados pelos mesmos nas práticas cotidianas.

Apesar do público predominante ser de jovens pobres, não existe nenhum critério utilizado pelos colaboradores para selecionar os beneficiários. No caso da Batalha de *Rap*, que é um evento aberto, basta a pessoa (em sua maioria adolescentes e jovens) chegar no local e se inscrever para batalhar dando o seu nome ao organizador que realizará o sorteio, selecionando oito participantes.

Tal procedimento pode ser verificado nos excertos a seguir:

E é aberto a qualquer um, a gente não faz seleção de nada não, é.. é.. no dia lá dá o nome (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

Pesquisadora: Quem quiser participar?

É, chega no dia me procura, vai lá dá o nome e a gente faz o sorteio, se passar, que só pode participar oito MCs, né, porque dá uma chave certa de fechar, passou disso a gente faz o sorteio na hora lá o que sobrar fica pra semana que vem já garantida a sua participação, mas é ali, a gente não tem nenhum cadastro, nem nada não. É uma coisa natural e livre ali (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

É possível perceber que esta questão aponta para um aspecto democrático do projeto ao possibilitar a participação livre e a seleção dos competidores do dia por meio do sorteio. No caso da aula de dança a não utilização de critérios para a seleção dos beneficiários é justificada pelo professor Hugo como uma forma de estar disponível, de “*braços abertos*”, especialmente para aqueles jovens “*que mais precisam de ajuda*”:

Não tem seleção, não tem seleção, porque se eu for selecionar ele ali, vou dar um exemplo, igual, lá, lá é uma aula de dança, se eu for selecionar pelos que dançam, talvez os que mais precisam de ajuda não dançam tão bem, mas eles queriam tá lá dentro e eu selecionei os que menos precisam de ajuda. Na comunidade mesmo tem isso, porque tem uns que são mais pobres, tem uns que tem a classe mais alta, tipo, tem condições financeiras melhorzinha do que o outro que talvez tá precisando muito. Se eu for selecionar eu vou excluir ele, aí é onde que ele vai cair no buraco mesmo (Hugo, 28 anos – presidente e professor, entrevista individual).

A dança pode ser analisada a exemplo do que apontou Malvasi (2008) sobre a utilização da percussão em um projeto desenvolvido por uma ONG com jovens pobres no qual uma das principais funções da referida atividade cultural é servir como “isca” com vistas a atrair o público-

alvo “vulnerável” da comunidade. Portanto, o relato de Hugo faz referência ao caráter instrumental da dança na medida em que visa contribuir para resolver problemas sociais (Tommasi, 2010, 2014; Souza, 2006; Menezes & Costa, 2012), especialmente prevenir ou “resgatar” os jovens de situações de violência e uso de drogas. Tal aspecto será melhor abordado no próximo tópico.

4.2.3 O que queremos: entre objetivos e metas

Com relação aos objetivos dos projetos, os colaboradores apontaram diversas finalidades que se relacionam a vários discursos por vezes contraditórios. Dentre os principais objetivos pode-se citar: 1) ajudar/resgatar 2) formar cidadãos/líderes 3) ocupar o tempo livre. O objetivo ajudar/resgatar pode ser observado nos excertos abaixo:

Então, o meu objetivo é poder ajudar quem (4.0) todas as pessoas que são atendidas e mais algumas pessoas, porque o que eu tô tentando fazer... tô tentando fazer, não só eu sozinho mas toda nossa equipe, mas que eu basicamente eu tô tentando fazer é fazer uma coisa que eu nunca tive[...] (Hugo, 28 anos – presidente e professor, entrevista individual).

A cultura é uma forma de resgatar a juventude das drogas e de situações de violência vividas pelos jovens [...] (Relato do Elias, 35 anos – organizador da batalha – Trecho do Diário de campo, 16/07/15).

Ajudar/resgatar aponta para a tentativa dos colaboradores de propiciar aos jovens, através das atividades culturais, uma alternativa a realidade periférica concebida como precária e perigosa.

Hugo inclusive considera que o movimento *hip hop* resgatou os próprios integrantes da ONG:

então, é aonde a gente conseguiu nos resgatar a gente mesmo. Igual nossa equipe toda que começou a ONG tudo veio da base do hip hop (Hugo, 28 anos – presidente e professor, entrevista individual).

Assim, “as causas pessoais vão ao encontro de e mesclam-se às causas sociais, na medida em que viram na sua própria mudança a possibilidade concreta de trabalhar em prol da mudança de outros jovens nas mesmas condições” (Castro, 2008, p. 262). O contraponto que eles sugerem se refere, principalmente, ao possível envolvimento dos/das mesmos com a criminalidade e uso de

drogas, caminhos considerados “errados”. Dessa forma, as atividades contribuiriam para modificar o comportamento “desviante” e a trajetória de vida dos/das jovens beneficiários/as.

Isto remete a moral cristã no qual ocorre “a associação do prazer ao mal. O prazer da carne, que frequentemente tem sido associado ao uso de drogas, é objeto histórico de intervenção do poder pastoral e, atualmente, se associa ao poder disciplinar” (Passos & Souza, 2011, p. 158). Para assegurar que os/as jovens participantes dos projetos sigam “o caminho do bem”, “a vigilância moral é uma das estratégias adotadas pela maior parte dos coordenadores dessas iniciativas. Eles tentam exercer o controle (com mais ou menos repressão) sobre determinadas práticas ligadas ao lado ‘errado’ da vida, incentivando o afastamento das ‘más companhias’” (Cecchetto, Corrêa & Farias, 2016, p. 494).

Nesse sentido, ajudar/resgatar emergem no sentido de “fazer o bem” que funciona como uma forma de legitimação pastoral para o exercício de poder (Foucault, 2008c), referenciada no paradigma da caridade cristã descrita por Benelli e Costa-Rosa (2012, p. 604) como ação “baseada na perspectiva da ajuda samaritana ao próximo”. Conforme Foucault (2008c), o pastorado constitui-se como um tipo de poder de cuidado que por meio de instrumentos e métodos visa conduzir a conduta dos indivíduos, constituindo-se, portanto, como uma forma de governamentalidade. Esse poder é sempre traduzido como um bem, pois permite que os indivíduos avancem no caminho da “salvação”, o que aponta para o sentido produtivo do poder. Por apresentar-se como positivo não é identificado como forma de governo.

Neste contexto, cabe ao pastor cuidar de seu rebanho como um todo, ao mesmo tempo em que cuida de cada uma de suas ovelhas individualmente, ou seja, o poder pastoral é ao mesmo tempo individualizante e coletivizante. O pastor zela para que elas não sofram, busca sempre que preciso aquelas que se desgarraram e cuida das que se encontram feridas. Zelar aqui se refere a

vigilância, portanto “o pastor tem de estar de olho em todos e em cada um” (Foucault, 2008c, p.172). Ao dizer sobre o voluntariado Hugo explicita esta perspectiva:

[...] cada cidadão deveria ter um pouquinho de consciência e ajudar o próximo [...] como diz na Bíblia, né, amai ao próximo como a ti mesmo. Se você quer tá bem, você tem que fazer que alguém do seu lado esteja bem. Se você quer ficar feliz você tem que fazer com que alguém se sinta feliz. Então, o voluntariado é uma coisa excelente porque as pessoas que tão fazendo voluntariado são as pessoas que tem coração, que realmente tem coração. Porque ela quer passar pra aquela pessoa, pra poder ajudar ela. Talvez não vai ajudar ela ali na hora, mas chegar no futuro, daqui uns dois ou três anos, ela vai poder ajudar ela lá, ela vai falar assim “poxa, ela me ensinou isso aqui, eu vou poder fazer isso”. Mas foi o que? Você tirou o seu tempo (Hugo, 28 anos – presidente e professor, entrevista individual).

Os colaboradores/educadores sociais da ONG funcionam neste contexto como Vaz (2004, s/p) designou, baseado na analítica de poder de Foucault, novos padres. Conforme o autor:

os novos padres – médicos, psiquiatras, professores, pais, etc – sempre tinham para si a ‘boa consciência’ de exercer o poder baseado na verdade – na forma moderna de verdade, a ciência – e para o bem de todos os desviantes. Fazia-se o que tinha de ser feito para salvar as ovelhas negras: loucos se tornariam sãos, perversos teriam sexualidade saudável, doentes se curariam e delinquentes se tornariam cidadãos (Vaz, 2004, s/p).

Conforme Benelli e Costa-Rosa (2012), as entidades assistenciais de atendimento a crianças e adolescentes pobres foram criadas sob este paradigma e se inserem dentro do que Foucault (2014) denominou como instituições disciplinares, que funcionam fechadas a fim de produzir corpos dóceis e úteis. Porém, como frisou Foucault (2014), no século XVIII ocorreu a ramificação dos mecanismos disciplinares por toda a sociedade no qual “as disciplinas maciças e compactas se decompõem em processos flexíveis de controle, que se pode transferir e adaptar”. As associações de beneficência, por exemplo, “desempenharam esse papel de ‘disciplinamento’ da população” (Foucault, 2014, p. 205).

Neste contexto, muitas associações voltadas para a juventude estão baseadas na moral judaico-cristã no qual “a diretoria [...] costuma ser constituída por pessoas de ‘boa vontade’ que desejam colaborar com a ‘construção de uma sociedade mais humana e fraterna’ e seus membros são movidos pelo sentimento de fraternidade para com os mais pobres e necessitados” (Benelli &

Costa-Rosa, 2012, p. 618). Partindo desta perspectiva, caberia aos colaboradores da ONG atuar no sentido de reabilitar os jovens, por meio da cultura, tirando-os das drogas, da violência e do mundo crime, inserindo-os novamente na norma ou prevenindo, através de seu trabalho, que os/os jovens enveredem por esses caminhos, ou seja, deve-se preparar/formar/treinar/educar os jovens para se tornarem “*cidadãos de bem*” que irão atuar (pela via do voluntariado) para resolver os problemas sociais. Isto evidencia o uso instrumental da cultura agindo no governo dos/das jovens pobres (Tommasi, 2013). Tal aspecto pode ser verificado na fala de um colaborador ao se referir a uma das metas do trabalho desenvolvido pela instituição com os jovens “*carentes*”:

Uns se perdem a gente vai e busca, se perdem de novo a gente vai e busca (risos), entendeu? Mas a meta, a principal meta é formar cidadão de bens, de bem (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, Entrevista em dupla).

O próprio local no qual se localiza a sede da ONG e onde são realizadas as aulas de dança ministradas por Hugo aponta para o aspecto pastoral da prática. Como já foi mencionado em outra ocasião desta dissertação, o local foi construído por um conjunto de padres holandeses juntamente com o projeto de construção de moradias sociais no bairro. Inclusive, o local recebe o nome de um dos padres responsáveis por este projeto. O espaço comunitário foi cedido para a ONG, porém não conta com auxílio financeiro do grupo religioso para o seu financiamento e atualmente não possui nenhuma ligação direta com o mesmo e como já foi mencionado as atividades são realizadas por voluntários, em sua maioria jovens. Isto remete a uma reflexão de Benelli e Costa-Rosa (2012) sobre instituições caritativas:

desse modo, precisam do trabalho voluntário das ‘pessoas de boa vontade’, que queiram ajudar a ‘fazer o bem’ para os mais necessitados, para preencher seus quadros. Essa aparente ‘carência’ se revela típica desse modelo institucional: há uma posição política com ressonâncias na subjetividade – ao carente só cabe o suprimento e a posição de objeto, o supridor arremata a posição de sujeito (p.619).

Além da presença do poder pastoral, encontra-se nas práticas também a utilização de estratégias disciplinares. Pode-se introduzir esta perspectiva através da reflexão de Coimbra (2006) sobre o dispositivo da periculosidade direcionada aos jovens pobres. Em suas palavras:

presente entre nós até os dias de hoje, esse dispositivo vai afirmar que tão importante quanto o que um indivíduo fez, é o que ele poderá vir a fazer. É o controle das virtualidades; importante e eficaz instrumento de desqualificação e menorização que institui certas essências, certas identidades. Afirma-se, então, que dependendo de uma certa natureza (pobre, negro, semi-alfabetizado, morador de periferia, etc etc etc) poder-se-à vir a cometer atos perigosos, poder-se-à entrar para o caminho da criminalidade [...] (Coimbra, 2006, s/p).

Nesse sentido, o poder mostra-se produtivo assim como propôs Foucault (2015), no qual cabe aos beneficiários comportar-se em nome da eficiência e aos colaboradores da instituição cuidar da docilização de todos os indivíduos (Foucault, 2014). Em uma conversa informal registrada em diário de campo, Elias apontou que um dos objetivos dos projetos é formar lideranças juvenis nas comunidades:

Muitas vezes não conseguimos atingir um jovem, mas, quando um outro jovem se aproxima daquele jovem pode ser diferente, vão contaminando outros, e mais outros, e mais outros e assim sucessivamente. A gente percebe aquele jovem que é líder. Buscamos valorizar para que eles possam contribuir (Relato do Elias, 35 anos – organizador da batalha -Trecho do Diário de campo, 16/07/15).

Aqui na batalha você tem a contribuição de jovens líderes?

Sim, o (nome de um colaborador), por exemplo, é um deles. Ele começou ainda moleque comigo. Lá você vai ver outros. Geralmente eles vão, conseguem mesas emprestadas no bar para colocar o computador e a caixa de som, organizam os participantes e na batalha são os juízes e batalham também. Quando acaba, nos ajudam a organizar tudo. Além disso, queremos que tenha jovens líderes para continuar os trabalhos nas comunidades, independentes de nós (Relato de Elias, 35 anos – organizador da batalha – Trecho do Diário de campo, 16/07/15).

É válido ressaltar que este é o único interlocutor que não se encontra na faixa etária que caracteriza a juventude (15 a 29 anos), já que o mesmo tem 35 anos. Nesse sentido, o objetivo de formar lideranças apresenta várias finalidades. Uma delas é formar jovens líderes para agirem como multiplicadores. A atuação dos jovens multiplicadores/líderes inicia-se “recrutando” outros jovens para as atividades. Sobre este aspecto Sobrinho (2012) destaca que:

muitas formações oferecidas pelos projetos sociais aos jovens, utilizando-se de todo o arsenal disponível de disposições anteriormente adquiridas e/ou atualizadas e potencializadas, têm a intenção de tornar os jovens multiplicadores, ou seja, indivíduos que possam multiplicar os temas e ações trabalhados anteriormente junto a outros jovens (Sobrinho, 2012, p. 50).

Nesse sentido, insere-se a segunda finalidade e também uma evolução na participação dos jovens líderes: atuar como colaborador da atividade traduzido pelo fazer coisas como pode ser verificado no trecho: “*conseguem mesas emprestadas no bar para colocar o computador e a caixa de som, organizam os participantes e na batalha são os juízes e batalham também. Quando acaba, nos ajudam a organizar tudo*”. Como finalidade última, apresenta-se a atuação dos jovens líderes como futuro produtores culturais (voluntários) como pode ser observado no trecho “*além disso, queremos que tenha jovens líderes para continuar os trabalhos nas comunidades, independentes de nós*”. Este último aspecto pode ser verificado também na meta a ser alcançada através do trabalho desenvolvido enunciada por Elias:

Poxa! Poxa, acho que é essa cara, entendeu? De ter mais reuniões, é.. reunir assim, mais jovens ali e que dali é.. comece a sair protagonistas mesmo, comece a sair líderes em seus bairros, você tá entendendo É.. referência, entendeu? De.. de.. na sua família, né. [...]. Então eu quero que saia mais jovens dali assim, responsável com seus deveres dentro da sociedade, mas, que saiba cobrar também. Aí não importa do quê que eles vão fazer, qual é a área que eles vão seguir, mas que saiam jovens conscientes, entendeu? Que sabe se impor. [...] (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

No trecho acima, as expressões “jovens protagonistas”, “líderes comunitários” (“*líderes em seus bairros*”) e “jovens conscientes” emergem como sinônimos para enunciar o padrão ideal e prescritivo de um jovem que deveria ser fruto dos projetos desenvolvidos pela ONG. O perfil pode ser assim descrito: o jovem protagonista/líder/consciente é aquele que é “*referência*” para sua “*família*” e para sua “*comunidade*”.

Através do trabalho desenvolvido pela ONG, os colaboradores atuam para formar/educar os jovens para serem “*responsáveis por seus deveres e direitos*”. Ao utilizar primeiro o léxico dever e depois direito sugere pensar que é necessário que o/a jovem cumpra seu papel dentro dos parâmetros normativos “*não importa do quê que eles vão fazer*” (aprender para posteriormente

atuar/fazer) para depois poder cobrar os direitos. Ou seja, para ser considerado um/uma jovem protagonista/líder/consciente o/ jovem deve fazer/atuar não importando qual instrumento vai lançar mão (música, dança, teatro, *skate*), o importante é que faça algo em prol de sua vida e de sua comunidade.

O enunciado de Elias faz referência ao discurso do protagonismo juvenil, especialmente no que se refere a este enquanto um processo de formação de caráter pedagógico sob a ação juvenil objetivando que o jovem se torne um cidadão solidário (Boghossian & Minayo, 2009; Goulart & Santos, 2014). Além disso, vê-se também no enunciado outra característica do discurso do protagonismo: a articulação das dimensões individual e associativa com vistas a resolver problemas sociais (Tommasi, 2010, 2014; Souza, 2006; Menezes & Costa, 2012).

Na medida em que tal proposição aponta para a norma é possível notar que ele é forjado pelo desvio. Se o ideal/norma é ser (jovem que atua para a transformação através do voluntariado) o desvio é aquele que transgride a norma (seus deveres), aquele que não se mobiliza (leia-se não faz/atua como voluntário) algo para modificar sua vida ou seu contexto comunitário, ou seja, o denominado “o jovem problema”. Este discurso vai em direção ao que Souza (2006) apontou como aspecto prescritivo no discurso do protagonismo juvenil no qual a participação do jovem no cenário social e político se dá pelo fazer e pela encenação.

Outro objetivo enunciado pelos colaboradores diz respeito à cidadania. Porém, esta emerge como estratégia de governo e não possibilidade de agenciamento dos/das jovens como pode ser observado no excerto a seguir:

[...] o principal objetivo da ONG hoje é, é tirar o jovem e o adolescente lá de fora, do mundo que ele tá e colocar ele aqui dentro pra formar cidadão (Diego, 26 anos–colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

O relato acima aponta para o sentido de “corrigir para formar” um bom cidadão (Vaz, 2006, p. 48) através da retirada do jovem da rua (já que a rua é onde “mora o perigo” de “corromper o

futuro cidadão”) e sua inserção no espaço institucionalizado da ONG (instituição disciplinar). Lá, por meio do uso instrumental da arte-cultura e de outras práticas pedagógicas seria possível transformá-lo em cidadão.

Neste contexto, o discurso da cidadania emerge articulado ao discurso de ocupação do tempo ocioso do/da jovem. Portanto, as práticas desenvolvidas apontam para “domesticação” do tempo livre (Franch, 2000, p.177). Na medida em que para se tornar um cidadão o jovem precisa passar por um processo formativo (aqui desenvolvido pela ONG) pode-se dizer que ele está submetido ao que Sposito e Carrano (2003) designaram como “cidadania tutelada”, no qual as autoridades (os colaboradores) são responsáveis por normalizar as condutas dos jovens afim de torná-los aptos a atuarem como protagonistas/cidadãos (leia-se futuros voluntários).

Ao discorrer sobre a pedagogia do protagonismo juvenil, Souza (2006) aponta que, assim como a participação, que se constitui como atividade, a cidadania também pode ser aprendida, ou seja, é algo que se pratica, e, portanto, também é passível de aprendizagem o que justifica sua apresentação como um dos objetivos do projeto. A autora indica também que, no discurso do protagonismo juvenil, “atuação e participação são noções que se igualam e se identificam à noção de cidadania, concebida como *fazer* coisas, o que confere à noção de direitos o caráter de atividade e responsabilidade individuais”. Estas concepções ao serem enunciadas como *fazer coisas* tornam-se sinônimo de voluntariado. Isto fabrica, segundo a autora, um “círculo vicioso e tautológico do discurso que pode ser assim representado: atuar = participar = praticar cidadania = realizar trabalho voluntário = atuar = participar....cidadania, participação e trabalho voluntário confundem-se na ‘nova forma’ de política” (Souza, 2006, p. 215) que na realidade seria uma forma de participação prescritiva a fim de governar os jovens pobres.

4.2.4 Como fazemos: metodologias adotadas

As metodologias, que envolvem o uso de técnicas, instrumentos, recursos e procedimentos, representam um aspecto fundamental para compreender como as organizações conduzem suas práticas. Nesse sentido, foi perguntado aos organizadores das atividades quais as metodologias utilizadas no trabalho com os/as jovens, objetivando identificar o que elas fazem ver e fazem falar sobre o público com o qual atuam:

Pesquisadora: Eu queria saber qual é a metodologia que você adota no seu trabalho?

É a dança, mas a nossa meta maior ali é focar na amizade. [...] É porque querendo ou não, ali dentro do galpão cem por cento ali não conversavam um com o outro. Não conversavam e nem, assim, tem alguns que já saiu, tem alguns que tão lá dentro, tem alguns que querem voltar, mas às vezes tem vergonha. Mas, noventa.. cem por cento ali, vou colocar cem por cento mesmo, não conversavam um com o outro. Ou às vezes assim tinha raiva um do outro. Mas, aí o que aconteceu? Eu fiz eles se juntarem, se juntar e.. por mais que no início um tinha raiva um do outro, depois foi acostumando, foi aprendendo a conviver um com o outro. Então o nosso negócio é o que? É a questão da amizade e da convivência social que cada um tem que ter com as pessoas. [...] Além da dança é o que? O movimento social, tem que ter. Às vezes um brigava só por ter olhado um pra cara do outro [...] (Hugo, 28 anos – presidente e professor, entrevista individual).

Além da batalha, principalmente é levar informação da cultura nos colégios. A gente sempre quis montar oficinas dentro dos colégios, né, que é o nosso centro (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

Através dos relatos acima é possível identificar que em ambas as metodologias apontam para uma função pedagógica exercida pelos organizadores. Hugo evidencia que uma das metodologias utilizadas em seu trabalho com os jovens é a dança. Através das observações realizadas na instituição durante o percurso de campo, pude notar que a prática pedagógica realizada pelo professor se assemelha ao trabalho desenvolvido em uma escola tradicional na qual vigora a disciplina.

Conforme Foucault (2015, p. 181), a disciplina é uma técnica de poder que age, especialmente sobre dois aspectos: distribuição espacial e controle temporal dos indivíduos. Nas palavras do autor: “a disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo

espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório”. Por isso, “é preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares”. É válido ressaltar que a disciplina “exerce seu controle, não sobre o resultado de uma ação, mas sobre seu desenvolvimento”. Neste contexto, sua eficácia requer um registro contínuo dos indivíduos. Para tanto, lança-se mão do exame que, segundo o autor, constitui-se como “a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir, os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Portanto, o exame permite tornar a individualidade como um elemento importante para o exercício de poder” (Foucault, 2015, p. 182). Partindo desta perspectiva, a disciplinarização dos/das alunos/as no Projeto Aula de Dança pode ser verificada nos seguintes aspectos:

Espacial: 1) baseia-se na hierarquia professor-aluno 2) as aulas acontecem em um espaço fechado; 3) durante a aula, o professor fica em uma espécie de palco, um pouco acima do nível dos alunos; 4) na parede, que se localiza atrás do palco, encontra-se um espelho grande, que permite a visualização pelo professor de todos os jovens e dos jovens sobre seus próprios corpos; 5) os celulares dos jovens são recolhidos antes da aula começar; 6) para dar início à aula, o professor convoca os jovens para que se distribuam, uniformemente, no interior do centro comunitário. As fileiras são formadas conforme a avaliação das *performances* dos jovens pelo professor; 7) o professor conta com a ajuda de um jovem colaborador que funciona como um inspetor responsável por manter a ordem e auxiliar na análise das *performances* dos jovens; 8) os jovens são punidos caso não se comportem como devido; 9) existe um controle sobre a roupa dos jovens.

Temporal: 1) as aulas têm horário fixo de início e término pré-determinado pelo professor 2) Só é permitida a entrada de alunos que se atrasam se tiverem avisado previamente o professor; 3) os jovens só podem beber água ou descansar em horários determinados pelo professor; 4) as aulas são planejadas a partir da agenda de apresentações. Este ambiente se torna propício para que

os/as jovens sejam disciplinados/as e normatizados/as, cumprindo um dos objetos da instituição: tirar os/as jovens da rua e de seus perigos através da ocupação do tempo ocioso, como mostram os relatos de Miguel e Diego:

É, hoje o.. o.. por o nosso Brasil não poder o jovem.. o menor trabalhar, a gente ocupa essa.. esse.. esse lugar do trabalho com.. com.. com o soc.. com o social. Igual, a gente faz a dança, é.. é campeonato de futebol e sempre tem alguma.. e sempre a gente tá [criando] alguma coisa durante o mês. De dois em dois meses tem [algo], entendeu? Tem o carnaval que ocupa o final do ano todinho, então acho que acaba não dando tempo desse jovem pensar em coisa errada. Porque vai tá sempre com a mente ocupada. Se o jovem é.. não pode ficar, trabalhar ele vai ficar à toa, quando você fica à toa você tem que arrumar algo pra fazer se não tem algo de bom pra fazer você faz coisa ruim (Miguel, 25 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

Como diria.. como diz o ditado, né, é.. “mente fazia oficina do diabo”. [...] a gente tenta ocupar o tempo deles aqui dentro pra eles esquecerem lá de fora (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

Segundo Coimbra e Nascimento (2005, s/p), baseados no sistema capitalista, um dos principais objetivos das ações voltadas para jovens pobres visa torná-los “honestos, trabalhadores exemplares e bons pais de família”. A disciplina também pôde ser observada no estudo de Franch (2000), ao analisar o trabalho de uma agência juvenil voltada para o ensino da música para jovens pobres de uma periferia de Pernambuco através do controle do espaço e do tempo dos alunos:

atividades como as oferecidas pela Escola de Música propõem a imposição de uma ordem muito próxima à escolar no tempo livre cotidiano dos adolescentes, representada, entre outros, pelos seguintes elementos: 1) espacial – a sala de aula, fechada e distanciada da rua, reproduzindo a hierarquia professor-aluno; 2) temporal – a normatização horária, com dia e hora para cada atividade; a introdução do tempo futuro no presente, na forma de um projeto de profissionalização (Franch, 2000, p.177).

Nesse sentido a autora conclui “que as agências juvenis, a exemplo da Escola de Música, conseguem estabelecer uma ‘rotinização’ numa esfera potencialmente desregrada e, como foi visto, tida como perigosa – o tempo livre transmutado em ociosidade ou desocupação” (Franch, 2000, p.178). A ordenação do tempo e do espaço se constituem, portanto, como forma de regular e disciplinar as condutas e os corpos dos jovens pobres, produzindo jovens adequados ao modelo de jovem “do bem” evidenciado aqui.

Além da dança, Hugo diz lançar mão da amizade como um instrumento/metodologia de intervenção “*eu fiz eles se juntarem, se juntar e.. por mais que no início um tinha raiva um do outro, depois foi acostumando, foi aprendendo a conviver um com o outro*”. Neste contexto, a função pedagógica emerge na medida em que, por meio da amizade, o professor ensina os jovens a aprenderem a conviver entre si. Desta forma, as diferenças entre os membros do grupo são invisibilizadas, eliminando os conflitos e as tensões advindas das mesmas (Souza, 2006).

Aprender a conviver representa uma das competências descritas por Jacques Delors *et al.* (1998), no relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI intitulado: Educação, um Tesouro a descobrir. Neste documento, aprender a viver juntos, bem como as habilidades de aprender a conhecer, de aprender a fazer, e de aprender a ser, emergem como capacidades a serem desenvolvidas no processo educativo na pós-modernidade. Tais concepções são apresentadas pelos autores como os quatro pilares da educação. Conforme os mesmos:

para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes [...] (Delors *et al.*, 1998, pp. 89-90).

Para Souza (2006), o processo educativo proposto no relatório se configura como uma medida prescritiva já que a aprendizagem adquire *status* de treinamento, técnica social ou método de direcionamento do comportamento dos indivíduos. Essas quatro formas de aquisição do conhecimento estariam relacionadas aos interesses do mercado, da vida social e da política em um modelo neoliberal de gestão no qual o indivíduo é tomado como um investidor de sua própria vida (Foucault, 2008b). Neste contexto, caberia ao indivíduo, por meio do processo educativo, se tornar

um sujeito autônomo, solidário e competente capaz de atuar em benefício próprio e em prol da sociedade (Costa, 2000; Delors *et al.*, 1998).

Esta racionalidade forja, portanto, a produção de modos de ser e de agir pautada em “tudo aquilo que pode se converter em elemento de troca nesse contexto social permeado por uma economia de mercado” (Goulart & Santos, 2014, p. 134), constituindo-se como um dispositivo de governamentalidade (Foucault, 2015) que age no governo dos jovens (Foucault, 2009). Neste cenário:

as relações pessoais são, simultaneamente, requisito para o êxito dos projetos e um de seus objetivos, uma vez que a própria sociabilidade é concebida como algo possível de aprendizagem. Portanto, além de *aprender a fazer e aprender a aprender*, tornados possíveis pelo exercício da atividade prática, o projeto seria também oportunidade para o *aprender a conviver e aprender a ser*. A educação, concebida como aprendizagem e treinamento de habilidades, ocorre por meio de atividades coletivas, dispensando o trabalho individual e reflexivo [...] (Souza, 2006, p. 213).

Esta prática prescritiva está relacionada à concepção da juventude como um período de transitoriedade. Nela, os jovens são considerados como indivíduos incompletos, “incapazes por enquanto de agir com consciência e responsabilidade e escolher seus caminhos de vida de forma autônoma”, o que justifica sua submissão às técnicas pedagógicas (Tommasi, 2005, p. 13). Ao prescrever formas de convivência aos/as jovens, o professor contribui para torná-los dóceis e disciplinados (Foucault, 2014). A convivência e a amizade estabelecida no projeto foi, inclusive destacada pelos/pelas interlocutores/as do grupo focal 2 como aspecto positivo proporcionado pelo projeto, o que demonstra a eficácia discursiva desta estratégia de ação:

O bom são os amigos, a gente reúne tudo, a gente zoa, a gente brinca junto assim, quando a gente vai a gente gosta por causa disso também (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

[...] Todo mundo se reúne [...]. A melhor parte.. é nossa convivência aqui na dança (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

É porque ninguém tinha convivência antes, né (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Ao enunciar que “*ninguém tinha convivência antes*”, Lia explicita que o processo de convivência e amizade foi forjado a partir da participação no projeto. Isto, inclusive para muitos daqueles que moram no mesmo bairro. O grupo emerge aqui como possibilidade de instrumentalizar os jovens para aquisição de certas habilidades requeridas pela sociedade. Uma reflexão de Souza (2006) a respeito da importância da formação de grupos juvenis evidenciada nas políticas públicas de juventude pode ajudar a entender a relevância desta mesma questão na prática descrita acima. Segundo a autora, um dos aspectos pertinentes que devem ser considerados quando um grupo ou uma organização coletiva são alvos de análises:

diz respeito ao fato de que a estratégia pedagógica da atividade em grupo prepara o indivíduo para o tipo de participação que dele se espera hoje em dia na sociedade. O modelo de participação atual é pela via da organização (ou do grupo) e é justamente esse modelo que principalmente as ONG repassam aos jovens com que trabalham. No grupo, aprende-se a participar (Souza, 2006, p. 213-214).

A prática grupal existente no projeto Aula de Dança aponta para este sentido descrito por Souza (2006), uma vez que cabe ao professor orientar e ensinar os/as jovens como se comportar, conviver e escolher os caminhos de sua vida. Pela repetição dos procedimentos no cotidiano do projeto, tais mecanismos de controle e disciplinarização se tornam invisíveis e passam a ser traduzidos como algo necessário e inerente ao processo de desenvolvimento das ações, ou seja, no grupo, o discurso de poder se torna invisível ao passo que se confunde com a própria atividade.

Elias, por sua vez, aponta a batalha como uma das metodologias. Lá o trabalho pedagógico é mais sutil na medida em que o espaço público onde a atividade se realiza é aberto. Mas, mesmo assim é possível perceber que ele é exercido por meio das regras e das sanções, caso as mesmas sejam infringidas pelos jovens. Mas a principal metodologia apontada por Elias é o trabalho realizado nas escolas por meio de palestras e apresentações de *rap*. O espaço escolar emerge como um *lócus* privilegiado de ação no sentido de levar informações aos jovens (educá-los) sobre a cultura *hip hop*. Inclusive, foi a partir do trabalho realizado nestas instituições que inúmeros jovens

que fazem parte do projeto, seja como *MCs* ou como expectadores, ficaram sabendo da atividade, o que demonstra sua eficácia discursiva. A escola enquanto uma instituição disciplinar facilita o trabalho pedagógico realizado pelo organizador na medida que lá, as crianças, os adolescentes e os jovens são transformados em alunos e encontram-se em constante vigilância.

A análise realizada por Tommasi (2005, p. 13) acerca dos educadores inseridos nos contextos das ONG aponta para a relação assimétrica entre jovens e organizadores. Segundo a autora mesmo quando a identidade de educador é negada, “o costume faz com que os jovens considerem todo e qualquer organizador de projeto com o qual entram em contato como um ‘educador’”. E no binômio educador-educando dificilmente se escapa da perspectiva tradicional no qual o primeiro emerge como aquele que detém o saber e que deve transmitir seus conhecimentos e aprendizados para os segundos. Estes, especialmente se forem crianças ou jovens, são concebidos como indivíduos em processo de desenvolvimento e formação e que por isso são desprovidos de saberes socialmente legítimos (Tommasi, 2005), relegando a estes o lugar de objetos.

Nas entrevistas realizadas com ambos os organizadores, emergiu uma outra metodologia de ação de cunho pedagógico, apesar de não ter sido identificada como tal, já que se refere a uma estratégia de intervenção informal: o papel de conselheiro. Tal aspecto pode ser observado nos excertos a seguir:

Falo com os alunos e falo com os pais dos alunos, portanto tem famílias, famílias que precisam de conselho e eu tenho que ir lá pra dar conselho. Os traficantes, os traficantes lá mesmo, eu falo com eles “pelo amor de Deus, isso não é vida pra vocês não”. Hoje, graças a Deus, ele tá, ele tá pensando em sair dessa vida [...] (Hugo, 28 anos – presidente e professor, entrevista individual).

E outra coisa que é mais particular ali também que eu converso muito é na questão das drogas. Ali, muitos que eu já conversei e.. e.. e.. que a gente não tem controle, né, e eu nem sou capacitado, a.. a.. capacitado a.. a.. ter esses controles assim não, é mais em questão de diálogo e conversa mesmo. A gente, hoje em dia, já conseguiu que muitos ali diminuíssem na questão de drogas químicas [...] no uso, entendeu? Diário. Isso pra mim já.. já fico feliz também nesse, nesse trabalho, nessa questão, entendeu? Porque a gente sabe que tem muitos jovens viciados aqui dentro da cidade e ali participam muitos, né. E

aí então a gente conversa muito com eles lá, porque ali é o movimento, ali é o local de mostrar o seu talento, o seu trabalho, de mostrar a cultura. Mas, a gente faz depois as conversas, antes também, entendeu? A gente conversa no facebook, marca pra gente se reunir, conversa.. pô, às vezes o pessoal fica reclamando “pô, Elias aconteceu isso, isso, isso comigo, não sei o que”, fala da vida deles pra mim, entendeu? “Aonde você tá? Tá, aí então eu vou aí pra gente conversar”, porque eu não gosto de conversar em facebook não. Eu gosto de conversar cara a cara. “Então vão”, aí eu vou lá e converso com eles, fico batendo papo, dando conselho, “faz isso, faz aquilo”, entendeu? Então eu vejo que muitos ali já conseguiu absorver um pouco, né, da.. da.. da nossa conversa. Então eu fico feliz com isso, né, que aconteça com outros jovens também, que ele comece também a se desvincular desse mundo das drogas aí (Elias, 35 anos – organizador da batalha, entrevista individual).

Nesse sentido, os organizadores agem no sentido de direcionar as escolhas e as vidas dos jovens ao apontar-lhes alternativas “saudáveis”, como pode ser observada pela orientação dada por Hugo aos traficantes para que “*saíam dessa vida*” ou por Elias aos jovens para que se “*desvinculem do mundo das drogas*”. Através das técnicas conversa/conselho, os organizadores exercem uma docilização dos corpos (Foucault, 2014) dos jovens evidenciada pelo aspecto prescritivo educativo/pedagógico de suas intervenções a fim de modelar seus comportamentos.

Este aspecto também foi observado por Franch (2000) em seu estudo ao verificar que na escola de música direcionada aos jovens pobres, os responsáveis pelo centro educativo sempre estavam disponíveis para conversarem com os mesmos. Sobre essa questão a autora pontuou que “a presença de ‘conselheiros’ informais parece ser uma constante nas agências juvenis” (Franch, 2000, p. 171). O papel exercido por esses atores é o de mediação entre as gerações. Geralmente, as pessoas que ocupam esse lugar são jovens mais velhos ou adultos. “Legitimadas pelos pais, que creditam sua maioridade, merecem a confiança dos filhos, que demandam conselhos de pessoas mais maduras. Para aqueles que trabalham com jovens, essa é uma parte fundamental da socialização desenvolvida nas agências juvenis” (Franch, 2000, p. 171). Nesse sentido, percebe-se que a posição de sujeito de organizador da ONG está associada a uma discursividade de conselheiro, de pessoa mais experiente que pode guiar a vida dos jovens através de ações que vão, além de levar cultura, “salvá-los e guiá-los por um bom caminho”.

Através do exposto, pode-se inferir que as metodologias utilizadas pelos colaboradores apontam para práticas educativas voltadas para o que Souza (2006, p. 242) denominou como cidadania/voluntariado educativo cuja finalidade se direciona para a “dupla tarefa da socialização e da integração do indivíduo ao meio social”. Neste contexto, “os indivíduos – cidadãos/atores sociais/jovens protagonistas/voluntários – membros do grupo, devem trabalhar por objetivos comuns que beneficiem a si próprios e aos outros”.

É possível perceber que nas práticas desenvolvidas se constitui o que Tommasi (2015, p. 101) denominou como "dispositivo de arte e cultura". Segundo a autora, esse dispositivo “é constituído por um conjunto diversificado de projetos, agentes, práticas com vistas a solucionar problemas sociais”. No caso em questão, as práticas grupais existentes nos projetos desenvolvidos pela ONG se aproximam desta perspectiva. O grupo emerge como estratégia de preparação do jovem para assumir seu papel perante a sociedade como pode ser exemplificado pelas expressões “*formar cidadãos de bem*”, “*lideranças em suas comunidades*” e como ponte exercida entre o indivíduo e a sociedade no sentido de apaziguar o poder hegemônico. Tal questão pode ser verificada na função exercida pelas conversas/conselhos travadas entre os organizadores e os/as jovens beneficiários/as no sentido de apontar-lhes alternativas “saudáveis” e mudanças de suas condutas, colocando as questões sociais, históricas e econômicas como responsabilidade do indivíduo (Souza, 2006).

Portanto, as metodologias utilizadas apontam para uma utilização instrumental da arte e da cultura já que teriam como finalidade formar/educar/treinar os/as jovens para inseri-los na ordem vigente. Isto, na medida em que os aspectos estruturais, as desigualdades, as situações de opressão e subordinação vivenciadas pelos/pelas jovens não são problematizadas (Menezes & Costa, 2012). Ao estarem permeadas pelo discurso moral, as práticas orientadas por essas metodologias

funcionam como um mecanismo de poder, que age sobre o governo e controle da população juvenil pobre atendida pelos projetos.

4.2.5 As relações sociais: parcerias e hierarquias

No que se refere às relações sociais estabelecidas entre os diversos atores envolvidos nos dois projetos realizados pela ONG, um aspecto chamou minha atenção: em ambos os projetos os/as interlocutores/as se designam como família. Porém, este léxico adquire significados diferentes. A adoção do termo família pelo grupo mediado pela dança associa-se a relações de parentalidade. Neste caso, Hugo é considerado pelos jovens como “pai”, os jovens são considerados por Hugo como “filhos”, os jovens se consideram como “irmãos”, Hugo considera Miguel como “irmão” e os jovens consideram Miguel como “tio:

Pesquisadora: E como que é o relacionamento de vocês com eles (jovens beneficiários)?

Eu tenho a.. de irmão.. de irmão.. é muito íntimo, a gente é muito íntimo um do outro, a gente chora junto, briga junto=(Miguel, 25 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

=Ri junto= (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

=É tudo daquele jeito= (Miguel, 25 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

=Divide problemas= (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

=Sai junto. Então é como, virou uma família, a gente fala família (nome da ONG) ou família (nome da ONG abreviado) pros mais íntimos. Então, a gente é.. não tem.. hoje de tá.. tá falando “ah, é isso ou é aquilo” mas, a realidade é essa, é mais um relacionamento de /pai, irmão, família./ (Miguel, 25 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

/De família. É. / (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

Pesquisadora: Como se estrutura essa família pensando assim, os jovens, vocês, o (Hugo), como ela é organizada?

É aquilo, o Hugo é o paizão (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

É o patriarca (Miguel, 25 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

O Miguel é como se fosse um tio, mas a gente trata ele como irmão. (Risos) E.. e.. eu com os meninos é todo mundo irmão. É o irmão, o tio e o pai (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

É um por todos e todos por um (Miguel, 25 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

A noção de pedaço desenvolvida por José Magnani (2002; 2003) pode ser tomada como ponto de referência para o entendimento das relações aqui estabelecidas. Conforme o autor, o pedaço se constitui como espaço intermediário entre o plano do privado (casa) e o espaço público (rua) e supõe a existência de dois elementos: um de ordem material – espaço físico; e o outro de ordem social – rede de relações regulares formada por um conjunto de indivíduos que compartilham códigos de reconhecimento e de comunicação, demarcados em um território específico por relações de vizinhança e compartilhamentos cotidianos. São estes códigos que definem quem compõe ou não o pedaço (pertencimento – fronteiras) e qual o lugar ocupado por cada um dos indivíduos neste espaço.

Nos relatos de Miguel e Diego, a hierarquia é explicitada como elemento fundamental na organização das relações estabelecidas no grupo. Isto por meio da ativação do marcador de geração. Apesar de todos/as os/as interlocutores/as se encontrarem na faixa etária compreendida como juventude (15 a 29 anos) pelos parâmetros normativos, como o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), a hierarquia presente no grupo advém da divisão em diferentes posições interpelada pela ordem geracional (Castro 2011). Assim, os jovens beneficiários (que são os jovens que se encontram na faixa etária média de 17 anos) não são tratados como iguais por Hugo (28 anos) e por Miguel (25 anos), que se encontram em uma faixa etária superior, ao contrário disto, foi possível perceber que na relação entre os/as interlocutores/as vigora uma relação desigual no qual

Hugo e Miguel ocupam lugares de poder e os/as jovens beneficiários se encontram em um lugar de subordinação.

Juntamente com o exercício do poder advindo pela associação das relações estabelecidas no contexto da aula de dança com a parentalidade tradicional, a organização das relações aponta também para a hierarquia existente no contexto da educação formal tradicional baseada na assimetria entre professor – aluno (Hugo – “pai” e “professor”; Miguel – “tio e “inspetor/colaborador”; jovens beneficiários – “filhos”, “sobrinhos” e “alunos”). Miguel aponta ser imprescindível essa estruturação para o bom andamento da atividade já que segundo ele é necessário ter um líder para guiar os demais membros do grupo:

tem que.. tem que ter porque não tem como você fazer uma família só de irmãos, um tem que tomar a frente, um tem que tomar a liderança. Assim que funciona a.. pra dar.. pra ficar certo, pra dar.. pra dar avante [...]. Porque tipo assim, se você.. você não tem uma liderança, você não tem o que seguir. Quando você não tem o que seguir, você não tem um foco. Quando você não tem o foco você não chega ao objetivo. Assim que eu penso. Então eu.. tipo assim, precisa de alguém. O Hugo é o cara, é como fala, é o patriarca, é o que.. é o nosso.. é como fosse um escudo. Eu venho na.. na.. linha de trás, ele vem na linha de frente, eu venho pra trás e vem os meninos depois de mim [...] (Miguel, 25 anos–colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

No relato de Miguel, ele faz uma analogia entre a configuração familiar e o grupo na qual a única possibilidade legítima é a baseada na hierarquia patriarcal como pode ser verificada no trecho “*tem que ter porque não tem como você fazer uma família só de irmãos, um tem que tomar a frente, um tem que tomar a liderança*”. Neste contexto, Hugo emerge como o “patriarca”, a “liderança”, o “cara”, “o escudo” que vai “guiar” os jovens beneficiários para o caminho do “bem”. Miguel viria na “retaguarda” de Hugo auxiliando-o em sua “missão”: “*tirar os jovens da rua*”, formar “líderes”, “protagonistas” ou “*cidadãos de bem*”.

Este aspecto evidencia novamente o exercício do poder pastoral (Foucault, 2008c) na medida em que, especialmente o professor emerge como “um novo pastor” (Vaz, 2004) que vai guiar os/as jovens pobres para escolhas “saudáveis de vida”. Pude observar por diversas vezes no

cotidiano do projeto Hugo se referir aos/as jovens como seus filhos/as. O interlocutor relatou na entrevista que sempre coloca as necessidades dos/das jovens à frente das suas:

e com.. então vamos falar assim, vem eles em primeiro lugar, depois eu, tudo que tiver acontecendo na minha vida se puder vim eles e depois vim eu. [...] O que eles conseguiram eu tô feliz, depois se eu conseguir alguma coisa eu tô melhor... eu tô melhor ainda (Hugo, 28 anos – presidente e professor, entrevista individual).

Portanto, o professor e o colaborador são enunciados como aqueles que protegem e controlam os/as jovens a fim de alcançarem determinados objetivos. Já Diego, que apesar de ministrar aulas, se considera como irmão dos/das jovens beneficiários/as. Isso pode estar relacionado ao fato dele já ter sido aluno no projeto, se aproximando, portanto, de um “irmão mais velho”. Diego frisa que como toda família, às vezes, acontecem alguns desentendimentos, fofocas e atritos entre os diversos integrantes do grupo:

Oh, é que nem aquilo, numa família tem que ter briga, tem muita briga, desavença, fofoca, mas ao mesmo tempo a gente procura resolver (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

Pesquisadora: Uhum. Como que vocês procuram levar isso?

A gente conversa, demais da conta, entendeu? Se a gente briga aqui hoje, amanhã já tá todo mundo conversando novamente porque dá pra resolver (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

Assim que funciona a intimidade[...] (Miguel, 25 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

E a.. mesmo aquilo, se eu brigo com os meninos, os meninos brigam comigo, é do mesmo modo que.. que eu brigo com o Miguel, o Miguel briga comigo, eu brigo com o Hugo e o Hugo briga comigo, entendeu? Mas, tudo se resolve. Portanto que ninguém= (Diego, 26 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

=É tudo resolvido no diálogo [...] Ninguém fica com raiva um do outro [...] (Miguel, 25 anos– colaborador da aula de dança, entrevista em dupla).

Como pode ser observado nos excertos acima, os desacordos existentes no grupo são resolvidos através do diálogo, ou seja, busca-se sempre pelo retorno ao consenso a fim de manter coesão grupal. Neste contexto, o diálogo se constitui como um instrumento de governo na medida em que abafa os conflitos inerentes às hierarquias existentes nas relações estabelecidas no projeto.

Pude observar diversas conversas travadas entre os/as interlocutores/as a fim de solucionar conflitos. De maneira geral, quando o conflito envolvia alunos e professor este último lançava mão de sua autoridade na maioria das vezes para reprovar questionamentos enunciados pelos/as alunos/as. Inclusive, devido à postura inflexível de Hugo, os jovens preferiam sempre conversar com Miguel. Este era responsável por levar a demanda dos jovens ao professor.

Uma outra questão que aponta para forma de governo dos/das jovens beneficiários se refere ao fato dos/das alunos/as serem divididos/as pelo professor em dois grupos: os/as “*turistas*” - que, como a própria expressão sugere, são os/as jovens que não mantêm uma frequência regular nas aulas - e os/as alunos/as “*ativos*” - que são aqueles que frequentam as aulas com regularidade e são considerados os “*responsáveis*”. Essa divisão se encontra no cerne de como o professor vai distribuir as funções, bonificações e punições entre os/as alunos/as. Por exemplo, aos/as jovens ativos/as são concedidas várias vantagens como: ficar nas primeiras filas nos ensaios e nas apresentações; quando tem algum curso ou outra oportunidade elas são direcionadas a eles/elas; podem participar de apresentações. É o que pode ser observado na fala do professor Hugo em uma roda de conversa realizada sobre o tema cultura registrada em diário de campo:

[...] os meninos da ONG aqui, eles têm certa regalia hoje pra cultura de (nome da cidade) porque hoje tudo que tem de diferente aqui em (nome da cidade) eles têm, eles podem ter acesso, basta eles quererem e ter esforço de ir e chegar até lá porque a gente tem a parceria, tem contato direto com a (nome da instituição pública que faz a gestão da cultura na cidade), a (nome da instituição pública que faz a gestão da cultura na cidade) nos dá essa liberdade total pra gente poder pegar os meninos da ONG aqui, diretamente da ONG, aqui independente se tem que pagar trezentos, quatrocentos ou quinhentos reais, pra eles são de graça, pros da ONG aqui. Tudo que acontecer dentro da (nome da instituição pública que faz a gestão da cultura na cidade) lá, os meninos aqui da ONG não paga, mas é pros ativos e não pros “turistas”. Esse assim eles poderiam pegar acesso direto se eu falasse lá “esses aqui podem”, mas não é legal um menino, igualzinho, o (nome de um aluno), o Rafael, a (nome de uma aluna), o (nome de um aluno)[...]. Aí, eu não posso liberar por mais que seja, que eu tenha um coração muito bom que eu creio que eu tenho um coração muito bom pra poder liberar pra todos, mas eu não faço isso. Porque? Porque eu vou tirar, talvez, o espaço que poderia ser de alguém que tá ativo direto aqui, alguém que tá batalhando pro nosso crescimento. Então, eles, hoje, têm muita regalia em questão de cultura dentro da possibilidade que tiver dentro de (nome da cidade) aqui [...]. (Relato do Hugo, 28 anos – presidente e professor – Trecho do Diário de campo, 25/07/15).

É possível perceber que tal ordenamento/hierarquização e suas regras funcionam como um mecanismo de disciplinamento que leva os/as jovens a não só frequentarem o projeto com assiduidade, como também incorporar às regras impostas pelo professor. Isto, na medida em que aqueles/as que se submeterem a suas ordens e prescrições são beneficiados/as com várias “vantagens”. Neste contexto, vê-se que o exercício do poder emerge como produtivo (Foucault, 2015).

No relato de Hugo, as oportunidades, pelo fato de serem ofertadas apenas para alguns jovens que participam da atividade (“os jovens responsáveis”), fazem com que o acesso à cultura emergja como uma “*regalia*” e não como direito de todos/as que participam do projeto e muito menos de todos os/as jovens pobres. Nesse sentido, ao contrário do professor problematizar tal questão com os/as alunos/as e fazer do acesso à cultura uma luta política, o mesmo reproduz a visão do direito como privilégio, no qual cabe ao indivíduo “*se esforçar*”, ser “*responsável*” e “*correr atrás*” para se destacar e conseguir “*ser escolhido*”. Isso se caracteriza como um exercício de poder na medida em que cabe ao professor selecionar os contemplados. Mesmo que ele tenha “*o poder*” de deixar que todos participem não o faz. O exame baseado em critérios como (participação, assiduidade, *performance*, comportamento, responsabilidade) fundamenta o exercício do poder do professor sobre os/as jovens no/na qual são selecionados/as os/as “*ativos/as e responsáveis*” e excluídos/as “*os/as turistas e os/as não esforçados/as*”. Portanto, a prática pedagógica enquanto um exercício do poder disciplinar age sobre o corpo do/da aluno/a docilizando-o, tornando-o útil e produtivo (Foucault, 2009; 2015).

As assimetrias entre professor/aluno também podem ser verificadas quando as interlocutoras avaliaram a relação estabelecidas no projeto. Ao mesmo tempo que a relação com professor e com os membros do grupo é qualificada pelas jovens como positiva pela possibilidade

de interação e amizade, o exercício de poder do professor sobre os/as alunos/as é evidenciado quando o mesmo regula e disciplina a ação dos/das jovens:

Pesquisadora: eu queria saber.. como que vocês percebem a relação entre vocês e entre os professores, no caso, pra vocês destacarem um ponto positivo, e pelo menos, um ponto negativo que precisa melhorar?

Um ponto positivo é que a gente se interage muito com o professor. Então, não tem aquele negócio “ah, eu não vou brincar com o Hugo porque eu sou aluna e ele é professor e é diferenciado”, não, a gente sempre brinca (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

Aqui é todo mundo amigo mesmo (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Mas, um ponto negativo é que quando a gente tá brincando com ele e que ele fala sério a gente até assusta, né? (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

É (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Porque “ai, meu Deus, fui brincar com o Hugo e ele falou sério comigo. O quê que eu faço?” A gente fica meio sem graça, sabe? Então, quando ele briga com a gente, vamos supor, a gente tá brincando, a gente tá na aula de dança, aí eu fui e brinquei com a Eliana, o Hugo vira pra mim e fala “Bianca, senta!”. Fica todo mundo olhando, sabe? Tipo assim, será que é verdade? (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

É, a gente não sabe (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

A autoridade do professor pode ser verificada no trecho em que a Bianca aponta que Hugo as assustam quando elas estão brincando com ele ou entre si e o mesmo “fala sério”, “grita” ou lhes ordena que “se sentem”. Apesar da Bianca ter apontado em seu relato inicial sobre o ponto positivo da relação estabelecida no projeto o fato de não existir uma “diferenciação” entre professor/aluno, seus relatos posteriores sobre os pontos negativos evidenciam a hierarquia existente entre ambos, já que cabe ao professor orientar/dosar/interditar a conduta dos/das alunos/as entre si ou com ele. Neste contexto, apesar do professor participar das brincadeiras, sua postura por vezes “assustadora” pode ser explicada pela necessidade de demarcar seu lugar de autoridade, como aquele que detém o controle das condutas no projeto (Fraga, 2000).

Porém, de maneira geral, a autoridade exercida pelo professor e as práticas disciplinares foram incorporadas pela maioria dos alunos. Conforme Fraga (2000, p.111), o controle é mais eficaz para aqueles que se “encontram capturados em uma moral de obediência” na medida em que

nesses casos o poder não se traduz como subserviência ou autoridade, mas sim como uma verdade na qual estes indivíduos acreditam e que por isso passam a disseminá-lo, defendê-lo e a incorporá-lo. Isto pode ser exemplificado por duas questões apontadas pelos/as interlocutores/as do grupo focal 2. A primeira delas se refere ao fato dos/das jovens evidenciarem como aspecto que precisa ser melhorado no projeto o fato de um aluno apontar os defeitos do outro:

O que precisa melhorar é que um aponta= (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

=Os defeitos do outro= (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

=Os defeitos do outro “ah, o fulano não está fazendo direito”, igual o Hugo fala pra cada um cuidar= (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

=Do seu (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Do seu. Então, tipo, a gente sabe. Eu não tô falando só de mim, de todo mundo (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Pude observar várias situações em que o Hugo se designava como responsável pelo cuidado dos/das jovens, como pode ser verificada na expressão “*cada um cuida de si e eu cuido de todos*” - frequentemente enunciada por ele no projeto. Nos relatos das participantes, o lugar de poder exercido pelo professor é legitimado já que as mesmas frisam que não consideram como válido que um outro aluno critique suas *performances*. Porém, para Bianca não poder opinar se configura como uma situação injusta. Apesar disso, de maneira geral, os/as alunos/as incorporaram tal exercício como funcional e importante para o bom andamento das atividades:

Pesquisadora: Eu queria também saber se vocês têm facilidade de sugerir, dá opinião ou mudar alguma atividade conforme o interesse de vocês, do grupo?

É. Quando a gente tá montando alguma coreografia e às vezes alguém pede opinião “ah esse passo aqui, esse aqui é legal”, então vamos dá uma ideia. Igual tem uma coreografia aí que nós ajudou a criar. Sobre isso assim, mas é muito difícil acontecer isso, assim, porque a maioria das vezes a coreografia já vem pronta (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Acho que essa questão de opinar é uma coisa que eu não sei se daria certo não (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

É (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Porque eu já tentei uma vez opinar e tive as consequências. Mas, assim, tipo assim, vamos supor, a gente fez uma apresentação, aí vamos supor, eu tava de fora, eu danço no grupo, mas eu não apresentei, vamos supor, eu olhei e falei assim é.. depois eu comentei, vamos supor, com o Hugo “ aí Hugo eu não gostei não ” e comentei com os meninos “oh, gente eu não gostei da apresentação de vocês porque num certo ponto, olha aqui no vídeo, vocês embolaram demais”, entendeu? Aí sabe o que acontece? No que eu comento o pessoal acha assim “ah, a Bianca tá falando que a gente dançou mal” (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

Só porque você não dançou (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Entendeu? Só porque eu não dancei fica falando que eu tô colocando defeito na coreografia. Eu acho que a gente tem que entender isso, que eu tô por fora eu vejo melhor do que quem tá dançando. E se eu falar, por exemplo, se eu comentar “ah, gente é.. embolou aqui, entendeu? Aqui tá feio, aqui tá embolado, não tá dando”. Vamos supor, “a Paula tá ficando sozinha aqui e a Lia tá muito juntada”, se eu falar isso dá morte, porque, tipo assim, eles acham que eu tô colocando defeito na coreografia porque eu não dancei. Então eu não tenho essa possibilidade de eu opinar. Mas, vamos supor, o Miguel que fica junto com o Hugo, ele poder chegar na cara dura e falar “vocês dançam horrível, vocês são tudo feio, tudo preto” e não acontece nada (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

Uhum. Ele fala (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Se a gente opinar desse jeito eu acho que a gente é até expulsa, sinceramente. Então, eu acho que essa questão de opinião eu acho que é uma coisa que todo mundo tinha que dar, falar “olha, eu também vi o vídeo, eu percebi que a Lia não fez direito esse passo”, “eu acho que a gente embolou nesse aqui”, a gente tinha que abrir mais pra cá”, então eu acho que a gente tinha que poder opinar. Porque aqui, sinceramente, eu já tentei e nunca consegui opinar, mesmo estando fora ou não eu nunca consegui opinar porque sempre eles levaram muito pro lado pessoal, entendeu? Tipo assim “ah, a Bianca quase não vem na aula de dança, só vem no sábado e ainda quer opinar? Quer falar que isso aqui tá errado? Quer falar que isso aqui tá certo”, entendeu? Acho que isso é.. isso atrapalha (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: Por que vocês acham que isso acontece de vocês não serem ouvidas? Qual é opinião de vocês sobre isso?

Na verdade, eu não sei dizer o porquê não (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Ah, eu acho que é mais por causa de ter, assim, de ter uma autoridade, de ter um professor, então ele “não, eu vou fazer desse jeito, eu vou fazer desse jeito”, entendeu? Não é que eles não escutem a nossa opinião só que por mais que a gente fale, igual o Hugo tava comentando hoje comigo e com o (nome de um aluno) “olha, vocês podem dá a opinião de vocês, mas eu vou ver o que é melhor”, entendeu? [...] (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

Como demonstram os relatos acima é possível verificar que a problematização do aspecto pedagógico se dá quando Bianca questiona o lugar de poder ocupado pelo professor e pelo colaborador como os únicos autorizados a falar para/dos jovens e como aqueles que tem o poder de dar a palavra final sobre qualquer questão que emerge naquele contexto. Eliana também aponta

para a possibilidade restrita de fala ao enunciar que os/as alunos/alunas só opinam sobre as coreografias quando são convocados pelo professor. Além disso, frisa que isso não é uma prática frequente já que a maioria das coreografias “já vem pronta”. Porém, quando indagadas por mim sobre os motivos de não serem ouvidos/as pelo professor, Eliana diz não saber o porquê. É Bianca quem visibiliza a relação hierárquica e desigual entre educador-aluno, no qual o professor emerge enquanto uma “autoridade” e o jovem colaborador como seu auxiliar nesta função na medida em que são os únicos que podem avaliar as *performances* do grupo, como pode ser verificado no trecho “olha, vocês podem dá a opinião de vocês, mas eu vou ver o que é melhor”.

Tais críticas apontam para um conflito vivenciado na prática cotidiana do projeto que evidencia a relação desigual professor/aluno, o primeiro como aquele que planeja e avalia e o segundo como aquele que executa sem questionar. Isto está relacionado ao fato da condição juvenil ser traduzida como lugar de formação predominante nos desenhos dos projetos sociais (Sobrinho, 2012). Apesar de Bianca visibilizar a hierarquia existente na relação com o professor, de maneira geral, os/as alunos/as não colocam em questão tal lugar de poder, ao contrário disso, a maioria deles/as reproduzem este discurso. A incorporação das práticas disciplinares pelos/as alunos/as pode ser exemplificada também pelo fato das interlocutoras concordarem com as regras impostas pelo professor como: horário de entrada e saída predeterminados; controle das roupas e o fato dos celulares serem recolhidos na aula:

Pesquisadora: Uhum. E com relação às regras, o que vocês acham? No caso aqui vocês têm horário pra poder chegar, o celular de vocês é recolhido, o tamanho da roupa também sempre é falado.

Eu gosto. Porque se a gente ficar com o celular nós não presta atenção em nada. A hora é porque, tipo assim, ele marca até sete e meia, se a gente não chegar até sete e meia o portão tem que fechar, lógico, porque a pessoa não pode chegar aqui oito horas, oito e meia porque não tem como (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Mas a maioria das vezes ninguém obedece às regras não (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

É. Eu tô falando, né, do que era pra ser (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Aham (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

É o short eu também acho, né, porque aqui não dança só menina, dança menino e dança menina, os dois porque tem.. eu não tô falando que os meninos faz falta de respeito com as meninas, mas os meninos podem pensar outra coisa, que é isso, que é aquilo (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Mas, o que você tá mostrando também eles não vão deixar de olhar, né (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

É (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

É. É isso. Por isso eu concordo dá hora, do celular e da roupa (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: E você Paula o que você acha sobre isso?

Quase a mesma coisa dela, que, tipo assim, se a gente chegar oito horas a gente perde a metade da aula. E o short, eu não tenho nada contra porque eu venho com o meu short. Então, vamos dizer assim, igual o Hugo falou “cada um cuidando de si”. Então todo mundo já sabe o que é pra fazer (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Quando tá fazendo certo e quando tá fazendo errado (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

É (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: E você Alice?

Eu também, a mesma coisa (Alice, 17 anos – Grupo focal 2).

A questão do horário é bacana porque fechou ali o portão vai ficar todo mundo aqui pra dentro da dança, entendeu? Porque se você deixa qualquer.. é, todo mundo chegar em qualquer hora=(Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

=Fica relaxado (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Aí vai, vamos supor, a gente tá aqui dançando quando pensa que não você vai chegar “ah, aonde que tá mesmo? Em qual passo? ”=(Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

=Todo mundo olha pra ver quem que é=(Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

=Aí, tipo assim, a gente tá lá no meio da dança aí e o professor tem que voltar porque o aluno chegou atrasado? Não! (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Aí desconcentra todo mundo (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Mas, a não ser assim, que no grupo eles costumam avisar (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

É (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Igual a Paula “fala, avisa lá que eu vou chegar atrasada porque eu estava arrumando casa”. Aí é diferente (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Aí eu concordo. Fora isso (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Igual a Bianca, no caso, ela sempre tem direito de chegar atrasada porque ela mora longe, mas assim se for, no caso, pra chegar atrasada, ela avisa que vai chegar atrasada ou não (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Porque também eu não posso usar o fato de eu morar longe pra chegar atrasada todo dia (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

É (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Com relação ao horário, as jovens são unânimes ao dizer que chegar no horário “certo” é imprescindível para o bom andamento da aula, sendo tolerado por elas o atraso apenas quando comunicado ao professor. A rigidez quanto ao controle do tempo é apresentada pelas interlocutoras como importante, já que sem isto os/as alunos/as poderiam ficar “relaxados” (conduta indesejada neste contexto).

Recolher o celular é apresentado por Lia como uma ação necessária já que o objeto causaria a distração dos alunos. Isto demonstra que utilizar o aparelho é mais interessante que a aula, como pode ser verificado no trecho “*porque se a gente ficar com o celular nós não presta atenção em nada*”.

O controle sobre a roupa emerge na fala das jovens através do uso de *shorts* “curtos”. Sobre este aspecto três trechos das falas das participantes mostram a captura de algumas delas pelo discurso de controle que faz emergir a necessidade de autocontrole de suas condutas. No relato de Lia, tal controle é justificado pelo fato da aula ser frequentada por garotas e rapazes. Além disso, ela frisa que os jovens as respeitam, porém, “*os meninos podem pensar outra coisa, que é isso, que é aquilo*”, ou seja, mesmo que não explicitado, os rapazes poderiam sim desrespeitá-las ao fazer um juízo errado de si pela roupa utilizada. A fala de Bianca também evidencia essa questão, “*mas, o que você tá mostrando também eles não vão deixar de olhar, né*”. Nesse contexto, caberia a jovem utilizar uma roupa “adequada” para evitar que tal situação aconteça. Para Paula, tal peça de roupa não é considerada como problema. Isto, porque a mesma relata que

vai às aulas de *shorts*. Mas, ela não faz referência ao tamanho da peça. O controle é evidenciado na utilização do argumento do professor Hugo “*cada um cuidando de si*” por Paula. Neste contexto, é incorporado pelas jovens o discurso do cuidado de si no qual caberia a cada aluna adequar sua conduta às normas estabelecidas como pode ser verificado no enunciado de Paula “*então todo mundo já sabe o que é pra fazer*” complementado pelo de Eliana “*quando tá fazendo certo e quando tá fazendo errado*”.

Aqui, vê-se a construção de condutas diferenciadas a serem adotadas pelos/pelas jovens conforme o gênero. Às garotas, cabe o “cuidado redobrado com seu próprio corpo e que se comporte dentro dos padrões de conduta previstos para a futura mulher/esposa/mãe. Para tanto, exige-se um demorado aprendizado sobre como se conduzir apropriadamente – é preciso ‘andar direito’, ‘andar na linha’ para não ficar ‘falada’” (Fraga, 2000, p. 91-92) o que aponta para a subordinação das garotas naquele contexto.

Nos relatos das jovens, é possível notar a articulação de duas formas de controle descritas por Foucault (2008d) como tecnologias de poder (que determinam a conduta dos indivíduos, sujeitando-os a determinados tipos de efeitos ou dominação), no caso em questão evidenciado pelo lugar ocupado pelo professor o único indivíduo autorizado pelo cuidado e o controle das condutas dos/das alunos/as, e tecnologias do eu (que refere ao controle exercido pelo indivíduo sobre si mesmo), como sugere as diversas passagens em que as jovens dizem que “*cada um deve cuidar de si*”. Mas, conforme Prado e Toneli (2013, p. 354), “pode-se chegar, então, à argumentação de que o estudo das relações entre o governo dos outros e o governo de si no marco da governamentalidade permite a articulação das estratégias de resistência”, ou seja, é por estar inserido neste campo de forças que contra condutas podem ser produzidas pelos indivíduos. A resistência às prescrições adotadas no projeto foi evidenciada no relato de Eliana, no qual ela enuncia que “*a maioria das vezes ninguém obedece às regras não*”. Pude observar por diversas vezes, as jovens indo à aula

com *shorts* ou blusas curtas, mexendo no celular sem a permissão do professor sendo comum elas dizerem quando pegas por Hugo “*deixa eu ver um negócio aqui rapidinho*”, “*deixa eu só ver quem ligou*” ou deixando de dançar quando discordavam de algo.

No caso dos participantes das batalhas de *rap* realizadas no centro da cidade, o enunciado família faz referência às relações de parceria e amizade, ou seja, são compostos por laços de solidariedade “*família hip hop*”. Os jovens se designam como “*parceiros*” e consideram os organizadores também dessa forma. Tal questão pode ser exemplificada por uma conversa informal que tive com Bruno. O jovem, ao dizer sobre Elias que tem trinta e cinco anos e é *MC* experiente, referiu-se a este como “*MC Dinossauro*”, ou seja, o organizador é admirado pelos jovens por seu envolvimento com o movimento *hip hop* e por sua experiência. Mas seu lugar na batalha não é o de ensinar aos jovens como se deve rimar. Cada *MC* vai lapidando seu desempenho conforme seu ritmo e envolvimento com o movimento.

É evidente que tal espaço emerge como um local, no qual estas *performances* são testadas e reelaboradas a partir da avaliação dos pares e dos organizadores. Isto, uma vez que a batalha de *rap* se constitui como uma competição de rimas “livres” (*freestyle*) e que exige do *MC* domínio sobre suas *performances*. Porém, os interlocutores do grupo focal 2 evidenciaram a existência de uma hierarquia baseada no interesse e no envolvimento com o momento *hip hop* que pode ser assim descrita: conforme os participantes, existem dois perfis gerais de expectadores.

O primeiro deles se refere àqueles que vão ao projeto por causa da “*zueira*” proporcionada pela aglomeração de pessoas no local, denominados pelos mesmos como os expectadores do “*rolezinho de quinta-feira*”. Estes estariam interessados na possibilidade de sociabilidade como: namorar, beber, conversar, etc. e são vistos pelos interlocutores como “*alienados*”:

E o que acontece? Aí quando, vamos supor, adaptou na batalha toda quinta, isso virou mais um “rolezinho” de quinta-feira (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

Há também aquelas pessoas interessadas em apreciar o evento, ouvir as músicas de *rap*, acompanhar as *performances* dos *MCs* durante a batalha e as apresentações (*pockets shows*). Estes são vistos pelos interlocutores como expectadores importantes na medida em que são o seu público. Dentre os que pertencem ao movimento, existem os *MCs* iniciantes que são aqueles que estão no projeto há pouco tempo ou que ainda não possuem produtos (participação no projeto que vai além da batalha como: gravação de vídeos, de músicas autorais, recital de poesias, etc). Além destes, existem os *MCs* intermediários composto por jovens que já participam do projeto a bastante tempo e que possuem produções e participação em projetos ligados ao *hip hop*. E por fim encontram-se aqueles que são considerados os *MCs* pertencentes à “*geração velha*”. Este grupo é composto pelos participantes que estão no movimento desde sua criação, na cidade.

[...] ali os nossos cabeças seriam, no caso, o Elias, o Bruno que começaram, o Vitor, essa galera que começou antes da gente [...]. Tem essa galera mais antiga [...] (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Os que estão fazendo acontecer (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

É ué. E agora tá mais dando um incentivo, tá ligado? Eles fazem as músicas deles, mas, eles dão, jogam mais um incentivo pra galera nova (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Como pode ser verificado nos excertos acima, os *MCs* da “*velha guarda*” são especialmente Elias, organizador da batalha, e os jovens colaboradores Bruno e Vitor, os quais são apontados como aqueles que “*estão fazendo acontecer*”. Dentre os participantes do grupo focal 1, Samuel se considera pertencente tanto aos *MCs* da velha geração quanto da intermediária. Isto, na medida em que apesar da pouca idade acredita que tem uma “*longa jornada*” pelo *rap* e por ter “*crescido*” no movimento:

*[...] em si, pra mim eu já, eu posso me considerar da, da geração antiga, tá ligado? Porque eu vi a parada acontecer, porque (nome da cidade) não tinha isso, não, não tinha um MC ali, tá ligado? [...]*Então, digamos assim, eu tô com um pé na, na, nos antigos e um pé no, no... na nova era, tá ligado? Tô com os pés nos dois[...](Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Pablo o considera como pertencente à geração intermediária assim como considera que todos os outros interlocutores participantes do grupo focal 1 também pertencem a essa geração, pois segundo eles todos “já sabem fazer”. Neste contexto, os jovens já teriam aprendido habilidades importantes dentro do movimento:

[...] a gente é a continuação da geração passada e tentando gerar, fazer a nossa geração continuar no mesmo nível ali, entendeu? [...] Nesse coletivo aí a gente é uma geração mediana [...] Com certeza a gente é uma geração mais avançada porque a gente já sabe fazer, entendeu? (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Apesar de participarem do projeto há bastante tempo, Renan e Elder consideram que pertencem à nova geração. Isto na medida em que os jovens relataram que “ainda não fizeram nada” em prol do movimento. Portanto, para avançar no mesmo não importa somente “saber fazer”, é preciso “produzir” algo:

É igual o (Júlio) falou, você tem que expor o que você tem mesmo. Eu, o dia que eu soltar a primeira eu vou falar “aí, óh, agora eu tenho alguma participação no rap aí” (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Os interlocutores criticam os MCs da nova geração que estão chegando agora no movimento por criarem letras “sem conteúdo”, ou seja, eles não estariam preocupados em retratar as dificuldades cotidianas e suas histórias de vida. Ao contrário disso, os participantes apontaram que a preocupação deles seria a de conquistar mulheres e fama. Os jovens inclusive acusam esses MCs de “fraude”. Nesse cenário, explicitam que não basta apenas “produzir” qualquer coisa, a produção deve ter “um compromisso” com as situações de subordinação e opressão em que os/as jovens pobres se encontram imersos:

[...] muitos MCs novo, tem muito MC que é muito bosta, velho, que vai por umas ideias muito erradas, tá ligado? (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1)

Pra pegar mulher (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

É, tá ligado? O cara vai, tá ali por causa “eu quero ser o, o famosinho de (nome da cidade), tá ligado?” [...] “Quero pegar umas meninas bonitas”, “eu quero fazer isso”, tá ligado? “Eu quero ser o cara foda da parada”. Isso pra mim eu já, eu já corto a ideia na tora, mas, tem muito MC lá, lá na batalha em si, tem muito cara assim (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Neste contexto, apesar de se posicionarem em lugares diferentes dentro do movimento, um aspecto comum emerge como norteador para os participantes. Para eles, além da sociabilidade, existe para com o movimento uma responsabilidade ético-política, na medida em que os mesmos se consideram como porta vozes dos problemas vivenciados cotidianamente pelos jovens pobres moradores de periferia (Silva, 1999). Isto é evidenciado em suas letras, em seu modo de se vestir e se posicionar frente as questões sociais:

[..] Nós vamos no (local no qual acontece a batalha) pra isso aí mesmo, pra diversão, mas focado no trabalho sério ali, que as vezes não é só sério, mas, da 'zuação' da batalha, mas pra isso, né, pra encontrar os amigos, descontrair, esquecer daquele, daqueles problemas do dia-a-dia. Chega quinta-feira você já fica de noite você já fica ansioso, né, "pô, hoje é a batalha, né, chegar lá=(Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

=Hoje é o dia, né (Risos)= (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1)

=Vou encontrar os manos, vou fazer umas rimas= (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

=Espantar os demônios, né, velho (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

É isso aí. A gente vai pra descontrair mesmo, ao mesmo tempo em que é sério também é uma diversão (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

Neste contexto, se articulam lazer e “trabalho sério”, ou seja, sociabilidade e compromisso com as causas sociais no qual suas ações, através da dimensão cultural, além de exercerem efeitos subjetivos, ganham ‘repercussões políticas, uma vez que expressam as profundas desigualdades sociais e os preconceitos raciais. Sua mensagem é formadora de opinião e denúncia das condições de vida de grande parte da população” (Oliveira, Silva & Rodrigues, 2006, p. 65). O conteúdo político dos jovens em suas letras de *rap* trazem visibilidade a sua voz frente a uma produção discursiva que os veem como sujeitos subalternos (Spivak, 2010). Esse deslocamento de posição de sujeito impacta no processo de subjetivação destes jovens à medida que se produz “o cara que faz o trabalho sério, o cara que faz acontecer”.

Outra diferença que faz referência ao lugar ocupado dentro do movimento se refere às modalidades de batalhas. A “batalha de sangue”, voltada para a “zuação”, emerge como um rito de

passagem para os jovens e a batalha do conhecimento seria uma modalidade voltada para aqueles que já possuem certa experiência:

[...] a batalha (de sangue) é como se fosse uma visão pra você chegar lá na frente (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

Eu acho que, tipo assim, a batalha de sangue ela forma o freestyleiro e a batalha do conhecimento é para o freestyleiro formado, entendeu? Tipo assim, você entra na batalha de sangue, pô, porque todo mundo sabe falar “pô, Elder você é um mané amanhã vou pegar sua mulher” (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

A batalha não é uma rima inteligente, mas a poesia é [...] Aí que é o rap inteligente mesmo. (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

No projeto, a batalha do conhecimento foi realizada uma única vez e na época foi avaliada pelos interlocutores como não exitosa por falta de organização. Mas, os jovens apontaram para o desejo de que fossem realizadas novas batalhas do conhecimento com vistas a “*evoluir o nível*” do projeto. Isto, na medida em que os jovens não consideram a batalha de sangue como espaço para a produção de “*rimas inteligentes*”, ao contrário do que acontece com a poesia representada pelas letras autorais e as rimas críticas feitas na batalha do conhecimento.

Para os interlocutores do grupo focal 1, o importante é evoluir no movimento através do que eles chamam de “*proceder*”. Nesse sentido, a batalha representa um dispositivo importante já que, como pontuaram os jovens, ela se configura como “*a vitrine do movimento hip hop na cidade*”. Porém, o bom *MC* é aquele que consegue não só ser campeão das batalhas, mas, principalmente aquele que é capaz de agir em prol de sua própria evolução, “*crescer*” através da produção de músicas com “*conteúdo*” e contribuir para a evolução do movimento como um todo.

A adaptação da noção de pedaço elaborada por José Magnani (2002; 2003), cujo “efeito pedaço” é o mesmo, possibilita compreender as dinâmicas estabelecidas neste caso. Conforme este autor, pontos de encontro, lazer e sociabilidade, ao contrário de terem a origem territorial compartilhada como aspecto primordial de relação entre os participantes, têm o compartilhamento de dimensões simbólicas como forma de reconhecimento entre os membros do grupo. Estas se

relacionam “a gosto, orientações, valores, hábitos de consumo e modos de vida semelhantes” (Magnani, 2002, p.22), observadas também nas *performances* corporais, vestimentas, linguajares, acessórios e preferências musicais que articuladas proporcionam a construção e fortalecimento de laços de amizade e afeto (Magnani, 2002; 2003). Nas palavras do autor, “diferentemente do contexto do bairro, onde o importante é ser conhecido por meio de laços de vizinhança, parentesco e coleguismo, pertencer a um pedaço no centro significava ser reconhecido através da exibição de símbolos cuidadosamente compartilhados” (Magnani, 2013, p. 9). De maneira geral, os interlocutores avaliaram a relação com os colaboradores da ONG como positiva já que segundo os mesmos, os colaboradores estão ali para “*ajudar*” e fortalecer o movimento:

Ele (Elias) não faz só por ele, faz por todos, entendeu? (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Sobre os aspectos que não gostam no projeto, os jovens do grupo focal 1 apontaram o espaço no qual a atividade acontece. Este foi considerado como “*o ponto da ferida*”, gerador de discordâncias entre os diversos membros do movimento. Dentre os inúmeros conflitos enfrentados relacionados a esta questão, foi possível perceber que duas dimensões se destacaram nos relatos dos participantes: as negociações e apoio da prefeitura para o uso do local e os incômodos provocados pela atividade aos moradores dos prédios residenciais que se localizam em torno da praça. A relação com a prefeitura pode ser verificada nos excertos abaixo:

Ah, cara, por ser da prefeitura. Eu acho que tinha que ser um espaço nosso [...].A gente não pode fumar, cara. [...]Maconha mesmo (Risos) [...]Então, tipo assim, ali já não pode, cara. Se você acender um baseado ali=(Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

=Vão te reprimir (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Tipo assim, a gente mesmo tá ciente disso que vai acabar o Rap pra gente, cara [...]Não vai ter mais Rap, entendeu? Então, a gente não vai fazer isso [...]Eu acho que, tipo assim, o que tá errado ali é tá no centro, do foco ali mesmo e tipo assim, ser uma parada que tá ganhando voto, porque aquilo ali, pra mim, é pra voto [...]E vai, tem muita gente que vai fazer dezoito anos agora e vão falar, “ah, mas é a prefeitura que fez o negócio do Rap que ninguém fez e tal” (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Se não tivesse a mão da prefeitura eu creio que teria muito mais conteúdo pra dizer ali, pra poder falar porque [...]não é nem pela questão do baseado, é pra gente poder falar

algumas coisas da cidade, os problemas da cidade, sacou? [...]porque a gente não puxa sardinha nem pra PT, nem pra PMDB, nem PSDB, nem pra “porra” nenhuma, sacou? A gente quer fazer o nosso som liberto disso aí, sacou? [...] Você não pode falar tudo que você quer, você é muito restrito nas coisas que você pode falar ali, entendeu? (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Os MCs ali quando eles pegam o microfone eles não são MCs, eles são um pau mandado, eles são [trator], entendeu? Eles têm que falar uma parada que eles, realmente não querem falar, entendeu? [...] (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

É o que eu falei, eles falam o que pensam, mas não falam o que querem=(Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

=É, você olha no Rio, tipo assim, eu já acompanhei batalha no Rio, você chega lá, hoje em dia, tem bicicleta e tem polícia perto por causa das batalhas, mas os caras não dependem da prefeitura. Por quê? Mas, lá, você chega, o cara pode falar de mãe, pode falar do Sistema, o cara pode falar de facção, pode falar do que quiser sô, é livre mesmo, entendeu?=(Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

=O rap é livre, né (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

O rap é isso, é liberdade. Ali não, se você já falar de mãe, seu microfone abaixa na hora, TUF, na hora assim óh, você não pode falar, entendeu? Então, tipo assim, os caras já botou político porque incomoda, hip hop, rap, aonde tá, não importa se é cidade grande ou cidade pequena, favela ou centro, bairro nobre, incomoda (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Os relatos acima apontam para diversas críticas associadas ao apoio do projeto pelo poder público, como o fato de não poderem fazer o uso de álcool e outras drogas no local, dos políticos se aproximarem do projeto com interesses individuais e de terem restringido a possibilidade de realização de críticas a respeito dos problemas da cidade. O que todas elas têm em comum é a denúncia dos jovens de terem sua liberdade de expressão tolhida pelo organizador da batalha, com vistas a não comprometer o apoio da prefeitura, o que demonstra que a lógica de controle pauta as relações estabelecidas neste contexto. Tal aspecto pode ser exemplificado pelos seguintes enunciados “vão te reprimir”, “você não pode falar tudo que você quer, você é muito restrito nas coisas que você pode falar ali” ou “seu microfone abaixa na hora, TUF, na hora assim óh, você não pode falar, entendeu? Dessa maneira, percebe-se como um espaço criado como forma de resistência tenta ser cooptado por discursos hegemônicos, delimitando seu poder. Esta perspectiva também é compartilhada pelos jovens colaboradores Vitor e Bruno:

No começo, o cara que tava comigo lá, ele não queria aceitar gente bebendo lá em cima, não podia fumar, não podia fazer nada, entendeu? Aí assim também já perde a essência do Rap, que é a liberdade de expressão. A batalha, pô, você quer ir ali para extravasar, ouvir um som, ouvir uma música, trocar uma ideia, tomar uma cerveja, já vende, [porque] aquele espaço que é dentro da própria praça se você não pode tomar uma cerveja? (Vitor, 28 anos – colaborador da batalha, entrevista em dupla).

A gente trabalha junto, mas tipo assim, quando for, quando for falar de música, parceiro, pode chegar aqui e conversar comigo, agora se quiser falar de política você toma seu rumo, né, velho, porque eu não tô nem aí pra essa “porra” não, sacou? Prefiro fazer minha música aos trancos e barrancos, na coxa, sem ter rabo preso com político, sacou? (Bruno, 28 anos – colaborador da batalha, entrevista em dupla).

Com relação a restrição do uso de álcool e outras drogas, as falas dos jovens evidenciam o questionamento do parâmetro normativo de participação prescrito pela prefeitura e pelo organizador Elias pautado no não uso dessas substâncias no local. Isto, com vistas a forjar “subjetividades dóceis, sociáveis, menos violentas, correspondentes às normas, e que não causam problemas ou medo à segurança da sociedade” (Donato *et al.*, 2012, p. 226). Os parâmetros prescritivos de participação pautados na moralidade vigente “afetam as possibilidades de emergência de deslocamentos desses jovens ou de conflitos estabelecidos por eles, referenciados em suas leituras do mundo, o que podem servir à interpretação de um estado de coisas nomeado como desigual” (Donato *et al.*, 2012, p. 232). Assim, o projeto realizado no centro se apresenta como possibilidade regulada de participação associada à boa sociabilidade (Silva & Silva, 2008). O *hip hop* enquanto boa sociabilidade é concebido como “instrumento preventivo em relação a uma suposta violência potencial dos jovens” (Silva & Silva, 2008, p. 139). Nesta lógica, as condutas ligadas à desobediência não tutelada são desautorizadas (Donato *et al.*, 2012), como é o caso do uso das substâncias psicoativas.

Sobre a aproximação de representantes do poder público ou de candidatos a cargos políticos ao projeto, os jovens denunciam que seus objetivos estariam ligados exclusivamente a interesses pessoais, tais como utilizar o espaço como palanque eleitoral com vistas a angariar futuros votos, exemplificado pelo trecho da fala de Renan: “ali, pra mim, é pra voto [...]. E vai, tem muita gente

que vai fazer dezoito anos agora e vão falar, “ah, mas é a prefeitura que fez o negócio do Rap que ninguém fez e tal”. Esse ponto está diretamente relacionado ao terceiro aspecto enunciado pelos jovens: a limitação da expressão de suas críticas a respeito dos problemas da cidade. Os relatos dos interlocutores sugerem que o apoio concedido pelos grupos políticos partidários e pelo poder público funciona como mecanismo de controle e tentativa de desmobilização política do movimento, como mostra o trecho da fala de Renan: “os caras já botou político porque incomoda, hip hop, rap, aonde tá, não importa se é cidade grande ou cidade pequena, favela ou centro, bairro nobre, incomoda”. “Os caras” são os membros da ONG que neste contexto emergem como cooptados pelo poder público e pelos grupos políticos partidários contribuindo para a manutenção da ordem vigente. Isto, porque permitem que os políticos usem o espaço do projeto para os fins citados e pelo fato de controlarem suas falas a fim de não comprometer o apoio da instância governamental. Nesse cenário, os jovens podem se expressar, porém sem que suas falas “incomodem”. Na cidade em questão, a utilização das praças públicas pela população para a realização de eventos necessita de um alvará concedido pela prefeitura, o que se constitui como um dispositivo de poder que age na regulação da apropriação do espaço público e de seus usos.

Como alternativa a esta situação, os jovens indicaram um espaço afastado do centro da cidade para a realização de batalhas, onde, segundo eles, teriam liberdade para se expressar de forma autônoma. Apesar disso, pontuaram que o projeto desenvolvido no centro deveria permanecer, pois consideram que este seja “a vitrine do movimento”:

Mas, continuar tendo a do (nome do local onde ocorre o evento), claro, mano, porque a do (nome do local onde ocorre o evento) é a vitrine (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

É, tem que fazer as duas (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

É a base do movimento, é a vitrine, entendeu?[...] (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

É uma oportunidade de você cantar, uma forma da prefeitura saber que rola o rap na cidade porque também não adianta a gente parar de ir (no nome do local onde ocorre o

evento) e ir pro (nome do local sugerido para realizar o evento) e, pô, não rolar mais igual tá rolando o (projeto audiovisual de literatura) (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

É, essas paradas aí (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Esse negócio da gravação do CD, porque isso daí querendo ou não tá ajudando, entendeu? Infelizmente a gente não queria tá sendo ajudado pela prefeitura, [mas a gente tá, cara], entendeu? [inaudível]= (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

=Nóis não depende deles, a questão é que a gente não depende deles pra nada=(Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

=Mas, a questão é que a gente não depende, mas é direito da gente e por ser direito a gente tem que correr atrás=(Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

=É. Nosso direito a gente bate na porta (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Apesar de terem realizado diversas críticas a respeito do apoio da prefeitura, Renan aponta para a importância desse apoio uma vez que a “ajuda” do poder público tem lhes proporcionado alguns benefícios, como o auxílio no projeto de literatura e a efetivação do CD gravado pelo coletivo. A fala de Pablo também vai nesta mesma direção. Porém, ao contrário de considerar o apoio como uma “ajuda”, destaca como dever do poder público tendo em vista que o acesso à cultura é enunciado pelo interlocutor como um direito. Assim, ao mesmo tempo que os jovens criticam o discurso vigente, reproduzem valores afinados ao processo de moralização a que estão submetidos, por vezes, se ajustando a eles (Donato *et al.*, 2012). Nesse cenário, estes diversos atravessamentos discursivos, por vezes, contraditórios, produzem a batalha de *rap* enquanto viável de ser executada. É nessa tensão discursiva que ela se inscreve e funciona. A relação com a prefeitura emergiu já na minha primeira ida ao projeto. Em uma conversa informal realizada com Elias, registrada em diário de campo, o mesmo relatou o seguinte aspecto sobre a participação da prefeitura na realização da atividade:

[...]a participação da prefeitura é mais na parceria de ceder o espaço do (nome do espaço público em que as batalhas de rap acontecem) para a realização das batalhas [...]. (Relato do Elias, 35 anos – organizador da batalha – Trecho do Diário de campo, 02/04/15).

A utilização do espaço público, pelo grupo, emerge na fala do organizador como um “favor” concedido pela prefeitura, já que Elias relata que o local é cedido por ela para a realização das batalhas de *rap*. Tal aspecto aponta para o que Tereza Sales (1994) designou como relações de “mando” e “subserviência”, características históricas da cultura política estabelecida no Brasil e ainda fortemente presentes em cidades do interior, como é o caso em questão. Nesta, a cidadania é traduzida como um favor, um bem exercido pelo Estado o que coloca em evidência “as relações entre desigualdade social e cultura política” e entre “cidadania e desigualdade” (Sales, 1994, s/p). Conforme Sales (1994, s/p), existe no Brasil “a persistência de uma tradição que reproduz desigualdades, repõe mandonismo e subserviência e opera ao revés das concepções modernas de direitos e cidadania”. Nesta lógica, a viabilização do projeto emerge como dependente da aprovação da prefeitura o que faz com que ele seja enunciado como um bem concedido e não como direito dos jovens à cultura.

Na entrevista realizada com Vitor e Bruno, os jovens criticaram a postura do organizador frente à ocupação do espaço central para a realização das batalhas de *rap* como um favor do poder público. Isto evidencia que tal aspecto aponta para posicionamentos diferentes entre colaboradores:

No (nome do espaço público em que as batalhas de rap acontecem), os caras hoje em dia, eles até falam “não, esse espaço que a gente conseguiu da prefeitura” não é um espaço que a gente conseguiu, o espaço de prefeitura, espaço público tem que ser conquistado, você tem que é.. ocupar, entendeu? Não tem esse negócio de prefeitura vai te doar, ela te deu espaço? Não existe espaço não, se você paga imposto é pra ocupar o espaço (Vitor, 28 anos – colaborador da batalha, entrevista em dupla).

É. Eles acham que é um favor que a prefeitura tá fazendo, tá liberando (Bruno, 28 anos – colaborador da batalha, entrevista em dupla).

[...] várias vezes eu escuto isso lá na batalha, “o espaço que a prefeitura me deu”, bota o nome da prefeitura, a prefeitura está cagando e andando para nós, tá ligado? Nós acabar de sair de lá e eles mandarem a polícia ir lá dar em nós uma dura ali eles vão dar[...] não é uma parada que eu concordo, chegar ali e gritar que foi a prefeitura que te deu espaço não, a gente conquistou aquele espaço na época, na correria, na batalha, a gente conseguiu aquele espaço ali ocupando [...] a gente invadiu aquele espaço. Com o tempo, a prefeitura começou a apoiar aquele espaço porque ela sabia que de um modo ou do outro a gente ia chegar, a prefeitura precisava falar que estava apoiando os jovens porque não tinha nada que eles faziam pra jovem [...] a gente já tinha já conquistado aquilo ali, eles querendo ou não ia rolar batalha em (nome da cidade), só que como eles

queriam falar que, né, “tá rolando [muita] coisa aqui e a prefeitura que fez”, eles foram e corromperam aqueles moleques da (nome da ONG) [...] os caras tem um poder grandão nas mãos deles e não sabem disso, aí eles falam isso, aí eu fui e me afastei da batalha por causa dessa questão aí (Vitor, 28 anos – colaborador da batalha, entrevista em dupla).

Em contraponto ao enunciado “ceder” utilizado pelo Elias, Vitor lança mão dos enunciados “ocupar”, “conquistar” e “invadir” o espaço público. “Ceder” aponta para um ato passivo do grupo na utilização da praça na medida em que pressupõe que o uso do espaço necessitou da permissão da prefeitura. Ao contrário disto, Vitor reivindica o processo de apropriação do espaço central como uma ação ativa por parte dos jovens, como demonstram os enunciados utilizados por ele. Todos eles indicam uma transgressão a algo instituído e por isso emergem como forma de resistência e agenciamento dos jovens.

Segundo Vitor, os jovens ocuparam o centro “na correria, na batalha”, expressões que apontam para uma luta dos jovens na busca pela efetivação do espaço. Correria ou fazer corre são termos usados por jovens *hip hops* com sentidos variados. Dentre eles, encontra-se sua utilização como “um investimento ativo e estratégico para a realização de enfrentamentos e rompimentos com relações ou situações de subordinação ou exclusão (Donato *et al.*, 2012, p. 222). O relato de Vitor aponta para este significado, já que a ocupação do espaço central pelos jovens constitui-se como uma forma de enfrentamento coletivo contra a ordem hegemônica (centro como um local das pessoas ricas e brancas e que por isso não deve ser ocupado por jovens pobres negros e moradores de comunidades periféricas). Assim, ao “invadirem” este espaço central com a sua música questionam a lógica desigual presente no ordenamento das cidades, rompendo tal lógica de opressão e subordinação.

Na fala de Vitor, a prefeitura é apontada como uma adversária (Prado, 2002) (termo entendido em seu sentido político) dos jovens. Além disso, aparece associada como aquela que, a qualquer momento, pode lançar mão do dispositivo de segurança “polícia” para conter suas

expressões. Segundo Dayrell (2001, p.61), a ação repressiva por parte da polícia frente às expressões culturais juvenis é uma ação recorrente, especialmente com relação às manifestações desenvolvidas pelo seguimento pobre. “Quando estes se reúnem em alguma ação coletiva, geralmente são vistos como ‘baderneiros’, e suas formas de lazer, como ameaças à ordem, expressão de um imaginário dominante há muito arraigado que vê nos pobres a “classe perigosa”. Nesse sentido, vê-se que atuação da polícia se baseia na perspectiva de que os jovens pobres representam um perigo em potencial para a sociedade (Coimbra & Nascimento, 2003).

No trecho em que o Vitor relata que o grupo estava mobilizado e que ocupariam o espaço de qualquer forma, ele denuncia que a prefeitura resolve “*apoiar*” o projeto por interesses individuais, ou seja, utilizam da demagogia como forma de deslegitimar um movimento subversivo dos jovens. Os membros da ONG são acusados de terem sido cooptados pelo poder público na medida em que passaram a se submeter a negociações para não “*perderem o espaço cedido pela prefeitura*” o que aponta para as mesmas questões levantadas pelos interlocutores do grupo focal 1.

Frente ao desencontro de ideias, Vitor relatou ter se afastado da atividade. Deixar de participar, temporariamente, foi à saída que ele encontrou para se posicionar contrariamente ao organizador o que demonstra uma forma de resistência do jovem. Ao mesmo tempo, tal postura aponta para uma esquiva do conflito, que por sua vez seria importante para tencionar e forjar uma reconfiguração deste campo de experiência (Rancièrè, 1996).

Apesar da realização da batalha ser uma ideia que surgiu a partir deste interlocutor, do mesmo fazer parte do quadro oficial de sócios da ONG cadastrados no site da Receita Federal, ele não considera que tem voz e poder de decisão dentro do movimento, como pode ser verificado no trecho “*os caras (membros da ONG) tem um poder grandão na mão deles e não sabem disso*”. Tal enunciado o coloca fora daqueles que tem o poder de transformação, inclusive o posiciona fora,

simbolicamente, da ONG, o que reforça a falta de um posicionamento por parte do jovem que pudesse colocar em evidência um litígio no contexto em questão (Rancière, 1996).

A vizinhança também foi destacada pelos participantes do grupo focal 1 como um ponto negativo do espaço central no qual o projeto se realiza. Conforme os interlocutores, os moradores ricos dos prédios próximos à praça se sentem incomodados com a presença dos jovens pobres e lançam mão de diferentes dispositivos com vistas a embargar a atividade:

Jogam pedra lá do último andar lá, pô, aquele pedrão cai no telhado e dá aquele barulhão (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

Aí, vamos supor, “ah aquilo dali? Ah, aquilo dali toda quinta-feira tem aquilo dali, vamos fazer um abaixo-assinado pra acabar com aquilo dali porque aquilo dali só tá trazendo droga pra cá”, entendeu? “Só tá trazendo mal elemento, é.. nego fazendo bagunça na cidade, anarquizando tudo”, mas, não é isso, cara. Vamos supor, é procurar entender, vamos procurar entender o que tá rolando, entendeu? Porque o que acontece? A gente não pode ser prejudicado por esse tipo de gente, entendeu? Porque a gente tem que correr atrás daquilo que a gente tá fazendo. Aí o que acontece? A gente tem que parar e pensar, velho, vamos supor, assim, “não, vamos botar essa galera na linha, vamos passar a mensagem pra eles do que a gente pensa”, entendeu? Sobre o que pode ser feito pra melhorar, entendeu? E o que pode ser feito também pra batalha não acabar, pra continuar a prosseguir, entendeu? Porque, vamos supor, ah, a galera tá lá, tá anarquizando, tá fazendo bagunça, aí os vizinhos tão lá fazendo abaixo-assinado. Aí vai na prefeitura, aí vai e liga pra polícia, aí é vinte e cinco denúncias, aí que não sei o que. [...] (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

Jogar pedra na estrutura metálica, fazer abaixo-assinado, reclamar sobre o evento na prefeitura, contatar a polícia são algumas das estratégias destacadas pelos participantes como forma dos moradores tentarem impedir o desenvolvimento do projeto. No relato de Júlio, aparecem alguns enunciados tais como: “trazendo droga pra cá”, “só tá trazendo mal elemento”, “nego fazendo bagunça na cidade, anarquizando tudo” que seriam ditos pelos moradores como forma de criminalizar o movimento. Assim, vê-se que para tanto emerge a associação do projeto com atividades consideradas ilícitas e perturbadoras da ordem pública. Neste contexto, Júlio evidencia a necessidade dos MCs conscientizarem os jovens “bagunceiros” através de suas “mensagens” com vistas a “colocá-los na linha”. Neste contexto, o jovem aponta para o rap como dispositivo que possibilita evitar a adoção de condutas desviantes e inadequadas pelos jovens o que remete à lógica

preventivista “cuja função é antecipar-se a uma eventual potência violenta que os jovens moradores de periferia representariam” (Silva & Silva, 2008, p. 135). Esta posição não foi apresentada apenas por este interlocutor. Elder, organizador da batalha, sempre costuma dizer no microfone sobre a proibição do uso de drogas ilícitas, além de deixar claro que a organização do movimento não defende o tráfico de drogas e nem a prática de outros atos ilícitos no local. É válido ressaltar que tanto a população quanto a polícia tentam criminalizar o evento focando justamente nesses pontos. Dessa forma, as perspectivas adotadas por Júlio e Elder, que também são compartilhadas por outros interlocutores, voltam-se para um modelo prescritivo de participação baseada na postura consciente por parte dos/das jovens, coerente com as normas vigentes (evitar práticas consideradas como causadoras de desordens para a polícia e para a vizinhança, tais como: uso e venda de drogas no local, ligar sons altos nos carros, permanência no local após às vinte duas horas, entre outras). Nesta perspectiva, o *rap* consciente emerge como sociabilidade saudável (Silva & Silva, 2008). A finalidade preventivista das práticas relacionadas ao *hip hop* também foi encontrada na pesquisa realizada por Donato *et al.* (2012) com um Coletivo ligado ao movimento *hip hop* da cidade de Belo Horizonte/MG. Neste estudo, as falas dos interlocutores apontam para a emergência do grafite como boa sociabilidade em contraponto à pichação tomada como uma prática desviante. Os autores salientam que este posicionamento adotado pelo Coletivo representa a reprodução de um modo de intervenção que vem ganhando visibilidade e adeptos dentro do movimento *hip hop*, especialmente entre os grupos, associações e posses que estabelecem parcerias institucionais com o poder público ou privado para subsidiar seus projetos e ações.

Neste contexto, buscam forjar modos específicos de participação e visibilidade das experiências juvenis a fim de que seja construída uma identidade positiva alinhada às normas sociais (Donato *et al.*, 2012). Nesta mesma direção, Regina Novaes (2002, p. 112) salienta que os grupos de *hip hop* que ganham visibilidade no cenário brasileiro, geralmente são contra as drogas

e pregam a paz. Essa postura adotada favorece conexões entre os mesmos com “instâncias governamentais, organizações não governamentais e igrejas”. A partir do exposto, pode-se notar que possibilidades de resistência se conflitam com modos de tutela e controle no âmbito destas práticas socioculturais.

Uma reflexão de Lima (2014, p. 111) demonstra a contradição entre participação autônoma e prescritiva presente no âmbito das práticas sociais voltadas para a juventude, através da análise de iniciativas culturais implementadas pelo governo municipal na cidade de Nova Iguaçu/RJ. Conforme o autor, o que se percebe nas práticas é que “todo comportamento que se afasta do público-alvo, do padrão, deve ser desconsiderado em nome da eficiência da política pública”. As ambiguidades e contradições existentes, neste cenário, estariam relacionadas ao fato de que:

a ‘nova’ ação social, está cada vez mais próxima da eficiência capitalista, que liga identidades a negócio e mercado. No entanto, a questão torna-se dramática à medida que a possibilidade de surgimento de sujeitos propositivos, capazes de ação política, é eclipsada. Existe um olhar, que de um lado valoriza a juventude e pelo outro a lê como sendo foco de problemas que devem ser tratados. Existem momentos de estimulação honesta da imaginação do Outro, que logo é convertida em tentativas de enquadrá-lo e normatizá-lo (Lima, 2014, p. 115).

Isto também pode ser observado no projeto *Batalha de Rap*. Ao mesmo tempo em que os colaboradores adotam e incentivam a postura crítica dos jovens a respeito das desigualdades sociais e situações de subordinações e opressões cotidianas, reproduzem discursos moralizantes que contribuem para a permanência da condição de subalternidade em que os jovens se encontram imersos.

De maneira geral, pode-se perceber que diferentes dispositivos e atores emergiram articulados a fim de manter a lógica vigente e o ordenamento da cidade conforme os interesses da classe dominante. É evidente que Estado (aqui, especificamente a instância municipal), a vizinhança (rica) e polícia não aceitariam de bom grado uma manifestação realizada por jovens pobres e periféricos em um espaço que, claramente, não foi projetado para tais fins. A praça e suas

adjacências demarcam os aspectos objetivos e funções materiais e simbólicas hegemônicas deste espaço urbano: o consumo e local de moradia da classe média.

Diferente dos centros das grandes metrópoles brasileiras que funcionam intensamente durante vinte e quatro horas por dia, a realidade do cenário no qual a pesquisa se desenvolveu apresenta outra dinâmica. Típico de uma cidade interiorana, relativamente pequena, a praça central e seus arredores, concentram durante o dia, um volume maior de pessoas, que circulam pelo espaço interessadas, principalmente, no consumo de bens e serviços. Já durante a noite, há pouca circulação pelo espaço. A presença de pessoas neste horário se deve especialmente a lanchonetes, que são frequentadas, em maior parte, por pessoas de camadas populares da cidade. A pouca movimentação garante a tão desejada “paz” e “tranquilidade” noturna aos moradores dos prédios residenciais da classe média e alta presentes no local. Porém, a partir da implementação do projeto *Batalha de Rap* na praça central, as noites de quinta-feira desta região, nunca mais foram às mesmas já que como enunciaram diversos interlocutores a partir do projeto “*a periferia invade o centro*”. Esta é mais do que uma fala qualquer, se constitui num poderoso enunciado que define bem o que passou a acontecer neste espaço: a apropriação do espaço central por jovens de comunidades periféricas.

De acordo com Arantes (2009, p. 18) os “lugares são espaços apropriados pela ação humana. São realidades a um só tempo tangíveis e intangíveis, concretas e simbólicas, artefatos e sentidos resultantes da articulação entre sujeito (identidades pessoais e sociais), práticas (atividades cotidianas e rituais) e referências espaços-temporais (memória e história)”, ou seja, a partir da apropriação, os lugares ganham (novos) sentido e são (re)significados. Neste contexto, os marcadores de classe e território emergiram como elementos importantes para compreender as disputas vivenciadas pelos jovens na apropriação do espaço central. Mesmo que vigore nas instituições da cidade em questão bem como no imaginário social a perspectiva de que estes jovens

representam um perigo (Coimbra & Nascimento, 2003) e que sejam diversas as tentativas de os colocarem “em seu devido lugar” (Donato *et al.*, 2012), os jovens resistem. Isto, na medida em que os jovens pobres de “cá” incomodam a burguesia de “lá”, ao “invadirem o centro”, insistem em fazer de “lá”, um pedaço (Magnani, 2005; 2013) do povo de cá.

Tal aspecto evidencia o agir político dos interlocutores. Ao levarem para o centro o que a juventude pobre vive através de sua música, estes jovens criam novos significados para as experiências cotidianas, o que propicia “(re)posicionamentos em relação a si e ao mundo” (Donato, *et. al.*, 2012, p. 231). Intervenções como esta assinalam para a (re)invenção de sentidos e funções dos espaços urbanos por jovens pobres, o que garante “uma nova visibilidade a jovens vindos das periferias, desafiam noções prévias sobre o funcionamento dos espaços públicos e revelam novas contradições da esfera pública democrática”, colocando em cheque as desigualdades sociais que são marcas registradas destes espaços (Caldeira, 2012, p. 31). Nesta mesma direção, Dayrell (2001) salienta que a ocupação de espaços centrais por jovens pobres tem significado simbólico importante já que são nestes locais que normalmente são alvos de discriminação, o que representa uma maneira de se afirmarem através da arte (Dayrell, 2001).

Portanto, pode-se inferir que o espaço urbano é construído pelas relações de poder que perpassam a sociedade, ou seja, a distribuição e circulação dos corpos pela cidade e pelas instituições são atravessadas pelas hierarquias sociais com base na classe, raça/etnia, geração, território e sexualidade. Neste cenário, a escolha pelo centro se torna, portanto, uma estratégia potente para colocar em evidência a contraposição centro-periferia, o que demonstra que ao contrário da suposta cisão entre essas duas realidades, os diferentes territórios urbanos estão conectados e apontam para conflitos, tensões e negociações entre os indivíduos que nelas habitam e circulam. Além disso, explicitam também o quão diferenciado é o acesso dos jovens pobres aos

bens materiais e simbólicos na ordem da cidadania (Costa & Menezes, 2009; Menezes & Costa, 2012).

Portanto, ao mesmo tempo em que os participantes se veem com suas possibilidades de fala e expressão limitadas, a apropriação do espaço central pelos jovens pobres permite que os mesmos (re)configurem a produção do sensível (Rancière, 1996), tendo em vista que o desenvolvimento do projeto fez com que este local se tornasse um espaço de sociabilidade, principalmente para jovens pobres. Interessante também observar a escolha de um dia “útil” (quinta-feira), para a realização das batalhas. Ao invés de optarem pelo final de semana, no qual é comum a realização de atividades de lazer e uso do tempo livre, o projeto é realizado nas quintas-feiras, subvertendo os trajetos (Magnani, 2005) esperados para um jovem pobre, de uma cidade pequena, em um dia de semana considerado “útil”, abrindo, portanto, novas possibilidades de trajetos. As tensões internas do movimento, bem como os conflitos vivenciados com a polícia, a vizinhança rica e a prefeitura evidenciam disputas relacionadas aos jogos de poder e a presença de hierarquias no âmbito das relações sociais. Tais aspectos apontam para a produção de litígios (Rancière, 1996) por parte dos interlocutores da pesquisa como também se vê em alguns momentos a captura dos mesmos pelos discursos hegemônicos.

Assim como destacado pelos interlocutores do grupo focal 1, a relação com a prefeitura também foi enunciada pelas participantes do grupo focal 2 como o principal aspecto que menos gostam no projeto. Neste caso, a questão apontada como conflituosa se refere a dependência do transporte público para a participação do grupo nos eventos nos quais realizam as apresentações de dança:

Eu acho que a gente tinha que.. eu acho que.. o fato que eu não gosto, o que eu não gosto é o fato da gente precisar de fazer uma apresentação e ficar dependendo de transporte público (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

Isso (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Eu acho que a gente tinha que ter uma Van só pra nós (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

Por mais cedo que a gente chega pra esperar, tipo assim, o Hugo fala pra gente assim “chega aqui na hora certa”, aí nós tá tudo aqui e demora um tempão, entendeu? Então a gente fica chateado. Igual uma vez a gente não chegou a nem apresentar e a gente esperou. Então a gente ficou chateado (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Foi mesmo (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Porque nós tava esperando, ele mandou a gente chegar na hora certa, a gente chegou até antes, né? Nós ficamos esperando e não foi apresentar (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Foi na praça isso (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Então, tipo assim, a gente fica chateado com isso, a gente não gosta (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

A gente depende do pessoal pra gente poder apresentar (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Então, e tipo, se eles não vieram ou se eles atrasarem a gente não dança (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

É (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Então, tudo depende do transporte (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Se tivesse pelo menos uma van pequeninha só pra gente, pra está a disposição da gente seria melhor (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

É (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Neste cenário a falta de um automóvel exclusivo para a instituição faz com que a ONG dependa de uma kombi cedida geralmente pela secretaria que faz a gestão da juventude no município para transportar os participantes do projeto para as apresentações. Como relataram as jovens, o professor solicita que os/as alunos/as cheguem no horário certo para esperar a condução sendo que como destacado em conversas informais, aqueles que não estiverem no local marcado no horário estabelecido são deixados para trás. Os/as jovens se sentem desrespeitados/as pelo fato do transporte público chegar atrasado ou não ir buscá-los/as, o que de certa forma mostra a precariedade das condições financeiras e materiais enfrentadas pelos membros da ONG para gerir os projetos. Uma vez que a instituição recebe um parco financiamento público e esporádicos

auxílios financeiros privados, os colaboradores passam por muitas dificuldades para realizar a manutenção e execução satisfatória dos trabalhos desenvolvidos.

Portanto, é possível notar que neste caso, o poder público não é tomado pelos/pelas jovens como adversário político (Prado, 2002). A queixa se refere apenas ao descaso com relação ao transporte enquanto “*ajuda*” tendo em vista que, como já foi destacado pelos/pelas jovens em outro momento desta discussão, a prefeitura é vista como uma parceira da associação no qual vigoram “trocas mútuas”. A partir do exposto, é possível inferir que estes/estas jovens se encontram capturados pelo discurso neoliberal de gestão das questões sociais no qual vigora a parceria entre poder público e organizações sociais (Coutinho, 2005; Borelli, 2008).

4.3 Desdobramentos das práticas e seus efeitos de poder para a participação política dos/das jovens

Este eixo visa identificar os efeitos de poder das práticas para a participação política dos/das jovens e seus principais desdobramentos comportamentais, simbólicos e materiais a partir da própria percepção dos/das interlocutores/as beneficiários. Os/as participantes dos dois grupos focais apontaram para diversas mudanças em suas vidas a partir da participação nas atividades desenvolvidas pela associação. Dentre elas, pode-se citar: ampliação da visibilidade e reconhecimento por parte da população; maior possibilidade de circulação pela cidade; a produção de um CD; participação em espaços de discussão como conferências e ampliação da perspectiva crítica sobre a realidade.

4.3.1 Desdobramentos comportamentais

Os/as interlocutores/as do grupo focal 2 relataram, como principal desdobramento da participação no projeto Aula de Dança, a mudança comportamental, especialmente em relação à perda da timidez. Isto, na medida em que, ao se apresentarem com frequência em eventos com grande número de expectadores, fez com que se familiarizassem com a exposição pública, o que permitiu com que ganhassem confiança e ficassem mais desinibidos/as:

Eu fiquei com menos vergonha, antes eu tinha vergonha de dançar e de fazer tudo. Agora eu não tenho mais (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Eu também (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

Eu também, antes eu morria de vergonha (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Eu acho que a dança me ajudou muito a..= (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

=A aprender também, né (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

A tirar um pouco da timidez que eu tinha (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

É (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

“Ah, o pessoal vai me ver e se eu errar”? Eu ficava muito, hoje não, hoje eu tô mais preparado, se errar continua (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

Eu não sabia nada não. Eu melhorei muito depois que eu entrei na aula de dança, perdi a timidez, eu era muito tímida (Alice, 17 anos – Grupo focal 2).

Eu também não fazia nada dentro de casa, não dançava essas coisas. Eu não sabia nada, eu fui aprendendo (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: E você Bianca que mudança que você percebe antes e depois?

Ah, os meninos já falaram tudo. Essa questão da timidez ajudou bastante porque, nossa gente, se a gente não dançasse aqui, sinceramente, eu não sei como seria chegar numa festa e começar a dançar= (Bianca, 20 anos – Grupo focal 2).

A perda da timidez emergiu também associada à aquisição de novas habilidades o que remete ao projeto como um espaço de aprendizagem. O aprimoramento de suas *performances* a partir da atividade possui outros efeitos para além daqueles desejados pelos colaboradores. Pode-

se salientar o fato dos/das jovens/as se destacarem perante os pares nos momentos de sociabilidade e lazer. Se antes de participar das aulas, chegar em uma festa e dançar era uma situação embaraçosa para muitos/as dos/das jovens, com os ensaios e as apresentações os/as mesmos/as passaram a se sentir mais confiantes, especialmente porque a maioria das músicas que são ensaiadas no projeto são *funks* e *axé* que estão na “*moda*” e que por isso são também tocadas nas “*baladas*”.

Ao destacarem esta dimensão, os/as jovens dão outro sentido para a dança. Diferente de ser um instrumento de intervenção como utilizada pelo professor, ela é apropriada pelos/pelas jovens como uma “*carta na manga*” em festas, auxiliando-os/as na sociabilidade, na paquera e na sedução, tendo em vista que através das *performances* bem-sucedidas na dança ganham visibilidade e prestígio entre os/as pares. Isto aponta para uma autonomia dos/das jovens sobre seus próprios corpos, diferente do que acontece no projeto no qual os mesmos encontram-se sob um processo contínuo e árduo de disciplinarização e normalização.

4.3.2 Desdobramentos simbólicos

A visibilidade e o reconhecimento foram evidenciados pelos/pelas interlocutores/as dos dois grupos focais como aspecto relevante advindo da participação nas atividades desenvolvidas pela ONG. Ao destacar estes aspectos, os/as jovens fazem referência ao protagonismo que tais práticas lhe proporcionaram perante a sociedade:

É mais as pessoas te conhecerem, você passa na rua, tá ligado? Na hora que você passa na rua “qual é Samuel” (risos). Você nem conhece a pessoa e a pessoa te conhece, isso aí acontece muitas vezes, muitas vezes [...] (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Então, eu, a, a, a partir do momento que eu comecei a me envolver com essa cultura, assim, do hip hop, fazer uns raps, assim, é igual o Samuel falou, né, velho, que você passa na rua as pessoas já “pô, você é o Elder, você tava rimando lá na batalha?”, às vezes também acontece muito um, uma coisa que já aconteceu direto aí agora depois que eu comecei a batalhar, pessoa que nunca falou comigo aperta a minha mão e me chama de

irmão agora, tá ligado? “Irmão beleza? Como é que você tá?” (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

É você chegar, e tipo assim, “pô, sua banda tocou aqui hoje e tal”. Igual, é isso pra mim porque, no caso, eu não batalho, então para mim ganhar não faz tanta diferença, sacou? Então, para mim ver o sorriso no rosto de cada um é muito bom. É muito gratificante você vê que tá dando certo, que você não tá sendo mais um peso pra sociedade, sacou? Tá sendo uma coisa pra mudança (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Teve também, né, muito reconhecimento= (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

=É (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Entendeu? Porque a gente tem apresentações, aí isso ajudou muito a gente a ter um reconhecimento lá pra baixo, nos lugares aonde a gente vai [...] (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

Neste cenário, pode-se dizer que a dança e a música emergem como atividades socialmente aceitas (Cecchetto; Corrêa & Farias, 2016) – mais a dança do que a música, tendo em vista que ainda vigora “a imagem que o *rap* é feito exclusivamente por criminosos” (Donato, *et al.*, 2012, p. 220) – e como mecanismos de expressão e projeção pública dos/das jovens (Malvasi, 2008), colocando-os/as em cena como protagonistas e dando visão a sua “positividade” (Tommasi, 2010). O protagonismo dos/das jovens pode ser verificado, especialmente em dois trechos dos relatos dos/das interlocutores. Na fala de Pablo “*é muito gratificante você vê que tá dando certo, que você não tá sendo mais um peso pra sociedade, sacou? Tá sendo uma coisa pra mudança*” e na fala de Rafael “*ajudou muito a gente a ter um reconhecimento lá pra baixo*”.

No primeiro trecho, emergem dois enunciados na fala do participante “*peso*” e “*mudança*”, no qual ele e os outros interlocutores do grupo focal 1 estariam incluídos no segundo aspecto. Pode-se dizer que os jovens como “*um peso pra sociedade*” remete a visão da juventude, especialmente pobre, como um problema social, disseminada pela mídia e pela sociedade em geral. “*Ser mudança*” pode ser interpretado como a visibilidade requerida pelos jovens, deslocando sua posição de sujeito invisibilizado para uma posição mais valorativa. Eles não querem ser vistos como problema, mas como a solução (Souza, 2006; Tommasi, 2010). No segundo trecho, emerge

a expressão “*lá pra baixo*” que faz menção ao binômio periferia-centro para se referir ao reconhecimento dos/das jovens pobres por parte da população rica que mora nas áreas centrais.

Como foi destacado em diversos momentos desta dissertação, o protagonismo se transformou em um conceito reiterado no campo de ação e intervenção voltadas para o público juvenil sejam elas governamentais e privadas bem como nos discursos de organizações e movimentos juvenis. Ele se sustenta, “sobre o sentimento de ‘invisibilidade’ e sobre a vontade de reconhecimento no espaço público: sou protagonista, não sou somente coadjuvante. E sou protagonista enquanto sujeito jovem que se reconhece numa hipotética ‘comunidade’ juvenil”.

Neste contexto, ele é enunciado como sinônimo de boa cidadania no qual o jovem dirige-se conforme os parâmetros normativos de solidariedade e compromisso com os seus pares e engajamento com as causas coletivas. O que se coloca para debate é que o discurso do protagonismo juvenil se baseia na perspectiva conciliadora na qual cabe ao jovem “ser um indivíduo ativo e responsável no âmbito da própria comunidade, dentro da qual se compartilham objetivos e um destino comum, independentemente da classe social de origem” (Tommasi, 2010, p. 6-7) o que levaria à invisibilização das hierarquias e conflitos existentes nas relações sociais. Portanto, pode-se inferir que tal visibilidade e reconhecimento correm o risco de ir nesta direção ao invés de contribuir para politizar suas ações.

4.3.3 Desdobramentos materiais

Com relação aos desdobramentos materiais, os interlocutores do grupo focal 1 destacaram a produção do CD pelo Coletivo como um aspecto de grande relevância. Isto, na medida em que os jovens não teriam possibilidade de realizar tal feito individualmente devido a restrições financeiras e falta de conhecimento técnico:

Ah, o coletivo, em si, o objetivo é.. é assim, é a mesma coisa que tá aqui, bater as ideias de frente, tá ligado? Juntar as forças pra bater de frente com o sistema. Igual eu, por exemplo, eu sozinho não, não daria, assim, pra fazer um Coletivo (nome do coletivo), fazer CD e o caralho a quatro, tá ligado? Eu não teria condição de fazer isso. Aí, uniu outro, juntou o outro que faz alguma coisa, igual a gente tava falando no debate passado, tá ligado? Juntou um que faz alguma coisa, um é produtor, o outro tem um beat, tá ligado? O outro tem isso aqui, o outro tem aquilo ali, aí vai e junta e faz aquela, faz aquela coisa massa de se vê, velho, tá ligado? É uma coisa que eu admiro em si do Coletivo (nome do coletivo). Porque os caras se juntou pra fazer a galera crescer, não só um, não só um grupo de rap, igual o CD= (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

=É, quem se destaca nas batalhas vai lá e grava, sacou?= (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

=Fez todo mundo óh, tem cinco, tem cinco caboclos no CD, tá ligado? Cinco grupos de, de rap no CD. Por quê? Porque foi uma junção de ideias, de pensamentos que nós podemos crescer em cima do sistema, não pode ficar parado, vegetando, igual, vamos supor, assim, ‘alienadássos’ no meio dele, tá ligado? É mais essa parada aí, o Coletivo (nome do coletivo) ajudou muito os MCs ali, tá ligado? Não foi só a mim não (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Como já foi abordado em outro momento desta dissertação, o Coletivo é um desdobramento do projeto Batalha de rap criado por Elias e Bruno a fim de produzir músicas e vídeos dos MCs visando ampliar a visibilidade das manifestações artístico-culturais dos grupos da região para além do caráter interventivo de projeto social no qual a batalha é designada por Elias. Como foi pontuado pelos interlocutores, o Coletivo representa uma estratégia coletiva que permite com que suas vozes ganhem ressonância no cenário cultural e social da cidade. Tal estratégia emerge, portanto, como possibilidade de participação política em que se articulam ideias a fim de construir formas de enfrentamento e crítica sobre as situações de desigualdades e opressões cotidianas compartilhadas pelos interlocutores e muito articulada à suas realidades de classe, raça e território.

O CD, neste contexto, é enunciado como um produto coletivo fruto de articulações dos diversos atores envolvidos. Um efeito político pode ser verificado neste cenário, já que, por meio deste produto, ocorre a instituição de uma fronteira entre “nós” (do movimento) *versus* “eles” (o sistema), um dos aspectos primordiais para a constituição de uma identidade política enquanto um processo psicossocial. Assim, é possível verificar que o Coletivo e seus produtos emergem como

“um espaço de expressão de antagonismos, onde o reconhecimento das relações de opressão possa ser enfrentado pela ação mobilizadora de demandas por equivalência” (Prado, 2002, p. 64). Sobre este aspecto, José Machado Pais (2006) destaca que:

o *rap* cultiva uma sensibilidade justiceira, ao denunciar situações de injustiça, para anunciar outros futuros. As palavras soletradas são recuperadas de uma semiótica de rua, transgressiva por natureza, palavras encavalitadas em palavões para melhor insultar, atingir, provocar. Palavras que são voz de consciência, que se vestem de queixumes, que se revestem de revolta. Voz singular (a de vocalista) que contagia, que se transforma num coletivo (*nós*, os do movimento) que se insurge contra *eles* (que não nos entendem) (Pais, 2006, p. 13).

O CD coletivo amplia as possibilidades de potência ao agregar múltiplas vozes do movimento em um só produto. Aqui, a música possibilita a articulação entre cultura e política e sua materialização através do CD proporciona que diversas reivindicações e denúncias dos jovens sejam enunciadas. Ao mesmo tempo em que tal dimensão foi destacada pelos participantes, o CD é enunciado também como uma ferramenta de trabalho sendo considerado um “*diploma*” para os *MCs*:

[...]Então, sem o CD, sem o seu material, como é que você vai mostrar o que você sabe? Entendeu? [...](Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

O nosso diploma é o CD, é a mídia que sai, entendeu? (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Entendeu? “Porra”, às vezes nem sabem também, mas, (risos), entendeu? Mas, se você mostrar ali, chegar com o CD e dizer “olha, eu tenho, eu fiz”. Pronto. Entendeu? (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Tipo, meu trabalho é o meu CD (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

O trabalho são as ideias concluídas, né (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Nesse sentido, pode-se dizer que o CD dá autenticidade ao *MC* o que remete à reflexão de Foucault (2001) a respeito da autoria. Para ele, a “função-autor” não parte da perspectiva do indivíduo como um criador através de sua capacidade originária, mas sim como uma complexa e variável função discursiva que aponta para a existência de certos grupos de discursos e afirma seu *status* dentro de uma determinada sociedade.

É possível verificar que Foucault (2001) inverte o pressuposto causal típico de autor-gera-discurso para perguntar como o discurso produz indivíduos como autores, com posições privilegiadas e uma série de possíveis posições-sujeito relacionados. Partindo desta perspectiva, pode-se inferir que os *MCs* são forjados como artistas autênticos a partir da produção do CD. Portanto, tal produto apresenta dupla função: materialidade de suas reivindicações e de sua posição de sujeito.

Já os/as interlocutores/as do grupo focal 2 foram unânimes ao indicar que a participação no Projeto Aula de dança contribuiu para expandir seu campo de experiências, especialmente devido à falta de alternativas de lazer e sociabilidade na comunidade. Neste contexto, a partir das apresentações, por exemplo, os/as participantes relataram que puderam conhecer novas pessoas, circular por outros territórios da cidade e de regiões vizinhas:

Quando a gente vai pra fora, fora de (nome cidade que os/as jovens residem), nós fica muito assim, ansiosa, sabe? Pra dançar [...] (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Porque depois tem coisa de comer (Risos) (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: É, vocês comentaram aí com relação às apresentações, é como se fosse um desdobramento das atividades aqui porque vocês ensaiam para poder se apresentar, né?

É. Igual uma vez que o Hugo falou “a gente faz a massa do bolo, mistura, compra os ingredientes, faz tudo, bota no forno pra depois, no dia da apresentação, nós comer”. Ele deu um exemplo assim. Aí a gente ensaia pra depois a gente mostrar o que a gente fez (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

As apresentações do grupo em eventos se constituem como a finalidade formal do projeto Aula de dança. Portanto, são elas que justificam a existência do mesmo “*ensaiar para apresentar*”. Uma reflexão realizada por Malvasi (2008, p. 611) sobre a participação de jovens pertencentes a uma ONG em eventos públicos a partir da mediação da percussão salienta que “as apresentações, enquanto extensão e concretização da atividade artística atuam [...] proporcionando marcas de pertencimento social aos jovens integrantes e afirmando o trabalho da instituição perante plateias

que representam a sociedade em geral”. Esta é uma característica comum das ONG que tem como público-alvo jovens pobres como mostra Sobrinho (2012):

percebe-se também que o investimento no campo da formação de jovens, não está apenas no trabalho educativo conduzido por adultos em oficinas, palestras ou métodos similares. Considerando as conexões das ONG, por meio de redes temáticas, as oportunidades ampliam-se, na medida em que há um bom desempenho dos jovens, com chances de circulação no circuito da cidade e fora dela. [...]. Das oficinas às viagens, o caminho percorrido possibilita a construção de vínculos e laços afetivos, de sentimento de pertença a um grupo ou a um tema. A ligação com educadores e as amizades criadas entre os jovens, geram uma comunidade de sentidos [...] (Sobrinho, 2012, p. 47).

Tommasi (2012, p. 113) faz uma ponderação a respeito desse aspecto. Ela indica que abrir o campo de possibilidades dos jovens é para muitos projetos sociais o principal mérito alcançado. Porém, frisa que “isso significa, também, organizar esse campo, oferecendo possibilidades de ‘inserção’ que são altamente reguladas, agenciadas, conduzidas”. Essa é uma questão verificada na presente pesquisa, já que só podem usufruir destas possibilidades os/as alunos/as que tiverem cumprido os requisitos impostos pelo professor (assiduidade, bom comportamento, domínio sob a coreografia, entre outros).

Eliana descreve em seu relato a metáfora de fazer um bolo utilizada por Hugo para explicar a dinâmica de suas práticas para/com os jovens. Os valores, as normas, as condutas prescritivas podem ser associadas aos ingredientes utilizados na receita. Os ensaios são representados como o processo de fazer o bolo: misturar a massa e colocar no forno. As apresentações podem ser tomadas como a exibição do bolo pronto. Por fim, na fala da interlocutora, o professor enuncia que quem come o bolo são os próprios jovens, ou seja, eles se fundem como objeto de intervenção e supostos atores da ação. Comer o bolo pode ser associado a diferentes aspectos: tornar-se visíveis positivamente aos olhos da sociedade; ampliação da circulação pela cidade; ampliação dos contatos e das redes de sociabilidade, etc.

Inicialmente pode parecer que tal processo emerge como possibilidade de agenciamento dos jovens. Porém, através das observações em campo no cotidiano do projeto pude observar que

a atividade se constitui como prática extremamente hierárquica, no qual o professor é responsável por todo o processo: planejamento e execução da atividade; controle dos comportamentos e *performances* dos alunos, permissão/seleção dos jovens que poderão participar das apresentações (ação baseada em critérios tais como: assiduidade, domínio sobre a coreografia, não possuir advertências) o que aponta para a dança enquanto instrumento de intervenção; os ensaios como processo de disciplinarização e normalização dos corpos dos jovens (produção dos jovens enquanto indivíduos formatados/normatizados); o professor como operador da gestão (o sujeito da ação); as apresentações como legitimação do discurso de poder da prática pedagógica (exposição positiva dos/das jovens); os/as alunos/as emergem tanto como objeto de intervenção e efeitos de poder e as “*regalias*” advindas das apresentações se constituem também como efeitos de poder das práticas pedagógicas.

Uma reflexão de Miguel Fraga (2000) a respeito do corpo em discurso pode contribuir para a compreensão do processo descrito acima como fabricação do corpo dos/das jovens enquanto objeto de intervenção e controle. Nas palavras do autor:

uma construção discursiva se efetiva no momento em que inscreve nos corpos dos sujeitos seus sinais distintivos, instaurando marcas que identificam e produzem visibilidades. O poder de penetração de um discurso na vida social está associado a sua capacidade de ser visto como algo ‘natural’, tornando imperceptíveis seus efeitos entre aqueles que se encontram capturados. Nessa complexa rede, um discurso ao mesmo tempo em que produz a visibilidade dos sujeitos, também produz a ‘invisibilidade’ de seu mecanismo de poder. Organiza a relação entre o que é normal e o que é desviante, dando um sentido de realidade àquilo que se vê, faz ou fala (Fraga, 2000, p. 97-98).

A partir desta perspectiva, pode-se dizer que as práticas produzidas no âmbito do Projeto Aula de Dança forjam modos prescritivos de participação a serem ocupados pelos/pelas alunos/as. A incorporação deste discurso pelos/pelas jovens é eficaz tendo em vista que o poder emerge como produtivo (Foucault, 2015) já que a adoção de tais parâmetros normativos gera benefícios para aqueles que se submetem às normas. No caso em questão, pode-se explicitar como exemplo a participação nas apresentações e todas as possibilidades positivas que vem junto com ela. Portanto,

deve-se compreender a ONG como dispositivo biopolítico no qual, para que o controle exercido pelo professor seja eficaz, seu mecanismo de poder deve se manter invisível (Fraga, 2000).

Assim, a dança emerge como um instrumento de controle e é enunciada como prática pedagógica visando forjar *performances* disciplinadas e condutas “saudáveis”. Neste cenário, as relações de poder e a hierarquização imbricadas na relação professor/aluno passam a ser naturalizadas e traduzidas como funcionais e positivas (Sento-Sé, 2003) sendo, inclusive incorporadas e dissimuladas pelos/as próprios/as alunos/as.

4.3.4 Reflexões acerca dos efeitos de poder das práticas para a participação política dos/das jovens

Segundo Menezes e Costa (2012, p. 51), para pensar sobre a participação política juvenil é primordial ter em mente “os sistemas de referência, o contexto democrático vigente e a cultura política brasileira”. Como já foi abordado em outros momentos desta dissertação, a cultura política brasileira está historicamente vinculada a que Teresa Sales (1994, s/p) designou como cidadania concedida. Desde o período escravocrata, todos os direitos sociais e civis foram traduzidos como favores, dádivas do senhor de terras concedida aos homens livres e pobres. A cultura da dádiva é “a expressão política de nossa desigualdade social, mediante a relação de mando/subserviência”. Ela “sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da escravatura, expressou-se de uma forma peculiar no compromisso coronelista e chegou até nossos dias” sob a forma de ação política baseada na lógica assistencialista e clientelista marcada pelo favoritismo e personalismo. Não se pode esquecer também dos anos marcados pela ditadura no qual vigorou práticas autoritárias por parte do Estado.

Foi com a instauração da democracia após os anos 1980 que ocorreu a abertura dos modos de interação entre Estado e sociedade civil. Neste contexto, foram criados canais e espaços institucionais para intermediar tais instâncias como: “os conselhos setoriais, conferências, orçamento participativo, entre outros. Nesses espaços, as organizações sociais podem interferir nos rumos das políticas públicas, pressionando o Estado a responder às diferentes necessidades e demandas das mais diversas identidades coletivas” (Menezes & Costa, 2012, p. 51). Essa rápida retomada dos aspectos históricos da cultura política brasileira são o pano de fundo para compreender os modos de participação política juvenil ativadas (ou não) a partir da inserção dos/das participantes da pesquisa nas atividades desenvolvidas pela ONG. Com base nos relatos dos/das interlocutores/as, duas dimensões podem ser destacadas como efeitos de poder das práticas que vão nesta direção: ampliação da perspectiva crítica dos jovens sobre a realidade e participação em espaços de discussão como as conferências municipais.

Os interlocutores do grupo focal 1, por exemplo, apontaram que a participação no projeto “Batalha de Rap” e o envolvimento com a cultura *hip hop* contribuiu para que tivessem um novo olhar sobre as questões sociais tais como: a política institucional, a religião, as desigualdades sociais, o racismo, a violência policial, o preconceito, entre outras. Este último inclusive foi apontado pelos jovens como a principal causa pela qual lutam. De acordo com Prado e Perucchi (2012, p. 350), o preconceito tem sido utilizado como forma de regular as interações entre os atores e grupos a fim de “não permitir que relações subordinadas se transformem em política, ou seja, em relações de opressão”. Ao atuarem contra este aspecto, os jovens rompem com tal lógica. Neste contexto, estes jovens disseram ter “*expandido a mente*” para seu cotidiano o que teria contribuído na produção de perspectivas críticas sobre suas realidades:

Minha mente era muito fechada mesmo quando eu era, antes de envolver, de ter esse envolvimento, entendeu? (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Depois que eu comecei a me envolver abriu muito a minha mente sobre questões aí de tudo, né, política, religiosidade, de tudo, assim, abriu um pouco a minha mente (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

Em todos os quesitos, né (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

São as coisas que abrem a mente da gente, tá ligado? O rap é [assim] (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

Ah, cara, depois que eu conheci o rap eu conheci a fonte do conhecimento, né, porque o que acontece? Porque, velho, o conhecimento é tudo, entendeu?[...] (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

No meu caso, só aguçou mais o meu espírito de coletividade, entendeu? (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

O rap foi enunciado por Júlio como “*fonte do conhecimento*” o que aponta para o quinto elemento do movimento *hip hop* no qual o conhecimento “colabora para dar sustentabilidade ético-política ao movimento, formulado como um campo de princípios e valores a serem cultivados por seus membros” (Costa, Menezes, Montenegro & Samico, 2012, p. 238). Além disso, demonstra a identificação do mesmo por essa linguagem artística, especialmente pelas letras que retratam as mazelas e as desigualdades vividas pela população pobre da periferia de modo geral, e pelos jovens pobres e negros em particular. Para os jovens, o microfone representa uma “*arma*” que possibilita que tenham vez e voz e que lhes permite disseminar suas “*mensagens*” aos pares e a seus adversários políticos (Prado, 2002). O contorno político dessa forma de ação pode ser verificado nas expressões sempre enunciadas pelos *MCs* em suas apresentações no projeto: “*o rap é compromisso*”, “*R-A-P é resistência*”. Assim, a música (*rap*) emerge tanto como expressão artística quanto como instrumento de ação política. Neste cenário, o ato político evidencia-se intrinsecamente relacionado à vida comum e à cotidianidade “demonstrando a conexão imanente entre ação política e modos de subjetivação” (Neto, 2006, p. 71). Sobre este aspecto Rancière (1996), destaca que:

a política é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação. Por *subjetivação* vamos entender a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja

identificação, portanto, caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência. [...] A subjetivação política produz um múltiplo que não era dado na constituição policial da comunidade, um múltiplo cuja contagem se põe como contraditória com a lógica policial (Rancière, 1996, p. 47-48).

Dessa forma, os interlocutores, aos buscarem através de sua música, de seu modo de vestir e através da apropriação do espaço central “*incomodar*” os vizinhos ricos, o poder público e a polícia, instauram um litígio (Rancière, 1996), tendo em vista que a partir deste campo criam rupturas na ordem social vigente (Mayorga, 2013). Isto, ao passo que desnaturalizam as subordinações, transformando-as em situações de opressões (Prado & Perucchi, 2012). Ao ocorrer um processo de desidentificação por parte destes jovens dos lugares designados socialmente a eles (“*perigosos*”, “*vagabundos*”, “*um peso para a sociedade*”) estas “identidades definidas na ordem natural da repartição das funções e dos lugares em instâncias de experiência” (Rancière, 1996) são desnaturalizadas e se tornam alvos de ação política. Isto aponta para um efeito político proporcionado pela atividade:

[...] o negócio é tá incomodando, entendeu? (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Incomodar o sistema, velho (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

O rap é isso, você tem que incomodar, você tem que chegar pra pessoa te ouvir e perceber o que você quer dizer, porque você tá ali. É igual criança, a criança ela chora até você adivinhar o que ela quer ué, ela não sabe falar ué (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

De flanco em flanco a mudança acontece (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Ela quer ué, você não sabe se é fome, se quer dormir, mas, ela tá chorando até você acertar, mesma coisa é o rap (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

É, o negócio é não passar despercebido (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

A gente quer ser ouvido mesmo, por todo mundo, nós não quer deixar, tipo assim, nem o prefeito passar batido, nem o polícia, a gente quer que ouve mesmo o que nós tem pra dizer sobre eles mesmos, principalmente eles mesmos [...] (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Novamente emerge a instauração de uma fronteira (Prado, 2002) entre “nós” (do movimento) *versus* “eles” (agora enunciado como o poder público e a polícia). Para que o enfrentamento das desigualdades seja eficaz, os interlocutores frisaram a necessidade de

articulação coletiva estratégica tendo em vista que os mesmos têm consciência do campo de forças e das relações de poder em que se encontram imersos. Como destacou Pablo, “*de flanco em flanco a mudança acontece*”. Esse mesmo interlocutor pontuou que para conseguirem mudar a realidade em que se encontram é preciso articular a música com a luta, ou seja, além de se expressarem devem se mobilizar conjuntamente em prol das causas defendidas. Por isso, os participantes sempre frisam sobre a importância de fortalecerem o movimento a fim de que possam ganhar forças, o que indica a importância da coletividade como forma de ação (Mayorga, 2008). Este aspecto pode ser verificado no exemplo dado por Samuel:

[...] Igual um formigueiro. Você já viu formigueiro? Uma formiga não faz o trabalho de um formigueiro inteiro, é na coletividade, tá ligado? Sempre um ajudando o outro (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Neste contexto, os interlocutores enunciam que é através da organização coletiva que outras sensibilidades podem ser redesenhadas a fim de alcançar a transformação social de suas realidades (Mayorga, 2008). Conforme Castro (2008, p.253), “a participação política não pode desvincular-se das condições subjetivantes que darão forma ao sentimento de pertencimento à coletividade por parte de jovens e de crianças e de como essa coletividade é representada por eles”. Portanto, é porque os interlocutores compartilham das condições de serem jovens, pobres, negros, moradores de comunidades periféricas que é possível forjar uma luta comum e uma identidade política (Prado, 2002; Prado & Perucchi, 2011).

É válido ressaltar, como já foi discutido em outro momento desta dissertação, que este campo de ação é perpassado por contradições e tensões internas, especialmente com relação ao cerceamento, por vezes, das vozes dos jovens no projeto por parte do organizador Elias devido, por exemplo, à relação estabelecida com o poder público ou pelo fato dos jovens fugirem dos parâmetros normativos de participação. Isto pode estar relacionado a uma hierarquia geracional, tendo em vista que Elias é um adulto de trinta e cinco anos e está à frente do projeto como seu

principal representante legal. Na medida em que o público principal do projeto é formado por adolescentes e jovens pobres, pode-se dizer que o organizador como o único adulto emerge como aquele que deve zelar pelo projeto frente às instâncias como a polícia, a prefeitura, a própria família dos jovens, o que o coloca em um lugar de poder.

Conforme Castro (2007, s/p), o lugar dos adultos como representantes das demandas e anseios de crianças, adolescentes e jovens no espaço público faz com que esses seguimentos sejam incapazes de articular seus interesses por si próprios, tornando-os invisíveis politicamente. Portanto, a própria tentativa dos jovens de se tornarem sujeito da ação política no âmbito interno do projeto emerge também como uma disputa política.

Neste contexto, vê-se que possibilidades de participação autônoma se conflitam com modos de governo. A própria cooptação dos jovens pelos discursos que os subjugam como aprendizes, por exemplo, é compreensível tendo em vista que, como pontuou Tommasi (2005, p.17), “assumir uma identidade institucional é relativamente fácil e, de certa forma, confortante, para indivíduos cuja identidade de jovens (geralmente pobres e negros) é constantemente negada, diminuída e, não raras vezes, pisoteada”. Assim, devido às poucas possibilidades existentes de expressão, mesmo que funcionem, certas vezes, como limitadas, constituem como uma oportunidade de reconhecimento valorizada por estes jovens.

Com relação ao segundo aspecto, que diz respeito sobre a participação dos/das interlocutores/as em espaços de interlocução com a política tradicional (institucional e representativa) pôde-se perceber diferentes posicionamentos que apontam desde o descrédito dos mecanismos formais de participação como conselhos e conferências quanto a valorização destes dispositivos como importantes espaços de discussão. Os interlocutores do grupo focal 1, em sua grande maioria, relataram evitar estas vias de participação. Isto, por não acreditarem em sua

efetividade já que tais canais de interlocução estão relacionados à política representativa, instância por eles criticada:

Pesquisadora: Eu queria saber se além do movimento do hip hop, no caso, se vocês já participaram ou se vocês participam de outros espaços de discussão como conselho municipal de juventude ou outros, conselho municipal de saúde ou de conferências ou se vocês não costumam participar desses espaços?

Não (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Ah, eu, em si conferência de, da cultura mesmo, já fui em muitas, em muitas já. Elias me convida pra ir em muitas pra eu ficar por dentro mais das, do que é, do que é direito nosso do que é que não é, entendeu? É mais essa parada aí, pra mim é nesse caso (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Pesquisadora: E vocês?

Eu não (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

Muito pouco (risos) (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Como indicam os relatos, apenas Samuel enunciou participar de conferências municipais, especificamente as de cultura, com certa frequência. Isto, a convite de Elias. Este espaço é apontado pelo jovem como forma de “ficar por dentro de seus direitos”. Mas, apesar disso, o mesmo não menciona sua possibilidade de fala neste contexto. Quem articula as demandas do grupo nestes espaços é Elias, o que demonstra que os/as jovens ainda são tomados como público e não como sujeitos capazes de contribuir para a discussão política em espaços formais de discussão. Aqui, cabe novamente a reflexão de Castro (2007) a respeito da representatividade dos adultos como porta-vozes dos jovens. Elias, por ser o único autorizado a falar das demandas juvenis está contribuindo para invisibilizar a emergência dos jovens como sujeitos da ação política.

Ao serem indagados dos motivos da não participação, os outros interlocutores do grupo focal 1 indicaram várias razões. De maneira geral, pode-se dizer que elas se concentram em três questões: 1) falta de diálogo articulada ao abuso de poder 2) Manipulação; 3) Encenação.

A falta de diálogo foi explicitada por Pablo e Elder como aspectos que impedem a construção de uma relação respeitosa entre os diversos indivíduos e grupos envolvidos nestes

espaços de discussão. Ao contrário disso, eles pontuam que lá vigora a “gritaria” considerada por eles como uma estratégia infértil:

Pesquisadora: É? Qual são os motivos, assim, para vocês não irem?

Eu creio que, tipo assim, mano, lá é um lugar que eu não vejo tanto respeito, sacou? Como ocorreu ontem na câmara ali. Pô, pra mim ali é um lugar, um lugar de trocar ideias e não de gritaria como tava, às vezes, ontem, tá ligado? Um alterando a voz com o outro. Pô, vamos raciocinar, uma roda de maconheiro, por exemplo, os caras nunca alteram a voz, os caras conversam entre si: “ah, tá ligado? A gente podia mudar e tal, não tô gostando dessa parada”, os caras entram num consenso, ali não, ali rola gritaria, rola tudo, rola falcatrua e no final não dá nada, sacou? É isso que eu vejo ali, mano, eu não vou por isso, porque eu não consigo ficar num lugar onde tá aquela gritaria chata e não chega a lugar nenhum, sacou? Nego gritando e várias vezes ao mesmo tempo e não muda nada. Pra nós não, a gente aqui tenta mudar o que? Cantando rap, tá ligado? Por isso que eu não participo tanto (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Pesquisadora: E você Elder?

Praticamente as mesmas palavras do Pablo, né, velho, porque igual aquele debate que teve ontem sobre o transporte público na câmara lá, bate boca, bate boca, bate boca, todo mundo gritando, acabou que acabou a reunião e ninguém expos nenhuma ideia, porque todo mundo quis gritar e= (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

=Quando expos foi travado, entendeu? Essa que é a questão= (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

=Isso que eu ia falar. Todo mundo quis gritar e falar mais alto que o outro= (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

= Quando alguém vai com uma ideia realmente ali, nego não quer te ouvir, quer te cortar, você vai com a ideia pra mudança mesmo, nego “ah, não vai fazer porque eu não quero”. Quem tem poder age assim, entendeu? [...] (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Os jovens trouxeram em suas falas para exemplificar como seria, para eles, as relações estabelecidas nestes contextos formais de discussão o episódio de uma audiência pública realizada na câmara municipal da cidade sobre mobilidade urbana com ênfase no transporte público que havia acontecido no dia anterior à realização do encontro do grupo focal. Conforme os jovens, na ocasião da audiência, houve “gritaria” e “bate-boca” entre vereadores e população, o que para eles não representa um bom método de ação. Pablo, para exemplificar a forma que considera como eficaz na resolução de questões coletivas, descreve como acontece o diálogo em uma roda de maconheiros. Neste contexto, segundo o jovem, não existe “alteração de voz”. Ao contrário disto,

os indivíduos conversariam amistosamente entre si a fim de chegarem a um consenso. Assim, ao designar a prática consensual como finalidade a ser alcançada entre atores antagônicos, a fala do interlocutor evidencia o “apagamento das formas do agir democrático” (Rancière, 1996, p. 104) tendo em vista que o mesmo se configura a partir do conflito.

Ao mesmo tempo que os jovens apontam para o consenso, eles pontuam sobre o fato de um jovem representante da sociedade civil (agente cultural) ter sido tolhido ao fazer uso da tribuna livre o que evidencia uma ação inconstitucional. Na ocasião, o mesmo teria lançado mão de uma *performance* teatral, o que causou grande incômodo nos parlamentares. Ele teve o som do microfone cortado pelo procurador da Casa, pois estaria “*fugindo do tema*” da audiência. Além disso, foi agredido fisicamente pelo marido da presidente da Câmara ao tentar tirá-lo a força da Tribuna. Tal situação foi compreendida pelos dois interlocutores que acompanharam o debate como abuso de poder por partes dos agentes públicos: “*quem tem poder age assim*”. Uma reflexão de Menezes e Costa (2012) acerca do porquê que os jovens não priorizam os espaços institucionais como campo de luta política pode ajudar a entender a recusa da participação dos mesmos nestes espaços de discussão. Uma das hipóteses levantadas pelas autoras vai na mesma direção do que os interlocutores indicaram acima. Nas palavras das mesmas:

uma de nossas hipóteses é por ser este um campo de grande conflituosidade, com destaque para as relações assimétricas de poder impostas pelos adultos, com formato disciplinador, pouco afeito as inovações no modo de operacionalizar e expressar suas demandas; e com um estilo de disputa político-social que desmotiva a enfrentar no campo institucional esse confronto geracional já tão presente em seu cotidiano (Menezes & Costa, 2012, p. 52).

Além de se recusarem a vincular-se a partidos políticos, de não participarem de espaços de discussões formais tais como conferências e conselhos, os jovens pontuaram também votar branco ou nulo nas eleições. Estes posicionamentos podem estar relacionados à imagem negativa que os mesmos possuem acerca dos políticos (Menezes & Costa, 2012). Ao mesmo tempo que a recusa destes mecanismos como formas de participação evidencia uma postura crítica por parte dos jovens

frente às incongruências presentes no contexto político atual, como a corrupção, por exemplo, “corre-se o risco de se evitar confrontar e lidar com as engrenagens mais amplas a que estão submetidos e os diversos interesses que dividem a sociedade mais ampla” (Castro, 2008, p. 265), além de impedir sua interferência nos rumos das políticas públicas por meio da pressão e da reivindicação frente ao Estado para que seus direitos sejam efetivados (Menezes & Costa, 2012).

Outro aspecto destacado pelos interlocutores foi a possível tentativa de manipulação dos jovens nestes espaços de discussão. Nesse sentido, os participantes apontaram que alguns políticos se apropriam do projeto na tentativa de conseguirem benefícios pessoais, aspecto já destacado em outro momento desta dissertação ao dizerem sobre a ida de políticos na batalha em época de eleição a fim de angariarem votos:

ah, cara, o meu pensamento é assim, vamos supor, a gente, velho, tá, tipo, sendo usado, entendeu? Pela, pela movimentação, velho. Por que o que acontece? A gente, vamos supor, a gente tá sendo manipulado, entendeu? Assim, não é manipulado. A gente faz rap é porque a gente, entendeu? Mas tem gente, tem pessoa que aproveita, entendeu? Do pensamento do cara, da inteligência dele pra usar, assim, em outros bens, ter outros retornos, entendeu? “Ah, não, se o cara tem isso, tem aquilo, pô, vamos usar, vamos usar a mente dele pra vim algum retorno pra gente”, entendeu? [...] (Júlio, 21 anos – Grupo focal 1).

Tal aspecto também foi destacado pelos integrantes de uma rede do movimento *hip hop* de Pernambuco participantes da pesquisa de Menezes e Costa (2012). Conforme as autoras, “a rede, por sua vez, não tem o campo das políticas públicas como referência e não trava diálogo com o Estado porque o entende como aparelho de manipulação da juventude”. Neste contexto, os jovens adotam uma postura crítica a respeito da condução política pautada no descompromisso dos políticos com as demandas da sociedade, no qual ao invés de estarem agindo em prol da coletividade vigora o interesse pessoal (Menezes & Costa, 2012, p. 50). Porém, ao optarem por essa postura, correm o risco de não enfrentarem os aspectos macroestruturais, como já discutido acima (Castro, 2008; Menezes & Costa, 2012).

Por fim, os participantes salientaram que em tais espaços de discussão vigora a encenação, como sugere a associação das relações estabelecidas nestes contextos com um espetáculo de circo enunciado por Pablo. Isto, já que os representantes do poder público fingem estar interessados nas demandas da população o que para eles não passa de uma farsa. A encenação é evidenciada no trecho “*quem tem mais poder vai falar mais alto*”, ou seja, neste cenário não vigoraria os interesses do povo nem a simetria entre poderes, ao passo que uns tem mais poder que outros. Assim, expressar-se nestes espaços seria para os jovens “*jogar a ideia para o vento*”:

Eu não vou porque, na moral mesmo, eu acho que, tipo assim, eu até concordo com a opinião deles, claro, em momento nenhum discordo não, mas, eu vivo a minha vida mesmo, não fico correndo atrás desses bagulhos não porque na minha opinião, na minha cabeça, tipo assim, tirando igual o Samuel falou de você procurar os seus direitos, de você procurar a saber quais são os seus direitos, pra mim tirando isso daí o resto é tudo perda de tempo, entendeu? Pra mim, tipo assim, você chegar e procurar a política e falar, porque na verdade você tá ali pra ouvir mentira cara, os caras, igual ele falou, o poder, entendeu cara? Ou, quem tem mais poder vai falar mais alto, então, você vai tá ali pra jogar a sua ideia E PÁ= (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

=Pro vento, né?= (Elder, 19 anos – Grupo focal 1).

=Pra perder o seu tempo e o cara não tá nem aí. Então, tipo assim, eu acho que.. eu tento mudar mais as pessoas que tão perto de mim mesmo e tentando viver minha vida mesmo, longe desses negócios de conferência, esses negócios de ir procurando mesmo lá, ir longe, entendeu? E pá. Por aí eu acho que já é uma, o primeiro passo mesmo, você mudar quem tá perto de você mesmo pra depois tentar mudar quem tá longe, entendeu? Pras pessoas começar a ouvir. Aí eu nem procuro não, não fico por conta dessas paradas não, mas, acho que, entendeu? Igual o Samuel falou, o bagulho de procurar os seus direitos mesmo, eu ia, aparecia se o Elias me chamasse também com certeza eu iria, mas, questão de debate político, essas questões, assim, de saúde, educação, isso daí, na moral, eu não procuro não, velho (Renan, 21 anos – Grupo focal 1).

É o que eu costume dizer que ideia pura não vale de nada mano, então (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

É, política comigo também, nem, nem procuro ver mano e nem saber o que tá se passando porque eu já sei que é uma mentira danada, todo mundo já não quer saber de “porra” nenhuma, tá ligado? (Samuel, 20 anos – Grupo focal 1).

Tá ali porque tem que tá ali, tá ligado? Virou um circo, né, mano [...] (Pablo, 19 anos – Grupo focal 1).

Os participantes parecem rejeitar o discurso do protagonismo juvenil que coloca o jovem como ator que deve negociar com outros agentes nesta encenação da política (Souza, 2006). Aqui,

cabe pensar sobre como o protagonismo juvenil é produzido dentro dos espaços das conferências, canais legitimados para a participação social e política. Pode-se constatar que o protagonismo disseminado nestes contextos, assim como em outros mecanismos de participação institucionalizados como partidos políticos e sindicatos ainda se encontram ancorados na lógica adultocêntrica (Castro, 2007, 2011, 2008; Mayorga, *et al.*, 2008; Menezes & Costa, 2012) do que se espera de um protagonismo juvenil. Isto faz com que os jovens não se vejam como agentes políticos autônomos, capazes de decidir o que eles entendem como protagonismo e como agir efetivamente, pelo contrário, os relatos dos interlocutores indicam que neste cenário vigora um protagonismo manipulado. Dessa forma, os mesmos destacam tal modo de participação política como não efetiva.

Segundo Mesquita, Bonfim, Padilha e Silva (2016, p. 291), o descrédito por parte da população em geral e dos jovens em especial “frente a política institucional em sua dimensão mais cotidiana, ligada à ideia de democracia formal e ao sistema político partidário, eleitoral” é fruto de uma conjuntura política perpassada por escândalos acerca da má utilização do dinheiro público. Além disso, devido à ineficácia das políticas públicas por não agir estruturalmente sobre aquilo que se propõe a fazer. Isto faz com que Renan, por exemplo, opte pela atuação em microcontextos, pela produção de microresistências através da ação local ao invés do engajamento em espaços institucionalizados de participação como pode ser observado no trecho “*o primeiro passo mesmo, você mudar quem tá perto de você mesmo pra depois tentar mudar quem tá longe, entendeu?*”.

Já os/as interlocutores do grupo focal 2 relataram participar de conferências municipais, especialmente, porque o grupo é convidado para compor muitos destes eventos como atração cultural. Assim, por já estarem presentes no local também participam das discussões realizadas:

Pesquisadora: Eu queria saber também se pra além do espaço da ONG vocês participam de outros espaços de discussão como conselho de juventude, de cultura, conferências?

Já (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: Quais?

Ah, de vez em quando tem umas conferências pra gente ir. Aí, é.. tipo o Hugo que avisa a gente quando tem. É porque agora eu não lembro o nome que eles dão lá, mas sempre tem= (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

=A gente participa sim (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Esse ano a gente participou de uma. Eu acho [...] (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: Aí como é a participação de vocês lá quando vocês participam?

Não, foi no ano passado (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

É, a gente dança ou=(Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

=Ou é dançando ou a gente pega, tipo assim, um /conjunto assim e conversa sobre o assunto/ (Lia, 19 anos – Grupo focal 2).

/É pra discutir alguma coisa/ (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: Ah, discutindo e dançando também?

É, participa, dança (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

Aí são grupos, aí nós somos divididos, aí, cada grupo dá sua opinião quando tem a, cada grupo tem um tema (Paula, 17 anos – Grupo focal 2).

Pesquisadora: E vocês consideram importante, gente, esses espaços de discussão?

Ah, eu acho bom, né, tem que ter né, /ah tem muito pouco/ (Rafael, 25 anos – Grupo focal 2).

/Você [fica] bem conhecido/, né, às vezes a pessoa fala “olha lá, aquele lá dança no (nome da ONG)”. Às vezes a pessoa conhece (Eliana, 17 anos – Grupo focal 2).

Diferente dos participantes do grupo focal 1, os/as interlocutores do grupo focal 2 relataram considerar estes espaços de discussão como importantes. Rafael, inclusive indicou que deveriam acontecer discussões com mais frequência. Mas, além da possibilidade de diálogo, Eliana frisa que tais eventos proporcionam reconhecimento ao grupo, o que sugere a aderência pela jovem do discurso do protagonismo juvenil (Souza, 2006), tendo em vista que por se apresentarem em tais eventos os/as jovens passam a ser conhecidos/as pela população de forma positiva.

Um aspecto emergiu como denominador comum na participação de Samuel e dos/das participantes do grupo focal 2 em conferências municipais. Em ambos os casos, a participação dos/das jovens foi intermediada pelos colaboradores da ONG. Renan, por exemplo, ao dizer que entende o posicionamento de Samuel sobre a participação em conferências de cultura, apontou, inclusive, que participaria caso fosse convidado por Elias. O fato das informações acerca das conferências serem desconhecidas por parte dos/das jovens, a não ser pela mediação dos colaboradores da ONG, indica que apesar deste ser um espaço aberto a todos/as os/as cidadãos/cidadãs apenas uma pequena parcela da população possui conhecimento destes mecanismos de participação social.

Tal fato pode estar relacionado à cultura política brasileira como pontuado por Menezes e Costa (2012), assentada historicamente na ação vertical, conservadora e autoritária por parte do Estado. Além disso, é possível verificar no contexto dos projetos a existência de uma hierarquia geracional articulada ao aspecto institucional que faz com que os organizadores Elias e Hugo ocupem lugares de poder legitimados emergindo como os únicos aptos a dizer sobre os projetos desenvolvidos pela ONG e sobre demandas dos grupos. Dessa forma, “a institucionalidade é que controla e restringe, reiterando a dimensão da juventude como um seguimento de participação política instituído dentro dos limites da designação adulta” (Souza, Marçal, Lino, Mayorga & Prado, 2012, p.108). Portanto, pode-se dizer que a institucionalização contribui para a designação de lugares diferenciados a serem ocupados pelos diversos atores no interior dos projetos contribuindo para a subordinação de alguns deles.

Entre os colaboradores da ONG, Hugo afirmou ocupar uma cadeira reservada à sociedade civil no conselho de cultura municipal como representante da ONG. Ele relatou considerar este mecanismo de discussão como importante possibilidade de participação. Porém, frisou não abordar esta temática com seus alunos porque se considera leigo destacando que “*está aprendendo sobre*

esse assunto”, o que pressupõe a existência de códigos de conduta e linguagens específicas nestes espaços de discussão pautadas numa perspectiva de participação adultocêntrica (Castro, 2007, 2008, 2011; Mayorga *et al.*, 2008; Menezes & Costa, 2012) e elitista, as quais o colaborador não domina. Isto, na medida em que no município que a pesquisa se desenvolveu, os representantes do poder público e a maior parte dos indivíduos que participam destes espaços de discussão são adultos, pessoas com nível de escolaridade elevada e pertencentes a estratos sociais privilegiados.

Elias, Miguel e Diego relataram que já participaram de conferências. Elias, das conferências da cultura e Miguel e Diego das conferências LGBT juntamente com os jovens beneficiários do grupo focal 2. Apesar disso, frisaram que preferem deixar a intermediação direta e de representação da associação nestes espaços de discussão a cargo de Hugo. Elias justificou tal posicionamento pela falta de tempo para participar ativamente como conselheiro, por exemplo, tendo em vista que, além de seu envolvimento com a ONG, precisa trabalhar e cuidar de sua família. Este é um desafio no âmbito das práticas coletivas já que os indivíduos precisam conciliar questões de sua vida pessoal aos projetos coletivos que demandam tempo e energia (Mayorga *et al.*, 2008).

Já Miguel e Diego consideram Hugo como interlocutor mais apto a exercer tais funções, pois é considerado por ambos como um líder. Porém, foi possível perceber na interlocução com os/as participantes que não existe a construção de uma pauta coletiva a ser negociada nestes espaços da política-institucional, o que contribui para a despotencialização da participação. A exemplo do que pontuaram Menezes e Costa (2012, p. 57) a respeito da luta do movimento *hip hop* por elas pesquisada, a “construção de habilidades de negociação e visão estratégica” emergem como desafios a serem enfrentados pelos interlocutores a fim de tornar suas ações mais potentes politicamente.

Outro aspecto importante destacado por Elias se refere ao fato dele separar sua participação na ONG como atuação social e cultural e seu ativismo político como uma ação individual

independente da instituição. Segundo ele, este foi um acordo firmado entre os membros da ONG para evitar impasses que prejudicariam o desenvolvimento de seus trabalhos. Isto porque segundo o interlocutor o posicionamento político, por exemplo, apoiar a candidatura de um determinado candidato a prefeito, pode atrapalhar a interlocução com o poder público caso a oposição ganhe as eleições. Mas, apesar disso, Elias acredita que seu ativismo é importante para fortalecer o próprio movimento já que relatou lutar por causas sociais que atingem diretamente a toda a população pobre. Além disso, pontuou também que considera o posicionamento partidário como um elemento importante de luta política, aspecto que segundo ele é traduzido pela maioria dos jovens do movimento como uma forma de “*se vender*”. Ele frisou que tais concepções a respeito da importância da política institucional e representativa e da defesa de causas sociais foram aprendidas a partir de seu envolvimento com o movimento *hip hop*.

Vitor e Bruno, por sua vez, posicionaram-se como os jovens do grupo focal 1 evitando o contato com a política partidária e representativa por descreditarem nos políticos. Neste contexto, pontuaram ser contra os políticos e não contra a política, o que demonstra uma postura crítica dos mesmos frente à política representativa. Através do exposto verifica-se que diferentes perspectivas são adotadas pelos/pelas interlocutores/as que apontam tanto para a valorização das instâncias tradicionais de participação quanto para a emergência de novas possibilidades de expressão do agir político.

Voltando aos/as jovens beneficiários/as, ao serem indagados sobre a expectativa de ocuparem outras posições na ONG, no movimento ou em outras vias de participação, para além da forma que participam atualmente, todos os interlocutores do grupo focal 1 projetam criar suas próprias ONG, associações e projetos sociais, sobretudo em suas comunidades voltadas, especialmente, para o público infanto-juvenil. Já as jovens do grupo focal 2 relataram preferir manter-se na condição em que se encontram: a de alunas, especialmente devido às

responsabilidades imbricadas nas posições de liderança. Deste grupo, apenas Rafael relatou ter o desejo de participar na ONG como professor. Interessante notar que todos os rapazes vislumbram ocupar novas posições ou empreender suas próprias organizações e nenhuma garota tenha destacado novas modalidades de participação.

Uma hipótese levantada acerca deste posicionamento por parte das garotas é a existência da desigualdade de gênero nas práticas observadas. Como já foi descrito, apesar das jovens estarem presentes no projeto Batalha de *Rap*, o principal lugar designado a elas é de expectadoras. Mesmo entre aquelas que se consideram parte do movimento, a participação ativa é invisibilizada por diferentes fatores. No período do trabalho de campo, mantive contato com três garotas, todas menores de idade. A primeira, uma jovem de dezessete anos, negra e moradora de um bairro periférico, que a vi batalhar por três vezes com os rapazes, relatou que tinha muita dificuldade de participar do projeto pela regulação dos pais, pois não aprovavam o seu envolvimento com o *rap*. Nesse sentido, as poucas vezes que ela frequentava o projeto ia escondida dos responsáveis. A segunda, uma jovem de dezesseis anos, branca e de classe média, que costumava cantar, no final das batalhas, *raps* autorais, acompanhada do namorado que também era *MC* se distanciou do projeto por um tempo após o término do namoro com o mesmo, e quando voltou a frequentá-lo não a vi cantar novamente. A terceira, uma jovem de vinte e um anos que relatou que gostava de escrever letras de *rap*, parou de frequentar o projeto porque se mudou para um distrito distante do centro da cidade com seus familiares.

No caso das jovens participantes do projeto Aula de dança, apesar de serem o público predominante da atividade, seu lugar se restringe ao de alunas, o que se constitui como uma visibilidade subalterna e inferior, tendo em vista que naquele contexto quem “dar as cartas do jogo” é o professor. Assim, o projeto desenvolvido no contexto comunitário representa um dispositivo de controle, disciplinalização e normalização das jovens, bem como dos jovens gays e bissexuais

como já discutido em outra ocasião desta dissertação. Neste cenário, todos os professores e colaboradores que ocupam lugar de destaque na ONG são homens. A única figura feminina envolvida indiretamente com os projetos é uma conselheira fiscal registrada no quadro de colaboradores da instituição a qual nunca a vi em nenhum dos projetos durante todo o período de trabalho de campo. Dessa forma, vê-se que no contexto das práticas socioculturais pesquisadas vigora o lugar de subalternidade para as jovens.

A pesquisa desenvolvida por Costa *et al.* (2012) sobre a participação feminina no movimento *hip hop* na cidade de Recife apontou para resultados semelhantes aos encontrados no presente estudo, como por exemplo, com relação ao controle da circulação das jovens pelos familiares ou pelo envolvimento e permanência das jovens ao movimento *hip hop* associada a uma figura masculina. Isto acontece, segundo as autoras, especialmente pelo fato das atividades ligadas ao movimento *hip hop* serem desenvolvidas nas ruas e no espaço público, lugares historicamente ocupados pelos homens. Dentro dessa lógica, cabe a mulher o lugar privado do lar. A evidência apontada pelas mesmas para demonstrar a desigualdade de gênero presente no contexto pesquisado se refere ao fato da predominância dos homens em cargos de responsabilidade e de decisão (Costa *et al.*, 2012), o que corrobora com a hipótese levantada sobre a não expectativa das jovens de ocuparem outros lugares na ONG, no contexto social e político estar relacionada as desigualdades de gênero presentes no âmbito das práticas observadas. Os jogos discursivos evidenciados não possibilitam que as jovens se vejam enquanto sujeitos protagonistas de ações ou de lideranças de ONG, o que nos remete à produção de um protagonismo juvenil voltado para homens e que ainda negligencia a dimensão de gênero na produção de autonomia das pessoas assistidas.

Os rapazes, ao ensejarem se engajar pela via do trabalho comunitário e social estão reproduzindo a lógica na qual estão inseridos como beneficiários. Assim, “o jovem não está inventando seu próprio projeto, mas sim reproduzindo o modelo, o formato de ‘intervenção no

social', vivido por ele como jovem de projeto nas ONG por onde transitou" (Sobrinho, 2012, p. 84), no qual vigora o discurso do protagonismo juvenil em que a participação política e social é traduzida como "fazer" e "atuar" de forma voluntária (Souza, 2006), responsabilizando "o jovem pela operacionalização de mudanças coletivas" (Menezes & Costa, 2012, p. 39).

Neste cenário, os mesmos emergem como efeitos de poder das práticas desenvolvidas pela ONG bem como se tornam difusores dos mesmos discursos, assim como os colaboradores atuais da instituição disseminam hoje os discursos aprendidos na experiência vivida na CUFA. Isto, na medida em que como frisou Foucault (2015, p. 285), "o indivíduo é o efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu". Portanto, aqueles que aderem a tal discurso passam a ocupar uma nova posição de sujeito, não mais de vulneráveis, em risco ou como problemas sociais como são vistos e tratados os jovens beneficiários de projetos sociais, mas como indivíduos engajados ou protagonistas (Souza, 2006, 2009; Prado & Perucchi, 2011; Menezes & Costa, 2012; Sobrinho, 2012; Gonzalez, 2007; Tommasi, 2004; 2010; 2013; 2014; Sento-Sé, 2003; Malvasi, 2008; Goulart & Santos, 2014). Cabe a futuros estudos investigar se ao ocuparem lugares de poder os jovens que hoje são beneficiários das práticas desenvolvidas pela ONG irão atuar de forma a propiciar a participação autônoma de seu futuro público ou irão agir no sentido de governá-los a fim de inseri-los na ordem vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de compreender os discursos sobre o protagonismo juvenil que atravessam práticas socioculturais vivenciadas por jovens da Zona da Mata Mineira e seus desdobramentos para a participação política juvenil, realizei um mergulho no cotidiano de uma ONG, mais especificamente em dois de seus projetos culturais que abarcam o *rap* e a dança. Em cada um deles, construí relações permeadas por afetos e dinamismos. Muitas vezes, no campo, me senti insegura, especialmente pela preocupação demasiada com a técnica, com o “saber fazer”. Com o tempo, percebi que era a partir da relação estabelecida com os/as meus/minhas interlocutores/as que o percurso se delinaria. Assim, com a construção dos vínculos, as ações foram tomando forma e ganhando sentido.

Por vezes, me vi diante da necessidade de questionar e confrontar meus “saberes”, minhas posturas e preconceitos. Foi então que o conceito de reflexividade fez todo sentido para mim. Pela complexidade das práticas observadas, das relações estabelecidas entre os/as diferentes interlocutores/as, sentia que os processos de interpretação e análise seriam desafiadores. Com vistas a ampliar as possibilidades de compreensão das vivências observadas, lancei mão do olhar interseccional o que fez emergir especificidades e desigualdades na forma de vivenciar a condição juvenil bem como nas (im)possibilidades da emergência dos/das interlocutores/as enquanto agente da ação política. É a partir desta perspectiva que serão apresentados, abaixo, a compilação dos principais resultados da pesquisa e das reflexões construídas neste processo. É válido ressaltar que o recorte realizado para esta dissertação constitui em uma de múltiplas possibilidades de análise possíveis, o que aponta que os conhecimentos aqui produzidos são parciais, contingenciais e situados a partir do olhar de uma pesquisadora jovem, branca e de classe popular.

As reflexões construídas no primeiro eixo analítico que tratou dos aspectos psicossociais que perpassam a vidas dos/das jovens pobres pesquisados, bem como, as situações de vulnerabilidade impetradas neste contexto, apontaram para a produção de vivências plurais e por vezes desiguais, tendo em vista a forma como os marcadores sociais de raça, sexualidade, gênero, território, classe e geração perpassam e constituem os/as interlocutores. No que tange à dimensão do lazer, por exemplo, pôde-se perceber assimetrias trazidas pela associação dos marcadores de gênero e sexualidade na produção de possibilidades de lazer mais autônomas para o rapazes heterossexuais e opções mais reguladas para as garotas e rapazes gays e bissexuais. Isto pode ser exemplificado pelo usufruto dos espaços públicos pelos rapazes heterossexuais, no qual a apropriação da rua emerge como destaque. Para as garotas e rapazes gays e bissexuais, as possibilidades de lazer estão restritas a espaços institucionalizados como a ONG, atividades desenvolvidas no espaço privado da casa ou aquelas realizadas próximas ao local de residência.

O atravessamento destes marcadores, inclusive, perpassa a forma como os/as interlocutores percebem os seus contextos comunitários. Enquanto que para os rapazes heterossexuais, o bairro é tomado como um espaço importante para a formação identitária, para as garotas e rapazes gays e bissexuais este contexto mostra-se, muitas vezes, como hostil e controlador, especialmente se fugirem dos parâmetros normativos instituídos socialmente, o que demonstra a presença de hierarquias de gênero e sexualidade como balizadoras das relações sociais, se constituindo, portanto, como eixos de subordinação. Um instrumento destacado neste cenário foi a fofoca, que através de seu poder simbólico é capaz de cercear a circulação autônoma e a conduta livre destes/destas jovens pelo contexto comunitário.

Um aspecto emergiu como consenso entre os/as diferentes interlocutores/as dos grupos focais: a ausência ou a pouca atuação do Estado em seus bairros que não seja pela presença da polícia. Além disso, denunciaram a ação do Estado como paternalista e assistencialista no qual

vigora a perspectiva da concessão de favores e benesses em troca do voto. Porém, por vezes, alguns/as interlocutores/as mostraram-se capturados pelos discursos hegemônicos. Isto pode ser exemplificado pelo fato de parte das interlocutoras do grupo focal 2 terem apontado como problema dos bairros em que moram a presença do que denominaram “*moleques viciados*”, o que faz alusão aos jovens pobres como problemas sociais. Tal aspecto funciona como fronteira entre os/as jovens “bem-comportados” e os/as “jovens desviantes”, estes últimos como aqueles que os primeiros não devem ser.

Como foi explicitado, tal discurso é propagado pela ONG. O uso de drogas e o tráfico são apontados pela maioria dos colaboradores entrevistados como principais problemas vivenciados pelos/pelas jovens beneficiários/as. Neste cenário, houve a responsabilização da família como incapaz de gerir suas próprias necessidades e transmitir valores morais que possam assegurar que seus filhos tenham uma conduta adequada dentro dos parâmetros vigentes, especialmente com relação à ética do trabalho.

Porém, ao serem indagados a respeito das dificuldades cotidianas, os/as jovens relataram outras questões que se referem ao trabalho, ao estudo, à frustração de sonhos e à imprevisibilidade quanto ao futuro, aspectos estes que demonstram a exclusão e o acesso desigual dos/das mesmos/as aos direitos sociais e às possibilidades de ascensão e reconhecimento social se comparados a outros estratos sociais. Como forma de enfrentamento destas questões, emergiram tanto estratégias individuais quanto coletivas, sendo que algumas delas apontaram para o agir político, outras para a responsabilização individual ou ainda para a concepção assistencialista.

No que tange à circulação dos/das jovens pela cidade, foi possível verificar que três dimensões emergiram como principais utilizações do centro da cidade pelos/as interlocutores/as: o consumo de bens e serviços, a sociabilidade e apresentações/divulgações dos trabalhos desenvolvidos. Sobre estes aspectos evidenciou-se a distribuição desigual dos serviços públicos,

privados e estabelecimentos comerciais na cidade em questão. Pôde-se observar também a presença de inúmeros conflitos que apontam para o acesso desigual à cidade e tensões entre as dimensões periferia-centro.

É válido ressaltar, que os conflitos vivenciados estão perpassados pela articulação dos marcadores sociais. Raça, classe social e território emergiram como sistemas de poder colocando tanto os rapazes quanto as garotas em evidência nos espaços centrais como suspeitos em potencial ao frequentarem estabelecimentos comerciais e pelos olhares de desconfiança da população ao circularem pelas ruas do centro. Além desses eixos, o marcador de gênero faz dos rapazes alvos prioritários das abordagens policiais e das garotas, vítimas em potencial de violência sexual, o que indica a presença de desigualdades no direito à cidade. Na apropriação das praças centrais para a sociabilidade, o conflito emergiu a partir da classe social, no qual os moradores ricos se sentem incomodados pela presença dos jovens pobres no local. Sobre as apresentações realizadas no centro, pôde-se perceber a participação mais fluida dos jovens do grupo focal 1, que fazem das praças seu palco, enquanto que os/as interlocutores/as do grupo focal 2 possuem participação em eventos e ocasiões mais formais realizadas, sobretudo, em espaços fechados.

Com relação ao segundo eixo da discussão, que versou sobre o discurso do protagonismo juvenil a partir da perspectiva dos colaboradores da ONG, foi possível perceber que estes interlocutores são efeitos de poder dos discursos disseminados pela CUFA, no qual as expressões artístico-culturais são tomadas como instrumento de intervenção junto a jovens pobres e moradores de comunidades periféricas. Viu-se que a atuação dos colaboradores está inserida no discurso neoliberal no qual a juventude pobre é chamada a atuar no contexto social e político pela via do voluntariado, a fim de forjar soluções pessoais e coletivas em prol do progresso do país. Neste contexto, ao aderirem a tal discurso, os colaboradores ocupam a posição de sujeito de protagonistas e empreendedores sociais.

Os/as jovens beneficiários/as, por sua vez, são enunciados pelos colaboradores de diferentes maneiras, predominando a ideia de vulnerabilidade e de risco. Ao lançarem mão de certos parâmetros normativos para anunciar seu público-alvo, os colaboradores estão se posicionando ética e politicamente frente ao público atendido, além de forjarem posições de sujeitos e lugares sociais a serem ocupados pelos mesmos nas práticas cotidianas. Através da análise dos objetivos e metas dos projetos, pôde-se verificar que os/as jovens beneficiários/as são forjados enquanto problemas sociais, no qual cabe aos colaboradores, através de diversas técnicas como a dança, a música, mas, sobretudo, através da amizade e dos conselhos, ajudar/resgatar os jovens da criminalidade ou do envolvimento com o “mundo das drogas”, formar cidadãos/líderes aptos a atuarem como indivíduos responsáveis para sua família e para sua comunidade. Isto, especialmente pela ocupação do tempo livre ou da associação dos jovens com boas práticas. Portanto, a função exercida pelos organizadores é, sobretudo pedagógica.

A prática desenvolvida no projeto Aula de Dança mostrou-se atrelada ao processo de disciplinarização dos corpos dos/das jovens através do controle espacial e temporal dos/das alunos/as a fim de torná-los úteis e produtivos. No caso do projeto Batalha de *Rap*, o controle sobre os jovens se mostrou mais pulverizado, porém também presente, especialmente no que concerne à busca pela prescrição de um modelo de participação desejável pautado na solidariedade e na conduta livre das drogas e do mundo do crime. Pôde-se notar também a existência de uma hierarquização entre os/as diferentes interlocutores com base, especialmente, no marcador geracional. Em ambos os projetos, os jovens que ocupam lugares de poder na instituição se encontram em uma faixa etária superior aos vinte e cinco anos e os/as beneficiários/as se encontram na faixa etária abaixo dos vinte e cinco anos. Além disso, no projeto Batalha de *Rap* existem posições diferenciadas a serem ocupadas pelos jovens baseadas no envolvimento com o movimento *hip hop*, que também está articulado ao marcador de geração tendo em vista que os jovens mais

novos, geralmente são considerados como iniciantes no projeto. No caso do projeto Aula de Dança, a hierarquização se baseia na relação assimétrica entre professores e alunos/as, em que os primeiros são enunciados como autorizados a dizer sobre os segundos.

Existe nos dois projetos a presença da desigualdade de gênero tendo em vista que, no primeiro caso, o projeto apresenta claro domínio masculino no qual as jovens têm sua participação inviabilizada. Isto, especialmente, pelo fato da atividade ser realizada à noite em um espaço público – espaço pensando dentro da lógica masculina de circulação. No caso do projeto Aula de dança, este aspecto foi explicitado pela inexistência da presença feminina em outra função que não seja a de aluna. Porém, em ambos os casos pôde-se identificar agenciamentos e resistências por parte dos/das jovens beneficiários/as, tais como burlar as regras e se apropriar dos espaços e das atividades para outras finalidades que fogem das prescrições estabelecidas.

No que concerne aos desdobramentos das práticas, foram evidenciadas mudanças comportamentais, simbólicas e materiais após a participação nos projetos. O desdobramento comportamental foi enunciado pelos/as interlocutores/as do grupo focal 2, sendo o principal deles a perda da timidez. Com relação à dimensão simbólica, pode-se destacar a visibilidade e o reconhecimento que fazem referência ao protagonismo que tais práticas lhe proporcionaram perante a sociedade. Por fazer emergi-los/as pela via da positividade, tais desdobramentos correm o risco de neutralizar os conflitos ao invés de propiciar a politização das situações de opressão e subordinação vivenciadas pelos/as jovens.

Sobre os desdobramentos materiais, os interlocutores do grupo focal 1 destacaram a produção de um CD coletivo. Este é um aspecto importante tendo em vista que a mídia se constitui como uma ferramenta de trabalho, bem como, representa a materialização de suas reivindicações e denúncias. Já os/as interlocutores/as do grupo focal 2 enunciaram que a participação no projeto contribuiu para expandir seu campo de experiências, seja por ampliar os contatos ou por propiciar

a circulação pela cidade e regiões vizinhas. Porém, estas possibilidades se apresentam como privilégios, já que só podem ter acesso a elas os/as jovens que participam do projeto e que se comportam conforme os parâmetros prescritos pelo professor, o que aponta para o caráter biopolítico e disciplinador da atividade.

Por fim, quanto aos efeitos de poder para a participação política, os/as jovens destacaram duas dimensões: ampliação da perspectiva crítica sobre a realidade e participação em espaços de discussão como as conferências municipais. Neste sentido, foi possível identificar diferentes posicionamentos adotados pelos/pelas interlocutores/as. Alguns, pontuaram sobre a importância de mecanismos institucionais de participação, outros enunciaram sua total recusa. Além disso, também emergiu nos relatos dos participantes novos modos de ação política que apontam para formas mais horizontais de participação. Mas, foi possível verificar que as possibilidades de emergência dos/das jovens como agentes da ação política se encontra limitada por ainda vigorar o padrão de participação adultocêntrico. Deste modo, os organizadores emergem, de maneira geral, como representantes das demandas juvenis.

Constatou-se que, nas práticas socioculturais pesquisadas, modos de governo se articulam e se conflitam com possibilidades de resistências e agenciamentos. Por vezes, os jovens são capturados pelos discursos hegemônicos que os colocam como inferiores, seja pela incorporação do discurso da disciplina ou pela adoção de formas de participação pautadas na lógica prescritiva baseada na solidariedade e na moralização de condutas desviantes. Outras vezes, constroem leituras críticas que questionam as normas vigentes e que propiciam uma reconfiguração no modo de se posicionar diante de sua vida e das questões sociais. Conclui-se que ainda há muito o que se avançar para que as práticas socioculturais pesquisadas efetivem mudanças nas condições materiais de vida dos/das jovens e propicie transformações políticas que visibilizem as estruturas de poder a fim de que as vozes dos/das jovens sejam ouvidas em alto e bom tom.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aberastury, A. & Knobel, M. (1989). *Adolescência normal*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Aberastury, A. (1989). *Psicanálise da criança*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. *Revista Brasileira de educação: Juventude e contemporaneidade*, número especial, 25-36.
- _____ (2005). O Uso das Noções de Adolescência e Juventude no Contexto Brasileiro. In Freitas, M.V. (Org.). (2005). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo, SP: Ação Educativa.
- Abramovay, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. D. C., Lima, F. S., & Martinelli, C. D. C. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina*. Brasília: UNESCO, BID.
- Abramovay, M., Waiselfisz, J. J., Andrade, C. C., & Rua, M. G. (1999). *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas periferias de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Adorno, S. (1996). “Violência e racismo: discriminação no acesso à justiça penal”. In Schwarcz, L. Moritz; Queiroz, R. S. (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, pp. 255-275.
- Albuquerque, A. C. C. (2006). *Terceiro Setor: história e gestão de organizações*. São Paulo, SP: Sammus.
- Almeida, J. (2009). Movimentos culturais e práticas políticas nas periferias do Rio de Janeiro. *Revista Alceu, Rio de Janeiro*, 10(19), 219-231.
- Almeida, M. M. M. (2016). A banalização da violência contra as mulheres e a “cultura do estupro” no Brasil. *Revista Ágora: Políticas públicas, comunicação e governança informacional*. Belo Horizonte, 1 (1), p. 126-131, jan. /jun. 2016. Entrevista concedida a Maria Aparecida Moura e Douglas de Oliveira Tomaz.
- Almeida, R. S. (2011). Cultura de periferia na periferia. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 5 (49). Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=995>. Acesso em: 04 de maio de 2016.
- Alves, J. D. O. (2013). *A criminalização da questão social: uma juventude encarcerada*. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

- Amaral, M. F. (2014). Jovens e seus modos de viver: experiências de sociabilidade na periferia. X Anped Sul. Recuperado em 17 de setembro, 2016, http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/943-0.pdf.
- Angrosino, M. (2009). *Etnografia e Observação participante*. Porto Alegre: Artmed.
- Arantes, A. A. (2009). Patrimônio Cultural e Cidade. In Fortuna, C. & Leite, R. P. (Orgs). *Plural de Cidade: léxicos e culturas urbanas*. CES.
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. (2ª ed). Rio de Janeiro: LTC.
- Armani, D. (2006). *Breve mapa do contexto das ONG brasileiras*. Cadernos ABONG.
- Arruda, A. L. B. (2011). Políticas da educação superior no Brasil: expansão e democratização: um debate contemporâneo. *Espaço do currículo*, 3 (2), 501-510.
- Atkinson, P. & Hammersley, M. (1998). Ethnography and Participant Observation. In Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (Ed). *Strategies of Qualitative Inquiry*. Thousand Oaks. Sage.
- Bauer, M. W. & Gaskell, G. (2003). *Pesquisa Qualitativa com Texto Imagem e Som – Um Manual Prático*. Petrópolis, RJ: 2ª ed. Vozes.
- Batista, V. M. (2010). A governamentalização da juventude: policizando o social. *Rev. Epos*, 1(1).
- _____ (2003). Na periferia do medo. *Estudos Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial*, v. 30.
- Benelli, S. J., & Costa-Rosa, A. (2012). Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. *Psicologia USP*, 23(4), 609-660.
- Bock, A. M. B., Ferreira, M. R., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (2007). Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 46-56.
- Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cadernos CEDES*, 24(62), 26-43.
- Boghossian, C. O., & Minayo, M. C. S. (2009). Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos dez anos. *Saúde Soc. São Paulo*, 18 (3), 411-423.
- Bourdieu, P. (2003). A “juventude” é só uma palavra. In Bourdieu, P. (2003). *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, pp.151-162.
- Brandão, M. D. (2011). Da moratória à condição juvenil: estudos recentes acerca dos jovens. Entrelugares: *Revista de Sociopoética e Abordagens Afins*, v. 1, 1-12.

- Brasil. (1979). *Presidência da República. Artigo 2º Código de Menores. Lei Nº 6697, de 10 de outubro de 1979*. Recuperado em 04 de outubro, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm.
- Brasil. (2002). *Presidência da República. Artigo 44 do Código Civil. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Recuperado em 20 de setembro, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm.
- Brasil. (2003). *Presidência da República. Artigo 44 do Código Civil. Lei Nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003*. Recuperado em 04 de outubro, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.825.htm.
- Brasil. (2013). *Secretaria-Geral da Presidência da República. Estatuto da Juventude, Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Brasília.
- Brasil. (2014). *Secretaria-Geral da Presidência da República. Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília.
- Brigagão, J. I. M., Tavanti, R. M., Nascimento, V. L. V., Piani, P. P., & Figueiredo, E. P. P. (2014). Como fazemos para trabalhar com a dialogia: a pesquisa com grupos. In Spink, M. J., Brigagão, J. I. M., Nascimento, V. L. V., & Cordeiro, M. P. (Orgs.). (2014). *A produção da informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. 1ªed. Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Bonetti, A., & Fleischer, S. R. (2006). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Porto Alegre: Editora Mulheres.
- Borelli, E. (2008). Neoliberalismo e ONG na América Latina. *Revista Aurora*, 1(2), 12-17.
- Butler, J. (2000). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In Louro, G. L. (Org). (2000). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica.
- Caldeira, T. P. D. R. (1991). Direitos Humanos ou "privilégios de bandidos"? *Novos Estudos Cebrap*, nº 30, 162-174.
- _____ (2012). Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. *Novos Estudos-CEBRAP*, (94), 31-67.
- Campos, R. H. F (1998). Entrevista: A característica cultural latinoamericana que tem desafiado os analistas é precisamente a sua pluralidade. *Psicologia & Sociedade*. São Paulo, ABRAPSO, 10 (2), pp. 5-18, jul./dez. Recuperado em 23 de outubro, 2015, de http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/RevistasAntigas/P_e_S_volume_10_numero_2_1998.doc.
- Cardona, M. G., Cordeiro, R. M., & Brasilino, J. (2014). Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In Spink, M. J., Brigagão, J. I. M., Nascimento, V. L. V,

- & Cordeiro, M. P. (Orgs.). (2014). *A produção da informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. 1ªed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Carone, Y., & Bento, M. A. S. (Orgs.). (2002). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 2ªed. Petrópolis/Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Carlos, A. F. A. (2007). *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH.
- Castro, L. R. (2007). A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. *Revista Psicologia Política* [Online], 7(14). Recuperado em 21 de agosto, 2016, <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=32>.
- _____ (2008). Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Sociologia e Política*, 16(30), 253-68.
- _____ (2011). Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In Dayrell, J., & Moreira, M. I. C., Stengel, M. *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte, MG: Puc Minas.
- Castro, M. G. (Org.). (2001). *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília, DF: Unesco.
- Cerqueira, D. R. C. & Moura, R. L. (2013). *Nota técnica: vidas perdidas e racismo no Brasil*. Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA), nº10, Brasília, DF.
- Cecchetto, F., Corrêa, J., & Farias, P. (2016). Quando o projeto era moda: projetos sociais, juventudes e a política de “pacificação” no Rio de Janeiro. *Brasiliana-Journal for Brazilian Studies*, 4(2), 483-512.
- Coimbra, C. M. B. (2006). Direitos humanos e criminalização da pobreza. Seminário Internacional de direitos humanos, violência e pobreza. *Anais... A situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Coimbra, M. B. C. & Nascimento, M. L. (2003). Jovens pobres: o mito da periculosidade. In Fraga, C. P. & Lulianelli. (Orgs.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____ (2005). Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? *Jovenes, Revista de Estudios sobre juventud*, 9(2), 338-355.
- Costa, A. C. G. (2000). *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht.
- _____ (2001). *A presença da Pedagogia: teoria e prática da ação socioeducativa*. 2ª ed. São Paulo: Global: Instituto Ayrton Sena.

- Costa, J. F. (2004). Perspectiva da juventude na sociedade de mercado. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu, 75-88.
- Costa, M. R., & Menezes, J. A. (2009). Os Territórios de ação política de jovens do movimento Hip-Hop. *Revista em Pauta*, (24), 199-216.
- Costa, M. R., Menezes, J. A., Montenegro, C., & Samico, S. L. (2012). “Acho que a gente veio meio que quebrar isso”: as tensões de gênero e a participação no movimento *hip hop*. In Mayorga, C., Castro, L. R., & Prado, M. A. M. (2012). *Juventude e a experiência política no contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.
- Coutinho, J. A. (2005). As ONG: origens e (des) caminhos. *Lutas Sociais*, 57-64.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, 10(1), 171-188.
- Cruz, F. F. (2012). *Cultura de paz e UNESCO: uma analítica documental da gestão de corpos no Brasil*. Dissertação de mestrado em Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará, Pará.
- Dayrell, J. (2001). *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*. Tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____ (2002). O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa. Revista da Faculdade de Educação*, 28(1), São Paulo, SP, USP, 117-136.
- _____ (2003). O jovem como sujeito social. *Rev. Bras. Educ.*, n.24, 40-52.
- Debus, M. (1998). *Manual para excelência em la investigación mediante grupos focales*. Pennsylvania: University of Pennsylvania/Aplid Communications Technology, Needham Portes Novelli.
- D'elia filho, O. Z. (2015). *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan.
- Delors, J. et al. (1998). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO.
- Donato, C. R., Junior, P. R. S., Cunha, V. M., Mayorga, C., & Prado, M. A. M. P. (2012). A reflexividade em torno de si e do mundo na atuação de jovens hip hoppers. In Mayorga, C., Castro, L. R., Prado, M. A. M. (orgs). (2012). (2012). *Juventude e experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Ely, A., Marquardt, S. E. L., & Teixeira, R. F. (2012). Concepções sobre juventude presentes na formulação de políticas públicas assistenciais. *Seminário de Ciências Sociais Aplicadas*, 3(3).

Erikson, E. (1976). *Infância e Sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.

Feffermann, M. (2013). A luta contra o genocídio da juventude negra: reflexões sobre a realidade brasileira. Recuperado em 06 de outubro, 2015, http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/pn/PN33/P_Fefferman.pdf.

Fine, M. (1994). Working the hyphens. In Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Fine, M., Weis, L., Weseen, S., & Wong, L. (2006). Para quem: pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (2006). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre, RS: Artmed, p. 115-139.

Flauzina, A. L. P. (2006). *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro*. Dissertação de mestrado em Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade de Brasília, Distrito Federal.

Fonseca, C. (1999). Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, 58-78.

_____ (2004). Fofocas e violências. In Fonseca, C. (2004). *Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, E-book.

_____ (2005). Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, 14(2), 50-59.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, RJ: Grall.

_____ (1995). O sujeito e o poder. In Dreyfus, H., & Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault: uma Trajetória Filosófica*. Rio de Janeiro, RJ: Forense. pp. 231-249.

_____ (2001). *A Ordem do discurso*. (7a ed). São Paulo, SP: Loyola.

_____ (2005). *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2006). Estratégia, poder-saber. *Ditos e Escritos IV*. Organização e seleção de textos Manuel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

_____ (2008a). *A Arqueologia do Saber*. 7. ed, Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

- _____ (2008b). *Nascimento da biopolítica: curso do Collège de France (1978-1979)*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- _____ (2008c). *Segurança, território, população: curso do Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- _____ (2008d). *Tecnologias del yo – Y otros textos afines*. Tradução de Mercedes Allendesalazar. (Coleção Pensamiento Contemporáneo, 7) 1ª. ed. Barcelona: Paidós Ibérica.
- _____ (2009). *Do governo dos vivos. Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980*. Tradução, transcrição e notas Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social. E-book.
- _____ (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____ (2015). *Microfísica do poder*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Fraga, A. B. (2000). *Corpo, identidade e bom mocismo: cotidiano de uma adolescência bem-comportada*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Fraga, P. C. P. (2002). As ONG e o espaço público no Brasil. *Revista Presença*, n. 2, 26-36.
- Freitas, M. F. Q. (1998). Inserção na comunidade e análises de necessidades: reflexões sobre a práticas do psicólogo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(1).
- Freitas, M. V. (Org.). (2005). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo, SP: Ação Educativa.
- Frezza, M., Maraschin, C., & Santos, N. S. D. (2009). Juventude como problema de políticas públicas. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 313-323.
- Galindo, D., Lemos, F. C. S., Souza, L. L., & Rodrigues, R. V. (2014). Como se forja o menor: tramas da atenção psicossocial e da proteção social. *Barbarói*, 2(41), 56-81.
- Goffman, E. (2004). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. E-book (versão digitalizada pelo coletivo sabotagem).
- Gonçalves, H. S., & Garcia, J. (2007). Juventude e sistema de direitos no Brasil. *Psicologia: ciência e profissão*, 27(3), 538-553.
- Gonzales, Z. K. (2007). *Protagonismo: formas de governo da população juvenil*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social e da Personalidade, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Goulart, M. V. S., & Santos, N. I. S. (2014). Protagonismo juvenil e capital humano: uma análise da participação política da juventude no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, 50(2), 127-136.

- Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 34 ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo.
- Guimarães, E. (1997). Juventude (s) e periferia (s) urbanas. *Revista Brasileira de Educação*, 5(6), 199-208.
- Guimarães, G. G., & Macedo, J. D. (2009). Culturas Juvenis: Uma Ressignificação Contemporânea. *Revista Travessias*, 3 (2), 1-18.
- Franch, M. L. (2000). *Tardes ao léu: um ensaio etnográfico sobre o tempo livre entre jovens de periferia*. Dissertação de mestrado em Antropologia, Programa de pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- Grosso, L. A. (2015). Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. *Em Tese*, 12(1), 4-33.
- Hillesheim, B., & Guareschi, N. M. F. (2007). De que infância nos fala a psicologia do desenvolvimento. In Guareschi, N. M. F. & Huning, S. M. (Orgs.). (2007). *Implicações da psicologia no contemporâneo*. (pp. 83-102). Porto Alegre, RS: EDIPUCRS.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Hardt, M., & Negri, A. (2002). *Império*. Buenos Aires: Paidós.
- Herschmann, M. (2000). *O Funk e o Hip-Hop invadem a cena*. Rio De Janeiro: Editora Ufrj.
- Horta, N. C. (2011). *Modos de vida juvenis: cotidiano, espaços sociais*. Tese de doutorado em Enfermagem, Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- Karam, M. L. (2015). Violência, militarização e 'guerra às drogas'. In: ____ et al. (2015). *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 32-38.
- Kerbauy, M. T. M. (2005). Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? *Estudos de Sociologia*, 193-203.
- Kind, L. (2004). Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, 10(15), 124-136.
- Krauskopf, D. (2005). Desafíos em la construcción e implementación de las políticas de juventud em América Latina. Buenos Aires: *Revista Nueva Sociedad*, Nov-Dic, 141- 153.

- Ladim, L. (1998). Experiência militante - histórias das assim chamadas ONG's. In: Ladim, L. (1998). *Ações em sociedade – militância, caridade e assistência, etc.* Rio de Janeiro, RJ. NAU – Instituto de Estudos da Religião (ISER).
- _____ (2002). Múltiplas identidades das ONG. In Haddad, S. (Org.). (2002). *ONG e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, Abong, 17-50.
- Leal, V. N. (1997). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Lemos, F. C. S. (2011). A cultura como dispositivo de governo da população pela UNICEF e UNESCO: apontamentos genealógicos. *Revista Psicologia Política*, v. 10, 245-257.
- Lima, V. C. (2014). Juventude e política cultural na periferia brasileira: nova dominação ou cena potente? In Almeida, M. I. M. & Lima, F. D. B. (Orgs.) (2014). *Arte jovem: redesenhando fronteiras da produção artística e cultural*. 1ªed. Rio de Janeiro: Gramma.
- Longo, I. S. (2010). Ser criança e adolescente na sociedade brasileira: passado e presente da história dos direitos infanto juvenis. In Proceedings of the 3rd III *Congresso Internacional de Pedagogia Social*.
- _____ (2012). O estigma dos três ps: pobre, preto, da periferia. A visão de adolescentes da Comunidade Heliópolis. *Anais. Colóquio Internacional Culturas Jovens Afro-Brasil América: Encontros e Desencontros: Encontros e Desencontros*.
- Lopes, R. E., Adorno, R. C. F., Malfitano, A. P. S., Takeiti, B. A., Silva, C. R., & Borba, P. L. O. (2008). Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde. Soc.*, 17 (3), 63-76.
- Lopes, R. E., Silva, C. R., & Malfitano, A. P. S. (2006). Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. *Revista HISTEDBR*, 23, 114-130.
- Lopes, A. C. & Facina, A. (2012). Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas carioca. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, nº6, 193-206.
- Lopes, R. E. (1999). *Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência, no Município de São Paulo*. Tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da Sexualidade. In Louro, G. L. (Org.). (2000). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, L. Z. (2013). Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. *Cadernos Pagu*, (11), 231-273.

- Maffesoli, M. (1998). *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29.
- _____. (2003). *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 3ªed. São Paulo, SP: Hucitec, Brasiliense.
- _____. (2005). Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 17(2), 173-205.
- _____. (2009). Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. *Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, 28(11). Recuperado em 29 de setembro, 2016, http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf.
- _____. (2012). Antropologia dos circuitos juvenis. Palestra ministrada na aula Inaugural do semestre 2012.1 do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Recuperado em 21 de agosto, 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=dm-kJIpYHE>.
- _____. (2013). Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos. *Anuário Antropológico*, II, 53-72.
- Malvasi, P. A. (2008). ONG, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, 12(26), 605-617.
- Malvasi, P. A., & Adorno, R. C. F. (2014). A vulnerabilidade e a mente: conflitos simbólicos entre o diagnóstico institucional e a perspectiva de jovens em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde Soc.*, 23 (1), 30-41.
- Martin-Baró. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Martins, J. S. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.
- Mayorga, C. (2013). Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. *Estudos de Psicologia*, 18(2), 343-350.
- Mayorga, C., Castro, L. R., Prado, M. A. M. (2012). Apresentação - A participação social e política juvenil como questão. In Mayorga, C., Castro, L. R., Prado, M. A. M. (orgs). (2012). *Juventude e experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Mayorga, C., Castro, L. R., & Prado, M. A. M. (2012). *Juventude e a experiência política no contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.

- Mayorga, C.; Magalhães, M. S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G. (2008). O cultural e o político no Coletivo *Hip hop* Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais. *Pesquisas práticas psicossociais*, 3(1), 96-109.
- Mayorga, C., & Pinto, G. P. (2013). Juventudes: a Pluralização da Experiência ou a Invisibilidade das Relações de Poder. In Menezes, J. A., Costa, M. R., Araújo, T. C. S. (Org). (2013). *JUBRA - Territórios Interculturais de Juventude*. (pp. 101-114). Recife: Editora Universitária UFPE.
- Medrado, B., Spink, M. J., & Mélllo, R. P. (2014). Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In Spink, M. J., Brigagão, J. I. M., Nascimento, V. L. V, & Cordeiro, M. P. (Orgs.). (2014). *A produção da informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. 1ªed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Melucci, A (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação – ANPED – Juventude e contemporaneidade, Número Especial*, 5 (6), 5-14.
- Mendonça, E. M. S. (2007). Apropriações do espaço público: alguns conceitos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(2), 296-306.
- Mendonça, P. M. E., Teodósio, A. D. S. D. S., Alvim, F. D. M., & Araújo, E. T. (2009). Desafios e Dilemas das ONG na Cooperação Internacional: Uma análise da realidade brasileira. *GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 7(1).
- Menezes, J. A. & Costa, M. R. (2010). Desafios para a pesquisa: o campo-tema movimento hip-hop. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 457-465.
- _____ (2012). “Festa estranha com gente esquisita”: desafios e possibilidades para a participação juvenil. In Mayorga, C., Castro, L. R., & Prado, M. A. M. (2012). *Juventude e a experiência política no contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.
- Mesquita, M. R., Bonfim, J., Padilha, E., & Silva, A. C. (2016). Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 288-297.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos*. Editorial Paidós. Buenos Aires. Argentina.
- Moraes, T. D. (2011). Positividade do risco e saúde: contribuições de estudos sobre trabalho para a saúde pública. *Trab. educ. saúde*, 9 (3).
- Moutinho, L., & Carrara, S. (2010). Dossiê: raça e sexualidade em diferentes contextos nacionais. Apresentação. *Cadernos Pagu*, (35), 9-35. Recuperada em 03, setembro, 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000200002.
- Moruzzi, A. B. (2015). Práticas de governo das crianças pobres e negras no início do século XX. *Revista Eletrônica de Educação*, 9(2), 461-484.

- Nascimento, M., Cunha, F., & Vicente, L. M. (2007). A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza, *Revista Psicologia Política*, 14 (7).
- Neto, J. L. F. (2006). Psicologia e política: uma interpretação foucauldiana. *Psicologia Política*, 6(11), 65-82.
- Neto, A. M. Q. F., & Quiroga, C. (2003). Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. *Revista Pensar BH/Política Social*, (7), 19-22.
- Nóbrega, T. P. (2008). O exercício dos corpos na cidade: o espaço, o tempo, o gesto. In Veiga-Neto, A. et al. (Orgs). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Coleção Estudos Foucaultianos).
- Nogueira, C. (2008). Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 235-242.
- Novaes, R. (2002). *Hip hop: o que há de novo?* In Buarque et al. (2002). *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONG*. Recife: GT Gênero - Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, pp. 110-137.
- Novaes, R., & Vannuchi, P. (2007). Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Revista Sociologia Especial—Ciência e Vida*. São Paulo.
- Oliveira, J. R., Silva, L. I. C., & Rodrigues, S. S. (2006). Acesso, identidade e pertencimento: relações entre juventude e cultura, *Democracia Viva*, nº 30, 62-65.
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude—alguns contributos. *Análise social*, 139-165.
- _____ (2006). Prefácio - Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In Almeida, M. I. M., & Eugenio, F. (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Passos, E. H., & Souza, T. P. (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Revista Psicologia & Sociedade*, 23(1).
- Perucchi, J; Brandao, B. C. & Vieira, H. I. S. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estud. psicol. (Natal)*, 19 (1), 67-76.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e cultura*, 11(2).
- Pleyers, G. (2012). Prefácio. In Mayorga, C., Castro, L. R., Prado, M. A. M. (orgs). (2012). *Juventude e experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

- Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em revista*, 8(11), 59-71.
- Prado, M. A. M., & Perucchi, J. (2011). Hierarquias, sujeitos políticos e juventudes: os chamados “movimentos” juvenis circunscrevem um sujeito político na contemporaneidade? Dayrell, J., & Moreira, M. I. C., Stengel, M. *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte, MG: Puc Minas.
- Prado, M. A. M., & Toneli, M. J. F. (2013). Política e sujeitos coletivos: Entre consensos e desacordos. *Estudos de Psicologia*, 18(2), 351-357.
- Ramos, S., & Musumeci, L. (2004). “Elemento suspeito”: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. *Boletim segurança e cidadania, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania*, ano 03 / nº 08 – dezembro de 2004.
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Reis, V. (2005). *Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de salvador e suas representações, 1991- 2001*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- Rey, F. G. (2004). La crítica en la psicología social latinoamericana y su impacto en los diferentes campos de la psicología. *Revista interamericana de psicología/Interamerican journal of psychology*, 38(2), 351-360.
- Rich, A. (2012). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(05), 17-44.
- Sales, T. (1994). Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(9), 26-37.
- Santos, R. H. D., & Silva, R. D. (2015). Discriminação múltipla: a violência sofrida por jovens negros pobres no brasil, discriminação interseccional e a performatividade. *XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, VIII Mostra de trabalhos jurídicos científicos*, Departamento de Direito, Curso de Direito, CEPEJUR.
- Santos, W. M. (2014). Cartografia da macro e da micropolítica das relações raciais no Brasil: a problemática do corpo negro. In Bento, M. A. S., Silveira, M. J., & Nogueira, S. G. (Orgs.). (2014). *Identidade, branquitude e negritude - contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sarti, C. (1999). Família e jovens no horizonte das ações. *Revista Brasileira de Educação*, n. 11, 99-109.

- Sato, L., & Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 29-47.
- Scisleski, A. C. C., Reis, C. D., Hadler, O., Weigert, M. D. A. B., & Guareschi, N. M. D. F. (2012). Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(3), 19-34.
- Scheinvar, E. (2006). A família como dispositivo de privatização do social. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 58(1), 48-57.
- Schwartzman, S., & Cossio, M. B. (2007). Juventude, educação e emprego no Brasil. *Cadernos Adenauer-Geração Futuro*, 7(2), 51-65.
- Secretaria Nacional da Juventude & Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. (2014). Boletim juventude informa: educação. *Coleção juventude. Série juventude informa*, nº1, ano 1, Bimestral, Brasília.
- Sento-Sé. J. T. L. (2003). O discurso público sobre violência e juventude no Rio de Janeiro. In *Lusotopie*, v.2. Paris.
- Silva, J. C. G. (1999). Arte e educação: a experiência do movimento *hip hop* paulistano. In E. N. Andrade (Org.), *Rap e educação, rap é educação* (pp. 83-91). São Paulo: Sumus.
- Silva Junior, P. R. D., & Mayorga, C. (2016). Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 298-308.
- Silva, R. A. D. (2014). *Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE: uma perspectiva interseccional*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- Silva, R. L., & Silva, R. N. (2008). Paradigma preventivo e lógica identitária nas abordagens sobre o *Hip hop*. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(1), 135-148.
- Sobrinho, A. L. S. (2012). *“Jovens de projetos nas ONG”: olhares e vivências entre o engajamento político e o trabalho no “social”*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.
- Souza, M. R. S., Souza, C. R., Daher, C. M. S., & Calais, L. B. (2015). Juventude e drogas: uma intervenção sob a perspectiva da Psicologia Social. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10 (1), 66-78.
- Souza, L. M., Marçal, M. M., Lino, T. R., Mayorga, C., & Prado, M. A. M. (2012). Entre a nomeação e a instituição: reflexões a partir da juventude rural no sindicato. In Mayorga, C., Castro, L. R., & Prado, M. A. M. (2012). *Juventude e a experiência política no contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.

Souza, R. M. (2006). *O discurso do Protagonismo juvenil*. Tese de doutorado, Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.

_____ (2009). Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 1(1), 1-28.

Spink, M. J. P. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicol. Soc.* [online]. 19 (1), pp. 7-14. Recuperado em 23 de outubro, 2015, <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a02v19n1.pdf>.

Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 1(1), 18-42.

Sposito, M. P. (1993). A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo social*, 5(1/2), 161-178.

Sposito, M. P., & Carrano, P. C. R. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 16-39.

Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Teixeira, A. C. C. (2000). *Identidades em construção: as organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização*. Dissertação de Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

Telles, V. S. (1992). A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. São Paulo, *Tempo Social, Revista de Sociologia*. USP, 4. (1-2), 53-93.

Telles, V. S. & Cabanes, R. (Orgs.). (2006). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

Terra, L. M. (2010). *Negro suspeito, negro bandido: um estudo sobre o discurso policial*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.

Tommasi, L. (2004). *Abordagens e práticas de trabalho com jovens das ONG brasileiras*. Recuperado em 19 de setembro, 2015, http://www.academia.edu/6147613/Abordagens_e_pr%C3%A1ticas_de_trabalho_com_jovens_das_ONG_brasileiras.

_____ (2005). Abordagens e práticas de trabalho com jovens: um olhar das organizações não governamentais brasileiras. In: *Revista de Estudos sobre Juventud-JOVENes*, Ano 9, n. 22, enero-jun, México: Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud, Instituto Mexicano de la Juventud.

- _____ (2010). *Juventude em pauta: a juventude como campo de intervenção social*. Projeto de pesquisa, Departamento de Sociologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Não publicado.
- _____ (2012). Nem bandidos nem trabalhadores baratos: Trajetórias de jovens da periferia de Natal. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 5(1), 101-129.
- _____ (2013). Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. *Política & sociedade*, 12(23), 11-34.
- _____ (2014). Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. *Passagens*, 6(2), 287-311.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Valesan, S. (2015). Apresentação. In Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015. Mortes matadas por armas de fogo*. Secretaria-geral da presidência da república. Secretaria Nacional de Juventude. Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. Brasília.
- Vaz, P. (1999). Corpo e Risco. *Fórum Media, Viseu*. 1(1), 102-111. Recuperado em 27, setembro, 2015, <http://souzaesilva.com/Website/portfolio/webdesign/siteciberidea/paulovaz/textos/corpoerisc.pdf>.
- _____ (2004). Risco e Justiça. In Calomeni, T. C. B. (Org.). *Michel Foucault – entre o murmúrio e a palavra*. Campos: Editora Faculdade de Direito de Campo, pp. 101-131.
- _____ (2006). Consumo e risco: mídia e experiência do corpo na atualidade. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 3(6), 37-61.
- Vianna, F. L. (2012). *Mulheres na cidade: a invisibilidade e a exploração da condição da mulher no espaço urbano*. Monografia de Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015. Mortes matadas por armas de fogo*. Secretaria-geral da presidência da república. Secretaria Nacional de Juventude. Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. Brasília.
- Zanella, A. V., Furtado, J. R., Assis, N., Bueno, G. & Levitan, D. (2012). Jovens na cidade: arte, política e resistências. In Mayorga, C., Castro, L. R., & Prado, M. A. M. (2012). *Juventude e a experiência política no contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.
- Zeni, B. (2004). O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva. *Estudos Avançados*, 18(50), 225-241.

ANEXOS

Anexo 1

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Você está sendo convidado/a como voluntário/a a participar da pesquisa “Nas tramas entre a periferia e o centro: uma análise do discurso do protagonismo juvenil e seus efeitos de poder nos modos de vida e na saúde de jovens pobres”. Nesta pesquisa pretendemos “descrever as práticas desenvolvidas por uma ONG que atua em projetos culturais para a juventude residente de bairros periféricos de um município de médio porte da região da Zona da Mata Mineira, investigando os discursos sobre o protagonismo juvenil que atravessam estas práticas e seus desdobramentos nos modos de vida e na saúde dos/as jovens participantes dessas ações”. O motivo que nos leva a estudar este tema é “para melhor compreender como o discurso do protagonismo juvenil se processa em uma experiência prática de ação com jovens e como tais discursos se desdobram nos modos de vida e na saúde dos/as mesmos”.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: “Observação participante no cotidiano da ONG pesquisada; Entrevistas semiestruturadas com os profissionais da ONG; Grupos focais com os/as jovens participantes das atividades desenvolvidas pela ONG”. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em riscos mínimos, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Espera-se com a realização desta pesquisa contribuir para o fomento de ações e políticas públicas que se desdobrem em melhores condições de vida para os/as jovens. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito a indenização. Você terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que você é atendido/a pela pesquisadora, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Você não será identificado/a em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado/a dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2016.

Nome	Assinatura participante	Data
------	-------------------------	------

Nome	Assinatura pesquisadora	Data
------	-------------------------	------

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humano-UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

Nome da Pesquisadora Responsável: Maira Ribeiro de Souza

Endereço: Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde – PPS, Sala B III 19, Instituto de Ciências Humanas, Bairro: Bairro Martelos

CEP: 336036330 /Juiz de Fora – MG

Fone: (32) 8827-7458 / E-mail: mairarsouza@yahoo.com.br

Anexo 2

Termo de Consentimento Livre Esclarecido para responsáveis legais

O/a jovem _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado/a como voluntário/a a participar da pesquisa “Nas tramas entre a periferia e o centro: uma análise do discurso do protagonismo juvenil e seus efeitos de poder nos modos de vida e na saúde de jovens pobres”. Nesta pesquisa, pretendemos “descrever as práticas desenvolvidas por uma ONG que atua em projetos culturais para a juventude residente de bairros periféricos de um município de médio porte da região da Zona da Mata Mineira, investigando os discursos sobre o protagonismo juvenil que atravessam estas práticas e seus desdobramentos nos modos de vida e na saúde dos/as jovens participantes dessas ações”.

O motivo que nos leva a pesquisar esse assunto é “para melhor compreender como o discurso do protagonismo juvenil se processa em uma experiência prática de ação com jovens e como tais discursos se desdobram nos modos de vida e na saúde dos/as mesmos”.

Para esta pesquisa adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): “Observação participante no cotidiano da ONG pesquisada; Entrevistas semiestruturas com os profissionais da ONG; Grupos focais com os/as jovens participantes das atividades desenvolvidas pela ONG”.

Para participar desta pesquisa, o/a jovem sob sua responsabilidade não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, ele/ela tem assegurado o direito à indenização. Ele/ela será esclarecido/a em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. O/A Sr./a, como responsável pelo/a jovem, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele/a a qualquer momento. A participação dele/a é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido/a pela pesquisadora que irá tratar a identidade do/a jovem com padrões profissionais de sigilo. O/A jovem não será identificado/a em nenhuma publicação. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em riscos mínimos, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Espera-se com a realização desta pesquisa contribuir para o fomento de ações e políticas públicas que se desdobrem em melhores condições de vida para os/as jovens.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. O nome ou o material que indique a participação do/a jovem não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável, por um período de 5(cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida ao Sr./a.

Eu, _____, portador/a do documento de Identidade _____, responsável pelo/a jovem _____, fui informado/a dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão do/a jovem sob minha responsabilidade de participar, se assim o desejar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do/a Responsável

Assinatura da Pesquisadora

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa/UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

Nome da Pesquisadora Responsável: Maira Ribeiro de Souza

Endereço: Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde – PPS, Sala B III 19, Instituto de Ciências Humanas, Bairro: Bairro Martelos

CEP: 336036330 /Juiz de Fora – MG

Fone: (32) 8827-7458 / E-mail: mairarsouza@yahoo.com.br

Anexo 3

Termo de Assentimento

Você está sendo convidado/a como voluntário/a a participar da pesquisa “Nas tramas entre a periferia e o centro: uma análise do discurso do protagonismo juvenil e seus efeitos de poder nos modos de vida e na saúde de jovens pobres”.

Nesta pesquisa pretendemos “descrever as práticas desenvolvidas por uma ONG que atua em projetos culturais para a juventude residente de bairros periféricos de um município de médio porte da região da Zona da Mata Mineira, investigando os discursos sobre o protagonismo juvenil que atravessam estas práticas e seus desdobramentos nos modos de vida e na saúde dos/as jovens participantes dessas ações”.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é “para melhor compreender como o discurso do protagonismo juvenil se processa em uma experiência prática de ação com jovens e como tais discursos se desdobram nos modos de vida e na saúde dos/as mesmos”.

Para esta pesquisa adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): “Observação participante no cotidiano da ONG pesquisada; Entrevistas semiestruturas com os profissionais da ONG; Grupos focais com os/as jovens participantes das atividades desenvolvidas pela ONG”.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização. Você será esclarecido/a em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido/a pela pesquisadora que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em riscos mínimos, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Espera-se com a realização desta pesquisa contribuir para o fomento de ações e políticas públicas que se desdobrem em melhores condições de vida para os/as jovens.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portadora/a do documento de Identidade _____, fui informado/a dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do/a Responsável

Assinatura da Pesquisadora

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa/UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

Nome da Pesquisadora Responsável: Maira Ribeiro de Souza

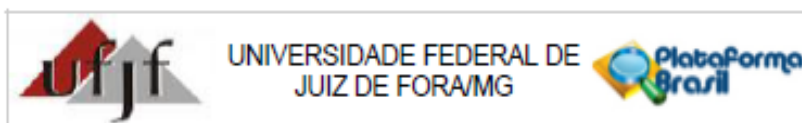
Endereço: Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde – PPS, Sala B III 19, Instituto de Ciências Humanas, Bairro: Bairro Martelos

CEP: 336036330 /Juiz de Fora – MG

Fone: (32) 8827-7458 / E-mail: mairarsouza@yahoo.com.br

Anexo 4

Parecer do comitê de ética em pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Nas tramas entre a periferia e o centro: uma análise do discurso do protagonismo juvenil e seus efeitos de poder nos modos de vida e na saúde de jovens pobres.

Pesquisador: Maira Ribeiro de Souza

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 46284015.1.0000.5147

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.380.541

Apresentação do Projeto:

Apresentação do projeto esta clara e detalhada de forma objetiva. Descreve as bases científicas que justificam o estudo.

Objetivo da Pesquisa:

Apresenta clareza e compatibilidade com a proposta de estudo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco que o projeto apresenta é caracterizado como risco mínimo, considerando que os indivíduos não sofrerão qualquer dano ou sofrerão prejuízo pela participação ou pela negação de participação na pesquisa e benefícios esperados, estão adequadamente descritos.

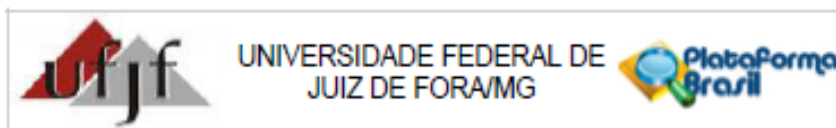
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto está em configuração adequada e há apresentação de declaração de infraestrutura e de

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER SN
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-000
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@uff.edu.br



Continuação do Parecer: 1.300.541

concordância com a realização da pesquisa, assinada pelo responsável da instituição onde será realizada a pesquisa. Apresentou de forma adequada o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, a emenda ao projeto está aprovada, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS, segundo este relator, aguardando a análise do Colegiado. Data prevista para o término da pesquisa: Fevereiro de 2017.

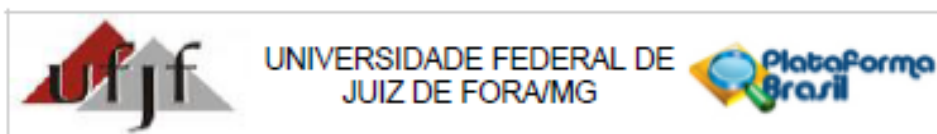
Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO a emenda ao protocolo de pesquisa proposto, na qual o pesquisador solicita a alteração do título da pesquisa de "Da periferia ao centro: um estudo de caso sobre o discurso do protagonismo juvenil e seus desdobramentos nos modos de vida e na saúde dos/as jovens no contexto de uma Organização Não Governamental" para "Nas tramas entre a periferia e o centro: uma análise do discurso do protagonismo juvenil e seus efeitos de poder nos modos de vida e na saúde de jovens pobres". Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_603225 ET.pdf	21/12/2015 11:43:53		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_DIGITALIZADA.pdf	19/11/2015 14:52:15	Maira Ribeiro de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_RESPONSAVEIS.doc	17/11/2015 18:27:59	Maira Ribeiro de Souza	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTAS.docx	17/11/2015	Maira Ribeiro de Souza	Aceito

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER SN
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.096-000
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 1.300.541

Outros	ROTEIRO_ENTREVISTAS.docx	18:26:13	Souza	Acelto
Outros	ROTEIRO_GRUPOS_FOCAIS.docx	17/11/2015 18:25:43	Maira Ribeiro de Souza	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.doc	17/11/2015 18:25:04	Maira Ribeiro de Souza	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	17/11/2015 18:24:06	Maira Ribeiro de Souza	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_ASSENTIMENTO.doc	17/11/2015 18:21:36	Maira Ribeiro de Souza	Acelto
Outros	Declaração de Infraestrutura.doc	10/06/2015 14:54:43		Acelto
Outros	declaração de infraestrutura digitalizada.jpg	10/06/2015 14:53:20		Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 23 de Dezembro de 2015

Assinado por:
Francis Ricardo dos Reis Justi
(Coordenador)

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-000
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@uff.edu.br

APÊNDICES

Apêndice 1

Roteiro para entrevista com os colaboradores da ONG

- 1) Fale sobre seu trabalho na ONG. Que tipo de atuação você realiza?
- 2) A que pessoas as ações se direcionam? Qual é o público predominante que participa destas ações? Como essas pessoas são selecionadas para participar das atividades e como participam?
- 3) Qual a metodologia adotada? Quais temas são trabalhados? Quem elabora as atividades a serem desenvolvidas?
- 4) Quais são os principais objetivos de trabalho com o público com o qual você atua?
- 5) Quais metas você pretende alcançar com essas pessoas com as quais você trabalha?
- 6) Como é a sua relação com essas pessoas? Quais as suas expectativas com elas?
- 7) A partir de sua atuação, quais são os problemas que você identifica atingirem essas pessoas com as quais você trabalha?
- 8) Como seu trabalho com essas pessoas se relaciona com esses problemas?
- 9) Você e/ou essas pessoas com as quais você trabalha participam de alguma atividade desenvolvida em espaços públicos de discussões (como conselho municipal da juventude, conselho municipal de saúde, conferências, etc.)? Como essa participação acontece? Ou por que não acontece?
- 10) Você acha que, com suas ações, está substituindo o papel do Estado? Fale mais sobre isso?
- 11) Você já participou de algum curso de gestão social? Se sim, qual a instituição responsável pela execução do curso? Quem financiou o curso?
- 12) Você aplica os conhecimentos aprendidos no curso em seu trabalho realizado na ONG? Fale mais sobre isso.
- 13) Você gostaria de falar mais alguma coisa que eu não perguntei e que considera importante?

Apêndice 2

Roteiro temático para os grupos focais com os/as jovens

Primeiro eixo: caracterização dos/as participantes e aspectos psicossociais

- 1) Qual o nome de vocês? Suas idades? Como se denominam enquanto sua cor/etnia?
- 2) Vocês estudam e/ou trabalham?
- 3) Com quem vocês moram e em qual bairro da cidade?
- 4) O que mais gostam na comunidade ou bairro em que moram? E o que menos gostam?
- 5) Quando não estão estudando ou trabalhando o que costumam fazer?
- 6) O bairro onde vocês moram ou a comunidade da qual fazem parte possuem espaços de lazer para vocês? Fale mais sobre isso.
- 7) Quais as principais dificuldades que vocês enfrentam no seu dia-a-dia?
- 8) Como vocês enfrentam tais dificuldades?
- 9) A que se deve a existência dessas dificuldades na comunidade ou bairro em que moram? Falem mais sobre isso?
- 10) O que fazer para mudar a situação?
- 11) Quem poderia ser responsabilizado?
- 12) Quem poderia ajudar a mudar essa situação?
- 13) Vocês costumam frequentar o centro da cidade? Quando vocês vão ao centro cidade? Costumam ir com quem? Para fazer o quê?
- 14) Como você percebe a vida lá? Vocês se sentem à vontade lá?
- 15) O que mais gostam lá? E o que não lhes agrada?
- 16) Vocês gostariam de falar mais alguma coisa que eu não perguntei e que consideram importante?

Segundo eixo: Participação nas atividades e relações sociais

- 1) Quais atividades realizadas pela ONG vocês participam?
- 2) Como ficaram sabendo das atividades desenvolvidas pela ONG?
- 3) Há quanto tempo vocês participam das atividades desenvolvidas pela ONG?
- 4) Quais motivos os/as levaram a participar das atividades desenvolvidas pela ONG?
- 5) Quais as suas expectativas quanto à participação nas atividades?
- 6) Do que mais gostam nas atividades realizadas pela ONG?
- 7) Do que menos gostam nas atividades realizadas pela ONG?
- 8) Vocês identificam alguma dificuldade para sua participação na atividade? (Exemplos: Distância, falta de recursos, horário, local).
- 9) Vocês conseguem sugerir, opinar ou mudar as atividades desenvolvidas conforme os interesses do grupo, ou não? Como vocês fazem isso e se não conseguem, por que não?
- 10) Como vocês percebem a relação entre os jovens e os coordenadores/professores? Destaque pelo menos um aspecto positivo e outro aspecto do que precisa melhorar.

- 11) Como é a relação entre os/as participantes das atividades? Destaque pelo menos um aspecto positivo e outro aspecto do que precisa melhorar.
- 12) Vocês gostariam de falar mais alguma coisa que eu não perguntei e que consideram importante?

Terceiro eixo: Percepção dos/as jovens sobre os desdobramentos das práticas

- 1) Além da participação na atividade, o espaço é utilizado por vocês para outras finalidades?
- 2) Que diferenças vocês percebem em suas vidas quando comparam o antes e o depois da participação nas atividades realizadas pela ONG? Citem exemplos práticos de alguma mudança que as atividades proporcionaram na vida de vocês.
- 3) Além de participar das atividades, vocês gostariam de exercer alguma outra função nas atividades desenvolvidas pela ONG?
- 4) Vocês já participaram ou participam de espaços de discussões (como conselho municipal da juventude, conselho municipal de saúde, conferências e outros)? Qual?
- 5) Vocês participam de algum outro grupo ou projeto (Exemplos: na escola, coletivo, igreja, oficinas)? Como? Se não participam, porque não?
- 6) Vocês gostariam de falar mais alguma coisa que eu não perguntei e que consideram importante?